

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

MARIA MERCEDES WHITAKER KEHL VIEIRA BICUDO
GUARNIERI

**O TRABALHO DAS PSICÓLOGAS NA FUNDAÇÃO CASA:
TRAJETÓRIAS E DESAFIOS**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2016

MARIA MERCEDES WHITAKER KEHL VIEIRA BICUDO
GUARNIERI

**O TRABALHO DAS PSICÓLOGAS NA FUNDAÇÃO CASA:
TRAJETÓRIAS E DESAFIOS**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Odair Furtado.

SÃO PAULO

2016

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho ao meu pai, Prof^o Dr. Bicudo, e ao meu tio José Antonio.

Dedico este trabalho a todas e todos as/os trabalhadoras/es do sistema socioeducativo assim como às/aos adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos dirigindo-me a todas as psicólogas e assistentes sociais que trabalham na Fundação CASA-SP, em especial àquelas que trabalharam comigo de 2003 a 2013, e às que aceitaram convite para participar desta pesquisa. Há uma lista imensa em meu coração, saibam que vocês estão vivas dentro de mim mais do que nunca.

Agradeço também a todos que colaboraram para a viabilização desta pesquisa:

- aos membros do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em especial Adriana Eiko Matsumoto, Elisa Z. Rosa, Sergio Augusto, José Agnaldo, Bruno Simões, Gustavo Sales, Moacyr Bertolino, sendo que os quatro primeiros pertencem ao NUTAS;
- ao SITRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo;
- ao SinPsi - Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e
- ao CNPq, pela bolsa de estudos.

Ao meu orientador, Prof^o Dr. Odair Furtado, que é exemplo de humildade e sabedoria, que aceitou a loucura deste desafio que foi me orientar, cheia de idéias e angústias, curiosidades, incertezas, confusões. Muito obrigada!

À banca examinadora: Prof^a Dr^a Bader B. Sawaia, assim como Odair, você foi uma das maiores responsáveis pelo avanço de meu conhecimento, realmente com vocês dois foi possível um aprendizado rico e compromissado.

À Dr^a Elisabete Borgianni, que sempre está ao lado das psicólogas e das assistentes sociais da Fundação CASA, e que nos ajudou com sua sabedoria e sua militância a conquista das “30 horas”!

À minha família: em especial ao meu marido Marcelo, que segurou a barra durante nestes anos, que topou todas as mudanças que decidi fazer em minha vida, em nossas vidas; aos meus dois filhos, Salvatore e Heloisa, que

também se sacrificaram muito, me fortaleceram, todo amor do mundo a vocês. Não posso esquecer-me da minha mãe, Roxane, que ficou tantas semanas sem minhas visitas, saiba que preciso de você. Não me esquecerei de meu irmão Paulo Eduardo, o “Pablito”, e de sua companheira Rosana. Dos meus sogros, Dona Ercilia e Sr. Marcello e de minhas sobrinhas lindas (sobrinhos também), de meu enteado Filipe que está aí batalhando por uma vaga na universidade.

Aos amigos do NUTAS – Núcleo Trabalho e Ação Social: tenho muito orgulho de participar deste grupo tão engajado, todas as pesquisas e trabalhos tem cunho ético-político, é compromissado, estive em busca destas idéias durante tanto tempo! É muito lindo poder estudar o trabalho! Gratidão Graça Lima, Luciano, Lais, Renata, Camilia, Evelyn, Cida Burali, Beatriz, Vinicius, Jean, Sonia, Luis, Vania, Anelise, Ilídio...

E aos amigos e companheiros de percurso, principalmente aos componentes do NEXIN, e do NEHPSI, em especial Livia Maria, Livia Gomes, Julia Calderazzo, Eduardo Prates, Roger e Kelly di Bertolli.

A todos os meus professores deste curso, um agradecimento especial à Maria das Graças Gonçalves; à Cristina Vicentim, por ter escrito o livro “A vida em rebelião”. A M^a de Lourdes Trassi, que ainda não tive o prazer de conhecer pessoalmente, mas que também possui duas obras enriquecedoras.

Aos queridos amigos e parceiros do Teatro do Oprimido...aqui cabe uma observação, posso dizer que através do TO consegui aprender a Psicologia Sócio-Histórica no corpo e na imagem. Finda a dissertação, voltemos aos ensaios e pesquisas! Agradeço às Pagús.

À todos amigos de Diadema, parceiros do Bloco da Moça, do Coletivo Cabrocha, tô voltando, agradeço também às amigas do Batuque Abayomi. Em especial Verônica Maria, Ana Paula, Mary Jane.

Não posso me esquecer da S.R B.E. Lavapés, a primeira escola de samba de São Paulo, tô voltando.

Esta é uma pesquisa emocionada.

GUARNIERI, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo. **O trabalho das psicólogas na Fundação CASA: trajetórias e desafios.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2016, 219 p.

RESUMO

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil remonta a séculos e possui uma história marcada por práticas majoritariamente segregatórias, moralizantes, higienistas, criminalizantes, sendo que principalmente após o século XIX foram construídas em parceria com a Medicina e o Direito. Nestes desdobramentos, a Psicologia se fez implicada, a princípio por demanda de ordem jurídica, e no viés das ciências médicas. No Brasil a profissão foi regulamentada em 1962, e a FEBEM de São Paulo dá lugar a Pró-Menor em 1976, em plena ditadura militar. Após o advento do ECA (1990) entra em vigor a responsabilização do adolescente em conflito com a lei através de medidas socioeducativas, em meio aberto, semiaberto ou fechado. É o início de uma nova política pública com caráter educativo que considera crianças e adolescentes seres em desenvolvimento e protagonistas de suas histórias. Em 2012 é promulgada a Lei 12.584/12 (SINASE) que regulamenta a execução destas medidas socioeducativas. A Fundação CASA-SP, que em 2006 substituiu a FEBEM, procurou descentralizar o atendimento e atualmente executa somente as medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Apesar de todos os avanços conquistados pelos trabalhadores após a redemocratização do país, a privação de liberdade de adolescentes no Brasil, mais especificadamente em São Paulo, ainda apresenta caráter punitivista e tem seu cotidiano permeado pelas diversas formas da violência. É neste contexto que psicólogas trabalham, colocando-se frente a frente a enormes desafios e contradições. É através da trajetória de quatro psicólogas que esta pesquisa tem como objetivo analisar sentidos-significados que atribuem a atividade, o processo entre a atividade prescrita e real, as principais estratégias e enfrentamentos. Com base na Psicologia Sócio-Histórica, foi possível verificar que os aspectos impeditivos geram sofrimento e sentimentos como os de impotência e desvalorização. Por outro lado, o trabalho em equipe centralizado no adolescente e os coletivos formados pelas profissionais as potencializam e dão sentido ao trabalho. Por fim, pode-se considerar que o trabalho das psicólogas constitui-se como um exercício de permanente questionamento, e deve se manter posicionado, em prol dos adolescentes, firmes no compromisso ético-político.

Palavras-chave: medida socioeducativa; adolescente em conflito com a lei; Psicologia Sócio-Histórica; trabalho; atividade.

GUARNIERI, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo. **The work of psychologists in CASA Foundation:** Trajectory and challenges. Dissertation (Master's degree in Social Psychology) Program of Graduation in Social Psychology, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2016, 219 p.

ABSTRACT

Institutionalization of children and adolescents in Brazil dates back to centuries and it has a history marked by mostly segregating practices, moralizing, hygienists, criminal ones, it is mainly after the XIX century they were built in partnership with the Medicine and the Law. In these developments, Psychology became involved, at first by demand of law and the bias of medical sciences. In Brazil the profession was regulated in 1962, and FEBEM in São Paulo gives rise to Pró-Menor in 1976, during the military dictatorship. After the advent of ECA (1990) shall enter into force adolescent accountability in conflict with the law through socio-educational measures in open, semi-open or closed environment. And the beginning of a new public policy with educative nature that considers children and adolescents as being in development and protagonists of their stories. In 2012 it is enacted the Law 12.584/12 (SINASE) that regulates the implementation of these socio-educational measures. CASA-SP Foundation, that in 2006 replaced FEBEM, aimed to decentralize attendance and currently only performs the social educational measures of semi liberty and detention. Despite of all the advances made by workers after the democratization of the country once again, deprivation of liberty of adolescents in Brazil, more specifically in São Paulo, still presents punitive goal and it has its daily life permeated by various ways of violence. It is in this context that psychologists work, by placing themselves face to face with enormous challenges and contradictions. It is through the trajectory of four psychologists that this research aims to analyze meaning senses they attach to activity, the process between the prescribed and the real activity, the main strategies and confrontations. Based on historical social psychology it was possible to verify that the hindering aspects produce suffering and feelings as impotence and devaluation. On the other hand, the teamwork centralized on adolescent and collective formed by professionals leverage them and give meaning to the work. Finally it can be considered that psychologists' work establish as a permanent questioning exercise, on behalf of adolescents, firm in the ethical-political commitment.

Key-word: social-educational measure; adolescent in conflict with law; Social-Historical Psychology; work; activity.

SUMÁRIO

SIGLAS.....	12
GRÁFICOS.....	14
TABELAS.....	14
INTRODUÇÃO.....	15
1. PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA:	
UMA TEORIA QUE É UM MÉTODO, UM MÉTODO QUE É UMA TEORIA - PARTINDO DA REALIDADE CONCRETA.....	23
1.1 Categorias dialéticas para fundamentar uma Psicologia sempre em construção.....	28
2. ESTUDOS ACERCA DA HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DA CRIMINALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO BRASIL.....	43
2.1 Um cenário vivo e doloroso que insiste em ficar.....	47
2.2 A institucionalização dos “filhos de ninguém”.....	47
2.3 Brasil, um povo criança?.....	51
2.4 O primeiro Código de Menores: classificar para governar.....	61
2.5 A infância pobre e doente como questão de defesa nacional – governo Getúlio Vargas.....	64
2.6 Na ditadura: aprisionar para controlar.....	67
2.7 A redemocratização e a garantia de Direitos...garantia de Direitos?....	72
3. ESTE TODO QUE NOS PARECE CAÓTICO - COMPREENDENDO O TEMA SOBRE OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....	82
3.1 Crescer na salvação ou na criminalização? Os números que fazem a história ou a história que faz os números.....	90
4. PROCEDIMENTOS – TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E DA PROFISSÃO.....	117

5. PARA ADOLESCENTES APRISIONADOS, UMA PSICOLOGIA APRISIONADA?.....125

5.1 Desde sempre existiu o “sim senhor, sim senhora!”: os primeiros embates na “nova FEBEM”.....131

5.2 O lugar que ocupamos e o que queremos ocupar.....148

5.2.1 Do lugar de onde eu parti.....153

Emilia.....153

Aline.....153

Janaina.....154

5.2.2 No espaço do trabalho, onde está o meu lugar?.....154

As primeiras experiências.....156

Emilia...Onde me colocaram não era meu lugar...nem dos “meninos”.156

Aline...O espaço onde começamos e os lugares que ocupamos.....158

Janaina...*“Eu senti uma vontade de questionar (...)”*.....161

5.2.3 Histórias de encontros e desencontros que constroem a profissão no cotidiano.....162

Emília...na *“selva de pedra”*.....162

Aline...escutas para a liberdade.....167

Janaina...entre o “engessamento ético” e a *“autonomia”*.....174

5.2.4 Tão próximos e tão distantes...a Psicologia na interface com a Justiça.....177

Emília...*“quem vai lá dar a cara prá bater”*.....179

Aline...*“mas é o que a gente pode”*.....181

Janaina...*“e a gente ainda tem que ficar provando o tempo inteiro a nossa prática”*.....183

5.2.5 O trabalho que construímos, os espaços que conquistamos e os lugares que ocupamos.....184

Emilia... *“e por mais que você lute, por mais que você faça...não sei...”*.....186

Aline...*“nunca tive medo de encarar um projeto novo”*.....189

Janaina...e a *“luta”* pelas 30 horas.....192

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....200

REFERÊNCIAS.....209

ANEXOS

Termo de consentimento livre e esclarecido.....218

SIGLAS

AASPTJ-SP	Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
AMAR	Associação de Mães de Adolescentes em Risco.
ASSIST	Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening <i>Test</i>
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDECA	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRP-SP	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASE (RS)	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul
FEBEM	Fundação do Bem-estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente - Bahia
Fundação CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

GIR	Grupo de Intervenção Rápida
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PCC	Primeiro Comando da Capital
PFL	Partido da Frente Liberal
PIA	Plano Individual de Atendimento
Pró-Menor	Fundação Paulista de Promoção Social do <i>Menor</i>
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SinPsi	Sindicato dos Psicólogos de São Paulo
SITRAEMFA	Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAT	Teste de Apercepção Temática
UAISAS	Unidade de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e do Servidor
UE	Unidade de Educação
UI	Unidade de Internação
UT-3	Unidade de Triagem 3

GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade em 2014.....94

Gráfico 2. Atos infracionais de autoria adolescente no Brasil em 2011.....95

TABELAS

Tabela 1. Atos infracionais de autoria adolescente no Brasil em 2012.....95

Tabela 2. Ciclo de vida no Brasil (2012). Nota-se que maiores taxas de homicídios concentram-se na juventude..... 98

Tabela 3 Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo Raça/Cor. População Total. Brasil. 2002/2012.....99

Tabela 4. Quadro profissional. Banda Técnica – Atendimento em meio fechado e semiliberdade. 2014..... 149

INTRODUÇÃO

*Só se a sociedade viesse ver a rebelião aqui dentro, não pela tevê, porque só os menor é culpado, é isso – tem sim, uns que destrói com os outros – só para eles ver o que é aqui dentro. **Tem que vir a sociedade trabalhar um dia aqui e no dia, o bicho pegar! E eles vão ver. Sabe o que é 2000 menor correndo aqui dentro com a naifa na mão? Tem professor que dá aula com medo de nós, nem passa lição!** (depoimento de adolescente interno na FEBEM-SP) (VICENTIN, 2005, p. 63)(grifos da autora).*

Quando ainda era estudante de Psicologia, no final da década de 1990, estive junto a outras parceiras da faculdade desenvolvendo um projeto voltado às mulheres de uma comunidade da zona oeste. Tínhamos parceria com o CEDECA Vila Leopoldina. Foi nesta oportunidade que conheci Givanildo Manoel, um importante militante da área dos Direitos Humanos. Em um determinado dia, ele nos levou para conhecermos uma unidade de internação de adolescentes em conflito com a lei, localizada no Complexo do Tatuapé, antiga FEBEM-SP. Lembro-me bem, era a unidade 20. Fria e escura, “tudo cinza” como diria a psicóloga Marisa, com pátio central, onde todos estavam vestidos iguais, pareciam não fazer nada de interessante. Esta visita foi marcante, e não sei por quais motivos, talvez por ter vivido uma adolescência intensa, comecei a me interessar pela área, já tinha uma identificação muito forte relacionada à Psicologia Social. A partir daí pensei que gostaria de trabalhar nesta área, ou na própria Fundação.

Após me formar trabalhei durante alguns anos na área artística, mas eram sempre trabalhos independentes. Em 2002 resolvi prestar o concurso para a FEBEM, na função de psicóloga, ano em que meu primeiro filho nasceu. Em 2003 fui chamada para assumir o cargo e iniciei-me numa unidade do Complexo Tatuapé. Nesta primeira unidade onde fui lotada, permaneci apenas um mês. Acredito que eles não tenham gostado de meu perfil, e me transferiram para uma outra Unidade, no tal “circuito grave”. Foi nesta unidade

onde passei meus primeiros anos, onde conheci muita gente, alguns me transmitiram ensinamentos importantes. Desenvolvemos projetos interessantes, inclusive de atendimentos em grupo, cheguei a ter uma supervisora externa para me auxiliar nestas atividades (paga por minha conta). Era uma unidade onde a equipe se esforçava para que não houvesse práticas de violência. Depois, a equipe foi desfeita, vieram as mudanças de 2005, os 1751 funcionários foram demitidos, muitas rebeliões, tumultos, fugas tomaram conta do Complexo. Confesso que fiquei perdida, lembrava-me do que minha chefe havia falado tempos antes: “você ainda não sabem como é uma casa desandada. Quando isto acontecer, se um dia vier a acontecer, vocês saberão, e vou lhes contar como é melhor agir nestes casos”. Foi realmente uma época bem complicada, o Complexo deveria ser desativado às pressas, o Estado de São Paulo corria o risco de sofrer sanções devido ao processo que corria na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Novamente a equipe foi reunida. A partir daí, foi tudo continuou bem difícil, pois as transferências dos adolescentes eram realizadas de forma abrupta, arbitrária, algumas com intervenção da tropa de choque, o trabalho era descontinuado, como diria Emilia em seu depoimento a esta dissertação, estávamos ali para “*apagar o fogo*”. Ou ainda como Aline “*a gente fazia o que era possível*”. Mas o trabalho não era solitário, sempre discutíamos, aprendia no dia a dia como agir, o que fazer, não havia “fórmula mágica”, procurava algum alicerce na teoria de Donald Winnicott. Não conhecia a Psicologia Sócio-Histórica, apesar de ter lido tempos antes textos de Silvia Lane, de Bader Sawaia ou de Ana Bock, o mundo acadêmico estava distante para mim. Permanecia mergulhada intensamente na imediaticidade, nas urgências, no sofrimento de ver aqueles adolescentes sendo colocados nos ônibus e levados para diferentes lugares, sem previsão do que se seguiria. Eram muito fortes as imagens das unidades sendo derrubadas pelos tratores, uma a uma, muro a muro, sem participação dos trabalhadores e dos adolescentes no planejamento e na execução de tudo isto. Estávamos passíveis. Neste ínterim ainda mudei duas vezes de unidade, antes de ser transferida para o Complexo da Vila Maria, localizado atrás do Tatuapé, nas margens do Rio Tietê.

Iniciou-se então uma outra fase, numa outra estrutura de funcionamento, muitas muralhas, muita segurança, era difícil formar alianças, parcerias, o trabalho ficou realmente solitário. No decorrer de alguns meses tive algumas companheiras assistentes sociais a quem foi possível me aliar, mas então ficávamos as duas ou três ali sozinhas. Uma delas me apresentou o livro de Maria Cristina Vicentin (2005) “A vida em rebelião”, que retratava e narrava exatamente o que vivíamos.

Dentro deste mesmo complexo, estive em duas unidades distintas, sendo que antes de assumirmos uma delas, tivemos um longo treinamento (ou capacitação). Todavia, foram muitos atritos, e após um período fiquei doente e me afastei. Neste espaço de tempo, de recuperação, me dediquei ao Teatro do Oprimido e às artes em geral. Quando retornei ao trabalho na Fundação, fui dirigida para uma unidade que tinha o trabalho organizado, uma equipe engajada, embora o ritmo fosse o da lógica produtivista e com muitas cobranças judiciais. Terminei o curso de Pedagogia, minhas inquietações não cessavam, tomavam cada vez mais importância em meu trabalho, por isso busquei a o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC, seus professores, suas teorias, suas experiências. Acabei por me desligar oficialmente da Fundação CASA, apesar de que continuo participando das discussões ocorridas nos coletivos dos sindicatos e do Conselho Regional de Psicologia.

Fica assim, portanto, evidente que o interesse para o desenvolvimento desta pesquisa nasceu destas agitações, sempre permaneci impactada por tudo o que ali vivi e aprendi.

O dia a dia, o cotidiano de quem trabalha em instituições de privação de liberdade, do porte como os da Fundação CASA, obrigam suas/seus trabalhadoras/es a estarem atentos às imediatezidades. É uma atividade que se torna automatizada, são poucas as oportunidades de reflexão acerca das determinações. Lembro-me agora de um juiz que dizia: “primeiro cumpram, depois questionem!”. Há uma tendência em se acreditar que as/os

trabalhadoras/es devam se adaptar à rotina e deixar para depois as contradições com as quais se deparam.

No entanto, para Psicologia Sócio-Histórica os sujeitos não são passíveis a sua realidade. Ao contrário, a sua formação enquanto ser social “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1983, apud OLIVEIRA, 2005) ocorre exatamente a partir de sua atividade no mundo em que habita, de forma dialética. O homem não está desconectado de sua história, é ele quem a constrói, quem a escreve, ele se constitui a partir das determinações que já estão postas, mas ao mesmo tempo é agente de transformações. Por isso, mesmo que as/os trabalhadoras/es acreditem-se inertes perante a instituição real, eles estarão se constituindo e construindo esta realidade.

Estarão dando continuidade a uma história que se iniciou ainda na colonização do país, que remonta a séculos, práticas que se iniciaram na educação moralizante voltada para os pequenos e jovens indígenas. E que depois se ampliou para a “organização” das cidades, para a segregação de famílias que eram “viciosas” e supostamente não sabiam cuidar e educar seus filhos (um dos métodos desta suposta organização era o higienismo, por exemplo). A história social da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, demonstra que os cuidados e as práticas voltados aos “abandonados, carentes, delinquentes” sempre se deram em relação aqueles eleitos como indesejados: os pobres, os negros, os indígenas. A classe social dominante, políticos, membros do judiciário, grandes proprietários, elite intelectual, entre outros, sempre exerceram grande influência no desenvolvimento das políticas públicas voltadas para esta população, aparentemente por estarem atrás de um “sonho” de realização de um país próspero e emancipado. Mas no fundo houve e ainda há interesse na manutenção do status quo e poder.

Desta forma, a institucionalização da juventude pobre e periférica, que se dá também por meio de seu aprisionamento, está relacionada à história de sua exclusão, criminalização, patologização, sendo que o Estado sustenta esta lógica através de seu sistema de segurança, de seu aparato militar, do sistema socioeducativo, entre outros.

A Psicologia apresentou-se a este contexto, primeiramente enquanto ciência, por demandas jurídicas e no viés da Ciência Médica, implicou-se neste processo, constituindo-se um dos mecanismos de reprodução da exclusão.

Muito embora, conforme afirma Antunes, (2012) a profissão tenha sido construída através da coexistência de diferentes concepções num mesmo tempo histórico. Mesmo que estivesse submetida ao domínio de alguns para viabilização seus interesses, sempre houve um movimento contrário que repudiou esta manipulação e que procurou exercer práticas e pesquisas compromissadas com todos, inclusive com as camadas oprimidas.

A Psicologia se faz atuante, portanto, nos vários momentos da institucionalização das crianças e dos adolescentes, sendo que após ser reconhecida como profissão em 1962, logo foi representada por suas profissionais nas políticas públicas da época. Apesar de que durante algumas décadas as psicólogas tenham se destacado predominantemente na educação, indústria e clínica, compondo um perfil elitizado (ANTUNES, 2012).

E foi após uma década da oficialização da profissão que a FEBEM-SP (1974) deu início a suas atividades, em continuidade a antiga Pró-Menor. A instituição já contava com a atividade de profissionais psicólogas, o que mostra como a Psicologia também se desenvolveu neste contexto. A proposta da Fundação, ainda sob a égide do Código de Menores, era realizar o atendimento às crianças e adolescentes diferentemente da gestão anterior, de forma mais organizada e integrada à família, no melhor interesse da criança e do jovem. Mas não era assim que acontecia, muitas crianças e adolescentes ficavam por anos esquecidas nestas instituições, conforme poderemos ver na pesquisa e no depoimento de Silva (1998; 2014) e de uma das psicólogas entrevistadas. Tempos da ditadura militar.

Em 1990¹, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado no calor da democratização do Brasil. Em 2006 a FEBEM-SP deu lugar à

¹ Recomendo um documentário que mostra exatamente o dia e as semanas que se seguiram após a promulgação do ECA, com direção de Rita Moreira (1991): "FEBEM, o início do fim", disponível em uma versão de dez minutos: <https://www.youtube.com/watch?v=yM1jCLCVIgl&index=49&list=FL7iZjk3g9wz0Vzu4FV-Xxcw>.

Fundação CASA – SP e em 2012 foi sancionada a Lei 12594/12 (SINASE), que regulamenta e detalha como devem ocorrer as medidas socioeducativas no país. Estas duas legislações são consideradas avançadas e seguem acordos internacionais, estão baseadas nos princípios da Convenção dos Direitos da Criança (1989) e na Doutrina da Proteção Integral. Enfatiza-se nestes princípios e doutrina, assim como na legislação brasileira, que adolescentes e crianças são seres em situação peculiar de desenvolvimento, possuem os mesmos Direitos que os demais membros da sociedade, devendo ser protegidas. Em relação aos adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, estes também devem ser responsabilizados no caso de descumprimento da lei (quando infracionarem). Para isto existem as medidas socioeducativas que ocorrem em meio aberto, semiaberto ou fechado. O ECA foi determinante para que estes adolescentes viessem a ter direito à ampla defesa e julgamento em Fóruns e Varas especializadas.

A Fundação CASA desde 1990 passou a descentralizar o seu atendimento, com objetivo de atender somente os adolescentes em conflito com a lei, sendo que atualmente é a responsável pela execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação. Conta atualmente com 149 centros (dentre estes 26 são de semiliberdade), cerca de 10.500 funcionários/servidores, e 9387² adolescentes privados de liberdade ou em semiliberdade. Somente em 2013, foram mais de 33.000 adolescentes atendidos, sendo neste mesmo ano o orçamento liquidado R\$1.183.014,47³. Está atrelada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Devemo-nos aqui retornar e nos atentar novamente ao que estava sendo narrado e explicado na primeira parte desta introdução. Apesar de todos os avanços conquistados pelas/os trabalhadoras/es no país, com novas

E na versão de 30 minutos: <https://www.youtube.com/watch?v=fvwE0MvgzRY>. Curiosamente as duas versões têm cenas diferentes.

² Dados do Boletim Estatístico Semanal, datado de 15.01.2016, disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=boletim-estat%C3%ADstico&d=79>.

³ Dados obtidos no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo, 2014.

legislações e políticas públicas, e de todo o reordenamento realizado no tocante às medidas socioeducativas, e em especialmente em São Paulo, a juventude pobre, negra, indígena, periférica, continua a ser criminalizada (e executada). Embora as medidas socioeducativas tenham caráter “social” e “educativo”, centralizado no protagonismo dos adolescentes, elas são ambíguas, pois abarcam somente a parcela excluída da população: muitos adolescentes terão acesso às políticas públicas e a educação somente quando forem inseridos nas medidas socioeducativas, isto acontece também em relação à internação. É aí que se caracteriza a “inclusão perversa” (SAWAIA, 2009).

E ainda conforme foi colocado através das minhas vivências, e será melhor detalhado no decorrer da dissertação, a medida socioeducativa de internação não é desenvolvida de maneira homogênea, ela trás em si inúmeras contradições e práticas que perpassam décadas, séculos, valendo-se inclusive das diversas formas da violência. Seu caráter é predominantemente punitivo, sancionatório. O adolescente é responsabilizado, no entanto, esta responsabilização possui uma dimensão muito maior que o discurso. A privação de liberdade e todo o processo que a antecede e a sucede são geradoras de um sofrimento, denominado por Sawaia (2010) como sofrimento ético-político.

É neste contexto que as psicólogas e psicólogos, em sua maioria mulheres, mães, trabalhadoras, exercem sua profissão, sua atividade, deparando-se com inúmeros desafios que entram em conflito com o compromisso ético-político de sua profissão.

Esta pesquisa tem, portanto, o propósito de realizar um estudo psicossocial acerca da atividade de quatro psicólogas que trabalharam e/ou trabalham na medida socioeducativa de internação, tanto na antiga FEBEM como na Fundação CASA. Através do registro de suas trajetórias, pretende-se dar voz a estas profissionais e assim apreender por meio das categorias da Psicologia Sócio-Histórica quais sentidos e significados atribuem ao seu

trabalho, levando-se em consideração a articulação dialética consciência-atividade, pensamento-palavra, atividade prescrita e atividade real.

No primeiro capítulo, abordaremos a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, suas principais categorias e como ela se processa enquanto método histórico-dialético. Como a partir de Vigotski, os seus principais autores brasileiros, destacando-se Silvia Lane, propõem uma práxis profissional de caráter atuante e político, posicionado e constituinte da história.

No segundo capítulo enfatizaremos a importância da história social da institucionalização da criança e do adolescente no Brasil, as legislações e políticas públicas pertinentes, além da construção de categorias tais como “menor abandonado”, “carente”, “menor delinquente”, “menor infrator”, “adolescente infrator”, entre tantas outras. A Psicologia está também implicada nestas práticas e nestes discursos.

No terceiro capítulo, nos aprofundaremos na constituição da categoria “adolescentes em conflito com a lei”, com ênfase para o processo de criminalização da juventude e nas contradições reproduzidas na medida socioeducativa de internação.

No quarto capítulo serão desenvolvidos os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, e como ela se pretende compromissada com todas/os as/os envolvidos na socioeducação.

E finalmente, o quinto capítulo apresentará a trajetória de quatro profissionais, no contexto da medida socioeducativa de internação. Pretendemos nos concentrar no desenvolvimento destas atividades perante os desafios, quais seus sentimentos, significações, como se articulam em busca de estratégias cientes de que existem muitas limitações.

O último capítulo é reservado para uma síntese integradora de todos os aspectos elencados no decorrer da dissertação, numa tentativa de se contemplar alguma colaboração para o trabalho das psicólogas e para a socioeducação.

1. PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: UMA TEORIA QUE É UM MÉTODO, UM MÉTODO QUE É UMA TEORIA - PARTINDO DA REALIDADE CONCRETA...

A possibilidade da psicologia como ciência é, antes de mais nada, um problema metodológico. Em nenhuma ciência existem tantas dificuldades, controvérsias insolúveis, união de questões diversas, como a psicologia. O objeto da psicologia é o mais difícil que existe no mundo, o que menos se deixa estudar: sua maneira de conhecer terá de estar cheia de subterfúgios e precauções especiais para proporcionar o que dela se espera (VIGOTSKI, 2004, p. 390).

A Psicologia Social, segundo Sílvia Lane (p. 10, 2006), tem como principal objetivo estudar “a relação entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente”. Ou seja, de forma simples, como os homens, agentes de sua história, transformam o seu mundo, a sociedade, e como esta por sua vez o determina, numa relação dialética, de movimento contínuo e inacabado.

Esta visão é oriunda da Psicologia Sócio-Histórica, caracterizada pelo método histórico-dialético, onde seus elementos e categorias compõem-se numa dinâmica interdependente. Método e teoria são, portanto, aliados, daí onde é possível afirmar-se que esta é uma Psicologia cuja teoria é impensável sem o método, e o método impraticável sem a teoria. Não há como separá-los. Para González Rey (2009, p. 17):

o valor da dialética como método representa um modelo de pensamento que facilita a construção do conhecimento em unidades complexas que estão para além dos elementos, permitindo a representação dessas unidades como se tivessem uma natureza contraditória, o que permite compreendê-las como momentos de sistemas em desenvolvimento.

Em “A formação social da mente” Vigotski (2007, p. 631) procura mostrar a relação homem-natureza compreendidas a partir desta ótica. Afirma que a abordagem dialética permite que se compreenda não somente a influência do

homem sobre a natureza (naturalismo na análise histórica), mas também como homem através de seu comportamento é capaz de agir sobre a mesma criando assim novas condições de vida para si. Assim, não considera somente o homem mero receptáculo de influências da natureza, o homem não é puramente biológico, mas sua interferência no mundo em que vive irá gerar novas situações, relacionamentos, materialidades.

Em outro estudo muito importante, “O significado histórico da crise da Psicologia”, de 1927, Vigotski (2004), mostrou sua ansiedade em fazer da Psicologia uma ciência com um método próprio. Propôs **categorias** oriundas da realidade concreta (ibid., p. 392), que fossem universais, admissíveis à análise em contextos de diferentes culturas e não somente voltadas para uma experiência específica (que não coubesse para outras vivências). Para ele, não cabia transpor diretamente a teoria e método de Marx para a psicologia. Isto poderia levar a uma compreensão deformada do marxismo e da psicologia, com foco exclusivamente voltados a aspectos externos, à verbalização, à terminologias e critérios apenas objetivos e a absorção da dialética a partir de fora (ibid., p. 392). Ao contrário, ele propunha o desenvolvimento de uma teoria geral e intermediária, definindo a dialética como uma perspectiva que abarca a “natureza, o pensamento, a história: é a ciência em geral, universal ao máximo” (ibid., p. 393). E considerando que as ciências sociais eram as únicas que possuíam uma ciência geral, propôs que a psicologia seguisse os passos de Marx na elaboração desta teoria do marxismo psicológico ou dialética da psicologia – a psicologia geral:

Para criar estas teorias intermediárias – ou metodologias, ou ciências gerais – será necessário desvendar a essência do grupo de fenômenos correspondentes, as leis sobre suas variações, suas características quantitativas e qualitativas, sua causalidade, criar as categorias e conceitos que lhes são próprios, criar o seu *O Capital*. Basta imaginar que Marx tivesse operado com princípios gerais da dialética, como quantidade, qualidade, tríades, conexão universal, nó, salto, etc., sem as categorias abstratas e históricas de custo, classe, mercadoria, renda, capital, força produtiva, base, superestrutura etc., para ver quão monstruoso, quão absurdo seria supor que fosse possível criar diretamente qualquer ciência marxista prescindindo de *O capital* (VIGOTSKI, 2004, p. 393).

Desta forma, ao tomar a lógica dialética como uma das maneiras de se compreender a sociedade, a formação do sujeito e da subjetividade, num recíproco movimento entre o externo-interno, não se pretende impor a predominância de uma realidade ou de categorias colocadas umas sobre as outras, mas sim compreender a relação subjetividade X objetividade, sem dicotomia, numa dialética singular-particular-universal. Como bem explica Betty Oliveira:

A atuação do psicólogo fundamenta-se necessariamente na compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação (2005, p. 26).

Sendo levada em conta a concepção da formação do indivíduo – homem singular - enquanto ser social “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1983, apud OLIVEIRA, 2005). Todo homem é único, sente, aprende, vive e se desenvolve de maneira exclusiva. No entanto, nasce e vive em um determinado ambiente, sociedade, sob a égide de um modelo econômico – particularidades - afeta e é afetado por este meio como nenhum outro o foi. Ao mesmo tempo em que este mundo à sua volta nele se concretiza, através das relações que estabelece, de suas atividades – trabalho – que formará sua essência (OLIVEIRA, 2005, p. 26). As **mediações** podem ser denominadas particularidades, movimento realizado segundo a autora (fazendo referências à Lukács) entre o homem e a sociedade: ora o particular se confunde com o universal, ora com o singular (LUKÁCS apud OLIVEIRA, 2005, p. 46).

Entretanto, singularidade-particularidade-universalidade não devem ser considerados polos antagônicos, pois são categorias que representam a complementaridade entre o indivíduo, os grupos, a sociedade e o gênero humano. Ao contrário, uma possível visão isolada, cindida, que opõe homem X sociedade, desconectado de sua história, não se dá somente devido a percepção superficial dos fenômenos, mas a condições históricas marcantes, com a divisão social do trabalho:

No curso do desenvolvimento histórico e precisamente devido ao inevitável fato de que, no interior da divisão do trabalho, surge uma divisão na vida de cada indivíduo, na medida em

que ela é pessoal e na medida em que está subsumida a um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes (MARX; ENGELS, 1979, apud OLIVEIRA, 2005, p. 35).

Isto significa que dependendo do contexto histórico, ou mesmo em épocas anteriores o ser humano percebia-se e interpretava a realidade de outra maneira, relacionava-se diferentemente com a natureza e com seus pares. A divisão social do trabalho começou a existir com a divisão sexual das tarefas, posteriormente de acordo com compleição física e idade.

No entanto, foi no século XIX, no modo de produção capitalista e com ascensão da burguesia moderna enquanto classe social (BOCK, 2011, p.17), numa cultura impregnada pelos valores judaico-cristãos-protestantes ocidentais e pelo modelo científico positivista que surgiu definitivamente a noção de indivíduo e de privacidade, e a noção de família nuclear predominante nos séculos XIX e XX (e alguns ainda a vivem hoje): a família burguesa. Neste modelo marcado pelas relações patriarcais, cada família passou a viver suas intimidades protegendo-se em seus lares, zelando por seus filhos, sustentando-se financeiramente e emocionalmente. Desde então, as experiências do e no trabalho foram mais do que nunca diferenciadas daquelas experimentadas junto à família. O espaço do trabalho tornou-se um mundo diferente do espaço da intimidade.

Com fortalecimento da ciência positivista a construção da Psicologia foi diretamente influenciada, e por muitas décadas adotou os principais elementos do pensamento liberal e a concepção de homem correspondente:

(...) positivista porque se constituiu como sistema baseado no observável; racionalista, pela ênfase na razão como possibilidade de desvendar as leis naturais; mecanicista, porque se pautou na ideia do funcionamento regular do mundo, guiado por leis que poderiam ser conhecidas; associacionista, porque se baseou na concepção de que ideias se organizam na mente de forma a permitir associações que resultam em conhecimento; atomista, pela certeza de que o todo é sempre o resultado da organização de partes; e determinista, porque pensou no mundo como um conjunto de fenômenos que são sempre causados e que essa relação de causa-efeito pode ser descoberta pela razão humana (BOCK, 2011, p. 16).

A visão de mundo sob o ponto de vista liberal facilitou a ideia de que os seres humanos seriam “mais livres”⁴ que em épocas anteriores da história (do que, por exemplo, no feudalismo ou na escravidão). Em tese cada ser humano teria a possibilidade de escolher o modo de vida que acreditasse ser melhor para si, através do livre-arbítrio. Esta ideologia pressupõe que todos os seres humanos nascem em condições sociais, financeiras, biológicas de igualdade, e que a todos são proporcionadas as mesmas oportunidades. Desta maneira, para a psicologia, os indivíduos também nasceriam livres para optarem por seus estilos de vida, reforçando a noção de individualismo, onde naturalmente seriam dotados de potencialidades e autonomia (BOCK, 1999, p. 43), qualidades estas inerentes às suas condições de seres humanos. Quem não se adaptasse ao estilo de vida imposto pela sociedade capitalista deveria então procurar meios para se adequar⁵, e a psicologia estaria a serviço desta adaptação, a serviço da ideologia liberal imposta por grupos dominantes. Problemas que seriam de ordem social tornaram-se problemas de ordem individual, estritamente subjetivos. A psicologia sob a égide do pensamento liberal e positivista é descolada da realidade material e segundo autoras (BOCK, 1999, p.187; LANE, 1984 a, p. 15; SAWAIA, 2010) estariam colaborando para as desigualdades sociais.

No tópico a seguir será brevemente apontado como Vigotski (2007, p. 64) propõe que para a análise das funções psicológicas superiores seja utilizada a análise do processo de desenvolvimento (ao invés da mera análise do objeto, como se este fosse estável e fixa); isto é possível através da reconstrução de cada estágio do processo. Também justapõe a importância da explicação científica para além de suas expressões externas: duas atividades podem ter a mesma manifestação, porém, suas essências ou origens podem

⁴ A divisão entre o indivíduo pessoal e o indivíduo de classe, a casualidade das condições de vida para o indivíduo, aparecem apenas com a emergência da classe, que é, ela mesma, um produto da burguesia. Esta causalidade apenas é engendrada e desenvolvida pela concorrência e pela luta dos indivíduos entre si. Assim, na imaginação, os indivíduos parecem ser mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida parecem casuais; mas na realidade não são livres, pois estão submetidos ao poder das coisas. (MARX; ENGELS, 1979, apud Oliveira, 2005, p. 35).

⁵ Isto vigora até hoje.

ser completamente diferentes. Dois fenômenos podem coincidir, mas nunca terão as mesmas razões. Portanto, fica inviável a simples descrição dos mesmos, havendo necessidade de se aprofundar através da análise científica. Muitos destes fenômenos, comportamentos ou mesmo processos psicológicos podem ter sido ao longo da história repetidos caracterizando-se para o autor como “fossilizados”. Ele sugere que se atente para a historicidade deste processo, pois se o comportamento assim se apresenta é porque possui “uma linha que une o presente ao passado”:

Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético. Numa pesquisa, abranger o processo de desenvolvimento de uma determinada coisa, em todas as suas fases e mudanças – do nascimento à morte – significa, fundamentalmente, descobrir sua natureza, sua essência, uma vez que “é somente em movimento que um corpo mostra o que é”. Assim, o estudo histórico do comportamento não é um aspecto auxiliar do estudo histórico, mas sim sua verdadeira base (Vigotski, 2007, p. 68).

Sendo assim, no próximo tópico serão enfatizadas as principais categorias da Psicologia Sócio-histórica que foram construídas no decorrer da história, a partir da realidade concreta. Representam unidades que compõem dialeticamente a subjetividade e a objetividade humanas, integrando-as através das mediações. Ou ainda, seu conjunto representa a totalidade da formação/desenvolvimento humano que podem ser estudados em suas unidades, desde que se mantenha a tensão existente entre elas.

1.1 Categorias dialéticas para fundamentar uma Psicologia sempre em construção⁶

Do mesmo modo que para Marx e seus seguidores, para a Psicologia Sócio-histórica, foi através do trabalho que o ser humano se fundou. Consequentemente, a gênese do psiquismo está atrelada às suas atividades,

⁶ As **categorias** utilizadas pelo materialismo histórico-dialético e pela Psicologia Sócio-histórico visam a superação do uso de conceitos (que podem encerrar-se em si mesmos). Como a realidade é formada por fenômenos multideterminados e devido à leitura parcial que se faz desta realidade, o uso de categorias visam através do pensamento a apreensão da realidade a partir de sua concreticidade e de suas contradições. As categorias do psiquismo se constituem “a chave para a compreensão da subjetividade”, levando-se em conta o movimento psíquico e a dialética subjetividade-objetividade (BOCK e GONÇALVES, 2009, p. 140).

às condições em que vive, inclusive às condições orgânicas com as quais nasce, que serão submetidas ao contexto histórico-cultural e ambiental. O ser humano não possui uma índole boa ou má, não nasce com uma personalidade pré-determinada, não é dotado de um destino. Seu protagonismo dependerá também das determinações concretas. Homens e mulheres tornam-se emancipados ou alienados, submetidos às ideologias, ao mesmo tempo em que são constituintes dos valores, crenças, culturas, etc. Durante a vida, a criança, dotada de aspectos biológicos herdados e nascida em uma dada realidade, será receptadora de toda cultura e ambiente, ao mesmo tempo em que irá modificar este contexto através de suas ações, de seu modo de ser, de sua existência. Exigirá cuidados, educação, carinho de seus responsáveis. A partir da vida uterina, estará imersa em um mundo em constante movimento e contradições. A diferença entre um ser humano e outro não ocorre somente quanto aos aspectos hereditários, mas também devido aos sociais. Inclusive a saúde dependerá da classe social em que se encontra.

Quando esta criança nasce, diversos instrumentos lhes são oferecidos para que aprenda a lidar com o cotidiano e com as questões de sobrevivência. No entanto, estes instrumentos, objetos, métodos, estilos de vida, foram desenvolvidos e apreendidos no decorrer da história da humanidade. O homem desenvolveu sua **consciência** através de sua **atividade** e de seu **trabalho** (transformação da natureza), ressaltando-se que na maioria das vezes, mesmo havendo planejamento (teleologia) da ação, a causa pode ser diferente daquilo que pensamos. Isto é:

A ação independe da consciência! Neste sentido, a nossa **ação é mediada** pela relação direta com o mundo e é reflexo desta ação. (...) Geneticamente a relação imediata com o mundo é anterior à compreensão desse mundo. À medida que adquirimos consciência e capacidade de inteligência (por meio da linguagem e pela construção do pensamento) compreendemos esta dinâmica e passamos a antecipar esta relação básica (FURTADO e SVARTMAN, 2011, p. 73).

Mas a **consciência** diferencia-se do **reflexo**, pois para os autores supracitados, este processo é meramente medular, enquanto a consciência “tem a capacidade de antecipar a ação criando um mundo interno” (ibid.), reconstruindo a realidade, relacionando-se com a mesma de forma idealizada.

Sendo que esta passagem do funcionamento reflexo para o consciente se deu no decorrer de milhares de anos do processo de evolução do homem, sem, no entanto haver a resposta que explique o exato momento em que ela ocorreu (ibid.).

Aí entram as **mediações** homem-mundo X mundo-homem como importantes neste desenvolvimento, destacando-se os instrumentos de trabalho e a linguagem. Zanella (2004) (referindo-se a Zinchenko) destaca que após o falecimento de Vigotski, houve uma imposição para que as ideias de Stalin fossem absorvidas pela psicologia. Isso fez com que Leontiev (importante autor que também fazia parte da psicologia soviética) se aproximasse mais de uma teoria que centralizasse a consciência mediada por ferramentas e objetos (teoria da atividade), enquanto que para Vigotski a consciência seria mediada pela cultura. Entretanto, para Zanella (2004), ambos acabam por referir-se à mediação da cultura, e leva em conta que tanto atividade quanto a consciência são consideradas de mesmo valor para a psicologia. Os conceitos de **ações e atividade** em Vigotski estariam relacionados com o conceito de **trabalho** em Marx.

Um dos problemas do estudo da fala, do signo, da atividade e dos instrumentos, para Vigotski (2007), reside no fato de que para muitos pesquisadores, como era o caso de Piaget, havia dicotomia entre o desenvolvimento da inteligência prática e o da fala. Para Vigotski (2007, p. 11):

a atividade simbólica possui uma função organizadora específica que invade o processo do uso de instrumento e produz formas fundamentalmente novas de comportamento.

Desta forma, há uma unidade dialética entre os signos (vocalização, fala, linguagem) e os instrumentos (brinquedos por exemplo, que mais tarde se tornam instrumentos de trabalho). A criança, no período pré-verbal utiliza-se predominantemente de instrumentos. Mas tão logo comece a incorporar os signos às suas ações, novas relações são formadas com o ambiente (novos comportamentos), novas mediações, organizando de maneira diferente as funções psicológicas. A criança passa a agir e falar durante a mesma atividade, o que os tornam fenômenos de igual importância no desenvolvimento, partes

fundamentais da mesma função psicológica (VIGOTSKI, 2007, p. 13). O signo é identificado através do sinal vocal que passa a ter um sentido próprio com significado específico e culturalmente constituído, e desempenhará papel mediador na apropriação do mundo (FURTADO e SVARTMAN, 2011, P. 75). Signos e os instrumentos de trabalho são considerados instrumentos da atividade psicológica para Vigotski (2007, p. 52), ambos com funções mediadoras entre o ser humano e o meio onde vive, entre o seu interno e o externo:

Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica superior ou comportamento superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica (VIGOTSKI, 2007, p. 56).

Aguiar (2000) lembra que para o mesmo pesquisador, o desenvolvimento não é simplesmente uma fase de maturação ou algo que se dá naturalmente, mas cada função psicológica aparecerá duas vezes na formação cultural da criança. Primeiramente no plano social e, posteriormente no plano psicológico. Isto é central na psicologia sócio-histórica, manter o caráter dialético da formação das funções psicológicas e do desenvolvimento humano: o homem desenvolve sua psique através dos processos cerebrais, mas concomitantemente, num movimento oscilante entre o interno e o externo, também tem sua psique formada pelo plano social. Conforme já mencionado, existem mediações entre a criança/homem e seu mundo. Aguiar (2000) utiliza-se de González Rey (1996) para posicionar-se quanto a Teoria da Atividade de Leontiev, argumentando que o mesmo ao centralizar a atividade como principal mediação acaba por enfatizar o caráter externo e o objeto no desenvolvimento do ser humano, preterindo-se a subjetividade, o interno e o sujeito. De forma resumida, a dialética atividade-signo-consciência pode ser explicada com seguinte contorno:

Para Vygotski, no entanto, a atividade humana não é internalizada em si, e sim como **atividade significada**, tal como um **processo social**, mediado semioticamente. A **consciência**, dessa forma, é semioticamente estruturada, resultado dos próprios signos, ou seja, de instrumentos construídos pela cultura e pelos outros que, quando internalizados, se tornam instrumentos internos e subjetivos da relação do indivíduo consigo mesmo. **Signo** é, pois, entendido

neste caso como tudo aquilo que possui um **significado** e que remete a algo situado fora de si mesmo: é o elemento que integra as funções psíquicas superiores (AGUIAR, 2000, p. 130) (grifos da pesquisadora).

A internalização é um processo que irá facilitar esta apreensão dialética, a dinâmica entre o interno e o externo, e é definida por Vigotski (2007, p. 56) como “a reconstrução interna de uma operação externa”. No decorrer da vida, a internalização irá sofrer transformações, ela não ocorre de maneira linear, posto que não é um modo de aprendizado acumulativo, mas pode ser definida como um processo colaborativo do desenvolvimento, que se dá de forma espiral. Deste modo, havendo atividade externa à criança, ela irá inicialmente reproduzir movimentos e falas sem intenções, mas de maneira gradual e com mediação de adultos (ou mesmo de outras crianças). Irá relacionar-se e após inúmeros eventos, o que ocorria basicamente no nível social (interpsicológico) e nas relações cotidianas, passa a ocorrer no interior da criança (intrapsicológico): “a internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos” (VIGOTSKI, 2007, p. 58). Novamente tem-se a formação da consciência através dos signos e da atividade, desta vez, significada.

Segundo Aguiar (2006, p. 225) os **signos** são instrumentos psicológicos que constituem o pensamento tendo suma importância tanto para comunicação quanto para dinâmica interna. Sendo que a **palavra**, que é um dos mais importantes signos, é objeto na consciência e influencia diretamente na maneira como os seres humanos agem e pensam. Para Vigotski (2009, p. 398) “a palavra, desprovida de significado, é som vazio”. Então define que do ponto de vista psicológico, o **significado** é a generalização ou o conceito da palavra, por isso que a mesma é fenômeno do pensamento. Ele abrange aspectos intelectuais e discursivos, e pode se fazer pensamento quanto este se materializa na palavra e vice-versa. Estes significados das palavras se desenvolvem no decorrer da vida embora a sua “natureza interior” continue a mesma, tal como nos lembramos do dono de um casaco e seu proprietário no momento em que se avista tal objeto: “a palavra nos infunde a lembrança do

seu significado como qualquer coisa nos faz lembrar outra coisa” (VIGOTSKI, 2009, p. 400). O inverso também é válido, isto é, o pensamento também pode se expressar através da palavra e de seu significado. Com concepção histórica, dialética e materialista da constituição do ser humano e de seu funcionamento psicológico, Vigotski rebate as ideias do associacionismo e do estruturalismo na formação do pensamento e da linguagem, mantendo-os interdependentes do desenvolvimento da palavra e de seus significados. Com sua afirmação de que “o pensamento se realiza na palavra” (VIGOTSKI, 2009, p. 409) ele quis deixar evidente o fluxo e o movimento destas categorias: quando o pensamento se torna palavra ele se reorganiza de seu todo para as partes, do mesmo modo quando as palavras se tornam pensamentos. Com isto, palavra e pensamento se modificam, não são imutáveis. Daí que nem sempre o ser humano consegue expressar exatamente aquilo que pensou, pois existe toda uma reorganização no movimento do pensamento em palavra e vice-versa.

Vigotski vai além ao aprofundar-se na mediação linguagem-pensamento e suas transformações quando trás à baila a importância do sentido das palavras sobre o seu significado na linguagem interior (ibid.). Considerou que o **sentido** de uma palavra seria todo o conjunto de fatores psicológicos que podem ser despertados na consciência, sendo que ele se articula com os significados, porém, o último possui caráter mais externo, fixo, compartilhado e introjetado pelos seres humanos a partir de suas subjetividades (AGUIAR e OZELLA, p. 2006, p. 226). Os sentidos podem se relacionar com as necessidades ainda não realizadas, com conteúdos singulares. Sentidos e significados são constituídos da contradição entre o simbólico e o emocional (ibid.).

Apesar de Vigotski ter seu estudo sobre **emoções** inacabado, autores (AGUIAR, 2000; CAMARGO e LANE, 2006; SAWAIA, 2000/2009, MAGIOLINO, 2010; GONZALEZ REY, 2000,) concordam que para o soviético esta categoria exerce função mediadora das mais importantes para a constituição do psiquismo. Enfatizam a integração e a codependência entre emoções e a cognitividade e a ruptura da dicotomia entre o interno e o externo no desenvolvimento dos seres humanos. Sawaia (2000) é enfática ao afirmar que

para Vigotski, a teoria das emoções era tão importante que compunha grande parte de um plano gerador de uma revolução ontológica e epistemológica na Psicologia. Segundo esta estudiosa, o objetivo de Vigotski era mesmo desenvolver uma Psicologia Geral (conforme anteriormente citado) a fim de romper com as dicotomias dentro desta ciência. No livro “A construção do pensamento e da linguagem” Vigotski expõe um de seus posicionamentos mais conhecidos:

Quem separou desde o início o pensamento do afeto fechou definitivamente para si mesmo o caminho para a explicação das causas do próprio pensamento, porque a análise determinista do pensamento pressupõe necessariamente a revelação dos motivos, necessidades, interesses, motivações e tendências motrizes do pensamento, que lhe orientam o movimento neste ou naquele aspecto. De igual maneira, quem separou o pensamento do afeto inviabilizou de antemão o estudo da influência reflexa do pensamento sobre a parte afetiva e volitiva da vida psíquica, uma vez que o exame determinista da vida do psiquismo exclui, como atribuição do pensamento, a força mágica de determinar o comportamento do homem através do seu próprio sistema, assim como a transformação do pensamento em apêndice indispensável do comportamento, em sua sombra impotente e inútil (VIGOTSKI, 2009, p. 16).

Portanto, emoção e palavras – linguagem - estão entrelaçadas durante todo o desenvolvimento, toda a vida do homem. Mas não se confundem, mantém-se num movimento dialético emoção-razão, onde a atividade é significada e o pensamento é emocionado (AGUIAR, 2000).

A atividade é significada porque é constitutiva da consciência e mediada pelos signos/linguagem que são históricos e que foram formados através das vivências de muitas gerações. E o pensamento é emocionado uma vez que não há dicotomia entre razão e emoção (CAMARGO e LANE, 2006, p. 118) sendo o pensamento constituído também pela última. As autoras continuam o raciocínio ao colocarem que devido às influências dos estudos de Darwin a biologia foi fundamental para que durante décadas a educação fosse agente de controle das emoções (ao invés de se aprofundar no estudo de seu desenvolvimento). As emoções estariam então relacionadas a fatores biológicos e equivaleriam a reflexos ou reações fisiológicas relacionadas aos estímulos externos: “conforme este ponto de vista, estamos amedrontados

porque trememos e não trememos porque estamos amedrontados” (Ibid., p. 120). No entanto, Vigotski em “Psicologia Pedagógica” (2010) destaca que as emoções não podem ser consideradas passivas:

Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. As emoções são este organizador interno das nossas reações, que retesam, excitam, estimulam ou inibem essas ou aquelas reações. Desse modo, a emoção mantém seu papel de organizador interno do nosso comportamento (VIGOTSKI, 2010, p. 139).

Por isso o russo argumenta que discorda de outros estudiosos que depositam nas emoções toda responsabilidade pela estrutura dos aspectos psíquicos. Também diverge dos psicanalistas, que interpretam as emoções no viés das funções sexuais ou das neuroses (CAMARGO e LANE, 2006, p. 120).

Assim sendo, as **patologias** para Vigotski ocorrem quando as emoções complexas, que são históricas e constituem toda trama das funções psicológicas perdem justamente seus papéis em consequência da desintegração dos sistemas complexos. Elas não são mutáveis, mas devido a fatores sociais e a certas relações entre os seres humanos acabam desconectadas do intelecto (ibid.).

A educação é um excelente modelo de executor desta dicotomia, que pode forçar ou reforçar aspectos patológicos, quando em sala de aula professores têm como preocupação a mera transmissão de conteúdos a fim de cumprir um currículo que lhes é exigido. Ou ainda quando o sistema educacional tem como objetivo adaptar o aluno a um “X” padrão. E acabam por não estabelecer uma metodologia dialética, que parta da realidade destes alunos, que mobilize aspectos corporais e emocionais. O estudante desde cedo é levado a mecanizar sua vida. O aprendizado passa a não fazer sentido, uma vez que não há motivações ou não são sentidas as necessidades.

Camargo e Lane (2006), assim como Bader Sawaia (2000) afirmam que a teoria das emoções de Vigotski teve como forte influência o filósofo Espinosa. Sawaia dedicou muitos estudos a respeito desta relação e para que haja uma

melhor compreensão desta afinidade, pontua que com a inclusão de Espinosa nas pesquisas de Vigotski:

a emoção passa de fenômeno instintivo e negativo para fenômeno ético, propulsor ou inibidor da autonomia. Os afetos são inerentes à condição humana e por consequência à ética, pois determinam a passagem da heteronomia passional à autonomia corporal e intelectual, guardiã. Mas sua gênese é social, pois mediados pelos significados (SAWAIA, 2000, p. 20).

Isto é, conforme dito anteriormente, as emoções não são passivas. Os seres humanos, impregnados pela ciência positivista e envolvidos na imediatividade do cotidiano podem acreditar que agem e pensam de maneira predominantemente **racional** ou **neutra**. Entretanto, quando as emoções não são evidentes nas análises dos fatos ou dos fenômenos, quando não é possível reconhecê-las na consciência, podem se compor enquanto experiências não significadas, o que constitui os aspectos inconscientes. Esta é outra categoria a qual Vigotski refere que demais pesquisadores priorizam em detrimento do consciente, que fica relegado ao segundo plano.

Magiolino (2010) alude que Vigotski não especificava exatamente a diferença entre emoção/sentimento/afeto em sua obra. Mas os considerava históricos e mutáveis por estarem sujeitos às mudanças das significações. Com este motivo, transpôs este movimento à própria teoria de Vigotski: no decorrer de suas pesquisas e histórias, os termos e o seu posicionamento circularam entre possibilidades, numa dinâmica dialética, sem estacionar em um conceito “fechado”. Entretanto, a pesquisadora, procurou em sua tese abranger as bases filosóficas de Aristóteles, Descartes, entre outros, acerca do que poderia diferenciar afeto, emoção e sentimento. E explica que em termos gerais:

as **emoções** são classificadas como sensações agradáveis e desagradáveis que, de alguma forma marcam o corpo, manifestam-se através dele. Já os **sentimentos** são definidos como a capacidade de sentir, apreciar tudo o que apresenta valor estético ou moral (MAGIOLINO, 2010, p. 44).

A autora complementa que os **sentimentos** seriam as “**emoções** nomeadas, lugar de cultivo das emoções” e os afetos por sua vez consistiriam na energia que (trans)formam e (i)mobilizam as emoções, seriam mediados pelas emoções.

Já Aguiar (2006, p. 227), refere-se a Vigotski em Teoria das Emoções, num momento em que o mesmo reforça a influência de Espinosa sobre seus estudos:

os afetos também são estados corporais que aumentam ou diminuem a capacidade do corpo para a ação, favorecem-na ou limitam-na, assim como as ideias que se tem sobre estes estados.

Apesar destes aspectos corporais que constituem as emoções, os afetos e os sentimentos, faz-se importante retomar que Magiolino (2010) (através de Yves Clot e Sawaia (2000)) fortalece a ideia de que as emoções não são meras reações fisiológicas, não se dão por contágio, não são imitáveis, mas sim formadas historicamente: “a vitalidade não é apenas orgânica, mas histórica das emoções” (MAGIOLINO, 2010, p. 146). **O processo emocional é histórico e dialético.**

Bader Sawaia (2000) denomina como “política dos afetos” as emoções e sentimentos variáveis de acordo com o sexo, idade, classe, momento histórico. Isto porque as funções psicológicas superiores são formadas através das relações sociais no decorrer da história da humanidade e das histórias singulares de cada ser humano. Emoções que são enaltecidas para um grupo de indígenas, serão ou não para um grupo de adolescentes autores de ato infracional. O mesmo ocorre para os profissionais que trabalham junto a este público: oriundos de diferentes classes sociais, com formações e escolarizações diversas, terão valores e ideologias introjetados em seu meio social, diferentes significações a respeito de um mesmo conceito, crenças e valores. Furtado (2009, p. 80) fazendo referência a González Rey, alude que esta construção coletiva de campo de significados é denominada consciência social ou subjetividade social. No entanto, conforme já mencionado, os sujeitos não são passivos a este processo, mas participam de um “continuum na relação produzida (e produtora) dos processos individuais e coletivos (subjetividade individual e social)” (FURTADO, 2009, p. 82).

Destarte, a formação e o desenvolvimento das subjetividades individuais (as emoções, a consciência, a linguagem, as significações, entre outras funções psicológicas) ou sociais estarão de uma maneira ou de outra

relacionadas aos interesses de classe. Contraditoriamente e com certa frequência, certos grupos acabam por adotar valores e crenças de classes dominantes sem conseguirem compreender exatamente os interesses que podem estar por detrás desta esfera:

Em uma sociedade de caráter aberto como a capitalista teremos inúmeros jogos de interesse e incontáveis possibilidades de formulação e interpretação dos interesses de classes que muitas vezes aparecem como contraditórios entre si. No entanto, em última instância, obedecem a um único senhor: o capital, que mesmo assim parece como um soberano Mefistófeles travestido de consumo, de moda, de conservadorismo, de mesquinhas, atuando de forma parcial ao apresentar o mundo por meio de suas migalhas. (FURTADO, 2009, p. 82).

Vale aqui retomar a ideia enganosa de que os homens, na sociedade capitalista (e em outras sociedades onde o domínio de alguns sobre uma maioria existe), são livres e podem escolher independentemente de suas condições sociais, seus estilos de vida. É aí que formas de “controle sutis” atuantes na motivação e nas emoções incidem diretamente no modo de dominação das singularidades (FURTADO e SVARTMAN, 2009, p. 85).

Assim, a partir da base material e concreta da vida, da superestrutura, da contradição de classes, estas em seus mais diferentes tons, há a constituição da psique, da subjetividade que estarão relacionadas aos processos de ideologia e alienação.

A ideologia tem suas raízes históricas⁷ e é produto da instância das atividades superestruturais da sociedade (não é produto somente das ideias), sendo articulada pelas instituições (igrejas, escolas, famílias, formas jurídicas, artísticas, filosóficas etc.). Nas relações entre grupos e entre os sujeitos, ela é mediada pela linguagem (“veículo da ideologia do grupo”) e refere-se às representações que os sujeitos possuem sobre “o Homem, a Sociedade, a

⁷ Para Lane (1984 b, p. 43): A reprodução da ideologia (enquanto produto superestrutural) como produto subjetivo de ação-pensamento tem, necessariamente, suas raízes históricas, na medida em que a linguagem presente no pensar é um produto do grupo social ao qual o indivíduo pertence, mediando as relações sociais e produzindo, no conjunto de seus significados, a ideologia do grupo dominante e suas manifestações específicas no grupo social ao qual o indivíduo pertence.

Realidade”, cindidas nas valorações bom X mau, certo X errado, verdadeiro X falso (LANE, 1984 b, p. 41). Exemplo de uma ideologia em evidência é o fato da maioria dos brasileiros serem favoráveis a redução da maioridade penal. A redução interessa a um grupo minoritário que lucra com o aprisionamento de jovens, com sistema carcerário e com a indústria midiática. A maioria da população trabalhadora, que não possui condições para defender-se perante a justiça, acaba, contraditoriamente e devido a inúmeras razões, sendo favorável a tal feito, mesmo colocando seus adolescentes na berlinda. Torna-se natural acreditar que o melhor para um adolescente autor de ato infracional é ser direcionado ao sistema prisional, e não às medidas socioeducativas, porque os trabalhadores podem não ter consciência de que pertencem a um grupo que será desfavorecido com esta nova legislação (consciência de classes). A ideologia se reproduz do nível superestrutural para o individual, os sujeitos não refletem sobre as contradições que a compõem. Isto influencia diretamente nas suas ações e atitudes perante as controvérsias da vida. Para que haja ação, deve-se ter planejamento, o “pensar a ação” e este pode estar impregnado pelas ideologias. O ser humano pode agir ou não agir de acordo com o que seu grupo ou o grupo dominante pensar, haja vista que seus significados, sentidos, valores, modo de pensar foram formados nestas relações.

Sílvia Lane (1984 b) afirma que um indivíduo é alienado quando adota a maneira de ser e pensar de um determinado grupo e não tem consciência deste processo. E por conta disto acaba mantendo o status quo, além de uma postura pouco ativa e transformadora, sem confrontos com a realidade.

Já Furtado e Svartman (2009) ressaltam a discussão de Marx sobre a alienação nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, que é elaborada a partir da relação do homem com o seu trabalho e com o produto de seu trabalho no contexto capitalista. Quando o trabalhador não tem consciência de que o fruto de seu trabalho lhe pertence, e perde por sua vez o sentido de seu trabalho, passa a considerá-lo apenas “meio de vida”, de sobrevivência. Seu contato com este produto, e este sentimento de pertencimento se dará apenas quando o trabalhador comprar o produto, tendo as relações mediadas pelo dinheiro: “O trabalhador é transformado em objeto de consumo (sua força de trabalho) e, ao

mesmo tempo, é consumidor daquilo que produz” (FURTADO, 2011, p. 89). Não há consciência sobre o caráter transformador e histórico do trabalho, de suas atividades, sendo a vida separada entre momentos que se dão no trabalho e na vida particular, sem conexões, tornando o primeiro um fardo. Há uma relação de estranhamento - entre o homem, o trabalho, objeto de seu trabalho e o gênero humano⁸ - que é amparado num campo de ideologias ocultas que o mantém alienado. As **dimensões subjetivas da realidade** irão realizar papel mediador entre o homem e suas ações, impedindo-os ou não de “agir livre e conscientemente”, apropriando-se de sua história.

Desta maneira, a formação da dimensão subjetiva ocorre quando “há síntese entre as condições materiais e a interpretação subjetiva dada a elas” (BOCK e GONÇALVES, 2009, p. 141). Só existe se houver esta troca dinâmica – mediações - entre a historicidade, a concreticidade e a práxis dos sujeitos em sua cotidianidade:

As dimensões subjetivas da realidade são produzidas na confrontação desses fenômenos na vida cotidiana e a partir da ação social concreta e refletida no campo simbólico que justifica esse cotidiano e determina o lugar simbólico que ocupamos nas nossas vidas, de acordo com a posição social que nos determina. Para compreender o processo de produção da dimensão subjetiva precisaremos compreender como se dá a relação entre a base estrutural e a superestrutura social, assim como a produção da consciência nessa relação (FURTADO, 2011, p. 39).

O movimento dialético da formação dos sujeitos, do interno em direção ao externo, e do externo em relação ao interno, de subjetivação da realidade objetiva e de como esta mesma realidade é formada pelas subjetividades, configura um espaço vivo, um espaço de vivências. Constituem os sujeitos e transformam o mundo ao apresentarem-se como:

(...) expressões da própria realidade objetiva subjetivadas na “forma de ideologia, de valores, crenças, representações sociais, produto cultural, de tradições religiosas ou culturais, de produção intelectual institucionalizada, de produção de

⁸ (...) a condição de Ser Social, como define György Lukács (1976), já é dada assim como a condição de ser humano genérico. Ao mesmo tempo o ser humano se revela em sua condição singular (cotidiano), na particular (histórica) e na universal (ser humano genérico) (FURTADO, 2011, p. 64).

imaginário popular etc. que é denominada pelas bases objetivas da sociedade, ao mesmo tempo, que reelabora essas bases objetivas (FURTADO, 2002, p. 102 apud SANTOS, 2015, p.25).

Através destas referências pode-se afirmar que **as instituições, as profissões, e até mesmo a ideia que se constrói sobre os adolescentes em conflito com a lei são, portanto, também formadas por estas dimensões subjetivas**, fruto da história das subjetividades do grupo ou sociedade onde se realizam. Sem deixar de levar em consideração que o desenvolvimento destes fenômenos, o processo de formação dos sujeitos, das instituições, da cultura, etc., abarcam contradições advindas da materialidade e da atividade dos homens, munidos de suas especificidades psíquicas (motivações, necessidades, emoções, consciência, pensamento, significados, linguagem, entre outros).

A Psicologia Sócio-Histórica, através de seus mais diversos autores, alguns brevemente relacionados neste texto, propõe que a **práxis profissional** assuma seu caráter atuante e político, posicionado e constituinte da história. Deverá facilitar o desvelamento das contradições da sociedade capitalista e ter uma visão de como a subjetividade se constitui nos diferentes contextos e culturas. Para isto, precisará opor-se a naturalização e padronização dos fenômenos, identificando as mediações presentes, o processo de alienação e como ele pode ser superado (GONÇALVES, 2010, p. 23).

Lane (1984 b, p. 12), uma das maiores percussoras desta práxis profissional, enfatizou **o quão danosa pode se tornar a Psicologia ao negar o ser humano enquanto produto histórico-social: torna-se uma ciência reprodutora da ideologia dominante e em sua prática cúmplice da cristalização desta ideologia nas instituições.**

Ter um **posicionamento** diante da realidade em que se encontra implica em questionar-se constantemente como profissional, reconhecendo-se enquanto ser singular que é afetado pelas múltiplas contradições, e saber que seus valores, cultura e linguagem incidirão sobre as suas ações. É ter a confiança de que não há neutralidade, uma vez de que não há certezas que normatizem a vida.

Vigotski não primava por uma psicologia exata, que fosse detentora da verdade, e esta é também uma das maiores expectativas em relação à práxis das psicólogas até os dias de hoje, principalmente na interface com a Justiça e no âmbito social:

Mas precisamos saber o que se pode e o que se deve buscar no marxismo. Não se trata de adaptar o indivíduo ao sábado, mas o sábado ao indivíduo; o que precisamos encontrar em nossos autores é uma teoria que ajude a conhecer a psique, mas de modo algum a solução do problema da psique, a fórmula que contenha e resuma a totalidade da verdade científica (VIGOTSKI, 2004, p. 395).

2. ESTUDOS ACERCA DA HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DA CRIMINALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO BRASIL

A história de todas as sociedades até hoje, é a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travando uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras aberta – uma guerra que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária ou com a destruição das classes em luta. (MARX, 2012, p. 185)

O método da Psicologia Sócio-Histórica enfatiza a importância da história enquanto produto das relações do homem com a natureza, e das transformações oriundas desta interferência. A cada vez que o homem transforma a natureza, novas necessidades surgem, e a partir destas novas necessidades o homem modificará sua maneira de transformar a natureza. O movimento é uma das características do homem e da história.

As ideias surgem a partir destas vivências na concretude, na realidade cotidiana, cada época teve sua produção de ideias em acordo com a concepção de homem vigente. Estas concepções por sua vez influenciam na forma como eram tomadas as grandes decisões, como eram pensadas as legislações voltadas aos trabalhadores, às crianças aos indígenas, etc. O Brasil, país que se desenvolveu (e ainda se desenvolve) às custas do genocídio de indígenas e negros, não deixou por menos em relação às suas crianças e jovens. Foi esta a base não só de seu desenvolvimento, mas também de suas relações cotidianas até a formação de suas ideias e valores.

Este capítulo pretende compreender como ocorreu a institucionalização das crianças e dos adolescentes através de suas contradições, das experiências concretas e das relações sociais. Assim talvez seja possível trilhar um caminho de construção da lógica do encarceramento da adolescência atual neste país.

Tendo-se como experiências concretas as práticas, o modo como eram tratadas as crianças e jovens, a quem era dirigida a educação ou se lhes dispensavam algum tipo de cuidado.

As relações sociais estão próximas ou estão incluídas nas experiências concretas (sendo o oposto também verdadeiro), pois englobam a forma como se davam as relações adulto X criança, adulto X juventude. Como a história foi predominantemente registrada a partir dos discursos dos políticos, dos magistrados e dos médicos (e mais antigamente dos membros da Igreja e dos colonizadores); faz-se a importante a realização de uma análise crítica através de autores de destaque (tais como Ester Arantes, Faleiros, Irene e Irma Rizzini, Matsumoto, entre outros) para a que a compreensão não seja contaminada pelas ideologias de cada época.

Trata-se de uma outra maneira, de um outro método de se analisar as ideias e as representações sobre este público, já que considera-se o homem ativo constituído historicamente e constituidor de sua própria história, assim como a adolescência uma construção social.

No entanto, mesmo que os registros históricos sejam em maioria aqueles oriundos da classe elitizada, não há como não dizer que homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, não tenham participado da formação de sua própria história. Pois a ação os colocam necessariamente como transformadores da realidade. Que concretizada se torna uma outra causalidade e a partir da qual as demais gerações irão viver. Isto significa dizer novamente que todos os seres humanos sempre estarão inseridos em determinado momento histórico, econômico e social. As ideias e a base material da vida já estarão sempre postas. Porém, não se considera que estejam livres para escolher, que seja simples optar entre ser bandido ou mocinho. Gonçalves (2011, p. 39) explica que o **livre-arbítrio** é uma concepção própria do liberalismo, onde a princípio todos os homens e mulheres são iguais e livres, podendo eleger o lugar que ocupará na sociedade. Por exemplo, se trabalhar e for disciplinado, poderá ter sucesso na vida (o que também é uma ideia subjetiva), independentemente da origem de

sua classe social, do acesso que teve aos estudos, alimentação, moradia, entre outros. Marx - no 18 Brumário de Luís Bonaparte - enfatiza a importância do legado que cada homem carrega para si, sem no entanto negar que lhes seja possível o protagonismo:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1851-1852, p. 6)

Portanto, torna-se importante estudar o fenômeno e sua historicidade a partir da realidade brasileira: o encarceramento de adolescentes no Brasil possui suas peculiaridades, mas não negam as influências de práticas e ideologias estrangeiras. Há um esforço no exercício da localização do fenômeno dentro de um país colonizado e explorado, que possui o sonho de se emancipar e se destacar no cenário internacional.

Para ampliar a compreensão da constituição da adolescência autora de ato infracional e dos profissionais que atuam junto a este público, não há como se eximir da luta de classes, fenômeno determinante que engendra o mecanismo de gestão de criminalização. Há tentativa, no percurso do capítulo de se destacar as contradições a partir destes embates:

Os pensamentos das classes dominantes são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX, 2007, p. 48).

No Brasil o forte contraste entre as classes dominantes e as dominadas se deu inicialmente com a presença interesseira dos colonizadores, que tomaram as terras dos nativos por meio do genocídio, e dos jesuítas, que impuseram a cultura branca-européia-cristã institucionalizando o modo de vida dos indígenas e dos primeiros brasileiros. Além dos senhores donos das terras (também exerciam papel de governantes, administradores das regiões e juristas), proprietários das fazendas e dos africanos trazidos à força para que

se obtivesse o máximo possível de capital. Pela monarquia, que ao se deportar no Brasil – com cerca de 15.000 integrantes – reordenou toda ordem vigente no país. E impactou as elites com seu estilo e modo de vida fortemente influenciada pelos franceses. Importante salientar que as revoltas ou manifestações populares sempre foram temidas e rechaçadas através da força e da educação escassa e ideologizada. As classes dominantes aperfeiçoaram seus métodos de domínio intelectualizando-se e compondo-se como aqueles denominados “doutores” – os médicos, os advogados, membros do Poder Judiciário e Executivo – passaram a ter forte influência na composição das Leis, na execução das mesmas, que eram constituídas a partir de suas ideias, valores e interesses. Por mais que as camadas populares (escravos libertos, comerciantes, escritores, cangaceiros, etc.) ou dominadas se expusessem, não conseguiam obter sucesso, sendo na maior parte das vezes derrotados. Portanto, as transformações sociais em sua maioria ocorreram a partir das classes dominantes, excetuando-se algumas legislações que tiveram razoável participação popular, tal como é o caso ECA.

O Estado, portanto, sempre esteve sob a égide dos influentes que por meio de sua aparelhagem procuram manter até hoje a dinâmica do país favorável ao seu status quo. Exemplo explícito disto atualmente (referentes às políticas públicas da infância e da adolescência) são mais de 35 projetos de Lei que **visam reduzir a maioria penal** e a ansiedade do Presidente da Câmara dos Deputados (Sr. Eduardo Cunha – PMDB) em votar o quanto antes esta grave alteração constitucional. Tendo o ECA sido construído em circunstância de redemocratização do país, num momento de lucidez política, organização dos movimentos sociais, revisão dos conceitos e práticas referentes à infância e juventude, foi promulgado um ano após a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989). Foi um momento de resistência e de vitória dos movimentos sociais e dos ativistas de direitos humanos, pois em 1993 já havia sido entregue à Câmara o projeto de Lei propondo redução da maioria penal. Ou seja, mal se iniciou a execução da Lei, a mesma já era rechaçada em meio aos representantes do Poder Legislativo.

2.1 Um cenário vivo e doloroso que insiste em ficar

Inicia-se o histórico de atendimento do tipo educação/institucionalização/internação de crianças e adolescentes ainda no Brasil colônia, a fim de enfatizar o modo como eram tratadas, como eram cuidadas, chamando a atenção particularmente as de etnia indígena e negra. O tratamento que lhes era dispensado reflete a concepção de infância/criança e adolescência que a sociedade brasileira e seus adultos haviam construído em cada época, a partir das bases materiais, dos interesses de classe, das subjetividades e das ideologias. Silva (1998, p. 34) explica que cada fase de desenvolvimento do pensamento assistencial sempre correspondeu a uma postura político-científica e filosófica, que se traduziu, por sua vez, na edição de leis que estabeleceram alguns parâmetros para o tratamento e assistência à infância.

No decorrer do texto continuar-se-á a ressaltar o olhar para as crianças e adolescentes, desta vez pobres e excluídas. Ao final, haverá uma tentativa de se comparar como estas práticas e conceitos se desenvolveram no decorrer dos séculos e como a legislação evoluiu no processo de redemocratização do país, sem abandonar a reflexão sobre a problemática referente à violência, infância e juventude, mais do que nunca iminente em pleno século XXI.

2.2 A institucionalização dos “filhos de ninguém”...

Desta forma, retornando ao tempo, constatou-se através dos estudos que sentimento de infância já estava presente entre os indígenas antes da chegada dos portugueses, e também na época da colonização, quando os jesuítas eram responsáveis pela catequização dos indígenas. Os religiosos acreditavam que deveriam salvar as almas dos habitantes do país, através da educação. Consideravam juntamente aos portugueses que seus educandos eram dóceis e manipuláveis, sendo tanto os adultos quanto as crianças tratadas como “crianças órfãs”. Segundo Arantes (2009) isto pode ser constatado através da Carta Régia de 1798 e da Regência de 1831.

É importante ressaltar que neste período inicial de colonização, não desembarcaram na costa brasileira mulheres europeias. Por conta disto, os

portugueses se envolviam com mulheres indígenas, muitas vezes através da violência⁹.

Os padres se preocupavam com a vergonha que isto lhes causava, e com a possibilidade de que estas formas de relacionamento (inversas aos valores cristãos) prevalecessem no território. Apressadamente em 1551 inauguraram a primeira “casa de recolhimento” de adolescentes (meninas e meninos). Nesta instituição, principalmente as jovens eram “doutrinadas e governadas” (ARANTES, 2009, p. 163), educadas para serem futuras esposas dos trabalhadores e para facilitar o processo de catequização dos indígenas.

A respeito destes relacionamentos que aos poucos constituíam o povo brasileiro, Silva (1998) assinala que havia todo um interesse financeiro que o viabilizava:

A desestruturação familiar, historicamente apontada como a principal causa do abandono de crianças, tem início, entre nós, coma exploração sexual da mulher indígena por parte do homem branco. A persistência de vários séculos de crescente desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria com base na mão-de-obra escrava deu-se ao custo da desagregação familiar de centenas de tribos e milhares de famílias negras (SILVA, 1998, p. 48).

Nota-se a partir deste raciocínio como o país se desenvolveu tendo como pilares a violência de gênero, a desigualdade social, a exploração da mão-de-obra forçada e a manutenção de excedente de trabalhadores.

Não era à toa que alguns órfãos e degredados eram trazidos de Portugal. Os primeiros ficavam sob a supervisão dos jesuítas, e lhes teriam serventia no trabalho, já os degredados não tinham destino certo e não recebiam muita atenção. Mas a preocupação central dos religiosos, para Arantes (2009, p. 166) eram mesmo os mestiços, já que Padre Anchieta via nestes a “destruição ou a edificação” da terra, (apesar de que tal pensamento tivesse caráter quase que exclusivamente religioso).

⁹ Darcy Ribeiro em sua obra “O povo brasileiro” analisou que os primeiros brasileiros eram os mamelucos e mestiços, tidos por como “filhos de ninguém”, não eram reconhecidos pelos seus pais e tampouco se identificavam com a etnia materna (Arantes, 2009, p. 174).

Em outro extremo contrário à institucionalização (da vida) e dos povos indígenas e mestiços, colégios foram criados visando a formação de religiosos e instrução superior dos filhos das camadas privilegiadas da população. Isto se sucedeu até 1759, quando os jesuítas foram expulsos pelo Marques de Pombal. A partir daí, outras ordens se instalaram no Brasil para o acolhimento de órfãos, perdidos, desvalidos, vagabundos, entre tantos outros termos pelos quais se podia referir àquelas crianças e adolescentes indesejáveis.

Quanto as crianças negras, de um modo geral, distinguia-se o tratamento dispensado a estas e às indígenas. No entanto, em comum, ambas eram impedidas de crescerem e se desenvolverem ao modo de sua cultura e de suas famílias. É sabido que os costumes cristãos europeus eram considerados benéficos para salvaguardar suas almas e foram impostos no decorrer de séculos no Brasil.

Geralmente, as crianças negras eram o quanto antes forçadas ao trabalho, e tratadas das mais diversas formas, de acordo com a vontade de seu dono: Arantes (2009, p 173) refere que na maioria das vezes aos 07 anos já eram aprendizes, e aos 12 anos se constituíam força de trabalho escravo.

Algumas, ainda pequeninas, serviam como brinquedo dos filhos dos senhores, sendo doadas como presentes e consideradas animaizinhos de estimação. Sofriam maus tratos, humilhações e abuso sexual. Eram de propriedade dos senhores, denominadas assim como seus pais como “bens-móveis”. Antes da Lei do Ventre Livre quase não eram abandonadas, exatamente por servirem para o trabalho forçado. Ou ficavam salvaguardadas com a família expandida (demais negros escravos de uma fazenda), adotadas em sistema de compadrio.

Mas segundo Faleiros, E. (2009), foi no século XVII que o abandono de crianças se tornou realmente um incômodo. A carta do vice-rei a Dom João explicita claramente a situação de abandono que incomodava a sociedade da época:

Como a constituição do clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem

na repetição dos vícios; deles procede haver tal número de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas, e muitas vezes em partes, donde a voracidade dos animais as consome; para evitar este dano, que certamente ofende a religião católica, chamei o provedor da Misericórdia a minha presença, para persuadir que se erigisse uma Roda, que era o único meio por que se podia evitar tanta impiedade. E como na Misericórdia não havia legado, nem aplicação alguma para essa despesa, trouxe alguma dúvida por parte dos Irmãos. Porém, vencida ela por mais votos, se assentou, se fizesse aquela obra, recorrendo a V. Majestade, para que fosse servido concorrer com alguma esmola anual de sua fazenda e com rendimento de um açougue...” (MARCILIO, 1993, p. 153, apud FALEIROS, E., 2009, p. 207)

Assim, para sanar o problema das crianças abandonadas, em 1726 foi inaugurada a primeira Roda dos Expostos¹⁰ na cidade de Salvador, e posteriormente em outras cidades. Foram instaladas nas Santas Casas de Misericórdia¹¹, onde as crianças “expostas” habitualmente ficavam sob a responsabilidade das freiras. Eram bebês frutos de relacionamentos “ilegítimos”, muitos deles filhos de escravas com senhores, principalmente após a implementação da Lei do Ventre Livre em 1871.

No entanto, com o tempo, foi havendo superlotação, e de forma muito precarizada (sem condições sociais ou de saúde) escravas eram alugadas para criarem e amamentarem as crianças expostas.

Em 1806 as casas de misericórdia foram regularizadas por todo Império e um montante de dinheiro era mobilizado para tal, pois a legislação previa que recursos deveriam ser destinados para as instituições responsáveis (SILVA, 1998, p.39).

¹⁰ Silva (1998, p.40) conta que na Europa, na alta idade média, os expostos tinham futuro certo como soldados, ou trabalhadores servis. Alguns se criavam nos mosteiros. Não haviam instituições voltadas para o cuidado ou educação das crianças. Tudo se dava dentro do pequeno mundo que representava o feudo.

Com a crescente urbanização e aumento da população, surgiu a necessidade de se organizarem entidades. As circunstâncias em que permaneciam os enjeitados agravaram-se, mas não havia quem se responsabilizasse oficialmente. Com o surgimento dos mercadores bem sucedidos, se perdeu a necessidade de acumulação de exército de reserva.

¹¹ Também afirma que antes da Roda, mesmo havendo as casas de misericórdia, as crianças eram abandonadas à mercê, nas ruas, vulneráveis a todas as espécies de perigos, inclusive algumas chegavam a ser devoradas por animais. Outras com um pouco mais de sorte eram deixadas na porta de casas de famílias, igrejas (Ibid., p.38).

Portanto, percebe-se que havia um sistema estruturado, em prol do lucro proporcionado com a institucionalização. Para se ter ideia, em 1817 a Casa dos Expostos já havia recolhido 45 mil crianças e o índice de mortalidade já havia chagado aos 90% (SILVA, 1998, p. 37).

2.3 Brasil, um povo criança?

Foi somente com o surgimento da Puericultura¹² no século XIX, através dos higienistas que a preocupação com a alta mortalidade dos expostos e órfãos veio à tona. Iniciou-se intenso debate sobre como tornar os cuidados mais eficazes, principalmente na Casa dos Expostos. Para Rizzini, (2009a, p. 21), aí se inicia a importância dos médicos nas instituições. Foram criados institutos de saúde que visavam atendimento às crianças, e as mães passaram a desempenhar papel de maior destaque na educação de seus filhos, sendo responsáveis por sua saúde.

Dr. Moncorvo Filho (1871-1944) foi um dos protagonistas desta medicina, e era filho do fundador da Pediatria no Brasil. Responsável pelo modelo do Instituto de Assistência e Proteção à Infância no Rio de Janeiro, ainda em 1899, e pela criação do programa de higiene infantil através do Departamento da Criança no Brasil, em 1919. Sua missão era higienista e de caráter científico-filantrópico. Seu trabalho tinha financiamento público: “tratava-se de um projeto médico, assistencial e filantrópico, que visava proteger as crianças pobres” (RIZZINI, 2009b, p. 118). Mais tarde teve influência também na elaboração dos projetos de lei que versavam sobre os códigos penais. Nas três primeiras décadas pós proclamação da República, foi um dos responsáveis pela disseminação do higienismo nos conhecimentos, estudos e cuidados relativos à infância.

É neste íterim, portanto, que se inicia a convergência dos ideais caritativos, dedicados a “salvar almas” (cunho religioso), com a filantropia, que era baseada nos estudos científicos, em conceitos de “normal e anormal”, e que defendiam a expansão da assistência estatal.

¹² . Puericultura: “Ciência que trata da higiene física e social da criança” (Gesteira, 1957, apud RIZZINI, 2009b, p. 106).

As práticas que vigoravam até então - século XIX¹³ - visavam estritamente a manutenção da “ordem pública”. Era comum o recolhimento de “órfãos, desvalidos, abandonados” ou mesmo de crianças “soltas”, e, através da segregação, recebiam educação sob forte controle e disciplina. Muitas destas crianças, juntamente às mulheres, tornaram-se força de trabalho nas fábricas, angariados nos asilos, eram mal remunerados e trabalhavam por longos períodos. Segundo Rizzini, (2009a, p. 24), os patrões chegavam a justificar que era uma forma de “tirá-los das ruas”. Aqui já se vê como o trabalho era considerado uma forma de alinhar ou incluir os excluídos, mesmo que em condições degradantes e de exploração.

Todos estes aspectos caracterizam, segundo Rizzini (2008), a passagem do Brasil Império para o Brasil República (momento coincidente com abolição da escravidão), quando o país necessitava formar mercado de trabalho livre e consumidor além de racionalizar a produção.

Momento tenso e de transformações, era uma época de reformas e de construção de uma nação, idealizava-se um país “culto e civilizado”, tal como os modelos europeus. Rizzini cita Antonio Cândido, evidenciando a ambivalência com que o Brasil se enxergava:

(...) fazem de nosso patriotismo uma espécie de amor-desprezo, uma nostalgia dos países-matrizes e uma adoração confusa da mão que pune e explora”. (2008, p. 151).

De forma bem ilustrativa, o Brasil, nas palavras da autora, seria o país “**Brasil-povo-criança**” que deveria alcançar a maturidade através da educação, pois ainda estava em formação. Seu povo era considerado para o ideário da época um tanto primitivo, haja vista ser país recém saído da escravidão e suas famílias terem sido formadas principalmente através da miscigenação. (RIZZINI, 2008, p. 151)

¹³ Em 1830, **primeiro Código Penal do Brasil** determina a maioridade aos 14 anos; dos 07 anos aos 14 anos (dependendo do discernimento da criança/adolescente, ainda dos 07 aos 14 anos poderiam ir para as casas de correção). A idade de 14 anos foi definida para Dom Pedro poder assumir o trono no Brasil. O **segundo Código Penal** foi promulgado em 1890, e baixou maioridade para 09 anos; permitia trabalho infantil; destituía Pátrio Poder (famílias eram punidas).

As famílias “tradicionais” brasileiras (compostas pelos proprietários de terras, médicos, juristas, aristocratas) esforçavam-se para viver ao estilo europeu, proporcionando aos seus filhos o mesmo tipo de educação, de costumes, cultura, sendo este, portanto, o mesmo critério que os governantes impunham às demais famílias brasileiras.

Segundo estudos de Rizzinni (2008) não foram encontradas nas documentações jurídicas ou médicas estudadas referências aos escravos, ou às famílias de origem escrava. Para a autora, os pobres em sua totalidade eram vistos como “parte de a massa única, igualmente ignorante e perigosa (Ibid., p. 66)”. A preocupação médica com os problemas familiares desta etnia estava exclusivamente focada no alcoolismo ou sífilis, na infância e aleitamento materno.

A classe política mostrava-se preocupada. Temia-se não conseguir controlar os libertos, acreditava-se que a desordem seria instaurada caso não fosse possível fazê-los trabalhar. Sendo assim, alguns deputados elaboraram um documento com objetivo de:

“exigir medidas do governo para garantir a defesa da propriedade e da segurança individual dos cidadãos, já que estas, de acordo com os interpelantes, estavam seriamente ameaçadas pelas “ordas” de libertos que supostamente vagavam pelas estradas a ‘furtar e rapinar’ (CHALHOUB 1986 apud RIZZINI, 2008).

Dois meses após a Abolição da escravatura, foi votado com unanimidade o projeto de autoria do ministro da Justiça e Negócios Exteriores: “Repressão da ociosidade ou sobre a instituição dos ‘termos de bem viver’”. Baseadas na legislação inglesa, esta Lei era considerada uma via de salvação pública para o Brasil. Para Sidney Chalhoub (apud RIZZINI, 2008, p. 67) o real interesse dos dirigentes da nação era a “**construção de uma nova ideologia do trabalho**” cujos valores dignificassem e civilizassem o homem, despertassem o sentimento de nacionalidade e **afastassem a preguiça**: “abrir as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados – e do capital – das nações europeias mais avançadas” (CHALHOUB 1986 apud RIZZINI, 2008).

Este ideal de que “o importado é melhor” existia devido à cultura escravagista (e higienista) que não considerava os negros libertos, os mestiços ou os indígenas capacitados para construção do país. A visão que se tinha sobre eles era totalmente contraditória, uma vez que foram os próprios os responsáveis pela sustentação (através da exploração de sua mão-de-obra) de vários países que as suas custas acumularam infindáveis riquezas. De uma maneira geral, os trabalhadores brasileiros eram vistos como “acostumados” às ordens e os indígenas eram “indolentes”. Supostamente não possuíam iniciativa e nem estratégias para alavancar o progresso.

O contexto que continuava a excluir e a explorar o povo brasileiro, formando mão-de-obra excedente, era o mesmo onde imperava a ciência positivista e as noções de eugenismo (influenciadas pelo evolucionismo e materialismo). Estas ciências pregavam que a “raça humana” poderia ser aprimorada com objetivo de evoluir. Daí negros, mestiços, indígenas, órfãos, viciados, etc. não terem lugar ao sol e serem relegados à incompetência e ao esquecimento. No livro “O espetáculo das raças”, capítulo “Do conceito do habitat brasileiro” o médico Dr. João Henrique explica o que era a eugenia:

(...) a eugenia consiste em conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando a perfectabilidade da espécie humana, não só no que respeita o físico como intelectual. Os métodos tem por objetivo o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual. Impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Fazer exames preventivos pelos quais se determina a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, trindade provocadora da degeneração. Nestes termos a eugenia não é outra coisa senão o esforço para obter uma raça pura e forte...Os nossos males provieram do povoamento, para tanto basta sanear o que não nos pertence (SCHWARCS, 1993, apud RIZZINI, 2008, p. 47).

Além da preocupação com o povo supostamente preguiçoso, com o crescimento populacional e a formação das cidades, as classes dominantes (inclusive os proprietários de terras) estavam temerosas com possíveis convulsões ou revoltas¹⁴. Faziam-se necessárias estratégias de controle do

¹⁴ Para Rizzini (2008 p. 53) são muitos os relatos de miséria em que vivia o povo e de manifestações populares que eram contidas.

povo. Finda a escravidão, proprietários e intelectuais recorriam a novos recursos para conservarem seus bens.

Além da medicina, ciências emergentes colaboraram para esta ideia de necessidade de controle das massas, tais como as ciências sociais (antropologia), a educação e a **psicologia**, reforçando o pressuposto de que as classes de trabalhadores (ou de não trabalhadores, mas igualmente pobres) eram perigosas. Poderiam unidos organizar revoluções, tais como as ocorridas na França (RIZZINI, 2008, p. 47).

No imaginário social da época, após Revolução Industrial, com o progresso e crescimento da economia principalmente dos países europeus, e consequente “empobrecimento das classes trabalhadoras” (RIZZINI, 2008, p. 49) acreditava-se que a pobreza e a moral eram dependentes: as famílias pobres estariam fadadas a serem moralmente degeneradas.

Já medicina, cada vez mais colaboradora do sistema jurídico, foi uma das maiores responsáveis pela disseminação destes saberes, pois atribuía a moralidade a fatores hereditários. A ausência de moralidade era para a época a origem dos males que “afligiam o homem e a sociedade; o corpo e a alma”. (RIZZINI, 2008, p. 48). Desta forma a **criminalização da pobreza** era instaurada e disseminada como ideologia que persiste até os tempos atuais.

Malagutti Batista baseando seus argumentos em Zaffaroni e no que ela denomina “baião de Marx com Foucault” entende que a criminologia se torna uma questão política¹⁵:

A questão criminal se relaciona então com a posição de poder e as necessidades de ordem de uma determinada classe social. Assim, a criminologia e a política criminal surgem como um eixo específico de racionalização, um saber-poder a serviço da acumulação de capital. A história da criminologia está, assim, intimamente ligada à história do desenvolvimento do capitalismo (BATISTA, 2011, p. 23)

¹⁵Batista (2011, p. 23) embasada em Zaffaroni e Foucault refere que a relação entre política e criminologia se deu ainda no século XIII quando a Igreja e o Estado centralizaram seu poder. Mesma época em que iniciou-se o acúmulo do capital e o poder punitivo começou a traduzir os conflitos e a violência .

Sendo assim, com o crescimento das cidades e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o **ócio** era um dos vícios apontados pelos criminólogos da época como causador da vagabundagem, da mendicância e conseqüentemente da criminalidade. Na Inglaterra, desde 1720 a “indolência” era vista pela sociedade inglesa filantrópica como a raiz de todo o mal, e uma seqüência de leis inglesas (desde 1536) foram implementadas para combater este desvio, com a imposição de que as crianças deveriam trabalhar para não se acostumarem à ociosidade. Já no século XIX a “**ética do trabalho**” é ressaltada, e a moral (responsabilidade moral) antes central na formulação dos problemas sociais passa a ser substituída pela “responsabilidade social” (RIZZINI, 2008, p. 56). É a substituição dos valores vitorianos pelos valores modernos.

Como já foi dito anteriormente, no Brasil, estas ideias influenciaram as representações acerca do povo e a educação saneadora que deveria ser instaurada no país.

Os pobres passam a serem vistos como os mais vulneráveis aos vícios, às doenças, à imoralidade, não somente devido às suas condições sociais, mas também biológicas. As famílias que conseguiam manter-se afastadas destes “problemas” deveriam receber tratamento preventivo, a fim de que se mantivessem dentro da ordem estabelecida e apartadas de qualquer movimento de trabalhadores. Isto se dava através da educação moralizadora e saneadora. (Ibid., p. 61)

Os juristas cada vez mais influenciados pelas ciências médicas da época adotaram discurso moralizador e atuavam como reguladores da norma em prol da meta civilizatória, através da correção da infância. Para Rizzini (2008, p. 63) eram os maiores responsáveis pelo controle social, através de um autoritarismo disfarçado de ação humanitária¹⁶.

¹⁶ Passado mais de um século, hoje em dia não é diferente a postura de alguns magistrados que privam de liberdade os adolescentes que acreditam portadores de patologias, dependência química, família “desestruturada”, etc. Os demais profissionais (saúde, social) também reforçam o caráter psicopatológico, ao medicalizar excessivamente. Além dos casos que saem das instituições de medida socioeducativa para serem submetidos à internação compulsória

A esfera jurídica e as ciências médicas (medicina social) tornaram-se, portanto, fortes aliadas na proposta de proteção a infância, mas suas ações contradiziam seus discursos. Nem todas eram protegidas: à criança pobre, pertencente a uma família ignorante, mas “digna” perante os princípios e moldes da sociedade eram dirigidos cuidados médicos com ênfase higienista. Da mesma forma como as crianças das classes sociais altas eram objeto de cuidado e proteção. Já as crianças desordeiras ou criminosas, consideradas de famílias indignas ou incapazes (lembrando que o comportamento era considerado hereditário) eram direcionadas à justiça. Sua violência poderia colocar em risco o projeto de uma sociedade civilizada. Perante estes fatos e práticas, nota-se como na época a criança tinha significações ambivalentes: ao mesmo tempo em que seria objeto de cuidado e investimento, também poderia colocar a estabilidade da República em risco. Era a criança criminalizada, esquecida e excluída.

Sendo assim, no século XIX os pequenos deixam de ser preocupação somente dos caridosos, da família e da Igreja, e passam a ser também questão de âmbito Estatal. Se antes ocupavam posição pouco importante nas relações, ganham status social:

Na lógica do pensamento de então, um projeto político que efetivamente transformasse o Brasil numa nação civilizada implicava na ação sobre a infância. Moldá-la de acordo com o que se queria para o país. Paradoxalmente, sabia-se, a exemplo dos nossos países modelo, que não seria fácil obter simultaneamente – **um povo educado, mas não ao ponto de ameaçar os detentores do poder; um povo trabalhador, porém sob controle, sem consciência da sua força de trabalho; um povo que acalentasse amor à sua pátria, mas que não almejasse governá-la** (RIZZINI, 2008, p. 86)(grifos da pesquisadora).

A filantropia se constitui então uma forma moderna, liberal e fraterna de desenvolver o capitalismo através do “amor à humanidade” (Ibid. p.92). Caracterizava-se como uma ação entre a iniciativa privada e o Estado,

em clínicas de tratamento ou comunidades terapêuticas. O caso de Champinha, diagnosticado com transtorno de personalidade, e que foi interdito, é o mais gritante.

utilizando-se de técnicas de bem estar na gestão da população, tanto as “perigosas” quanto as “trabalhadoras”. (Rizzini, 2008, p. 85)

Tanto Batista (2010, 2011), quanto Rizzini (2008, 2009 a, 2009 b) e Maior (2015) defendem que com o desenvolvimento do capitalismo as classes dominantes (intelectuais, juristas, médicos) aperfeiçoaram todo um aparato jurídico e científico a fim de conter a população de possíveis revoltas e torná-las trabalhadores calmos, moralizados:

A transformação do capital mercantil em capital industrial vai precisar articular o trabalho obrigatório como marco legal com a arquitetura análoga da fábrica e da prisão: quem não estiver numa, estará na outra. Foucault trabalha nesse momento a união das técnicas engendradas contra a lepra e a peste: uma expulsa internando, e a outra inclui disciplinando (BATISTA, 2010, p 2).

Neste contexto, as ideias do movimento higienista faziam todo o sentido. Adotaram a missão de sanear o país, principalmente as famílias das camadas mais pobres da população, com a colaboração da Igreja católica.

Aliás, segundo Ariés (apud RIZZINI, 2008, p. 98) o cristianismo e o protestantismo influenciaram na concepção do ideal de “salvação da criança” (do século XVI) através de seu “dogma do pecado original” onde acreditam que o ser humano é pecador nato, devendo, conseqüentemente ser salvo. A “descoberta da infância” também tem origens neste fato, pois estava cada vez mais atrelada à responsabilidade dos pais pela educação e pela espiritualização.

Por tais razões, fazia todo sentido “moldar a criança” segundo padrões europeus: “ser um homem de bem” e trabalhar em prol da construção da pátria. Para as mulheres era direcionada uma educação a fim de torná-las esposas com valores cristãos, “boas mães” capazes de dirigirem seus filhos para serem “bons trabalhadores”.

Em teoria, a regeneração dos vícios, da vagabundagem, da criminalidade se daria **através do trabalho**¹⁷. Isto até hoje é idealizado pelos próprios adolescentes em conflito com a lei. Quando excluídos do mercado formal de trabalho acreditam que o crime possa se caracterizar como uma alternativa: “trabalho no crime”. Do mesmo modo, observa-se presente na atualidade: no momento em que se encontram nas medidas socioeducativas, um discurso muito incentivado e mecanizado é aquele onde afirmam: “vou trabalhar, estudar e ajudar minha mãe”.

Retomando o raciocínio histórico, mas se a algumas crianças era reservado o futuro do país, às crianças pobres, abandonadas, criminosas já era aguardada a institucionalização. Isto porque, naquela época o país não tinha escolas públicas para todos (85% da população era analfabeta) (RIZZINI, 2008, p. 114). E somente as intervenções médicas não eram suficientes. Logo, grande parcela da população ficava desamparada ou institucionalizada.

Como os médicos falhavam em seus objetivos, os juristas se fortaleciam exatamente com o uso destas ciências. Segundo Rizzini (2008, p. 116) e Batista (2010) respaldavam-se principalmente nos exemplos de criminologia europeia e na estadunidense, sendo empáticos aos estudos dos criminologistas Lombroso e Ferri.

O advogado Evaristo de Moraes, em 1900, ilustra o exemplo de atuação dos juristas da época. Embasado nas ideias de Lombroso, costumava com frequência discutir juntamente com Dr. Moncorvo Filho a situação em que se encontravam as “creanças criminosas”. Percebia como era danoso aos pequenos permanecerem aprisionados no mesmo espaço que os adultos, pois se contaminavam com a ideias e comportamentos dos mesmos. Eram “moldáveis”. Elaborou então um documento importante para a época manifestando sua indignação.

¹⁷ A valorização do trabalho passou pela desmemorização do passado colonial em relação aos homens que exerceram atividades, principalmente agrícolas. Esquecer o trabalho escravo e valorizar o trabalho regenerador do Estado republicano - esta era a idéia a ser internalizada pela sociedade (SILVA, 2011, p.1113).

Apesar desta postura “em defesa das crianças”, nem sempre o jurista pensava assim. Para Evaristo, a família, foco das intervenções, era a principal responsável pelo direcionamento dos filhos ao trabalho. Caso os pais falhassem, os filhos eram considerados moralmente abandonados, sendo a tutela transferida para o Estado.

Infelizmente, este modo de “governar as crianças” e famílias pobres passou a ser predominante no país, deixando sequelas ainda hoje. O principal objetivo dos “reformadores” (termo adotado das práticas estadunidenses “social reformer”) era: intervenção do Estado na infância que se apresentasse como perigosa ou iminentemente perigosa. Sendo que as causas que levariam uma criança a ser tornar perigosa eram baseadas nas ideias de Lombroso:

Raça, clima, tendências hereditárias, condições de vida familiar e social, ociosidade (...), inclinações (...) tais como cólera, vingança, crueldade, falta de sentimentos afetivos, tendência pronunciada para obscenidade, entre outros (RIZZINI, 2008, p. 124).

Diante deste cenário, a aliança entre assistência filantrópica e Justiça se fortaleceu na intenção de implementar um “sistema de proteção aos menores”¹⁸, **momento em que o “menor” torna-se “categoria jurídica socialmente construída e oriunda daquela aliança”** (Ibid., p. 125). Os menores eram justamente os filhos de pobres, especificamente aqueles cujos pais não tinham “habilidade” para educar.

Os juristas passaram a defender a elaboração de um novo código voltado somente a estes “menores” “abandonados e delinquentes” que pareciam se multiplicar e tomar conta das cidades, dificultando o objetivo de tornar o Brasil um país próspero.

A partir de então o **termo “menor”** se popularizou e ainda hoje (após cerca de 100 anos) é adotado não somente nos discursos cotidianos, mas também por profissionais de diversas áreas (mídias, saúde, justiça, assistência, entre outros).

¹⁸ Todo este sistema elaborado para o “atendimento” e educação destes menores configurou-se em um complexo denominado por Donzelot (1980) como “complexo tutelar”.

Menor: categoria jurídica e socialmente construída para designar a infância pobre abandonada (material e moralmente) e delinquente. Ser menor era carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade (RIZZINI, 2008, p.134).

Porém, a autora ainda reforça que nos países da América do Sul a implementação destas “políticas” de assistência aos menores e de Justiça Juvenil ocorreram de maneira muito mais violenta e repressiva, servindo como laboratório para práticas e discursos importados.

2.4 O primeiro Código de Menores: classificar para governar

Se até o início do século XX não havia distinção no Brasil entre infância e adolescência, no final da 1ª Guerra, a infância já havia sido “judicializada” e a categoria “menor” era ampliada para se designar:

“a criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa, entre outras, foi naturalmente incorporado na linguagem, para além do círculo jurídico”. (RIZZINI, 2009b, p. 113).

Em 1924, Mello Matos foi nomeado o primeiro juiz de menores na América Latina, um dos responsáveis pela estruturação do modelo de assistência pública no Brasil. Neste mesmo ano, implementou-se o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, sendo que este decreto tinha intenção de abarcar todos os “problemas dos menores” (RIZZINI, 2009b, p. 130). Os Conselheiros eram pessoas ilustres e de instituições importantes.

Concomitante a estas discussões, estudos científicos e práticas médico-jurídicas articuladas no Brasil, também em 1924, foi anunciada a Declaração de Genebra (precursora da Declaração dos Direitos das Convenção dos Direitos das Crianças de 1989). Este documento internacional representou a divulgação dos princípios que viriam a se tornar Direitos das Crianças e Adolescentes. Já mencionava a condição peculiar das crianças enquanto “seres humanos em desenvolvimento” e, por consequência, o tratamento especial que deveria lhes ser dispensado.

Mas a primeira legislação exclusivamente voltada para os “menores” no Brasil foi o (1º) **Código de Menores promulgado em 1927**. Era razoavelmente longo, composto por com 231 artigos. Segundo Faleiros (2009, p. 47), o Código

tinha “filosofia higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista.” Os adolescentes com idade entre 14 e 18 anos eram submetidos a juizado especial, podendo ser sentenciados com “liberdade vigiada”. As crianças e adolescentes pobres foram formalmente qualificadas como “menores” e classificadas em três categorias: **abandonados e órfãos**; **moralmente abandonados**: com famílias sem condições sociais ou morais; e os **delinquentes**: praticantes de crimes. As decisões continuavam sob o critério do juiz e dos diretores das instituições (o que vigora até hoje), sendo que “o jurista e o médico representavam as forças hegemônicas no controle da complexa questão social da infância abandonada”. (FALEIROS, 2009, p. 48).

É evidente que a legislação confirmou as contradições da época e deixou marcas ideológicas até os dias atuais. Apesar de ter em vista a proteção das crianças (por exemplo, impondo a prisão das mesmas em local separado dos adultos, ou ainda proibindo o trabalho a menores de 12 anos) esta proteção se dava através de práticas moralizadoras e violentas e dependia de como os juízes e suas equipes compreendiam cada caso. Detinham a competência de suspender o Pátrio Poder do pai ou da mãe que fossem considerados incapazes de cuidar e educar seus filhos; ou ainda de decidir qual o destino de adolescentes supostamente perigosos.

O art. 68 permitia interpretações diferentes pelos juristas e juízes. Ao mesmo tempo em que previa que menores de 14 anos delinquentes não deveriam ser submetidos a processo penal e poderiam ser reencaminhados às suas famílias, no parágrafo 2º conjecturava que:

§ 2º Si o menor fôr **abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser**, a autoridade competente proverá a sua collocação em asylo casa de educação, escola de preservação ou confiará a pessoa idonea por todo o tempo necessario á sua educação comtando que não ultrapasse a idade de 21 annos (BRASIL, 1927)(grifos da pesquisadora).

Quer dizer, de qualquer modo poderiam ser afastados de suas famílias ou até mesmo sofrerem restrição de liberdade caso fossem considerados abandonados, pervertidos ou julgados subjetivamente como “em perigo de ser”.

Já o art. 69 previa que os menores entre 14 a 18 anos autores ou cúmplices de crimes ou contravenções deveriam ser submetidos a processo especial, tomando-se posse das inúmeras informações sobre a família (complexo tutelar). Aí entravam os “assistentes dos juízes”, especialistas, embasados na ciência, mas impregnados pelos valores e interesses da época. No § 3º deste mesmo artigo, é possível verificar a possibilidade de influência subjetiva nas decisões, ao formalizarem como condição para a restrição de liberdade o “potencial de se tornar criminoso”:

Si o menor fôr abandonado, pervertido, ou estiver **em perigo de o ser**, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessario á sua educação, que poderá ser de tres annos, no minimo e de sete annos, no maximo (BRASIL, 1927).

Portanto, a definição de “menor delinquente” estava muito próxima e se confundia com a de “menor abandonado”. Em quaisquer destas situações, as crianças ou adolescentes pobres em situação de vulnerabilidade poderiam ser institucionalizados durante anos e fadados ao esquecimento, correndo o risco de nunca mais reverem sua família. Do mesmo modo, unicamente as famílias eram culpabilizadas. Isto ocorria quando não tinham condições materiais ou morais para manterem seus filhos ou quando estes cediam à criminalidade: poderiam ser penalizadas com multas ou até privadas de liberdade.

As reflexões de Silva (1998) expõem o quanto esta legislação estava imbuída de elementos contraditórios. Por um lado permitiu que fosse instaurada toda uma enorme lista de classificação que criminalizava: expostos, menores, abandonados, mendigos, libertinos, capoeiras, vadios, mendigos, menores delinquentes, pervertido ou em perigo de ser... E por outro era considerada avançada, posto que visava a proteção, se comparada a de outros países que legitimavam o castigo físico:

O Brasil sempre se deparou com esta condição: por um lado, adota posturas avançadas na legislação, acompanhando os principais avanços consagrados nos tratados e nas convenções internacionais, mas por outro, essa mesma legislação avançada serve para mascarar e camuflar uma prática arcaica e discriminatória (SILVA, 1998, p. 71).

2.5 A infância pobre e doente como questão de defesa nacional – governo Getúlio Vargas

Na década de 30, destacaram-se práticas e estudos eugênicos que apesar de surpreenderem deixaram frutos que até hoje influenciam na atuação das psicólogas junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Isto porque representou o início do que atualmente se denomina “patologização e medicalização da vida”. Era o caso do Laboratório de Biologia Infantil (Rio de Janeiro, 1935-1941) e do Instituto de Pesquisas Juvenis¹⁹: ambos voltados para os estudos das causas que levariam crianças e jovens a delinquir, transgredir, a serem viciosas. Os profissionais destes laboratórios eram especialistas em educação e saúde (pedagogia, psicologia, medicina legal e serviço social), realizavam estudos e relatórios acerca das causas da delinquência e do abandono, responsáveis pela “triagem” das crianças e adolescentes “recolhidos” pela polícia. Porém, tais pesquisas não tinham âmbito social, mas analisavam a pobreza como uma **doença** que deveria ser diagnosticada e tratada pela assistência social. Rizzini (2009) enfatiza que estes “serviços auxiliares” visavam subsidiar as práticas judiciárias e romperam com as concepções predominantes da época:

Após o domínio absoluto da causalidade moral, começaram a crescer, em importância, as causas psíquicas, físicas, sociais e econômicas, na explicação do desvio de comportamento do menor. As causas morais, como os “maus costumes”, a frouxidão moral”, o “enfraquecimento da autoridade familiar”, juntaram-se os “distúrbios físicos e psíquicos” a “hereditariedade”, o “urbanismo”, o “industrialismo” e o “pauperismo” (LOUZADA, 1940, apud RIZZINI, 2009, p, 251).

(...) No processo de identificação das causas da sua conduta e/ou estado de abandono, o menor recebia um diagnóstico (ou “apreciação”), que definia a sua condição de indivíduo física e psicologicamente normal ou anormal. Auxiliado por esses exames técnicos, o Juízo atribuía ao indivíduo as causas de seu comportamento desviante, embora o discurso dos agentes reconhecesse a importância das causas sociais e econômicas da criminalidade. O diagnóstico (que não era somente médico,

¹⁹Por serem muito impressionantes recomenda-se a leitura sobre estas práticas pesquisas no artigo de Renato Silva (2011).

mas também psicológico), formulado por uma instituição que tinha respaldo na ciência médica, como o Laboratório, legitimava, cientificamente, uma prática de exclusão e discriminação. (RIZZINI, 2009, p. 251).

Formalmente foi desta maneira que os profissionais especialistas começam a colaborar diretamente na justificação do sequestro de crianças de suas famílias pobres e no aprisionamento destas e das consideradas delinquentes. Sem terem oportunidade para se defenderem, famílias ficavam à mercê de uma ciência que atendia a ideologias contraditórias e dominantes: ao mesmo tempo em que médicos, juristas e políticos intencionavam melhores condições de vida para estas populações, como acesso à educação e saúde, submetiam-nos à seus valores, interesses e controle.

O **Serviço de Assistência a Menores (SAM)** criada pelo governo Vargas (1930-1945) em 1941 era subordinado ao Ministério da Justiça e com ele reforçava-se o olhar sobre as famílias. O “menor” continua a ser identificado como um problema proveniente dos lares e a partir daí há uma crescente ideologização dos discursos dos representantes do Estado: “Na ditadura implantada por Getulio Vargas, intervir junto à infância torna-se questão de defesa nacional” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 32). Haja vista a política da época, que se preocupava com as ameaças socialistas.

O então presidente, além de embasar suas políticas na eugenia, realizava suas articulações a fim de agradar tanto o âmbito privado – empresas – como o público e o religioso (Igreja Católica), pois pretendia “um governo centralizador e intervencionista” (FALEIROS, 2009). No entanto, tendo como prioridade o recrutamento do maior número possível de trabalhadores para “fazer crescer o país” os empresários acabavam por exercer grande influência – positivas e negativas - nas decisões governamentais voltadas para o povo, inclusive nas políticas públicas voltadas à infância e adolescência. Travaram muitas batalhas no poder legislativo para reduzir a idade mínima de trabalho do Código de Menores para menos de 14 anos, e chagaram a obter algum sucesso. Porém, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT de 1943) o trabalho infantil só liberado a partir dos 14 anos.

Na elaboração da Constituição de 1937 conseguiram adicionar artigo que estabelecia o ensino industrial com objetivo de preparar os jovens das classes menos favorecidas para o trabalho, através do ensino privado, mas com financiamento público. É assim que nasce o SENAI e o SENAC em 1942 e 1946, respectivamente.

Foi no Código Penal de 1940 que a maioria penal de 18 anos foi estabelecida, e com a CLT de 1943, a idade permitida para crianças/adolescentes trabalharem passa a ser de 14 anos, a não ser que se obtenha autorização judicial.

Já em relação à “política” dos “menores”, o governo criou quatro órgãos que funcionariam integrando-a entre Estado e instituições privadas: o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), o Departamento Nacional da Criança (1940), o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM, 1941) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942) (FALEIROS, 2009, p. 53). O SAM (citado anteriormente) era voltado para as questões de ordem social e tinha como principais objetivos:

(...) orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, preceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono. (FALEIROS, 2009, p. 54)

Ainda segundo mesmo autor, o judiciário visava a “manutenção da ordem e preservação da raça”, realizando o julgamento do “menor” através do estudo de sua personalidade e da sua inclinação à periculosidade. Igualmente a décadas anteriores, porém, de maneira mais intensa, juízes continuavam a associar a delinquência ao abandono, reforçando a concepção de que a família pobre não dava conta da educação de seus filhos.

E as políticas reforçavam este ideário, pois investiam de maneira desigual nos educandários. Alguns, para onde os filhos das classes mais abastadas eram encaminhados, a educação era de qualidade.

Mas nas instituições onde permaneciam os mais pobres, vigorava o interesse do lucro obtido “por cabeça”, não havia benefícios, projetos ou supervisão adequada:

No imaginário popular, o SAM acaba por se transformar em uma instituição para a prisão de menores transviados e em uma escola do crime. A passagem pelo SAM tornava o rapaz temido e indelevelmente marcado. A imprensa teve papel relevante na construção desta imagem, pois ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos “bandidos” que passavam por suas instituições de reforma (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 43).

Diante destes fatos, o SAM assemelhava-se a um depósito onde crianças e adolescentes abandonadas e/ou infratoras permaneciam internadas no mesmo local. Inicialmente a política era definida como “portões abertos” para ambos (SILVA, 1998, p. 70), mas isto permitia que alguns entrassem e saíssem com frequência da instituição, o que incomodava a ordem pública. Até que em 1963 foi criada o Recolhimento Provisório de Menores (RPM) onde os menores infratores de 14 a 18 anos deveriam aguardar futuros encaminhamentos, já que apresentavam “resistência” em mudar seu modo de vida (Ibid., p. 70).

Importantíssimo frisar que para este mesmo autor, a “política dos portões fechados” também favoreceu a “tranquilidade para o trabalho dos técnicos e dos especialistas das várias modalidades profissionais” (...) que se constituíam e constituíam as “instituições totais (...) onde se fazem experiências com o eu” (GOFFMAN apud SILVA, 1998, p. 70).

2.6 Na ditadura: aprisionar para controlar...

(...) a ditadura exarcebou os traços mais negativos de uma experiência, a das instituições totais, que a sociologia crítica vem denunciando há vários anos (SILVA, 1998, p. 9).

Como o SAM ficou estigmatizado, durante a ditadura militar em 1964, é organizada pelo governo federal a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, instituição com independência financeira. A política de segurança nacional continuaria mais do que nunca a impor suas ideologias, e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) deveria dar conta das crianças e

jovens abandonados e/ou que não se comportassem dentro dos parâmetros estabelecidos pela ditadura e sociedade conservadora da época.

Vogel (2009, p. 294) refere que as premissas da FUNABEM foram inspiradas na Declaração dos Direitos das Crianças (aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 1959) e que assim pretendiam atuar em favor:

(...) do “bem-estar do menor” no atendimento de uma série de “necessidades básicas”, a saber – “saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social” (FUNABEM, 1976, apud VOGEL, 2009, p. 294).

Detalhando-se um pouco mais como deveria se desenvolver esta política, o foco do atendimento deveria ser em direção à família e aos menores abandonados/marginalizados, pertencentes a grupos denominados como “desassistidos”. Estes grupos pareciam se multiplicar em decorrência à migração, ao êxodo rural e a incapacidade do mercado de trabalho em absorvê-los. O governo e a FUNABEM consideravam este fenômeno um “processo de marginalização” e uma preocupante questão social, geradora de muitos gastos públicos. Principalmente porque um levantamento da Câmara dos Deputados (1976, apud VOGEL, 2009, p. 292) chegou a estimar que um terço da população entre 0-19 anos se encontrava em estado de marginalização. Isto gerava não somente temores financeiros, mas também a crença de que a criança e o adolescente que permanecessem nas ruas poderiam gerar riscos à segurança nacional, caso fosse manipulados para atuação contra o Estado totalitário.

Por conta disto, uma das providências do governo foi a intensa culpabilização das famílias pelo “estado de abandono do menor” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 39) que passaram a ser alvo de prevenção e de intervenção, inclusive religiosa. As drogas também foram avaliadas dentre os inimigos da Pátria (VOGEL, 2009, p. 301) posto o julgamento de que eram substâncias destruidoras de famílias. Caracteriza-se aí a intensificação da guerra às drogas (será discutida mais adiante no capítulo sobre a adolescência) e da criminalização da pobreza. Rizzini e Rizzini (2004, p. 39) analisam o quanto

esta ideia de proteção à infância tornava-se antes de tudo “proteção contra a família” incapaz de exercer sua função.

O **Código de Menores de 1979**, direcionado pela “Doutrina da situação irregular” teve algumas mudanças em relação ao primeiro, principalmente por realçar ainda mais a categoria “menor”, denominando estas crianças e jovens especialmente como “menores em situação irregular”:

Art. 2º: Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal (BRASIL, 1979).

Previa ainda o estudo de caso por especialistas e a elaboração de relatórios; separação dos menores em centros específicos destinados à recepção, triagem e observação, e à permanência de menores; obrigatoriedade da escolarização e da profissionalização; levantamento e fichamento de cada indivíduo. Não determinava a defesa técnica do “menor”, sendo que esta função caberia ao Ministério Público, ao curador de menores ou até aos juízes que deveriam atuar com a proposta de garantir o melhor interesse da criança e

do jovem. Isto se justificaria pelo fato das medidas (ao menos em teoria) terem de caráter educativo, e não punitivo. No entanto, os juízes tinham liberdade para decidirem sem maiores fundamentações, já que isto não era previsto em lei. Em consequência, muitas crianças e adolescentes permaneciam esquecidas, e a atuação jurídica ocorria em prol do controle social, de acordo com as subjetividades e ideologias dominantes.

Era pressuposto que as medidas aplicáveis ao menor deveriam promover a **integração sócio-familiar**, conforme já explicado anteriormente. Mas limitavam ações técnicas, jurídicas, sociais e até mesmo individuais (das famílias, por exemplo) por estarem contidas em um mesmo artigo, não sendo separadas ou diferenciadas pela sua natureza: se por abandono, ato infracional ou por outros motivos:

Art. 14. São medidas aplicáveis ao menor pela autoridade judiciária:

I - advertência;

II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;

III - colocação em lar substituto;

IV - imposição do regime de liberdade assistida;

V - colocação em casa de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado (BRASIL, 1979).

Como se pode conferir crianças, adolescentes, abandonados ou infratores eram praticamente tratados da mesma maneira. Muitas instituições não costumavam separá-los.

Esta prática está denunciada na frase do professor Roberto da Silva (1998), mencionada na epígrafe, que explicita a disposição das instituições totais (em especial na ditadura militar) em ceifarem histórias. É um dos exemplos de como as famílias tinham seus laços rompidos a partir do momento em que se viam obrigadas a entregarem seus filhos ao estado, com a

promessa de proteção. O referido professor testemunhou todo o processo de criminalização da infância (e adolescência), a partir de sua institucionalização, iniciada quando ainda era pequenino: aos 3 anos como “criança abandonada,” na adolescência enquanto “autor de ato infracional” e na fase adulta “um criminoso”. E resignificou estas vivências ao realizar sua pesquisa de mestrado, onde detalhadamente comprova o longo percurso de privação de liberdade ao qual uma criança pobre, anteriormente ao ECA, poderia estar fadada. Concentrou-a principalmente nas crianças nascidas entre 1940 e 1968 e institucionalizadas nas décadas de 50, 60, 70 e 80. Investigou prontuários²⁰ da antiga FEBEM/SP e da secretaria de segurança pública, trançando a lógica que levava crianças abrigadas a continuarem institucionalizadas devido ao posterior envolvimento com meio infracional, com objetivo de diagnosticar o processo de criminalização das crianças e adolescentes sob tutela do Estado. Na constituição destas práticas, estava a marca da atuação de profissionais autorizados a implementá-las: psicólogos, educadores, assistentes sociais, médicos...

No filme “O contador de histórias” (2009) a vida de outro Roberto é narrada: a do também pedagogo Roberto Carlos Ramos. A situação é muito semelhante a do outro professor Roberto (da Silva), pois retrata como os trabalhadores em circunstâncias de pobreza se viam obrigados a entregar seus filhos ao governo, às FEBEM(s). Ramos também foi submetido ao processo de criminalização, e apesar desta vivência, fez-se exceção por conseguir transformar sua vida (não é interessante relatar como ocorreram estas circunstâncias para que o filme seja assistido).

Em São Paulo, as origens da Fundação CASA remontam ao formato instituição total “FEBEM” – Fundação do Bem-Estar do Menor, implementadas com a PNBEM. Após a breve duração da Pró-Menor (1974-1976), a FEBEM-SP permaneceu por mais de 30 anos (1976-2006), mudando sua nomenclatura para Fundação CASA – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.

²⁰ Na mostra de prontuários pesquisados, o primeiro infrator aparece em 1964.

2.7 A redemocratização e a garantia de Direitos...garantia de Direitos?

No início da década de 80, as inquietações pertinentes à dureza dos militares e do tratamento dispensado às crianças e adolescentes instigaram mudanças, conscientização, movimentos populares, novos estudos e denúncias.

Com abertura política, as discussões sobre os “meninos de rua”, “crianças abandonadas”, “menores infratores” e institucionalização se intensificaram. A Convenção dos Direitos da Criança (1989) foi pedra fundamental para conscientização de que as crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento, sujeitos de direitos, pois sagrou a Doutrina da Proteção Integral. Não por acaso, este era o mesmo caminho que estava sendo percorrido por militantes e políticos no Brasil, que, um ano antes, já afrontavam a ideia de que criança e adolescente eram problemas de polícia ou de médico (ARANTES, 2004).

Deste modo, adiantando-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e também à própria Convenção (1989), conseguiram acrescentar o importante artigo 227 na Constituição Brasileira. Passou a ser dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade:

Art. 227.

o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Arantes (2004) e Martins (s.d.) referem, no entanto, que a inclusão deste artigo na Constituição, não foi tarefa fácil, pois havia forte influência da ala conservadora para manutenção de suas teses. Para que conquistassem maior apoio possível no Congresso, houve a necessidade do recolhimento de milhares de assinaturas e do apoio de entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef).

Pouco tempo após a promulgação da Constituição, aos 13 de julho de 1990, seguindo a toada do Movimento Constituinte, foi finalmente regulamentado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, símbolo de uma vitória numa longa história de exclusão e criminalização. Para que se compreenda a mudança na legislação, e o risco que se corre em perdê-la com a possibilidade da redução da maioria penal, algumas especificações fazem-se necessárias.

A “Doutrina de Proteção Integral” é uma doutrina jurídica que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Uma boa definição de “sujeitos” está descrita no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006, p. 28):

A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento (2006, p. 28).

Portanto, os adolescentes (12-18 anos incompletos) tomados como sujeitos ativos, participativos e capazes de se colocarem enquanto **protagonistas** de suas vidas, são também **responsáveis** por seus atos no que diz respeito à prática de atos infracionais. Esta responsabilização será pormenorizada no decorrer da dissertação. Só este raciocínio, já seria suficiente para derrubar a argumentação de que o ECA versa somente sobre os “Direitos” das crianças e dos adolescentes.

Como todos os cidadãos brasileiros, adultos, idosos ou jovens, passam a ter seus direitos reconhecidos, pode-se dizer que há igualdade neste requisito²¹. No entanto, nem todas as crianças e adolescentes tiveram a

²¹ O artigo 5º da Constituição brasileira (1988) garante a igualdade em direitos (adultos, crianças, homens, mulheres, sem distinção de cor ou religião): “- Art. 5º **Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (BRASIL, 1988) E o 3º artigo do ECA (1990) iguala as crianças e os adolescentes aos adultos no tocante às garantias de direitos: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei (...)”.

oportunidade de conhecê-los (supõem-se que os adultos tenham entrado em contato) para exigirem-nos. Isto porque ainda estão em fase de desenvolvimento, tendo muitas necessidades a serem atendidas, sendo que sozinhos não conseguiriam sobreviver. Daí que se torna obrigação de todos – sociedade, Estado, família – a promoção dos Direitos e a garantia de que irão se desenvolver em condições plenas, com dignidade e sem serem submetidos a quaisquer tipos de violência. Crianças e adolescentes devem ser prioridade em casa, na escola, nas ruas, nas políticas públicas...na Fundação CASA (SP), no Novo DEGASE (RJ), na FUNDAC (BA), na FASE (RS)...

Uma outra prerrogativa que deve-se destacar com a Constituição Federal de 1988 e com o ECA, foi a mudança de paradigma referente ao conceito de crime ou contravenção penal. Com o art. 103 os adolescentes tornam-se autores de “ato infracional”. Esta mudança de nomenclatura se deu pelo fato dos adolescentes serem inimputáveis, considerados pessoas em desenvolvimento e por terem seus direitos garantidos para a plenitude de seu desenvolvimento. Desta forma, não se configurou uma mera mudança da nomenclatura, mas há uma exigência de mudança de postura de todos para que os adolescentes sejam responsabilizados e submetidos a processo socioeducativo condizente com seu desenvolvimento psicológico, intelectual e físico. Do mesmo modo que o adulto (igualdade de Direitos, sendo os menores de idade prioridade), deve ser submetido a todo aparato jurídico, só que especializado para sua causa.

Quando uma criança (menor de 12 anos) é apreendida na prática do ato infracional, o Conselho Tutelar²² deve ser acionado imediatamente, assim, como a família ou responsáveis. Esta criança não receberá medidas socioeducativas, mas a rede socioassistencial de proteção deverá ser acionada a fim de que ela e sua família/responsáveis sejam assistidos de acordo com suas demandas. Deve-se atentar que o Conselho Tutelar nunca deve atuar ou ser caracterizado como um “órgão policial”, apesar de ser comum dirigentes de escolas ameaçarem crianças indisciplinadas dizendo-lhes que “chamarão o Conselho Tutelar”. Pois será exatamente o Conselho o responsável por realizar

²² O Conselho Tutelar é um órgão de defesa dos direitos infanto-juvenis por excelência.

o atendimento anterior ou posterior à criança e sua família/responsáveis, o acompanhamento, a inserção ou articulação da família na rede de proteção. Todas as estratégias deverão ser executadas incansavelmente pelos responsáveis da rede de proteção. Nestes casos prevalecem as garantias de direitos, as medidas protetivas e o fato das crianças estarem em desenvolvimento, por isso serem inimputáveis. As medidas protetivas podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, no caso das crianças que cometerem atos infracionais; porém, estas não são somente para estas situações. Estabelece o ECA:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

(BRASIL, 1990)

Isto é: se em razão de sua própria conduta (inciso III), uma criança praticar ato infracional, ela deverá ser obrigatoriamente assistida. São inúmeras as razões que levam uma criança a praticar ato infracional (apesar de que não vem ao caso esmiuçar nesta dissertação), e a própria lei prevendo este fato explicita os incisos I e II acima citados.

Já o adolescente, quando for flagrado na prática de ato infracional, deverá ser encaminhado para a delegacia, de onde seus familiares/responsáveis serão acionados. Após a constatação do ato infracional, será submetido ao inquérito policial e ficará a mercê do delegado liberá-lo e entregá-lo à família; ou encaminhá-lo ao sistema socioeducativo (privação de liberdade em instituição adequada, já que não pode permanecer na delegacia, a não ser em cela separada dos adultos), dependendo de como o Delegado considerar o caso (pequeno ou médio potencial ofensivo). Em liberdade ou já privado de liberdade provisoriamente por até 45 dias, será ouvido (oitiva informal) pelo Ministério Público, sendo que os promotores serão

os responsáveis pela representação (art. 182, § 1º e 2º, do ECA, estão descritos os requisitos da representação) e darão o seguinte prosseguimento: arquivamento, o procedimento, oferecer a representação, ou ainda conceder a remissão. Caso haja a continuidade do procedimento, o adolescente será julgado pelo Juiz, com a presença de seu defensor e do promotor. Em alguns casos, o Juiz solicita à equipe psicossocial da internação provisória relatório com objetivo de embasar sua decisão final. Antes da instituição do SINASE em 2012, estes relatórios eram elaborados de acordo com os moldes de cada instituição, mas o PIA – Plano Individual de Atendimento trouxe uma nova concepção (o que não quer dizer que esta nova concepção esteja sendo implementada).

Portanto, os artigos 110 e 111 do ECA garantem aos adolescentes o devido processo legal, com direito de terem conhecimento de qual é o ato infracional que lhe é atribuído; direito à defesa com defensor público e de produzir provas à seu favor; ser ouvido pelas autoridades competentes e ter a presença de seus pais ou responsáveis durante todo o processo. São medidas socioeducativas, previstas no artigo 112 do ECA:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

(BRASIL, 1990).

Vale à pena lembrar que o adolescente deverá receber a medida de acordo com a sua capacidade em cumpri-la, com as circunstâncias e gravidade da infração (art. 112, § 1º do ECA). Todos estes aspectos deverão ser considerados, principalmente pelo fato de serem pessoas em desenvolvimento.

Em última instância, caso o ato infracional tenha sido considerado gravíssimo, imediatamente após a sentença judicial, o adolescente já institucionalizado em caráter provisório (45 dias no máximo) deverá ser encaminhado para instituição adequada e de âmbito estadual. A duração da privação de liberdade de adolescentes não possui tempo determinado, tendo limite de 3 anos, e seu retorno à liberdade dependerá de sua “evolução” no Plano de Atendimento Individual (PIA).

Portanto, há responsabilização do adolescente por seus atos, ele não fica impune como muitos acreditam. Inclusive, está colocado de forma muito evidente na Lei 12.594 de 2012:

Art. 1º

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação.

A internação tem caráter de brevidade e excepcionalidade.

(BRASIL, 2012)

O SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi originalmente instituído pela Resolução nº19/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2012, após ser rediscutido, foi promulgado sob a forma da Lei 12.594. Possui importância ímpar ao regularizar a execução das medidas socioeducativas no Brasil detalhadamente. Inclusive por prever o que deve ser feito quando o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação for vítima de violência. Também articula a rede do Sistema de Garantia de Direitos, reafirmando o caráter educativo das medidas socioeducativas. Prioriza as medidas em meio aberto, a municipalização das mesmas, as redes de apoio nas comunidades, corresponsabilizando Estado, família, sociedade além do próprio adolescente (VANNUCHI e SILVA, 2006).

Tanto os ECA quanto o SINASE preveem a elaboração de relatórios de acompanhamento por profissionais especializados (psicólogas, assistentes sociais, educadores, etc.) e pelos demais membros da equipe multidisciplinar. No entanto, foi com o SINASE, que este “relatório” recebeu uma atribuição diferente. Se anteriormente cada instituição tinha seu modelo e cada juiz fazia as exigências que acreditasse cabíveis, agora com o PIA – Plano Individual de Atendimento o protagonismo do adolescente é prioridade. Isto porque se trata de um planejamento de ações e mudanças que devem ser realizadas durante a internação e a posteriori (articulado com a rede). Para elaboração e implementação deste Plano, é necessária também a participação da família, e ressaltando novamente, não somente daqueles profissionais “técnicos”, mas da equipe de referência (determinada pelo Centro): enfermagem, segurança, educação, entre outros. Isto gera um maior número de reuniões e atendimentos em grupo, reorganização da rotina institucional, fortalecimento de vínculo entre a equipe, o adolescente e a família e finalmente a fixação de **metas**.

Este caráter agregador do PIA pretende com certeza mobilizar a todos com intuito de repensar a medida socioeducativa, os relacionamentos e as ações, sem penalizar o adolescente e sua família.

Contudo, as instituições ainda não estão em sua maioria preparadas para executá-lo de maneira ética e comprometida, faltando-lhes recursos ou formação. Os relatórios do Conselho Nacional de Justiça finalizados em 2012 mostram bem estas realidades.

E mesmo estando preparados para tal, encontram inúmeras dificuldades para dar continuidade aos planos (ou mesmo iniciá-los). Posto que todos, adolescentes, família, trabalhadores estão implicados na realidade de uma sociedade capitalista desigual e desumana, conservadora, que boicota a juventude e o ECA. Uma sociedade que pretende retroceder a Lei, reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, através de mais de 30 projetos de Lei, o que se dizer dela? É evidente que há uma distorção da compreensão do ECA e das medidas socioeducativas, pois mais de 90% da população brasileira é favorável à redução, imaginando que esta seria a solução para a violência (roubos, furtos, assassinatos, entre outros). Há um senso comum de que os

Direitos Humanos são só para os “manos”, como se estes também não fossem “humanos”. Assim:

Não apenas continuam a rotulação, a criminalização e o internamento de jovens pobres como também propostas como a do rebaixamento da idade penal, a da modificação do próprio Estatuto, a da introdução da pena de morte e, mesmo, a de execução sumária - baseada na ideia de que não se deve respeitar os direitos humanos de “quem não é humano” - vêm ganhando espaço na vida social brasileira (ARANTES, 2004, p. 164).

O “menor delinquente”, o “adolescente infrator” são construções que remontam séculos de história, conforme está sendo verificado no decorrer da pesquisa. Apesar de seu significado se transformar, ganhar inúmeras classificações, há uma estrutura que desde a colonização configura-se como um “moinho de moer gente”²³. Uma máquina viva, que não para, ampliando consumo, exigindo cada vez mais de si mesma e dos recursos naturais. Uma máquina “do capital”, de auto-reprodução destrutiva (MÉSZÁROS apud MATSUMOTO, 2015), que num país de raízes escravagistas precisa de novos sistemas e de novas gestões que sustentem a exploração dos trabalhadores e alimente a miséria. A elaboração e de políticas públicas exigiu empenho de uma parcela da população, que foi ativa na grande “virada” do ECA. Foi um momento único, de redemocratização e de união, de resignificação do país. Mas a implementação do ECA em sua totalidade não permitirá que a exploração, que o lucro, que o sistema capitalista se sustente. Por isto há contradições, que parecem caóticas, e o povo-mercadoria acaba lutando contra si mesmo.

A máquina do capital sustenta-se, ainda, de outras máquinas menores, tais como as instituições. Elas empregam gente que não produz, mas que consome. E aprisionam aquelas que não produzem e que são proibidas de consumir. No Brasil, a institucionalização parece ser uma fórmula antiga. Faz as coisas “funcionarem”. Embora ainda não funcionem. Começou com os jovens indígenas, continuou com os órfãos, com os negros e hoje permanece com estes que não estão mais nas senzalas, mas nas periferias urbanas.

²³ Frase muito conhecida de Darcy Ribeiro, 2006.

Pode-se dizer que as instituições totais – manicômios, prisões, FEBEM - são como as “novas senzalas”. Só que mais aprimoradas: estão validadas nas políticas públicas, nas profissões, no formato das Leis. Estão previstas em orçamento público, como no caso da Fundação CASA do Estado de São Paulo: 1,2 bilhões de reais só para o ano de 2015²⁴. Com cerca de 13.000 funcionários, 11 mil adolescentes internos ou semi-internos e gastos mensais de R\$11.000 por adolescente. É a instituição que concentra maior número de adolescentes no país (maior que toda somatória dos outros estados) e maior número de unidades. Chegou a ter o maior complexo de internos, o famoso Tatuapé, em vigor desde 1901 (Instituto Disciplinar, Chácara Belém). Não por acaso, a antiga FEBEM (e o estado de São Paulo) foi parar no banco dos réus na Corte Interamericana de Direitos Humanos - OEA²⁵, por denúncias e processos (entre os anos 2000-2006) de maus-tratos, rebeliões, torturas e violências contra os adolescentes. O Brasil poderia sofrer sanções, caso o estado não tomasse providências. Com objetivo de evitar a condenação, em 2005 o governador providenciou demissões em massa, transferências de adolescentes emergenciais e sem critério (inclusive para penitenciárias), mudanças de gestores, causando um maior número de rebeliões e violações. Ao final, nomeou a atual presidente, Berenice Gianella, e autorizou a presença e atuação do Grupo de Intervenções Rápidas (GIR) do Sistema Penitenciário dentro dos complexos. Às pressas, e não sem violência, o governo conseguiu desativar o Complexo Tatuapé. O espaço passou por reformas durante alguns anos, até que foi reinaugurado como parque. Assim como o espaço do Complexo Penitenciário Carandiru, que se tornou parque e instituição de ensino.

Os complexos foram extintos, mas não significa que o número de adolescentes aprisionados tenha diminuído. Foram diluídos em outras unidades, menores, que primam por obedecer aos moldes do SINASE,

²⁴ Fundação CASA sob suspeita. Fonte disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/819/o-crime-do-desperdicio-5976.html>. Na introdução há dados fornecidos pelo próprio estado de São Paulo, compatíveis com estes.

²⁵ FEBEM: De quem é a culpa? Por Ariel de Castro Alves. Observatório das violências policiais. Agora pertencente aos Centros de Estudos da História da América Latina, CEHAL, PUC-SP. Fonte disponível em: http://www.ovp-sp.org/artg_ariel_febem_oea.htm.

algumas inclusive são de gestão compartilhada com organizações sociais. Hoje totalizam 149²⁶. Os números de tumultos, rebeliões e de denúncias foram reduzidos conforme o Plano Decenal de 2014²⁷, porém, não se sabe qual o critério estabelecido pela instituição para formalização de seus levantamentos. Fato é que a instituição não tem como omitir o aumento significativo de fugas nos últimos meses, pois estão sendo divulgadas pela mídia. Segundo a Folha de São Paulo²⁸, que realizou levantamento junto à promotoria, até o momento somam-se em 487.

Assim se expõe parte da estrutura que sustenta estas instituições, e como estas compõe o cenário intenso onde milhares de trabalhadores e adolescentes irão sobreviver. Às vistas grossas, sugerem pertencer a grupos sociais distintos, mas dizem respeito à mesma realidade, levando-se em conta a luta de classes. O Estado garante a segurança, a ordem e a propriedade privada e seus trabalhadores reproduzem no cotidiano este mecanismo de controle, sob a forma da violência. Impregnadas pela ideologia capitalista/neoliberal as relações parecem mais ainda conturbadas, pois é interesse das classes dominantes a manutenção dos conflitos entre os trabalhadores e filhos de trabalhadores (adolescentes, juventude).

²⁶ Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo, 2014.

²⁷ Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo, 2014.

²⁸ Fundação CASA vive a maior onda de fuga desde os tempos da FEBEM. Fonte disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1694196-fundacao-casa-vive-a-maior-onda-de-fuga-desde-os-tempos-de-febem.shtml>

3. ESTE TODO QUE NOS PARECE CAÓTICO - COMPREENDENDO O TEMA SOBRE OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Menor abandonado, menino de rua, moleque, moleque de rua, menor carente, pivete, trombadinha, “di menor”, marginal, nóia, aviãozinho, “o menor”, menino da FEBEM, ladrão, bandido, adolescente infrator, menor delinquente, delinquente juvenil, adolescente autor de ato infracional...por que não simplesmente adolescente?

Um dos objetivos desta pesquisa será verificar através de entrevistas e reuniões com psicólogas que atuam em instituições socioeducativas de internação como se constituem suas práticas e se é possível haver uma práxis efetiva.

Mas para se falar em “**práxis**”, há de se falar na dialética teoria-prática. É óbvia a importância das pesquisas e das leituras na formação profissional. Mas todos estes estudos acerca da criança e do adolescente institucionalizado ou não têm importância para a prática das psicólogas que atuam no contexto? Estas pesquisas colaboraram efetivamente para o seu trabalho? São divulgadas ou em algum momento é oferecido o acesso a elas? Os documentos que norteiam este exercício são fundamentados nestas pesquisas?

Há algumas décadas Sílvia Lane (2008) já alertava sobre o “saber congelado” do mundo acadêmico da Psicologia, pouco voltado para a prática cotidiana. E enfatizava a importância da Universidade contribuir para a “conscientização dos futuros psicólogos” acerca do contexto sócio-histórico (mesmo avaliando isto como uma utopia).

Consideramos que já no ano de 2015 ocorreram mudanças significativas, mas ainda são muitas as angústias que permeiam as práticas profissionais – na maioria das vezes descolada das teorias. Estas em sua maioria de origem estrangeira, parecem distantes da realidade vivida, das experiências e da luta de classes que no Brasil determina a construção do

ideário “menor infrator – adolescente autor de ato infracional – adolescente em conflito com a lei”.

Dentre estas mudanças acadêmicas, um dos avanços foi a implementação do Mestrado Profissional da Universidade Bandeirantes²⁹ (na capital paulista) que abrange exatamente este tema: “Mestrado Profissional: Adolescente em Conflito com a Lei”. São professores com diferentes formações, que orientam e que expõe seus trabalhos aos orientandos (delegados, policiais, professores, socioeducadores, profissionais da saúde, etc.), através de diferentes recortes: a aprendizagem, os modelos de socioeducação, a institucionalização, a prática, entre outros. Com certeza, a contribuição deste grupo de pesquisadores (professores e estudantes) é muito valiosa para o desenvolvimento da práxis social, nas mais diversas profissões e instâncias socioeducativas.

Em relação aos estudos (artigos, livros, etc.) realizados no levantamento bibliográfico desta dissertação, destacaram-se alguns que colaboram para a compreensão do que seja a categoria “adolescente em conflito com a lei” na atualidade. Procurou-se mencionar aqueles que tenham ressaltado a importância desta discussão nos mais variados âmbitos³⁰ – uma vez que são históricas e influenciam na elaboração e execução das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Além disto, os próprios estudos e discussões irão, aos poucos, respondendo aos questionamentos realizados nos primeiros parágrafos deste capítulo.

Bretan (2008) realizou uma dissertação³¹ que trás dados relevantes, auxiliar na compreensão da totalidade das pesquisas. Através de seu mestrado, levantou e analisou teses e dissertações da PUC e da USP entre 1990 e 2006. Ao todo, foram lidas as sinopses de 100 pesquisas, até que 40

²⁹ Entre seus professores alguns serão citados nesta pesquisa: Frasseto e Paulo Malvasi.

³⁰ Inclusive militantes da causa infantojuvenil e dos Direitos Humanos.

³¹ Título: Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC (1990-2006).

fossem selecionadas para a análise qualitativa³². Mesmo diante desta numerosa quantidade de pesquisas encontradas, a autora concluiu que o número fora insuficiente, considerando-se a abrangência do universo acadêmico. Assinala que esta falta de interesse científico pela causa, notadamente entre os estudantes da área de Direito, se dá pela pouca ênfase e atenção direcionadas ao ECA durante os cursos de graduação. Também avalia como consequência desta defasagem a escassez de defensores públicos que atendam a causa do adolescente. Por conta disto, menores são as possibilidades destes terem seus direitos protegidos ou garantidos no devido processo legal. Seria interessante que esta pesquisa realizada por Bretan (2008) fosse constantemente atualizada, pois se trata de um levantamento importante para o planejamento das políticas públicas e para a compreensão sobre o fenômeno nas subjetividades.

Malvasi e Teixeira (2010) destacam-se como importantes tanto na introdução da discussão, quanto na tentativa de responder aos questionamentos supracitados. No livro “Violentamente Pacíficos” desconstroem o binômio juventude-violência e mostram como esta associação formou-se historicamente³³. Para tal, questionam o conceito de juventude enquanto “uma noção ambígua” e o consideram:

uma “provocação ao pensamento”, pois é, no limite de sua caracterização da diversidade de comportamentos humanos, uma definição imprecisa, historicamente construída, em permanente – e, cada vez mais rápida – **mutação** (MALVASI e TEIXEIRA, 2010, p. 22).

Entendem tais autores que a abordagem do tema “juventude”, deve necessariamente enfatizar o conceito de adolescência. Controvertidamente e de maneira geral, a Psicologia, a caracteriza como uma “fase da vida” que se

³² Dentre os pesquisadores citados na dissertação: José Rezende Filho, 1996; Jorge Broide, 2006; Flávio Américo Frassetto, 2005; Sposato, 2003; Maria Cristina Vicentin, 2002; Maria de Lourdes Teixeira, 2002; Isa Guará, 2002; que se tornaram referências teóricas para os profissionais do âmbito socioeducativo.

³³ Segundo Malvasi e Teixeira (2010, p. 81), de forma resumida, o binômio juventude-violência foi produzido “para encobrir aspectos problemáticos e constitutivos das dificuldades da convivência humana e de um modo de organização econômica e política produtora de desigualdades e intolerante com as diferenças”.

difere das demais por peculiaridades do desenvolvimento biológico, emocional, social e intelectual, variáveis de acordo com o ambiente e com a cultura onde se vive. Deste modo se mostram as abordagens da maioria dos cursos.

Nesta linha de pensamento, assinala-se que na puberdade (que ocorre geralmente entre os 10 e 13 anos), tanto a menina quanto o menino começam a apresentar as primeiras mudanças fisiológicas significativas, tais como a primeira menstruação e a primeira ejaculação. Juntamente a estas mudanças, segundo a psicanálise de Anna Freud e Arminda Aberastury, há o luto pela perda do corpo infantil, o luto pela perda dos pais ideais e o luto pela perda da identidade infantil. Alcântara (2010) cita Aberastury & Knobel³⁴ (1988), para melhor descrever esta “fase”:

busca de si mesmo e da identidade; tendência grupal; necessidade de intelectualizar-se e fantasiar, crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características do pensamento primário, evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta, atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversas intensidades; contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, dominação da ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida, uma separação progressiva dos pais, constantes flutuações do humor e do estado de ânimo (ABERASTURY & KNOBEL, 1988, p. 29, *apud* ALCÂNTARA, 2010, p. 23)

A autora também reuniu em sua pesquisa ideias de Donald Winnicott³⁵, acerca do sofrimento da criança e do adolescente que apresentam comportamento antissocial e que sinalizam através destes um pedido de socorro ao ambiente, às pessoas com os quais se relacionam. Em seu artigo de 1965, inserido na famosa coletânea “Privação e Delinquência”, o médico pediatra reúne os principais aspectos que caracterizam o que é esta “fase” e que se sobressaem na história singular:

- o desenvolvimento emocional do indivíduo;
- o papel da mãe e dos pais;

³⁴ Estes autores desenvolveram o conceito de “adolescência normal”.

³⁵ As teorias de Winnicott são muito utilizadas pelos profissionais de Psicologia na interface com o Direito, inclusive se tornaram bibliografia cobrada em concursos públicos.

- a família como um desenvolvimento natural, em função das necessidades da infância;
 - o papel das escolas e outros grupamentos, vistos como extensões da ideia familiar e como realce dos padrões familiares preestabelecidos;
 - a imaturidade do adolescente;
 - a consecução gradativa da maturidade na vida do adolescente;
 - a consecução, pelo indivíduo, de uma identificação com grupamentos sociais e com a sociedade, sem perda excessiva de espontaneidade pessoal;
 - a estrutura da sociedade, sendo essa palavra sendo utilizada como substantivo coletivo, sociedade composta de unidades individuais, maduras ou imaturas;
 - as abstrações da política, da economia, da filosofia e da cultura, vistas como culminação de processos naturais de crescimento;
 - o mundo como superposição de um bilhão de padrões individuais, uns com os outros.
- (WINNICOTT, 1965, p. 145-6, apud ALCÂNTARA, 2010, p.22).

Aguiar *et al* (2001, apud BOCK, 2007, p. 64) consideram que a Psicanálise teve grande influência na constituição da ideia de adolescência, tendo sido Stanley Hall o seu precursor. Este enfatiza em sua teoria conflitos, “turbulências” e emergências sexuais. Porém, Erickson (1976, apud BOCK, 2007) é reconhecido como o principal responsável por institucionalizar a “fase adolescente”. Conceituou a “moratória³⁶” como uma etapa de espera (*pause*) em que o jovem, envolto por uma “confusão de papéis” passa por transformações e vivências, até que consiga identificar-se com as atividades e comportamentos que lhes são cobrados e desempenhe funções adultas.

Verificou-se que a pesquisa de Ana Bock (2004, 2007), fundamentada na Psicologia sócio-histórica, possui consonância com a de Malvasi e Teixeira (2010)³⁷. A partir da obra de Leontiev, Bock (2004) analisa a forte tendência da **Psicologia** em abordar a temática da adolescência de forma a naturalizá-la. Ao

³⁶ Aqui cabe uma observação a respeito da moratória numa sociedade marcada pela luta de classes: As condições sociais nas quais se encontram os jovens são claríssimas como fonte mobilizadora e geradora da chamada “adolescência”. A moratória na qual se encontram os jovens não é um período necessário do seu desenvolvimento e, sim, um período no qual o mundo adulto considerou necessário colocar seus jovens para poderem os adultos estar mais tempo no mercado de trabalho e para poderem os jovens serem mais bem preparados para responderem às exigências do novo mundo do trabalho tecnológico (BOCK, 2004, p.42).

³⁷ Apesar de não utilizarem as mesmas teorias.

realizar a leitura de diversas obras e estudos a respeito identificou que a maior parte deles descreve a adolescência como algo **natural** ao ser humano, uma “fase” do desenvolvimento **esperada** e pelo qual todos devem passar. Concluiu que esta naturalização não é presente somente na literatura acadêmica, mas é reproduzida pela maioria dos psicólogos que trabalham com jovens e adolescentes. Enfatiza que quando a adolescência é tornada natural, os sujeitos são tratados como desconectados de suas realidades, do ambiente, dos fatos sociais, inclusive de suas próprias histórias singulares (em ocasiões onde se justifiquem quaisquer atitudes ou comportamentos às características que acreditem ser “típicas da fase”). Há, portanto, uma ruptura do indivíduo e da sociedade em tais discursos e práticas, com centralização da individualidade, mas que contraditoriamente caracterizam adolescentes e jovens de forma universal – estas teorias têm caráter universal, não especificam a que cultura ou a que classe social se referem. Em consequência disto, compreende-se que se os cursos de graduação, ao tomarem como diretrizes abordagens e teorias naturalizantes, irão propagar ainda mais a ideia de que todos que se encontram nesta etapa deverão necessariamente realizar a passagem para o mundo adulto de modo muito semelhante: puberdade (desenvolvimento das características sexuais secundárias), vivência dos lutos, comportamento contestatório, fortalecimento do vínculo com grupos de amigos, afastamento da família, instabilidade emocional, entre outros fatores (em sua maioria negativos). Diante desta predominância no meio acadêmico, advindo de “profissionais de confiança” tais como médicos, psicólogos, pedagogos, entre outros, a sociedade passa a se apropriar desta naturalização, podendo agir com certa passividade e/ou omissão, pois não há o que fazer “se não aguardar a fase passar”. Por outro lado, as relações podem se tornar demasiadamente conflituosas, o que também está dentro dos padrões naturalizantes, pois é “esperado” que o adolescente seja contestador ou revoltado.

Assim sendo, na perspectiva sócio-histórica, pontos de vista focados somente nas transformações biológicas e comportamentais não bastam para a compreensão do que é a adolescência. Ana Bock (2004) enfatiza a necessidade de revisão no conceito, pois parte dele foi banalizado ou tomado

como **negativo**. Corre-se o risco do adolescente e do jovem serem estigmatizados como superficiais, imaturos, quando não desvalorizados. Nesta visão, abstém-se a “gênese social” (BOCK, 2004, p. 38), essencial para a compreensão dos fenômenos sociais.

Numa linha semelhante de raciocínio, acerca do “lugar problemático” que o jovem³⁸ tem ocupado com sua figura frequentemente associada à rebeldia, Vicentin (2005) chama a atenção aos estudos que tomam a juventude como um “problema social”. Tendo Helena Abramo (1997) enquanto referência, afirma que esta ênfase aos aspectos negativos é **histórica**:

São muitas as produções científicas sobre a juventude que desconhecem ou negam suas potencialidades: a juventude vista como subcultura marginal e delinquente; como população em risco; como etapa transitória, na qual se está, mas todavia não se é. São extensas também as atribuições moralistas em torno da juventude: “juventude sem valores”; “juventude desviada”; “juventude violenta” (VICENTIN, 2005, p. 31).

Com objetivo de contextualizar a adolescência e explicá-la nos âmbitos sociais e políticos, desvinculando-se de ideologias monocórdicas, BOCK (2004, p. 40) trás os argumentos de Adélia Clímaco (1991). Para a autora este período da vida foi delineado principalmente após as revoluções industriais e por demanda do capitalismo. Com o crescimento das indústrias, desenvolvimento das tecnologias e diminuição do número de empregos, houve uma maior cobrança quanto à qualificação e preparo dos trabalhadores. Ao exigir-se mais, para que fosse possível a garantia de permanência por mais tempo em seus empregos, crianças e adolescentes passaram a permanecer por mais anos nas escolas. Porém, devido a esta demanda estendeu-se o período de dependência do adolescente em relação a sua família e à escola³⁹,

³⁸ Vicentin (2005) também faz alusão às crianças e à infância em sua obra, sujeitadas às classificações e ao controle, “aos esforços de homogeneização e esmagamento de singularidades” (PERLONGHER, 1986, apud VICENTIN, 2005, p. 29).

³⁹ No país (RIZZINI, 2008) há mais de um século a criança e o adolescente são vistos como “o futuro” e a “salvação”, devendo ser educadas e/ou institucionalizadas para o trabalho. Com esta concepção, a escola passa a ocupar um lugar de “proteção” (“lugar de criança é na escola!”), complementar à educação e cuidados que deve receber da família. No entanto, nunca na história do país, a inserção no contexto escolar foi proporcionada igualmente a todas as classes sociais, a todas as crianças e adolescentes. Além disto, com esta demanda, a própria educação passou a ser concebida como um bem de consumo e um bem de capital (SAVIANI, 2005, p. 22,)

desdobrando-se outras contradições, que se veem hoje presentes, por exemplo, nos adolescentes que cometeram ato infracional: muitos o fizeram para obter bens de consumo e para garantir sua identidade, sua autoestima, ainda que através de atos ilícitos. Esperar mais, para quê? - alguns se questionam. Mesmo que isto lhes custe suas vidas. Por nada querem depender de suas mães. Como diz Ferréz:

O menino do morro no palco é só a repetição de campanhas de marketing agressivas, que o fizeram ter vergonha de ser o que é, e querer se blindar de garantias de aceitação (FERRÉZ, 2014).

De maneira resumida, Bock (2004) busca desnaturalizar, historicizar e significar a adolescência; Malvasi e Teixeira (2010) procuram dissociar juventude e violência; Vicentin (2005, p. 34) em sua tese “A vida em rebelião”, mostra como contraditoriamente o “fenômeno marginal” é visto somente de sua superfície: a rebeldia, o questionamento, o confronto, a desobediência, o “desvio”...E propõe⁴⁰ que exatamente estes aspectos sejam estudados:

“como uma **experimentação social na marra** que indica novas modalidades de organização da subjetividade coletiva. Daí que **deveríamos “tomar a sério”** os adolescentes, porque grande parte de suas derivas é indicativa de **novas formas de organização subjetiva, individual e coletiva**” (VICENTIN, 2005, p. 34)(grifos da pesquisadora).

Sob este ponto de vista, inverte-se a lógica assujeitadora e abre-se caminho para que a **manifestação coletiva juvenil** seja vista como problematizadora da ordem social, como formas de negociação e resistência à cultura dominante (ibid.). Configuram-se como meios de ação e expressão, novos sentidos, significados e resistência num mundo onde não teriam muita escolha: aprisionamento e/ou morte. O hiper-realismo seria então uma expressão contraposta a este destino trágico, familiar à morte, que lhes pareceria certo:

é um modo de fazer frente à “vida nua”: evidenciando-a, analisando-a, denunciando-a. Fundamentalmente, é uma “verdade-arma”, pois exercita uma feroz indiscernibilidade entre política e violência (VICENTIN, 2005, p. 221).

⁴⁰ Tendo como base Guattari (1987) e Lapassade (1968, 1973).

Em consequência a todas estas significações formadas historicamente através das relações entre diferentes grupos sociais, a sociedade capitalista constrói referências e posturas inequívocas sobre a concepção do que seja adolescência e os adolescentes por sua vez introjetam esta identidade (ibid.).

Nesta mesma lógica, apesar de grupos de militantes e intelectuais nadarem contra a corrente, o fenômeno acaba sendo visto em sua superfície pela maioria da população e pelos legisladores. Por conta destas concepções negativas, **políticas públicas** (entre outras práticas executadas por ONGs, por exemplo) têm sido elaboradas e executadas com foco a “**contenção do risco real ou potencial**”, caracterizando-se como políticas repressivas ou de prevenção, que tomam o adolescente e o jovem como “problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social”⁴¹ (ibid.). E assim questiona:

Esta suspensão da vida social não seria responsável pela marginalidade adolescente na medida em que os jovens permanecem alijados dos processos de poder e de criação social? (ABRAMO, 1994, apud VICENTIN, 2005, p. 32).

3.1 Crescer na salvação ou na criminalização? Os números que fazem a história ou a história que faz os números...

As dimensões da violência explícitas no cotidiano, principalmente aquelas mostradas nas telas de televisão as quais a maioria da população tem acesso, dificilmente evidenciam dados concretos sobre a totalidade. Apesar da sociedade brasileira não estar mais submetida à censura da ditadura militar, fatos e fenômenos são editados, manipulados, previamente interpretados sob o ponto de vista de grupos que detêm a informação e que possuem interesses próprios. Pode-se afirmar que se configuram como fortes colaboradores para a formação limitada do ideário juventude-adolescência X violência, incidentes diretos sobre “senso comum penal” (GRAMKOW; MATSUMOTO, 2015). No entanto, tais concepções fazem parte de uma história que possui

⁴¹ Esta concepção de “salvaguardar a criança” já estava presente nas políticas da Nova República do século XIX e início do século XX, conforme exposto em capítulo anterior.

determinantes sociais, dentre estes um sistema de “escolas criminológicas”⁴² que procuram categorizar os sujeitos de acordo com suas supostas “aptidões” para o trabalho ou para a criminalidade – ou ainda em “sujeitos normais X anormais” (ibid.). Há um interjogo velado, que constitui a luta de classes e que se manifesta através de instituições científicas, jurídicas, penais, midiáticas:

Dessa forma, fica evidente que todo o ordenamento jurídico-institucional do Estado, inclusive o monopólio da violência, deve se estruturar de modo a garantir a reprodução do modo de produção vigente. Eis também o papel da sobre-estrutura jurídica e penal em um país de herança escravocrata e que vivencia a ideologia da democracia racial e a realidade concreta de violência, segregação e extermínio da população jovem e negra (GRAMKOW; MATSUMOTO, 2015, s. p.).

Deste modo, ao apontar para o aprisionamento e o genocídio como estratégias de governabilidade e controle social, Gramkow e Matsumoto (2015) chamam a atenção para a forma de compreender como se dá o “processo de escolha dos novos imputáveis pelo sistema de (in)justiça penal”, acrescentando-se ainda os inimputáveis nesta lógica. É aí que entram os apontadores: a análise dos dados estatísticos auxilia como importante instrumento no decorrer de toda a história do Brasil, país marcado pela extermínio desde a chegada dos portugueses. Infelizmente, a população nem sempre teve acesso aos números que se tornariam provas contundentes da barbárie instaurada e disseminada, cicatriz exposta há mais de 500 anos. Números contam histórias e podem ser extraordinárias armas nas mãos de militantes e movimentos sociais na reivindicação de direitos e na elaboração e execução de políticas públicas:

A visão que aponta para a historicidade dos fenômenos permite indicar práticas voltadas à emancipação dos indivíduos, para que se reconheçam como sujeito de direitos e conquistem autonomia, podendo se engajar na luta por uma vida melhor (GONÇALVES, 2010, p. 23).

No entanto, Malvasi (2012, p. 152) chama a atenção ao tratamento que pode ser dispensado a estes levantamentos: se não forem contextualizados, principalmente no que diz respeito ao modo de vida dos jovens e de toda

⁴² Gramkow e Matsumoto (2015) destacam entre as escolas positivistas de criminologia que visam um enfoque no “perigosismo” as de Rafael Garofalo, Enrico Ferri e Lombroso, os dois últimos já mencionados no capítulo anterior.

estrutura social e política que sustentam estes números, podem reforçar novamente a estigmatização de seus sujeitos. A intenção não é aliar ainda mais binômios juventude –violência ou criminalidade – pobreza, mas sim mostrar como eles são construídos e como o país “escolhe” seus inimigos (ZACCONE, 2015), configurando-se uma guerra sob o pretexto de proteção dos que são dignos e trabalhadores.

Não é tarefa fácil organizar estes indicadores. Mesmo as entidades de Direitos Humanos e os meios jornalísticos possuem dificuldades para fazê-lo, pois alguns países os consideram irrelevantes (também pode haver a intenção de ocultar interesses lucrativos). Nesta pesquisa procurou-se a exposição de análises e índices mais atualizados possíveis. Eles podem variar de uma pesquisa para outra, por conta da utilização de diferentes metodologias e interpretações, que levam a distintos resultados de fenômenos semelhantes ou idênticos.

Em tempo, tais indicadores e análises também reforçam um argumento repetido por toda a dissertação: ser criança, ser adolescente, ser jovem nos tempos atuais é diferente do que era há 30 ou 40 anos atrás. Isto não varia somente pelas questões temporais, mas também devido às contradições apresentadas nas discrepâncias sociais, interesses capitalistas e aquisição de direitos. A proposta de se compreender a construção entre juventude e violência, juventude e pobreza (que podem ser negativas) necessita de uma análise mínima acerca das diferentes incongruências específicas da categoria histórica “adolescente em conflito com a lei”⁴³. E se faz importante para mostrar que as conquistas são árduas e dependem da manutenção da luta⁴⁴.

Iniciando a relação de números surpreendentes, talvez um dos que mais causem impactos em todos os sentidos, quando evidenciado, é o fato do Brasil ser o país com maior número de homicídios do mundo! Ao todo foram

⁴³ Esta pesquisa versa sobre algumas delas.

⁴⁴ Conquistas relacionadas à garantia de direitos e a execução de políticas públicas que primem pela emancipação de seus sujeitos. Luta contra o retrocesso, o genocídio, a exclusão e ao engodo da inclusão excludente.

64.357⁴⁵, segundo o “Relatório sobre a situação mundial de prevenção à violência” de 2012, lançado em 2014 pela ONU e OMS (este relatório inclui latrocínios e mortes por agressões, número diferente do levantado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública por conta da metodologia). A média por 100 mil habitantes também está bem acima da mundial: são 32,4 assassinatos por 100 mil no Brasil contra 6,7 por 100 mil na média mundial. Dentre estes, o Observatório de Homicídios⁴⁶ (do Instituto Igarapés, com dados levantados em pesquisa de 2012) enumerou que 92% das vítimas eram homens, dos quais 54% com idade de 15 a 29 anos. Portanto, nesta faixa, o homicídio é a principal causa de morte.

O país também tem uma das polícias que mais mata e é morta no mundo. Pesquisa da entidade de Direitos Humanos Human Rights Watch, divulgada em 2015⁴⁷, revelou que em 2013 foram mais de 2,2 mil mortos pelos servidores da segurança pública. Já em 2014 houve aumento exacerbado: no Rio foi de 416 para 582; e em São Paulo, de 369 para 728. O levantamento da Anistia Internacional⁴⁸, realizado principalmente na favela do Acari, no Rio de Janeiro, constatou que entre 2010 e 2013, 80% das vítimas eram negras e três em cada quatro, 75%, tinham idades entre 15 e 29 anos. Em contrapartida, num levantamento realizado pela BBC⁴⁹ do Brasil, com 22 Estados, confirmaram que em 2014 foram 316 policiais mortos (em serviço e a maioria

⁴⁵ O Brasil tem a 11ª maior taxa de homicídios do mundo, diz OMS. Fonte disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1560654-brasil-tem-a-11-maior-taxa-de-homicidios-do-mundo-diz-oms.shtml> 10/12/2014.

⁴⁶ Brasil lidera em numero de homicídios, mostra ferramenta virtual. Fonte disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/brasil-lidera-em-numero-de-homicidios-mostra-ferramenta-virtual/>

⁴⁷ Mortes em operações policiais dobram em 2014. Fonte disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/01/mortes-em-operacoes-policiais-policiais-quase-dobraram-em-2014.html>

⁴⁸ Brasil lidera em numero de homicídios, mostra ferramenta virtual. Fonte disponível em <http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/brasil-lidera-em-numero-de-homicidios-mostra-ferramenta-virtual/>

⁴⁹ Para cada quatro mortos pela polícia no Brasil, um policial é assassinado. Fonte disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140914_salasocial_eleicoes2014_violencia_policia_numeros_lk_jp

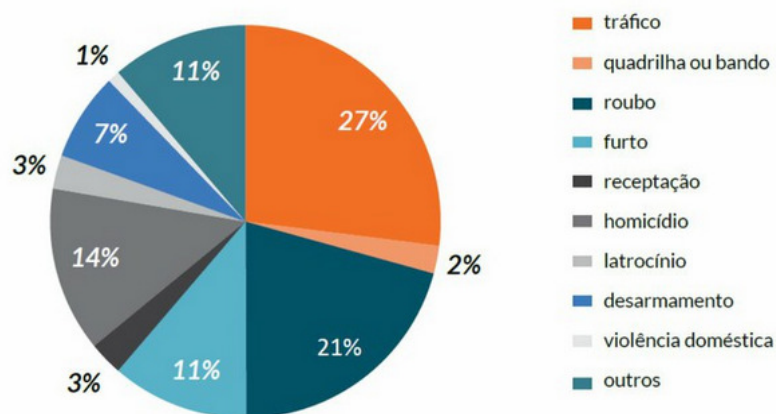
no horário fora de serviço). Atila Roque, diretor da Anistia Internacional no Brasil, acredita que o modelo de segurança pública necessita de reformas urgentes, tais como a desmilitarização das polícias.

Outro fato que se soma diretamente aos argumentos contra a redução da maioridade penal, é a população carcerária do Brasil⁵⁰: a quarta maior do mundo com 607.731 pessoas. Em 2014, o Brasil possuía um déficit de 231 mil vagas. O perfil dos presidiários em sua maioria é de negros (dois em cada três) e com baixa escolaridade. Além disso, cerca de 56% deles são jovens, entre 18 a 29 anos. Caso o crescimento continue assim, em 2022 a estimativa é de um milhão de presos/as.

Alguns números se aproximam: é o caso do envolvimento de adolescentes e de jovens e adultos com o tráfico de drogas:

Gráfico 1. Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade em 2014.

Figura 46. Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade

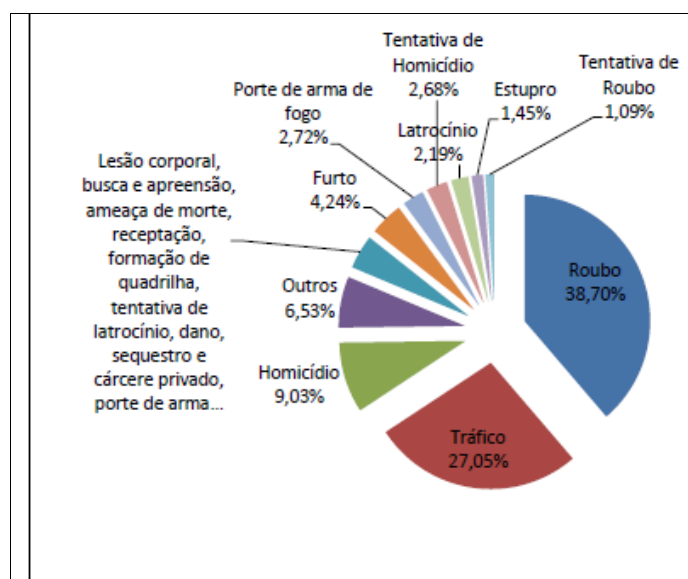


Fonte: Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, Infopen, 2014⁵¹.

⁵⁰ Brasil possui a quarta maior população prisional do mundo. Fonte disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-possui-a-quarta-maior-populacao-prisional-do-mundo-7555.html>

⁵¹ Brasil possui a quarta maior população prisional do mundo. Fonte disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-possui-a-quarta-maior-populacao-prisional-do-mundo-7555.html>

Gráfico 2. Atos infracionais de autoria adolescente no Brasil em 2011.



Fonte: Levantamento SINASE 2012⁵².

Tabela 1. Atos infracionais de autoria adolescente no Brasil em 2012.

Atos Infracionais	Brasil	
Roubo	8.415	38,1%
Tráfico	5.863	26,6%
Homicídio	1.852	8,4%
Furto	1.244	5,6%
Outros	1.148	5,2%
Homicídio Tentado	661	3,0%
Busca e Apreensão (descumprimento de medida)	543	2,5%
Porte de Arma de Fogo	516	2,3%
Latrocínio	430	1,9%
Lesão Corporal	288	1,3%
Roubo Tentado	269	1,2%
Estupro	231	1,0%
Ameaça de Morte	164	0,7%
Receptação	105	0,5%
Formação de Quadrilha	78	0,4%
Dano	76	0,3%
Latrocínio Tentado	75	0,3%
Sequestro e Cárcere Privado	53	0,2%
Atentado Violento ao Pudor	51	0,2%
Porte de Arma Branca	9	0,0%
Estelionato	6	0,0%
Total de Atos Infracionais	22.077	

Fonte: Levantamento Nacional SINASE 2012¹⁸.
Tabela 11: Atos infracionais.

Fonte: Levantamento Nacional SINASE 2012 apud Relatório Conselho Nacional do Ministério Público, 2013, p. 42.

⁵² Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei. Brasília, MDS/SDH/PR, 2012

Na população adulta, este delito é maior causa de aprisionamento, enquanto que na população adolescente, compõe-se como a segunda causa. No entanto, apresenta-se bastante representativa (em São Paulo, no ano de 2013 o tráfico chega a ultrapassar o roubo: 10.700 casos contra 10.086⁵³). Maurício Moraes (2014) e Henrique Carneiro (professor da USP) (entrevistado por Pellegrini, 2015)⁵⁴ militantes favoráveis à legalização das drogas, explicam que a Guerra às Drogas ou proibicionismo nasceu de uma política implementada pelo ex-presidente Nixon nos anos 70 nos EUA. No melhor estilo “linha dura”, em plena época do “paz e amor”, corpos e singularidades foram impedidos de novas experimentações, os entorpecentes foram taxados como “inimigo número um do país”, sob a justificativa de “medidas de segurança” (ameaça comunista na América, ditaduras financiadas pelos EUA). Esta política foi reproduzida na América Latina, ocasionando consequências drásticas entre Estado x periferias. Na intenção de “proteger” os trabalhadores e as famílias, travou-se uma guerra, cujas consequências estão aí até hoje, uma vez que parte do povo que vive em condições precárias, num contexto de desemprego, despreparo para o trabalho, acaba tendo como meio de sobrevivência a venda das substâncias ilícitas. Nas palavras de Moraes (2014, s.n.):

Além de tragar recursos públicos, a **Guerra às Drogas funciona como um terrível mecanismo de controle social**, de criminalização da pobreza. Para "proteger" nossas famílias dos vapores entorpecentes deste mundo, criamos um sistema sórdido de violência. O Estado faz de conta que vai acabar com as drogas. A sociedade finge que a cadeia é a solução para todos os males (enquanto uns poucos tantos enriquecem nesse ínterim).

Fica notável então a distinção entre os usuários da periferia e os usuários de classe média: em caso de flagrante pela polícia, o primeiro não terá como se defender, terá muita chance de compor as estatísticas de crescimento do número de adolescentes autores de ato infracional ou sistema penitenciário. E o segundo, geralmente é contabilizado como mais um usuário

⁵³ Fonte: Plano decenal de atendimento socioeducativo do Estado de São Paulo, 2014, p. 73.

⁵⁴ A guerra às drogas resultou em um genocídio e prisões em massa. Fonte disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-as-drogas-resultaram-em-um-genocidio-e-prisoas-em-massa-4739.html>

comum, que “tira um brisa por lazer”. É importante a manutenção do questionamento: a guerra às drogas serve realmente a quem e a quais interesses?

Waiselfisz (2015), autor de uma série de “Mapas da Violência”, pesquisas realizadas em conjunto com governo federal, adota o seguinte conceito de violência:

(...) quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989 apud WAISELFISZ, 2015, p. 8).

Com objetivo de facilitar a compreensão das verdadeiras vítimas das violências no Brasil (pois no senso comum as causas do fenômeno violência são invertidas – o adolescente/jovem torna-se algoz), considera-se em declínio o número de jovens (15 a 29 anos) no país: se em 1980 eram 34,5 milhões, em 2012 somam-se 52,2 milhões, numa população total de 194 milhões (WAISELFISZ, 2014, p. 23).

Porém, na elaboração dos Mapas da Violência, o autor percebeu mudança significativa nos “padrões de mortalidade juvenil”.

Reconhece que desde que iniciaram os estudos dos “Mapas” – há 15 anos - os índices se agravaram. Compreende ainda que nas últimas décadas houve um alargamento do conceito de violência. Cita Porto (1997, apud WAISELFISZ, 2011, p. 9) para explicar que acontecimentos antes aceitos como “normais” ou como acontecimentos restritos da vida privada cotidiana, ganharam destaque e receberam a denominação de “violência”: violência familiar, a violência contra a mulher/de gênero, violência étnica, psicológica, obstétrica, violência contra os idosos, violência homofóbica, etc.

Durante três décadas, praticamente a proporção de mortes de jovens manteve-se a mesma, porém, com avanço da medicina, saneamento, entre outros fatores de estrutura básica, somados ao enfoque governista no sistema de punição sobre o de educação, os padrões foram modificados. Isto significa que, se há mais de cinco décadas as mortes se davam por epidemias e

doenças infecciosas (causas naturais), atualmente predominam as “causas externas”. Exemplificando, na década de 80, 50% dos jovens morriam por tais motivos, e, em 2012, a porcentagem estava em 71,1% (WASELFISZ, 2014, p. 25).

Se forem consideradas dentre estas mortes violentas somente os homicídios, verifica-se um aumento de 194% entre 1980 e 2012. (Ibid. p. 178): 19,6 em 1980 para 57,6 em 2012 por 100 mil jovens. Em relação à população não-jovem, os assassinatos de jovens triplicaram.

Tabela 2. Ciclo de vida no Brasil (2012). Nota-se que maiores taxas de homicídios concentram-se na juventude.

A tabela 3.5.1 e o gráfico 3.5.2 sintetizam os mesmos dados para as diferentes faixas que configuram o ciclo de vida da população. Novamente pode ser verificado que as maiores taxas de homicídio concentram-se na juventude.

Tabela 3.5.1. Número e taxas de homicídio (por 100 mil) segundo Faixa Etária. Brasil. 2012.		
Faixa etária	Homicídios	
	Número	Taxa
Menor 1 ano	120	4,2
1 a 4 anos	83	0,7
5 a 9 anos	125	0,8
10 a 14 anos	743	4,3
15 a 19 anos	9.295	53,8
20 a 24 anos	11.744	66,9
25 a 29 anos	9.658	55,5
30 a 39 anos	12.961	43,0
40 a 49 anos	6.438	25,5
50 a 59 anos	2.989	16,0
60 a 69 anos	1.329	11,5
70 anos e +	851	9,1
TOTAL	56.337	29,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Fonte: Mapa da violência 2014, p. 70.

Continuando o recorte dos homicídios de jovens no Brasil, finalmente destaca-se a vitimização negra como o mais escandaloso entre todos, que comprova não somente o mito da democracia racial, mas também o abismo social entre brancos e negros. Nos quadros e gráficos será possível observar a queda no número de homicídios dos jovens brancos, e o significativo aumento dos jovens negros, numa taxa de vitimização de 146,5 dos negros: isto significa, segundo Waiselfisz (2014) que morreram proporcionalmente 146,5%

mais jovens negros que brancos no Brasil em 2012. Ou ainda, para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros:

Por esta razão, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. (...) A exposição deste seguimento a situações cotidianas de violência evidencia uma imbricação dinâmica entre aspectos estruturantes, relacionados às causas socioeconômicas, e processos ideológicos e culturais, oriundos de representações negativas acerca da população negra. (MACEDO *apud* WAISELFISZ, 2013, p. 9)

Tabela 3: Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo Raça/Cor. População Total. Brasil. 2002/2012.

Tabela 6.1.1. Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo Raça/Cor. População Total. Brasil. 2002/2012.										
Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Taxas		Vitimização
								Branca	Negra	
2002	19.846	4.429	25.227	29.656	111	81	49.695	21,7	37,5	73,0
2003	19.700	5.011	26.067	31.079	192	84	51.054	21,5	38,2	77,3
2004	17.883	4.459	25.815	30.274	149	76	48.382	19,6	36,2	84,9
2005	16.360	4.084	26.952	31.036	87	100	47.582	17,9	36,1	101,5
2006	16.432	4.229	28.259	32.488	97	134	49.151	18,0	36,9	104,3
2007	14.908	4.186	28.416	32.601	48	154	47.712	16,4	36,1	120,1
2008	15.263	4.118	30.496	34.614	79	162	50.117	16,8	37,4	122,4
2009	15.378	4.103	31.751	35.854	64	143	51.438	16,9	37,8	122,9
2010	14.645	4.324	33.111	37.435	66	118	52.263	16,2	38,5	138,4
2011	14.435	4.398	33.150	37.549	73	146	52.202	15,9	37,8	136,8
2012	14.928	4.603	36.424	41.127	76	207	56.337	16,4	40,4	146,5
Δ%	-24,8	3,9	44,4	38,7	-31,5	155,6	13,4	-24,4	7,8	100,7

Fonte: SIM/SVS/MS.

*soma das categorias preta e parda

Fonte: Mapa da violência 2014, p. 151.

No Mapa da Violência de 2013, WAISELFISZ chama a atenção para o que denomina como fenômeno da “**naturalização da violência**”. Esta se caracteriza principalmente pelo afrouxamento da tolerância às formas de violência sofridas ou exercidas por um grupo ou sociedade. Em decorrência, quase sempre a vítima é culpabilizada⁵⁵ e a criando-se obstáculos na luta

⁵⁵ Tal como por vezes vítimas de estupro são culpabilizadas pela violência sofrida, por exemplo.

contra as opressões. O autor utiliza o conceito de violência estruturante⁵⁶ com objetivo de pormenorizar este fenômeno que:

Estabelece os limites culturalmente permitidos e tolerados de violência por parte de indivíduos e instituições: da sociedade civil ou do estado; tolerância que naturaliza e até justifica a necessidade de uma determinada dose de violência silenciosa e difusa com os setores vulneráveis da sociedade (WAISENFISZ, 2013, p. 98).

Sendo assim, homens e mulheres, submersos nas contradições emergentes do cotidiano, parecem observar e compreender somente a “ponta do iceberg”. Como as dimensões subjetivas e objetivas são constituídas também por certos valores e ideologias dominantes, acabam fortalecendo a naturalização da “fase adolescente”, a “naturalização da violência”, o conformismo com as precariedades impostas ao modo de vida, a tolerância, a inércia, individualismo, entre outros *modus vivendi*. Ingredientes perfeitos para a justificação da associação da pobreza à criminalidade.

Malvasi e Teixeira (2010, p. 66) referem que foi Wacquant quem trouxe à tona a noção de “criminalização da pobreza”. Para tais autores, na era neoliberal, há achatamento do salário e o trabalhador acaba por migrar para o trabalho informal a fim de obter alguma renda, ter um meio de sobrevivência. O tráfico de drogas é um exemplo desta exclusão e, assim, nesta ótica, a **gestão policial e penal** está voltada para estes que “recusam o trabalho mal remunerado, precarizado”: os mendigos, vagabundos, dependentes químicos (cracudos, muito em evidência), os indesejáveis, os perigosos... Quem abdica “enquadrar-se” na norma vigente ou está excluído do trabalho assalariado e/ou “honesto”, fica fadado a compor o grupo de novos inimigos do Estado e da sociedade (ZACCONE, 2015). A polícia, representante do Estado e defensora oficial das propriedades, é autorizada a combater toda esta classe de desvalidos e marginais⁵⁷. As periferias, morros, favelas, associadas ao tráfico e à criminalidade, como num círculo vicioso devido à exclusão, são os territórios

⁵⁶ Este conceito segundo o autor advém “violência estruturada” elaborados por Minayo (1990) e Edenilson de Souza (1993) (apud WAISENFISZ, 2013, p. 98).

⁵⁷ Contraditoriamente, muitas vezes o policial também é oriundo de classe menos privilegiada, tal como o público que julga suspeito ou constata como criminoso.

alvo. Uma lógica perversa se instala e se cronifica: onde há pobreza há criminalidade, onde há criminalidade há favela e assim por diante... Daí os altíssimos índices de homicídio na juventude, principalmente a pobre e negra.

Em consequência a esta série de contradições destaca-se a **meritocracia** como um meio válido de conquistas. Aqueles que supostamente se esforçarem colherão bons frutos, serão vistos futuramente como vencedores. Quem não for capaz de aderir ao “sistema” será o “adolescente problema”. Já o adolescente em conflito com a lei representa o extremo de todos estes: “o problema dos problemas”. Suas vidas são julgadas inclusive pelos seus próximos, por meio da ideologia dominante e das subjetividades. São patologizados, devido a “desestrutura familiar”, “vício em drogas”, “hiperatividade”, “ausência do pai”, “maternagem inadequada”, “pobreza”, **termos** citados por Malvasi e Teixeira (2010, p. 69), **mas que também são comumente utilizados por psicólogos e membros do Poder Judiciário**. As famílias têm suas vidas vasculhadas e discutidas por terceiros e por representantes do Poder Judiciário e Executivo⁵⁸. Tornam-se alvo de intervenções, intensas orientações, são cobradas ambigualmente à responsabilidade e à um certa paciência: “esta fase vai passar”. Devem se adaptar a padrões sociais e educacionais de determinadas classes, pois **ideologicamente esta é a “fórmula que dá certo”**:

Tal procedimento desconsidera as macrodeterminações sociais e políticas (as revoluções sociais do século XX – do papel da mulher e da juventude) a nova ordem econômica mundial, as mudanças tecnológicas que invadem a intimidade e redefinem os padrões de relacionamento entre gêneros e entre gerações; e a responsabilidade é sempre individual, de cada sujeito. Como consequência, a resposta do Estado não são as políticas públicas que garantam o exercício de direitos, mas que tratem os “desviantes” porque neles reside à tendência à delinquência” (MALVASI e TEIXEIRA, 2010, p. 67).

⁵⁸Para Sawaia (2010), o uso moralizador e normatizador de conceitos científicos culpabilizam o indivíduo por sua situação social e legitimam relações de poder, estão apoiados no princípio da **neutralidade científica**.

A responsabilização do adolescente é vista como exclusivamente individual, contextualizada somente na família. Negam-se as contradições sociais e políticas, numa exaltação às atitudes e escolhas particulares. O processo é conflitante: ao mesmo tempo em que são adolescentes de caráter desviante/família desestruturada, são capazes de discernir “o bem do mal”. São “vulneráveis” e “potencialmente perigosos” (MALVASI, 2012, p; 159).

Malvasi e Teixeira (2010, p. 68) ressaltam que jovens e adolescentes de todas as classes sociais cometem delitos, porém, há maior controle do Estado-Penal nas periferias e guetos. Daí a criminalização da pobreza e a escolha dos novos inimigos:

O aprisionamento dos adolescentes moradores de zonas urbanas de baixa renda **constitui uma política pública do Estado brasileiro**. É uma ação afirmativa carcerária – para usar o termo de Wacquant a fim de caracterizar o Estado penal estadunidense – que compõe um amplo processo de criminalização da pobreza (MALVASI e TEIXEIRA, 2010, p. 69).

Nesta associação pobreza-criminalidade e juventude-violência, Sawaia (2010) instiga questionamentos importantes: a preocupação do pobre (dos periféricos, dos marginalizados, dos ditos “inúteis”, “delinquentes”, etc.) seria unicamente sobreviver? Geralmente algumas análises aproximam-se prioritariamente de uma teoria/práxis racionalizada por tratá-las frequentemente através das problemáticas relacionadas à economia, poder, sociedade, etc. No entanto, são etapas de leituras possíveis quando há uma tentativa de se destrinchar as contradições que constituem e encobrem o fenômeno. Sawaia (2006, 2010) proporciona reflexões que facilitam o pensamento dialético da práxis e um posicionamento profissional. Para isto alia emoções, sentimentos, afetos aos processos exclusão/inclusão. Neste raciocínio, o objetivo das medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado seria justamente incluir aqueles que não conseguem por quaisquer motivos “respeitar as leis”. Ou seja, tornam-se excluídos da maior parcela da população que as respeita. Entretanto, como a medida socioeducativa de internação dificilmente consegue cumprir sua função/missão, estes adolescentes tornam-se “instituídos

desqualificados” (SAWAIA, 2010). Para melhor compreensão, a autora explica a concepção marxista da dinâmica inclusão/exclusão:

Mas é a concepção marxista sobre o papel fundamental da miséria e da servidão na sobrevivência do sistema capitalista que constitui a ideia central da dialética exclusão/inclusão, a ideia de que **a sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital**. Nessa concepção **a exclusão perde a ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social**, isto é, no movimento de reconstituição sem cessar das coisas e dos homens e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada (SAWAIA, 2010, p. 109)(grifos da pesquisadora).

Neste processo de inclusão perversa (SAWAIA, 2009) adolescentes são despotencializados e suas famílias submetidas a inúmeras cobranças ambíguas e à institucionalização. **Há a significativa colaboração de profissionais, inclusive de psicólogas, assistentes sociais e outros afins (atuantes principalmente no sistema socioeducativo ou no sistema de justiça) que fazem as vezes de “polícia das famílias”⁵⁹**. Caso não trabalhem em favor da desnaturalização deste sistema que mantém a criminalização da juventude, reforçarão o sentimento de impotência daqueles submetidos à lógica punitiva disfarçada de educativa. Este sentimento, contextualizado, pode ser caracterizado como uma forma de sofrimento, e desenvolve-se justamente quando os seres humanos encontram-se perante obstáculos, sociais e estruturais que na maioria das vezes são intransponíveis, sentidos maiores que todas as possibilidades de esforço individual: “o sofrimento é dor mediada pelas injustiças sociais” (SAWAIA, 2010, p. 104). Constituem-se emoções enquanto fenômenos históricos, posto que “cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social” (ibid.). Isto significa que emoções e sentimentos, são mediados pelas intersubjetividades, pelos significados, pelas ideologias e estes através da linguagem aliada a ação mobilizam aspectos biológicos, neurológicos levando

⁵⁹ Designação cunhada por Donzelot (1980) a toda uma gama de profissionais especialistas “sociais” que se configuram como um híbrido entre o público e o privado e que pertencem a uma economia social; sustentam e são sustentados por um sistema amplo e complexo que visa o controle social e a manutenção do status quo.

o homem a agir ou reagir, transformando também sua subjetividade (Ibid.). O **sofrimento ético-político** é por consequência a dor subjacente de relações desiguais onde o adolescente em conflito com a lei e sua família estão implicados. É uma dor imposta historicamente:

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar seu desejo e afeto (SAWAIA, 2010, p. 106).

Ainda segundo a autora, a ética está presente em todos os aspectos da vida, nas experiências e na teoria (epistemologia), e representa “o que são” os valores que motivam as ações e pensamentos humanos de uma determinada sociedade e época:

a ética se expressa como desejo, paixão, conhecimento, ao mesmo tempo que é mediada por eles no movimento de subjetivação da objetividade e de objetivação da subjetividade (SAWAIA, 2006, p. 49).

Porém, este fenômeno que transpassa as dimensões singulares, particulares e universais não é simplesmente escolhido por um grupo ou por indivíduos. Tampouco representa “aquilo que se deve ser”, o ideal, a perfeição. Ele é construído a partir das necessidades, motivos, emoções e da realidade concreta, lembrando que as emoções são também determinantes e determinadas pelas sociedades e suas estruturas (prioridades de cada época) (SAWAIA, 2006).

Já o caráter político refere-se ao posicionamento do homem no mundo, que depende também dos aspectos acima elencados, das dimensões subjetivas da realidade. Pode ser definido pela atuação perante as vicissitudes da vida, decorrentes da apropriação do lugar que se acredita ocupar ou que lhe

é imposto. Toda manifestação ou não manifestação humana está implicada em uma posição “marco zero”, que não é neutra, e que se configura como ponto de partida. E será a partir daí que os sujeitos se colocarão no mundo, na vida privada, na vida pública.

Para exemplificar melhor a concreticidade deste sentimento ético-político, e como ele tem origem social (constituindo por sua vez o sistema neurológico e psicológico), Sawaia (2010) relembra a doença do “banzo” que acometia os negros arrancados de suas terras africanas e embarcados em navios para serem escravizados no Brasil. Este sofrimento-doença era proveniente de uma profunda tristeza “de estar só e humilhado” em razão da exploração econômica internacional daquele momento (Ibid.). As condições as quais os africanos estavam subjugados são similares às condições dos adolescentes em privação de liberdade, principalmente quando a instituição executora da medida socioeducativa possui precariedades físicas, materiais e sustenta-se através das violências.

Há importantes estudos que se aprofundaram nas consequências psíquicas e sociais do sistema “reeducativo X punitivo”, das medidas socioeducativas e da privação de liberdade de adolescentes em instituições totais. Apesar de não existirem meios para que todas sejam citadas nesta dissertação, algumas podem ser destacadas, além das que já foram exploradas no capítulo III⁶⁰. O livro de Donzelot (1980), ainda que retrate uma realidade que parece antiga e distante, explicita pormenorizadamente o funcionamento do “tribunal de menores” e como estes e suas famílias eram assujeitados (a normas e julgamentos) e tutelados tendo suas vidas privadas vasculhadas pelos setores sociais e públicos. Isto com a justificativa de proteção da criança e da preservação de seus direitos (ibid.) O cenário de julgamento (parte de um sistema denominado pelo autor como complexo tutelar), é extremamente próximo ao existente hoje no Brasil, especificamente

⁶⁰ Irene Rizzini, Irma Rizzini, Ester Arantes, Roberto da Silva (através de seu testemunho de vida e de suas pesquisas). Os depoimentos das psicólogas atuantes no contexto institucional e que estarão sendo tratados nesta pesquisa também denunciam os danos a que estão expostos os adolescentes.

em São Paulo. Há os juízes e seus “assessores”: educadores, psicólogos, assistentes sociais, representantes de entidades de programas educacionais, sociais e de saúde, além dos familiares e dos demais atores do sistema de justiça (advogado e promotor). Nesta situação (assim como outras que se antecedem e se sucedem com a equipe de “assessores”, em outros momentos do complexo tutelar) a ciência e o judiciário irão detalhar a vida da criança ou do adolescente para classificá-lo ou não como potencialmente perigoso. Assim a vida familiar privada é julgada e seus membros serão encaminhados para tratamentos de saúde ou projetos de acordo com os critérios estabelecidos não por eles, mas pelo que o sistema judiciário e seus assessores acreditarem ser pertinente para adaptação do jovem:

(...) o tribunal de menores não julga, efetivamente, delitos, mas examina indivíduos. É a desmaterialização do delito, que coloca o menor num dispositivo de instrução penal interminável e de julgamento perpétuo (...) (DONZELOT, 1980, p. 104).

Como o objetivo inicial se perde – no Brasil seria a responsabilização do adolescente e desenvolvimento de suas potencialidades - em nome do bem da sociedade e do adolescente, o sistema judiciário, os profissionais sociais, de saúde, o Estado, colaboram ainda mais para a dor e o sofrimento. Por mais que se julgue que o adolescente tenha errado ao cometer atos infracionais, todo o processo que abrange sua apreensão em flagrante delito até o seu retorno ao lar após a privação de liberdade, estará mesmo a favor do desenvolvimento de suas potencialidades e emancipação? Ou reforçarão estigmas e os binômios juventude-violência/pobreza-criminalidade?

No país, por mais que se prime pela ordem penal ou pela “educação” (como meio de controle da criminalidade e restabelecimento dos criminosos/infratores), o sistema disciplinar não foi implementado sem o uso da violência: **a própria privação de liberdade já é em si uma forma de violência**. Toda trama que decorre logo após uma apreensão, por exemplo, desde a averiguação, a apreensão, o julgamento, estudo de caso, encaminhamentos, institucionalização e o processo de retorno à liberdade é

violenta. E pode ocorrer mesmo sem a existência do flagrante delito⁶¹, quando se é submetido às “batidas policiais”, em que selecionam os criminosos potenciais. O sofrimento ético-político parece intransponível, uma vez que até a retomada da vida em liberdade é permeada por situações de impotência (principalmente devido ao desemprego e ao preconceito).

Uma das maiores exorbitâncias fica, no entanto, (principalmente para maioria da população que não reconhece esta trama do “complexo tutelar” que engendra as medidas socioeducativas) nas condições precárias em que se executam a internação do adolescente e as relações internas da instituição. A maior expressão deste “sintoma institucional” acontece justamente nas situações de rebelião e de práticas de torturas tão vinculadas pela mídia. Reforçam a crença de que este sistema não deu certo.

Vicentin (2005) mais uma vez mostra o sofrimento dos adolescentes nestas ocasiões “espetacularizadas” (Ibid. p. 186), onde são os principais expostos. Ao senso comum podem parecer folgados e violentos, merecedores de mais castigos por terem detonado patrimônio público, agredido funcionários e outros internos. Contudo, lembrando: eles já foram institucionalizados como sobreviventes de uma guerra supostamente invisível. Para sentirem-se vivos, resistem, transformam suas subjetividades através do hiper-realismo renunciando aos seus próprios riscos de vida. Não seria esta uma tentativa de existir “ao contrário”? Lancellotti (2000, p. 29, apud VICENTIN, 2005, p. 186) faz um relato/questionamento que mostra a crueldade desta inclusão perversa e de como o corpo é levado a seu limite, como este sofrimento ético-político pode exprimir a barbárie⁶²:

Por que os adolescentes estão se matando? Mas eles (os repórteres) não querem ouvir isto. (...) A gente procurou fazer a leitura, o simbolismo dessa morte entre os jovens, deles se ferirem...um jovem foi decapitado. Qual a mensagem que eles estão passando para nós: “nós estamos valendo tão pouco, a

⁶¹ Mais adiante será exemplificado através do caso dos adolescentes e jovens do Rio de Janeiro que são apreendidos sem o flagrante delito em 2015.

⁶² Relato/análise de rebelião ocorrida no extinto Complexo Imigrantes, hoje Centro Paraolímpico Brasileiro pelo Padre Júlio Lancellotti, muito reconhecido pela sua militância nesse campo.

nossa falta de perspectiva é tão grande, que o que resta é a morte. E nos matamos”. Uma coisa chamou a atenção: os adolescentes tinham vários reféns nas mãos, com as machadinhas na cabeça. Mas eles não atacaram os reféns, pessoas que eles odeiam. Porque eles pegaram aqueles que mais batem neles. E eles não atacaram estas pessoas. Eles estressaram estas pessoas, mas não feriram gravemente. (...) Depois eles diziam: se a gente matasse um monitor ia ser ruim demais. Mas se é um de nós que se mata, ninguém liga. Eu valho tão pouco, sou tão porcaria que posso matar meu igual e não vai acontecer nada. (...) Eles se matam entre si porque não tem perspectiva, não tem futuro, a perspectiva é a morte. Então a morte está presente e o próprio jovem disse “eu joguei um pedaço do corpo do outro na tropa de choque” com uma suprema agressão. “Vocês estão felizes agora? Nós estamos aos pedaços. Ou seja, nós nos vemos aos pedaços, nós estamos aos pedaços. Nós estamos destruídos”.

Este trágico cenário que envolveu a morte de um adolescente interno por outros, apesar de ter ocorrido há cerca de 15 anos, ainda se mantém vivo. Não obstante anos se passarem e diferentes gerações assumirem gestões públicas, profissionais contratados contarem com uma formação mais atualizada sobre o ECA, novas legislações serem promulgadas (SINASE Lei 12.594, Estatuto da Juventude), o acesso à informação ter sido facilitado com a Internet, o fortalecimento da defensoria pública; a violência continua a ser uma das principais formas de controle dos adolescentes internos nas instituições de socioeducação. Esta realidade é evidente para a maioria da população brasileira que rotineiramente assiste a rebeliões e denúncias de tortura transmitidas pela mídia - por incrível que pareça, pela mesma que reforça o binômio juventude-violência.

Em meio a tantas informações sensacionalistas, há também uma outra contradição que encobre ainda mais a essência do fenômeno. Ela se dá entre a luta dos movimentos sociais (militantes) e os proprietários dos meios de produção ou detentores da maior parte da riqueza no Brasil. Os primeiros, que batalharam para a conquista dos direitos e agora lutam para a implementação e manutenção dos mesmos, representam momentos históricos de vitórias. O segundo, munido de ideologias excludentes, fomentam o ódio de classes, o

retrocesso das legislações e dos direitos⁶³. Em tempo, esta contradição foi inicialmente explicada no capítulo histórico, mas vale lembrar que os **Direitos Humanos se fazem presentes em uma sociedade desigual**, onde uma grande parcela de cidadãos não tem acesso a todos os recursos necessários para garantir uma vida razoável. Isto é, alguns detêm a maior parte do dinheiro e dos bens, tendo a favor de si toda uma gama de recursos para viver nas condições que desejarem. E são protegidos daqueles que considerarem um risco para a manutenção da “ordem”, de seus bens, de sua vida, através do Estado e da polícia. As legislações, deste modo, por mais que sejam elaboradas em prol dos trabalhadores, poderão não corresponder às expectativas da maioria da opinião pública (que toma para si a ideologia de uma minoria e que é manobrada para não reconhecer a importância da legislação):

Porque, na realidade, é a própria sociedade que dá aval para a existência de organismos com nítidas características de controle social para a expulsão dos já excluídos, o aniquilamento do excedente humano, já que, efetivamente, só alguns conseguem escapar incólumes do aparato técnico-administrativo-burocrático montado para funcionar como um verdadeiro rolo compressor (SADER, 1987, p.39).

Neste ponto, fica evidente que o “**processo de alienação** decorre da condição de desigualdade social” (GONÇALVES, 2010, p. 27). Isto é, no capitalismo e sob as condições precárias de vida, trabalhadores (e os “excluídos”) podem ter uma desarticulação entre atividade e consciência, como num círculo vicioso que sustenta a dinâmica estrutural de acumulação do capital. A autora atenta ainda para uma observação importante, de que não há uma “verdadeira consciência histórica”, mas que a alienação existe e estará presente enquanto a sociedade for dividida. A dimensão subjetiva também se forma a partir destas condições, sendo que a **afetividade pode ficar**

⁶³ A “bancada da bala” é exemplo desta classe atuante na Assembleia Legislativa. Ela é formada principalmente por militares e empresários ligados à indústria de armas: Jair Bolsonaro (PP-RJ), delegado Éder Mauro (PSD), Alberto Fraga (DEM), Moroni Torgan (DEM), entre outros. Esta bancada possui também representantes nas câmeras de vereadores, deputados estaduais, espalhadas pelo país. Outro exemplo em voga: proprietários de clínicas de tratamento para dependência química, que lucram com a guerra às drogas.

amortecida (GONÇALVES, 2010, p. 27), **perdendo o sujeito seu poder de afetar e de ser afetado** (SAWAIA, 2009, p. 370).

Assim sendo, estando as contradições atravessadas em todas as instâncias da vida, os conflitos emergem do conjunto social num processo dialético de exteriorizações-objetivações cotidianas, como conflitos cotidianos (HELLER, 1977, p. 96). Mesmo com a “espetacularização” que fragmenta a consciência do homem, é no dia a dia que a história se faz, é sentida e significada, é o momento em que a dinâmica institucional é vivida (é claro, sempre contida dentro de uma determinada realidade econômica e social)... Particularidades e singularidades se produzem e reproduzem nestas relações dialéticas dos seres *versus* causalidade posta:

El hombre solo puede reproducirse **en la medida em que desarrolla una función en la sociedad**: la auto reproducción es, por conseguinte, un momento de la reproducción de la sociedad. Por otro tanto, la vida cotidiana de los hombres nos proporciona, al nivel de los individuos particulares y en términos muy generales, una imagen de la reproducción de la sociedad respectiva, de los estratos de esta sociedad. Nos proporciona, por una parte, una imagen de la socialización de la naturaleza y, por otra, el grado y el modo de su humanización. (HELLER, 1977, p. 20) (grifos da pesquisadora).

Ressalta-se que a cotidianidade só possui sentido num contexto histórico (HELLER, 1977, p. 93), e as mudanças ocorrem somente quando ecoam para mais de uma pessoa, quando fazem sentido para um grupo, por exemplo. A necessidade de diminuição de carga horária de trabalho pode ter importância para um sujeito, mas para outros não. A rebelião pode fazer sentido para um grupo de adolescentes, para outro não. Segundo a autora, não há uma regra geral para se determinar se haverá ou não objetivação, se a mudança será instaurada ou não. Tudo dependerá de um conjunto de circunstâncias, valorações e ações humanas que se direcionem para tal objetivo.

Entretanto, a maioria dos homens vive em prol de suas particularidades, cada vez mais individualistas e adaptados, não entram em contato com a genericidade (o que é comum a todos os homens e os constitui seres humanos - sua historicidade, (Ibid., p. 34) e não se envolvem com o que acreditam que

não lhes dizem respeito: é alienação histórica. Esta se caracteriza como a vivência passiva dos homens perante as possibilidades de constituir seu mundo, seu modo de ser e de viver de forma crítica e para além das aparências.

Por exemplo, quando se consome produtos já acabados, facilmente estes são incluídos no cotidiano sem haver reflexão sobre qual a origem ou mesmo qual a real necessidade de tais produtos. Adolescentes que desejam e que compram roupas e celulares de grife, muitas vezes por pertencerem e por sentirem que necessitam pertencer a um rol de amigos⁶⁴, consomem satisfatoriamente tais produtos e, numa visão capitalista neoliberal, são livres para isto. Porém, tais bens de consumo são incorporados aos seus modos e estilos de vida, passando a fazer parte dela de maneira que consumi-los passa a ser “natural”. Não consumi-los pode ser visto como negativo pelo grupo. O extremo ocorre no caso dos adolescentes que cometem delitos com a intenção de consumir estes produtos. Imersos na superficialidade da vida cotidiana, e susceptível ao modo de vida capitalista, eles irrompem esta barreira da maneira inversa: não através da suspensão que leva ao conhecimento do humano-genérico⁶⁵ (arte e ciência seriam vias, por exemplo), mas através da subversão da suposta paz cotidiana e da violência. É uma tentativa radical e solitária de inclusão, que alimenta todo um sistema societário baseado na exploração e no desperdício de vidas.

Romper com as regras e com as normas cotidianas é negar/opor-se ao modo de vida e valores de uma sociedade:

Nenhuma existência individual cancela a cotidianidade. Daí que esta imponha aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, assentados em características específicas que cristalizam uma modalidade de

⁶⁴ A importância do grupo para Heller (1977, p. 69): “(...) en la formación de la vida cotidiana del particular, el grupo es el factor primario en la medida en que lo particular “se apropia” de la socialidad en éste”. No entanto, para a autora, os grupos não são os responsáveis pela elaboração das normas e usos, mas intervêm enquanto mediadores. E são importantes para o amadurecimento da personalidade (p. 70)

⁶⁵ A idéia de ser genérico refere-se à possibilidade de que o trabalho seja feito sob a forma de apropriação da história de uma cultura, de todos os seus meios e técnicas (e não sobre a base da diferenciação entre os que estudam-planejam e os que executam), sob a forma de uma comunidade real de interesses e necessidades humanas e sobre a base democrática de governabilidade dos meios de produção (FURTADO & SVARTMAN, 2009, p. 90).

ser do ser social no cotidiano, figuradas especialmente num pensamento e numa prática peculiares. Os constrangimentos da dinâmica cotidiana exigem que os indivíduos respondam a eles sem por em causa a sua objetividade material. (NETTO, 2000, p.68)

Evidencia-se, portanto, uma contradição: através da ação delituosa, os adolescentes geram na cotidianidade uma ruptura através de atos violentos, onde a intenção primeira que parece⁶⁶ sobrepor-se às demais é a obtenção de bens materiais. Mas, como o fenômeno é atravessado por inúmeras contradições; e o homem vive a cotidianidade de maneira heterogênea, se percebendo majoritariamente como indivíduo singular (NETTO, 2000, p. 68), a leitura geral que a sociedade fará destes e de outros casos ocorrerá a partir de seus valores e ideologias, sem se aprofundar, muitas vezes tomados pela emoção primeira. Pode não haver questionamentos sobre as realidades/objetividades materiais, concretas ou históricas: “no plano da cotidianidade, o critério da utilidade, confunde-se com o da verdade” (NETTO, 2000, p. 68). Não há, na maioria dos casos, procura por causas de objetividade material.

Por outro lado, avaliar que esta seja a análise que a sociedade brasileira e a mídia farão destes casos, também pode implicar em erro, caso as contradições e suas interfaces não sejam minuciosamente investigadas. Sobre isto, nos alerta Lukács:

Así, la vida cotidiana, la forma inmediata de la genericidad del hombre, aparece como la base de todas las reacciones espontáneas de los hombres a su ambiente social, la cual a menudo **parece actuar de forma caótica**. Pero precisamente por esto está contenida en ella **la totalidad de los modos de reacción**, naturalmente no como manifestaciones puras, sino más bien caóticas-heterogéneas. Por consiguiente quien quiera comprender la real génesis histórico-cultural de estas reacciones, está obligado, tanto del el punto de vista del contenido como del método, a investigar con precisión esta zona de el ser (LUKÁCS, 1977, p. 12) (grifos da pesquisadora).

⁶⁶ Esta “intenção primeira” (roubar para obter bens de consumo) ou seja, o que seria a motivação do ato é o que aparece prioritariamente no discurso do adolescente ou dos profissionais que o atendem. Porém, não necessariamente esta seja a real e única motivação. Esta seria a superfície do fenômeno.

Desta maneira, toda leitura que se faz acerca do fenômeno e de suas contradições deve ser cuidadosa posto que a sociedade vive cotidianamente, as consequências nefastas que capitalismo é capaz de produzir e reproduzir. Todo fenômeno que envolve os adolescentes em conflito com a lei na urgência do dia a dia parece caótico, e possui contradições ocultas que talvez sejam impossíveis de serem explicadas em sua totalidade. Envolve a dialética exclusão-inclusão, aspectos objetivos e subjetivos, constituindo-se no decorrer da história, conforme explicado também no capítulo III.

Aqui cabe retornar ao raciocínio de Malvasi e Teixeira (2010, p. 44), que ressaltam como os índices de violência são muito maiores em países em desenvolvimento em razão da desigualdade social. Isto é, as diferenças sociais corroboram sim para que haja mais jovens autores e vítimas da violência. Porém, conforme já mencionado, **ser criminoso não é uma opção para a juventude pobre, mas ao contrário, a juventude pobre que é criminalizada:**

Há um paradoxo: ao mesmo tempo em que a adolescência/juventude é idealizada, referência de comportamento/consumo para as gerações mais velhas, ela é vista como perigosa ou potencialmente perigosa.

Essa associação “juventude-violência” percorre o mundo, está presente em sociedades ricas e pobres e atravessa as classes sociais. É mais intensa quando se trata de adolescentes/jovens pobres.

Nas prisões do mundo, os jovens são a maior parte da população carcerária: a criminalização da juventude. (MALVASI e TEIXEIRA, 2010, p. 45).

Sendo assim, tanto o adolescente pobre, quanto o adolescente de classe social superior, desejam vestir-se com “roupas e tênis de marca”, frequentar “baladas” e shoppings. Estão expostos aos mesmos estímulos publicitários e consumistas, que incitam como sentido, o valor da posse. Mas num país desigual, para que alguns mantenham seus privilégios, outros deverão ser sacrificados, excluídos (Ibid.). Não há lugar para todos. E não são todos que se envolvem em delitos, ao contrário! Um exemplo que ilustra esta dialética exclusão/inclusão e sua relação com a criminalização dos jovens pobres, foram os “rolezinhos”. No ano de 2013/2014 intensificaram-se os debates acerca da ocupação e aproveitamento dos espaços nas cidades,

principalmente pela população da periferia. Inúmeros artigos discutiram esta nova onda juvenil, encontros sempre agendados em shoppings da Grande de São Paulo. Estes “rolês” reuniram centenas de jovens simultaneamente, tendo gerado pânico entre lojistas e frequentadores de shoppings. A reação de parcela da sociedade paulista revelou a presença da criminalização da pobreza em seus discursos, trazendo à tona questionamentos acerca “do lugar dos jovens pobres e negros”. Ficou explícito o quanto a sociedade brasileira ainda é segregadora, derrubando mais uma vez o mito da democracia racial. Após reuniões entre os representantes do comércio e autoridades governamentais, houve uma tentativa de se “negociar” com os jovens, acreditando que esta seria uma forma de “incluir-los”. Porém, desde que não “desrespeitassem” o espaço de trabalho e lazer (dos comerciantes, do capitalismo), que antes era tido como um local seguro, limpo e organizado. Um lugar onde ninguém deveria se sentir ameaçado. Todavia, a cultura do medo está arraigada na sociedade, que não se mostra preparada para presenciar centenas de jovens da periferia em reunião. É a associação da pobreza à violência, de forma estereotipada. A população pobre no Brasil, sempre isolada nas periferias, quer tomar outros espaços, deseja consumir, se vestir, passear. Faz sentido ter acesso aos bens materiais, numa sociedade que prioriza este estilo de vida. Uma outra observação exposta nos comentários destes noticiários foi a crença (da sociedade paulista) de que as classes menos favorecidas não possuem cultura, e se possuem é inferior e está impregnada pela violência. No ápice da segregação (mas na tentativa de “dar uma oportunidade para os jovens periféricos”) chegaram a sugerir que o sambódromo fosse utilizado para estes fins. Mas alguém perguntou a estes jovens se eles querem se reunir no sambódromo? Ferréz (2014) nomeia da seguinte forma seu artigo que versa sobre este fenômeno: “Tudo nosso, nada nosso”. Isto é, há uma sensação de que frequentar o shopping seja algo possível a todos, mas não é. Já conscientes de sua condição, após apreensões e muita cacetada policial, durante os rolezinhos os jovens passam a cantar em coro músicas do “funk ostentação” como sinônimo de protesto, para impactar:

Os rolezinhos são ponta de lança de um movimento difuso, criativo e anticlichê, que inventa novos modos de protesto.

Funda-se na vontade de participar do espaço público (e da cidade) do mesmo jeito que a internet permitiu participar do espaço simbólico (LEMOS, 2013).

Num segundo momento das críticas (aos rolezinhos que em alguns aspectos se transformaram em uma nova forma de manifestação), sob a influência de intelectuais e a pressão de certos meios de comunicação, os comerciantes, antes apavorados, começam a perceber que estavam sendo “politicamente incorretos”. Mas não conseguiram entrar em acordo algum com os jovens, apenas tentaram novamente disfarçar o discurso segregatório. A sugestão: “o próximo rolezinho deveria ser na biblioteca”⁶⁷ de um colunista expressa exatamente a ideia acima mencionada, de que esta juventude pobre não é educada, não possui cultura. E Ferréz (2014) continua a argumentar:

Não existe educação que funcione. Por isso o "rolezinho" não é em bibliotecas. Só não vale depositar a culpa no som que é feito na favela. (...)

O país há muitos anos é vendido como rico. "Estamos em ascensão". "Tudo está melhorando". "Todos fazem parte dessa evolução". Balela, mentira. A elite não está preparada para dividir seus espaços, seus feudos, sua exclusividade, mas uma coisa é certa: ela vai ter que aprender.

Esta questão da segregação espacial dos jovens, não ocorre somente em São Paulo. Em 2015, retornam à mídia os arrastões nas praias do Rio de Janeiro, causando preocupação aos governantes e à alta classe que reside nas imediações (interessante a espetacularização numa época que antecede as Olimpíadas na cidade). Nesta ocasião, a polícia argumentava que estava certa em apreender os “suspeitos” ainda a caminho, dentro dos ônibus e inseri-los em instituições. Para se ter uma ideia, é importante analisar a justificativa do secretário de segurança do Rio:

[Durante a abordagem] não está em questão a questão racial, ou se ela [a pessoa abordada] vai cometer um delito. A palavra que fundamenta a abordagem da polícia chama-se **vulnerabilidade**. Eu pergunto para essas pessoas: como que o jovem sai, por exemplo, de Nova Iguaçu, a 30 km da praia, só com a bermuda e sem R\$ 1 no bolso para comer, beber pagar um transporte e vai ficar no calorão que está fazendo. Não se

⁶⁷ Frase retirada do artigo do colunista Ribeiro (2014) da Revista Exame.

trata de ser pobre ou rico, se trata de vulnerabilidade. (grifos da pesquisadora)⁶⁸

Porém, a Defensoria Pública conseguiu Habeas Corpus que impedia a apreensão de crianças e adolescentes sem flagrante delito. Então no final de semana seguinte, ocorreram novos arrastões, assim como agressões por parte de moradores de Copacabana a jovens supostamente perigosos ainda dentro do ônibus. A mídia reforçou o clima de guerra na cidade, e a polícia apontava que suas ações de “prevenção” eram o melhor a ser feito para que ninguém tivesse um pesadelo em seu final de semana.

Estes exemplos bem recentes e conhecidos, são cotidianos e tendem a ser generalizados no senso-comum, de tal forma que a sua história, a sua essência fica oculta, tornando-se aparente somente “a ponta do iceberg”. Porque no dia a dia ninguém quer esquentar a cabeça com jovens periféricos e “potencialmente criminosos”. A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro já demonstrava isto em relação aos “indignos” da época. Daí o fortalecimento das “políticas públicas” de higiene e segurança da cidade, com aprovação da população. Afinal, como irão receber os turistas com esta “onde de horror”? Para que se mantenha o *status quo*, uma grande parcela da população deve ser segregada.

Ademais, são estas as formas nas quais uma parcela da juventude entra em cena. Mas para sair pela porta dos fundos. Escoltada pela polícia. Por que é a periferia pobre, esquecida, que quando incomoda é lembrada:

A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição (WAISELFISZ, 2013, P. 11).

⁶⁸ Beltrame afirma que a polícia está ‘constrangida’ para coibir arrastões. Fonte disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/beltrame-afirma-que-policia-esta-constrangida-para-coibir-arrastoes.html>.

4. PROCEDIMENTOS – TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E DA PROFISSÃO

A partir do pressuposto materialista histórico-dialético e das categorias de Vigotski e seus seguidores (neste caso, principalmente brasileiros), onde “a teoria faz a mediação entre este método e os fenômenos psíquicos” (BURALI, 2014, p.66), com grande contribuição da história, esta pesquisa propõe como instrumento de análise e síntese a pesquisa qualitativa:

A Epistemologia Qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta (GONZALEZ REY, 2005, p. 5).

Sendo assim, o caminho investigativo da pesquisadora iniciou-se ainda nas vivências que teve ao longo de sua prática profissional enquanto psicóloga da Fundação CASA (seu próprio arcabouço de conhecimentos práticos e teóricos), o que contribui para que a pesquisa não tenha um suposto posicionamento “**neutro**” em relação ao objeto de estudo – o trabalho das psicólogas na Fundação CASA. A partir desta vivência singular, houve um caminhar profissional e acadêmico que geraram inúmeros questionamentos e a procura de teorias e métodos (já justificados) que pudessem desvelar o que estaria por detrás dos fenômenos e das contradições:

O pesquisador como sujeito não se expressa somente no campo cognitivo, **sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido marcado por sua história**, crenças, representações, valores, enfim de todos os aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva. A legitimação do pesquisador como sujeito de produção de pensamento, bem como a do pensamento como via de produção de modelos de inteligibilidade são partes consubstanciais do caráter teórico da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 36).

O acesso ao conhecimento sobre como se constitui a atividade das profissionais psicólogas partiu, portanto, do aprendizado, e, não obstante também dos sentidos e significados que a pesquisadora atribui a esta atividade. Através de suas próprias construções, procuraram-se novas construções e articulações (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 7) junto às demais profissionais que concordaram em colaborar para a execução da pesquisa.

Não houve uma mera apropriação do conhecimento e das vivências destas psicólogas, mas sim um convite à participação desta pesquisa onde são protagonistas. Um dos principais objetivos tornou-se então a partilha destas experiências, obtidas nas relações entre os pares, reuniões, discussões e entrevistas individuais. O conhecimento é elaborado de maneira constante e ininterrupta, pois nunca estará totalmente pronto, finalizado. A presença da pesquisadora nas reuniões não se deu por simples interesse de “coleta de dados”, mas por ter para si motivações para a construção da profissão enquanto prática e ciência (práxis) e para a militância relacionada à infância e juventude. E mesmo sem a presença constante da pesquisadora nas reuniões e debates, as profissionais continuarão a trilhar este árduo caminho – trabalhar em uma instituição fechada, com adolescentes privados de liberdade pode ser considerado uma luta praticamente interminável.

Há um comprometimento ético-político com o “campo de pesquisa” – com as protagonistas, os adolescentes, a legislação brasileira, a epistemologia, o método e com os Direitos Humanos. A pesquisadora posiciona-se em prol de todos os trabalhadores do sistema socioeducativo e dos adolescentes/jovens assistidos e suas famílias.

Através da mútua colaboração – pesquisadora e pesquisadas – pretendeu-se facilitar a visibilidade destes sujeitos (profissionais de forma direta e adolescentes de forma indireta). Proporcionar-lhes um espaço no mundo acadêmico, ainda que pequeno e discreto, onde lhes seja permitido ter voz, falar, mostrar seus sentimentos, enfrentamentos, práticas e as condições em que ocorre a privação de liberdade de adolescentes em São Paulo.

Desta forma, a **comunicação** foi uma das principais mediadoras e geradoras deste conhecimento de caráter construtivo-interpretativo. E ela se deu em recintos próprios às trabalhadoras. Aqui vale destacar o mérito das psicólogas que concebem seus “**espaços de inteligibilidade**” e “**zonas de sentidos**” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 6) a partir de suas angústias e dúvidas a respeito de suas práticas e do contexto em que vivem – reuniões mensais do “Grupo de Trabalho Psicossocial” ocorridas no SITRAEMFA e outras

denominadas “Fundação CASA: diálogos e desafios”, organizadas pelo CRP-SP. Ambas se iniciaram em 2014.

As reuniões “GT’s” no espaço sindical têm como objetivo, segundo a psicóloga e sindicalista Janaína, a concepção de um espaço onde as demandas trabalhistas – no caso das psicólogas e das assistentes sociais da Fundação CASA - possam ser colocadas e discutidas, *“para que sejam levadas para o patrão”* (entende-se por *“patrão”* os representantes do governo estadual responsáveis pela Fundação CASA). Mas são abertas também aos interessados em geral, independentemente de serem ou não funcionários. As demandas são originárias de queixas dirigidas a Janaína e Alice, e versam em sua maioria sobre as precárias condições de trabalho, sobre as infundadas e infundáveis cobranças do judiciário, maus-tratos dirigidos aos adolescentes, violência institucional, fatores estes que *“engessam o trabalho psicossocial”* (Janaina) no âmbito da Fundação.

Já as reuniões organizadas pelo CRP/SP, têm como finalidade, segundo o Conselheiro Guilherme, aproximar o Conselho e as profissionais, assim como discutir suas práticas executadas no âmbito da Fundação CASA. Este diálogo deve ocorrer antes de realizarem as fiscalizações de praxe. Em suas palavras, ***“esta discussão é um tanto cara”***, principalmente devido às demandas de fiscalização que chegam ao Conselho (são oriundas de denúncias): *“E aí em alguma medida, a gente fica bastante de mãos atadas, porque neste processo onde o Conselho se envolve nestas fiscalizações, a rigor a nossa intervenção é com o psicólogo e a psicóloga”*. Assim, o próprio Conselheiro, alguém que está de fora da instituição, mas na militância pela profissão, define o significado destas rodas de conversa: *“é um debate bastante espinhoso, é difícil as pessoas toparem discutir Fundação CASA, né?! Bem difícil...”*. Também pretendem rever em conjunto o caderno denominado “Bases de apoio técnico para a Psicologia na Fundação CASA” (Fundação CASA, 2012), isto é, as diretrizes da instituição relacionadas às práticas da Psicologia; o ASSIST, instrumental em formato de questionário de triagem do envolvimento com álcool, tabaco e outras substâncias, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), utilizado pelas profissionais (psicólogas e assistentes sociais) da

Fundação; além da reflexão e discussão da viabilidade do caderno de “Referências técnicas para a atuação dos psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação” (CFP-CREPOP, 2010). Há ainda a necessidade da formação de parcerias com outras instituições, tais como CRESS, Ministério Público, Defensoria, entre outros, para que possa haver estratégias e ações conjuntas no tocante a violência institucional. Inclusive, algumas destas instâncias estão realizando pesquisas sobre as violações de direitos e o CRP deve se envolver nisto, deverá se posicionar.

Desta forma, devido à participação da pesquisadora nestes grupos a pesquisa pode ser caracterizada como “observação participante”. Foi uma alternativa à negativa da Fundação CASA na oportunidade em que o projeto de pesquisa foi-lhes apresentado. Na ocasião, para que fosse autorizada a realizar a pesquisa dentro da instituição, procurou-se cumprir todos os protocolos da portaria 155/2008: elaboração do projeto e das documentações de autorização, entregues no CPDoc (Centro de Pesquisa e Documentação (CPDoc), da Escola de Formação e Capacitação Profissional (EFCP) da Fundação CASA, mas a resposta, enviada por e-mail, foi bem simples: “sua pesquisa foi indeferida no âmbito da Fundação CASA”. Não contente, a pesquisadora dirigiu-se à responsável pelo recebimento destes projetos no CPDoc, colocando-se aberta para possíveis modificações e adaptações à pesquisa. Porém, a funcionária responsável, simplesmente reproduziu o que lhe foi transmitido: que na resposta proveniente da Sede, não houve indicações para possíveis modificações, pois: “nesse momento não é viável esta pesquisa dentro da Fundação CASA junto aos funcionários”. Colocou ainda que o CPDoc é o responsável pelo recebimento e encaminhamento da pesquisa, e que cabe a ela dar a resposta ao pesquisador. Sua intenção foi objetiva ao fazer esta colocação, deixando a entender que não possui nenhuma influência sobre a resposta de deferimento ou indeferimento, e que pouco poderia ajudar.

Até então se pensava que esta negativa da Fundação CASA, poderia num primeiro momento indicar desprezo da instituição ao tema da pesquisa e em relação à própria pesquisadora que lá trabalhou por 10 anos. Mas é provável que sejam várias as razões para a proibição de pesquisas realizadas

por quem não é servidor. Os motivos destas “proibições” em uma instituição que é pública, podem também estar relacionados à imagem que a instituição pretende transmitir à sociedade paulista e brasileira para que sejam “positivas” e assim não ferir a imagem e os interesses de seus governantes. Não é à toa que o Estado de São Paulo impôs sigilo de anos sobre informações referentes à SABESP, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Transportes (Metrô). Depois de questionado, o governador resolveu revogar algumas, prometendo criar uma comissão para analisar quais dados devem ser sigilosos. Mas que seu governo teve esta postura, não se pode esconder.

Diante destes fatos, traçou-se uma outra estratégia: porque não aliar-se aos sindicatos e às próprias profissionais para a realização da pesquisa? Muito mais saudável a realização da pesquisa longe do olhar policesco da instituição. Muito mais proveitoso para todas a participação num contexto longe do “*patrão*”, num espaço de partilha e em momentos de companheirismo. Assim, firmou-se parceira com os sindicatos que representam (mesmo que com certas críticas e questionamentos) as trabalhadoras psicólogas: o SinPsi – Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e com o majoritário SITRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo. Através destes as psicólogas foram convidadas a participarem da pesquisa. Algumas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶⁹ durante as reuniões, entre outros profissionais não psicólogos que também participaram dos debates, e que se mostraram importantes para a construção da pesquisa e da profissão. Alguns colaboradores, embora sejam psicólogos, não são funcionários da Fundação CASA, como é o caso do Conselheiro supracitado. Cinco psicólogas concursadas e atuantes na instituição foram convidadas para entrevistas individuais e anônimas, sendo que três destas participaram também das reuniões. Optou-se pela exclusão de duas das entrevistadas da pesquisa, com objetivo de evitar possíveis reconhecimentos.

⁶⁹ O projeto de pesquisa foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da PUC/SP.

A fim de enriquecer ainda mais a pesquisa, e para se compreender o contexto em que se desenvolveu a atividade, foi realizada entrevista com uma ex-psicóloga da instituição.

Importante destacar que todas as profissionais citadas no estudo (inclusive o Conselheiro) tiveram seus nomes substituídos. São elas:

- Aline, psicóloga, sindicalista, atua na Fundação há mais de 10 anos; sua prática está voltada para a psicoterapia breve de adolescentes (oriundos de diferentes centros) nos UAISAS - Unidade de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e do Servidor. Já esteve lotada em centros de internação de adolescentes considerados primários e reincidentes;
- Janaina, sindicalista, psicóloga na Fundação há mais de 10 anos; sua prática ocorre em centro socioeducativo de internação de adolescentes, tem experiência no atendimento voltado a adolescentes primários e reincidentes;
- Emilia, psicóloga, atuante na Fundação há mais de 10 anos, lotada em um centro que atende adolescentes em medida socioeducativa de internação. Tem também experiência em centros de internação provisória, além de adolescentes primários e reincidentes.
- Marisa, psicóloga há mais de 40 anos; foi psicóloga na antiga FEBEM-SP, entre os anos de 1975 e 1985, quando se desligou. Teve experiência em unidade de triagem e de internação. Atualmente dedica-se à Psicologia Clínica e à formação (especialização) de psicólogas.

Estas entrevistas individuais, que foram gravadas e transcritas, podem ser qualificadas como conversas informais, inclusive porque se caracterizaram como uma troca de conhecimentos – as entrevistadas sabiam que a pesquisadora já foi profissional da instituição. No entanto, a pesquisadora planejou algumas perguntas antecipadamente, com base nos questionamentos e embates expostos pelas psicólogas durante as reuniões (observação participante). Nas conversas individuais houve um esforço para estimular as narrativas, e valorizar as **trajetórias** - depoimentos sobre as histórias de

vida/histórias das profissionais, constituídas por pensamentos, emoções, significações, relatos de vivências, e porque não também racionalizações excessivas, quando uma das profissionais mostrou dificuldade para se envolver. Segundo Gonzalez Rey (2005, p. 47), estas dificuldades podem acontecer quando o participante sente medo de entrar em possíveis zonas dolorosas da vida, ou de confrontar valores, falta de confiança no pesquisador, entre outros fatores. Nestes casos, faz-se necessário a disponibilização de mais informações sobre a pesquisa e a abertura de diálogo por parte do pesquisador, além de estratégias de comunicação – modo de se realizar as perguntas e a elaboração destas.

Assim, a pesquisa conta com “o todo” dos diálogos estabelecidos entre as profissionais em ambientes próprios ao trabalho – a partir do “concreto vivido” (BURALI, 2014, p. 69): o conselho de classe, o sindicato e as trajetórias destas psicólogas nestes coletivos. Priorizando-se a partir daí as singularidades – cada uma das trajetórias. Com objetivo de tornar possível a análise das dimensões subjetivas da realidade constituintes deste trabalho – o exercício da profissão de psicóloga na Fundação CASA: pelo meio da observação participante e das conversas individuais, que procuraram destacar as trajetórias; as relações entre os pares, a objetividade e a realidade concreta que serão transformadas com o trabalho; assim como as subjetividades, a atividade, o conjunto de emoções, pensamentos, palavras, sentidos e significados, valores e crenças, entre outros. Apreensão da totalidade que abrange estas dimensões subjetivas é viabilizada quando se faz uma análise dialética, transitando entre os elementos que constituem os sujeitos: os aspectos históricos, sociais, científicos, objetivos e concretos assim como os singulares e subjetividades provenientes das histórias únicas de cada profissional. A pesquisa qualitativa pretende, desta forma, compreender o mútuo conhecimento obtido nestas relações como uma produção teórica a partir do processo. Assim, não se faz plausível a simples descrição de acontecimentos, discursos ou diálogos, fragmentados e classificados de acordo com critérios exteriores e anteriormente estabelecidos. Mas o corpo teórico, o campo e as narrativas se organizam no decorrer da pesquisa, o seu próprio

processo já é fator de análise, principalmente pelo fato da pesquisadora e das participantes estarem implicadas nestas transformações. E este processo se dá “a partir da explicação sobre o que há de especificamente humano no ser humano a partir de sua própria condição” (BURALI, 2014, p. 61).

Pode-se afirmar que tanto a pesquisadora quanto as psicólogas trabalhadoras embrenharam-se no desafio de desvelar as contradições que atravessam o exercício da profissão, captando as determinações constitutivas da realidade, sabendo-se humanas e afetadas por todas estas determinações. Nestas condições estão sujeitas a limitações, porque mergulhadas no mundo da pseudoconcreticidade, embora ativas e provedoras de transformações, porque constituem sua atividade e seu trabalho, seu mundo e a si mesmas.

A fim de que se chegue o mais próximo possível da realidade, para que haja compreensão das dimensões subjetivas do trabalho das psicólogas, além das categorias da Psicologia Sócio-Histórica anteriormente elencadas, esta pesquisa também contrapôs (no decorrer das trajetórias e análises): a atividade prescrita (legislações, cadernos de diretrizes, código de ética, as descrições das próprias profissionais), a atividade real (aquelas que são realizadas e as que deixam de ser executadas)(CLOT, 2007); os desafios que se constituem neste processo, as estratégias possíveis e o poder de agir (CLOT, 2010; SAWAIA 2009;2010).

5. PARA ADOLESCENTES APRISIONADOS, UMA PSICOLOGIA APRISIONADA?

*As constantes mudanças de atividade foram esvaindo minhas energias...Todo investimento parecia não ter retorno. Sentia o meu trabalho como sementes plantadas ao vento, que não criam raízes e, portanto, não podem frutificar. À medida que o tempo passava, comecei a pensar que estava fazendo muito pouco para mudar aquela realidade de miséria que enxergava, logo ali, através da vidraça...Fui me sentindo cada vez mais fraca e impotente. Era como se estivesse de mãos amarradas. Era também uma prisão. Mas onde estavam os muros?
(Lia Freitas, 1989)*

A história da Psicologia, enquanto construção social (ANTUNES, 2012) mostra-se repleta de contradições, assim como a história social da institucionalização da criança e do adolescente no Brasil. Profissão regulamentada pela Lei 4119, de 27 de agosto de 1962, pouco antes do golpe militar, apresentou no decorrer da história as mais diferentes concepções acerca do homem e da sociedade, da criança, infância e adolescência. Isto porque está inserida em uma sociedade estratificada em classes e que se reproduz e se mantém através da luta entre estas classes. Assim como as demais trabalhadoras (o), de outras profissões e ofícios, toda psicóloga estará necessariamente posicionada neste contexto. Mesmo que se acredite neutra ou imune, controladora das minúcias, das emoções, ou da racionalidade, estará embrenhada nas contradições, sendo e tendo suas atividades determinadas por estas. As contradições da profissão tanto influenciam quanto são influenciadas pela realidade objetiva, por mais que se tente manter distante “do que ocorre no mundo lá fora” na intenção de proteger o setting terapêutico, a transferência e a contratransferência analítica, sua intervenção ou a relação terapeuta-cliente. Não admitir um posicionamento perante a vida, ou mesmo perante a sociedade, nas relações de trabalho ou na família, já é em si um ato político. Uma célebre frase do Teatro do Oprimido pode ser tomada para a Psicologia, com intuito de destacar esta postura: “toda a Psicologia é política,

porque política são todas as atividades do homem, e a Psicologia é uma delas”⁷⁰.

A construção da profissão de Psicóloga ou Psicólogo no Brasil tem então ocorrido nesta dinâmica, através da coexistência de diferentes concepções num mesmo tempo histórico (ANTUNES, 2012). Foi constituída a partir da realidade concreta – do contexto brasileiro e de outros países - tendo no Brasil suas especificações.

Os saberes psicológicos desenvolviam-se concomitantemente aos fatos históricos e compunham a problematização da institucionalização de crianças e adolescentes no país. Inicialmente faziam-se presentes através da pedagogia dos jesuítas⁷¹ que imprimiam sobre os povos indígenas uma “pedagogia repressiva” baseada na “psicologia moral da época” (ANTUNES, 2012). **No entanto, para os atos opressivos, sempre houve o movimento contrário, contestador de ações e idéias de homens que anseiem dominar ou manipular outros homens.** No caso dos jesuítas, por exemplo, Padre Antonio Vieira posicionou-se contra a escravização e genocídio dos indígenas e dos africanos. Outros, como Alexandre de Gusmão, eram favoráveis a instrução feminina. Já no século XIX, com a vinda da corte imperial, destacaram-se as questões sociais, no âmbito médico e pedagógico, onde fenômenos psicológicos marcavam presença. O foco na saúde e na Medicina Social tinha como intenção normalizar e higienizar a população urbana desviada: “leprosos, loucos, prostitutas, mendigos, vadios, crianças abandonadas, alcoólatras” (ANTUNES, 2012). Destacou-se nesta época a preocupação com os afro descendentes, já que o ideal era a “supremacia étnica de base europeia” ao mesmo tempo em que a propriedade privada e as cidades precisavam ser protegidas dos mendigos e vagabundos (ANTUNES, 2012). Mesmo sob o comando da elite (que pretendia manter-se com seus privilégios, longe do povo “pervertido”), o pensamento psicológico, tinha vertentes direcionadas a rumos

⁷⁰ A frase original de Augusto Boal diz: “(...)todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas” (BOAL, 2013, p. 13).

⁷¹ Para ANTUNES (2012) muitas concepções políticas e teóricas anteriores à ciência propriamente dita podem ser consideradas “saberes psicológicos”.

alternativos à ideologia dominante: era o caso do Barão de Macaubas, que procurava educar os deficientes intelectuais e valorizar os professores. Todavia a psicologia se desenvolvia predominantemente nos desdobramentos da medicina, da educação, da justiça, em prol do controle social. Através dos testes e mecanismos de classificação de seres humanos, serviu aos interesses da guerra (especialmente devido às duas Guerras Mundiais), assim como à formação de trabalhadores para a indústria e comércio. Foi fortemente influenciada assim como influenciou a educação, tendo por um período segmentos voltados para o modelo médico, clínico. Era comum a emissão de laudos para o direcionamento de estudantes a salas especiais, classificando-os como “problemáticos” sem priorizar uma prática voltada para o coletivo, que fosse colaboradora dos processos educacionais como um todo.

Esta fase coincide justamente com a época da abertura da educação superior para a iniciativa privada. Foi um processo que precarizou o ensino da psicologia, a sua pesquisa, com excessiva formação de profissionais para além do que o mercado poderia absorver. Isto facilitou a ampliação do campo clínico, pois as psicólogas não tinham muita opção: ou se direcionavam ao atendimento individual, ou aderiam às aplicações de testes (ANTUNES, 2012). Para a estudiosa, é aí que o caráter elitista da profissão começa a ser mais duramente criticado. Assim como a aplicação mecanizada e abusiva de testes. É quando a Psicologia Institucional, Comunitária e Social tomam impulso e questionam saberes e fazeres. Profissionais mostram-se incomodados com suas atuações, e procuram construir um caminho direcionado à práxis profissional,

Neste ínterim, entre as décadas de 1970 e 1980, iniciou-se o contrato de psicólogas (algumas já concursadas, como foi o caso da psicóloga Marisa, uma das entrevistadas para esta pesquisa) com objetivo de atenderem a crianças e adolescentes nas unidades da FUNABEM: Pró-Menor e posteriormente FEBEM. Estava ainda em vigor o primeiro Código de Menores de 1927, que foi modificado somente em 1979. Com a profissão em processo de constituição, as psicólogas, assistiam, nas instituições totais da ditadura militar, a crianças e adolescentes seqüestradas de suas famílias com as mais

diversas justificativas, as mesmas relatadas no capítulo II, vivas na história singular de Roberto da Silva. No entanto, assim como ele, foram pouquíssimas as crianças e adolescentes institucionalizadas que conseguiram anunciar em seus depoimentos e/ou pesquisas os impactos causados pela **intromissão do estado em suas vidas:**

(...) Adquiri a convicção de que o que aconteceu comigo, não foi obra de Deus, não foi obra do destino, não foi obra do diabo. Foi obra do Estado. **Foi obra da estrutura de suas instituições, foi obra de seus agentes. Todos os relatórios que eu colecionei, tem nome da instituição, tem papel carimbado, tem data e tem assinatura de técnicos e profissionais. Então os erros que foram cometidos na minha vida, e na vida de milhares destas crianças foi erro intencional ou político-ideologicamente orientado em nome de uma determinada filosofia, de uma determinada crença ou doutrina de estado.** Então eu nunca fui buscar respostas em uma lenda, em qualquer coisa...eu vou buscar resposta nos arquivos públicos, nas histórias de vida. Porque ali está definitivamente registrado o que aconteceu. (...) **Estando metade da minha vida na tutela do estado, por quantas instituições eu não passei, e na mão de quantos técnicos eu não passei?** Em todas estas centenas de páginas de relatórios biopsicossocial, técnico, psiquiátrico, em todos os relatórios a meu respeito (e eu tenho cópia de todos), **eu não encontro “uma” palavra positiva. Eu não encontro “um” elogio.** Eu tenho relatórios de avaliação aos 7, aos 8, aos 12, aos 14, relatório de transferência, de uma unidade para outra, todos assinados por técnicos, ou das instituições ou do Poder Judiciário, vários deles me dando aos 12 anos como caso perdido, né?!... Alguns dizendo que já haviam feito por mim tudo o que era possível tudo o que estava ao alcance do estado, da sua ciência e do conhecimento da época, que não havia jeito, que era o caso de me deixar, de me esquecer. Quando eu produzi aquele livro ali, em 1997, que foi a minha dissertação de mestrado, eu fui buscar exatamente estes documentos no arquivo da FEBEM, no juizado de menores e na Casa de Detenção, eu elaborei um passo metodológico que eu chamei de “o caminho da volta”. Eu fui de novo visitar todas estas instituições por onde eu passei, e muitos daqueles juízes, técnicos, que assinaram os documentos, eu estive frente a frente com eles, né?! E com vários deles eu dizia: esta aqui é sua assinatura da época. **Olha o relatório que você fez a meu respeito. Você acha que estava certo o seu julgamento?** Mas eu já havia passado da fase da denúncia, e não fui encontrar estas pessoas para acusá-las, para, não...é...eu fui em busca de **decifrar porque a sociedade aceita determinadas situações, como as instituições se imbuem, se investem de uma determinada filosofia de trabalho** e faz as coisas de uma forma rígida, burocrática, sem pensar nas consequências do que faz, não é?! Então, era a minha vida,

era a vida de milhares e milhares de crianças. E aí eu via respostas assim, tipo: nós estávamos obedecendo ordens. Ou, o conhecimento da época nos dizia que na psicologia a gente fazia certo tipo de avaliação assim e assim. Ou, a legislação social da época determinava este e aquele encaminhamento. Aí, naquele momento, assim como hoje eu podia fazer questionamento. **Mas vocês não se questionavam se isto na época era conveniente ou não, se isto era adequado, ou não, se isto era ético, ou não?** Então eu acho que em função deste processo de investigação e da forma como eu descobri a minha história de vida, e constatando os muitos erros que foram cometidos ao longo desta história de vida, eu resolvi trabalhar no sentido da transformação destas instituições. Por isso eu me tornei um pesquisador que investiga estas instituições, por isso eu me tornei um professor que trabalha a formação de recursos humanos para esta área. Por isso eu tentei me apropriar da Fundação por algumas vezes (...).(grifos da pesquisadora)(SILVA, 2014)

O testemunho cortante de Roberto da Silva, proferido em um Seminário Socioeducativo (2014), expõe às especialistas, e, no caso, às psicólogas aquela que pode ser a maior de todas as angústias: a prova concreta de que sofrimento ético-político também se reproduz através das práticas psi, de suas teorias e de seus posicionamentos. Integrantes da rede do “complexo tutelar”, estas “técnicas”:

legitimaram e ajudaram a produzir uma das mais curiosas e perversas distinções encontradas na prática social brasileira: a que separa “criança” de “menor” - curiosa distinção que não diz respeito à faixa etária, mas à classe social, e que faz com que a “sentença” recaia no menor, e não na situação (ARANTES, 2004, p. 163).

Com aval das profissionais (Psicologia, incluindo Serviço Social e Pedagogia), estas crianças/adolescentes pobres tornam-se dotadas de uma natureza “irregular”, classificadas como fruto de famílias “desestruturadas”. O sequestro destes “menores” do seio de suas famílias se justificava mediante diagnósticos⁷² que os qualificavam como “portadores de carências” e de

⁷² Cynthia Figueiredo, ex-dirigente da FEBEM-SP (14.12.1984 a 20.03.1986), foi responsável juntamente a Maria Inês Bierrenbach e Emir Sader pela implementação de um “novo” projeto a fim de humanizar as práticas e os cuidados voltados para a infância e adolescências assistidas pela instituição na época. Era início da abertura política. No livro “A questão do menor: uma proposta democrática” (1987) faz duras críticas à forma como a maioria dos relatórios psicológicos e sociais eram elaborados até então (e assim permaneceram por muitas décadas): “Os relatórios técnicos instrumentos de “poder” e “controle” sobre a criança com embasamento “pseudo-científico” para a permanência na instituição, sem propostas de intervenção técnica. Feito o diagnóstico, o menor passará a ser definitivamente estigmatizado e

“comportamentos inadequados”. Isto em prol de uma ideologia de Estado, que visava a “segurança da nação”, onde os perigosos eram as famílias pobres, suas crianças e adolescentes. **A psicologia e considerável parcela de suas profissionais, dotadas do discurso médico-jurídico, e de valores e modelos burgueses reproduziam esta ideologia.** Conseqüentemente, através de argumentos científicos da época trabalhavam e constituíam a profissão num posicionamento que reforçava “cultura da violência” (SADER, 1987), a exclusão, colaborando para mecanismos de coação, de manutenção da ordem social, atuando inequivocadamente numa lógica invertida, no abismo do “descompromisso político com o sofrimento do outro” (SAWAIA, 2010, p. 8). Se o sofrimento é histórico, à população excluída, pobre, excedente e indesejada do Brasil foi reservado o sofrimento ético-político, posto que mesmo as políticas públicas implementadas apresentaram e ainda apresentam em sua essência determinantes que ignoram corpos, subjetividades, diversidades, culturas, territórios e a natureza.

Por isto, pode-se considerar que as profissionais psicólogas atuantes em centros de medida socioeducativa de internação, devem ter consciência de que participam de uma política pública de aprisionamento juvenil, cujo objetivo é incluir-educar através da exclusão. E que é extremamente contraditório, se não impossível educar através da privação de liberdade, da “cultura da violência”.

Contudo, seguindo a lógica do pensamento de ANTUNES (2012) os saberes psicológicos não são homogêneos, mas desenvolvidos exatamente nesta tensão entre as diferentes idéias e práticas. É importante considerar que

rotulado como “infrator”, “carente”, “retardado”, “psicopata”, “agressivo” e outras denominações de uso comum nestes órgãos.

Os relatórios e pareceres são anexados aos prontuários e, muitas vezes, utilizados como instrumento de intimidação para se “encarquerar” o menor junto ao juiz, diante deste ou daquele comportamento inadequado. A palavra “encarquerar”, na gíria da instituição, tem o sentido de “prejudicar” fazendo constar do relatório que é encaminhado aos juízes.

Os “menores” deixam de ser crianças, como os milhões de crianças existentes no Brasil, pela única razão de terem sido recolhidos à instituição. São tratados como “seres diferentes”, que necessitam de técnicas sofisticadas para aprenderem a brincar, estudar, se vestir, se alimentar.

A elaboração do diagnóstico é tida como apenas uma obrigação para com o Poder Judiciário, e não um instrumento de abordagem para o conhecimento e ajuda, tanto para o profissional, quanto para a “criança”. (FIGUEIREDO, 1987, p.171).

na prática cotidiana profissionais manifestam resistências ao Direito, às instituições, ao poderio governamental e às ideologias que permeiam estas máquinas. As histórias a seguir retratam estas tensões e as estratégias de enfrentamento.

5.1 Desde sempre existiu o “sim senhor, sim senhora!”: os primeiros embates na “nova FEBEM”...

Foi em 1975 que a psicóloga Marisa⁷³, recém-formada, viu nos classificados de um jornal um anúncio da Pró-Menor recrutando psicólogos, assistentes sociais, office-boys, pedagogos, professores, médicos, entre outros profissionais, para trabalharem com “menores abandonados”. Cheia de expectativas, estava muito motivada para conseguir o seu primeiro trabalho: *“Nossa, eu vou ver! Eu sempre achei que fosse trabalhar com crianças, aquela palavra foi o que me moveu. Fui para fazer a prova na Raposo Tavares, e assustei, porque tinha muita gente na seleção. Foram em várias fases, recrutavam 4,5 psicólogas. Na entrevista individual....no resultado, nem dormi...”*. Sendo assim, após longo processo seletivo, foi aprovada. Assumiu o posto e iniciou treinamento, junto a uma equipe multidisciplinar composta por 4 ou 5 psicólogas, 4 ou 5 assistentes sociais⁷⁴, 2 pedagogas, um clínico geral, dois psiquiatras, um ou dois professores de educação física, um dentista, vários monitores (que segundo ela tinham formação em educação) e inspetores (tinham atribuições relacionadas à segurança)⁷⁵. Todos foram encaminhados para a Unidade de Triagem 3 – ou UT-3. Lembra-se que o prédio era novo, localizado no Complexo Tatuapé, e tinha 5 pavilhões: *“era tudo limpíssimo e*

⁷³ Durante a conversa, Marisa rememorou sua história e as histórias da instituição, no entanto, é provável que nem todas as lembranças correspondam exatamente aos dados da época. Trabalhou na FEBEM de 1975 a 1985, sendo que em 1976 a FEBEM-SP (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) substituiu a Pró-Menor, e, segundo Marisa, a mudança se deu apenas em termos de nomenclatura. Em 1979 foi implementado o 2º Código de Menores.

⁷⁴ Houve dúvida quanto ao número destes profissionais concursados encaminhados para UT-3, mas esta é a média.

⁷⁵ Marisa não soube informar ao certo qual a diferença entre os monitores e os inspetores. Acredita que os inspetores recebessem treinamento militar e desempenhassem funções relacionadas à segurança, e os monitores atribuições voltadas para a educação.

organizado, cada profissional tinha sua sala". A unidade foi inaugurada para executar a triagem dos adolescentes autores de ato infracional, e para aliviar a superlotação da UR (Unidade de Recepção) onde crianças e adolescentes permaneciam juntos. *"Fui orientada de que participaríamos de uma fase de transição, numa nova proposta"* que encerrava a antiga FUNABEM e iniciava a FEBEM. Acredita que tenham composto a primeira equipe multidisciplinar desta instituição, pois pelo que recorda, havia apenas uma psicóloga lotada em outra unidade⁷⁶. Durante o treinamento, chegou a atender crianças de 3 ou 4 anos, demorou-se para descobrir que fora contratada para assistir *"adolescentes infratores"*. Apesar deste primeiro desapontamento, continuou ansiosa para a vinda dos adolescentes, que foram *"chegando aos pouquinhos"*.

Cada dupla de assistente social e psicóloga ficava alocada em um dos pavilhões, cada *"técnica"* em sua sala. Eram responsáveis exclusivamente pelo atendimento dos adolescentes de seus respectivos pavilhões, que variavam de 25 a 30. Às psicólogas cabia a elaboração de avaliações psicodiagnósticas com uso de testes de personalidade, sem a *"observação de comportamento"*, isto é, não tinham conhecimento profundo de como era o convívio do adolescente seus iguais e com os funcionários. Não entravam em contato com os possíveis processos de aprendizagem e/ou sofrimento no cotidiano, não lhes era permitida a circulação por todas as dependências da unidade, ficavam isoladas, restritas a um modelo de atendimento que se pretendia clínico e individual. Também não entrevistavam ou atendiam as famílias, competência exclusiva das assistentes sociais: *"era tudo separado, era tudo estanque, trabalhava só o menino, sem ter um contexto (...)"*. Estas práticas impostas, descoladas da realidade dos adolescentes e do que ocorria dentro da instituição supunham que a *"neutralidade"* fosse necessária para elaboração do psicodiagnóstico. O conhecimento aprofundado sobre as dimensões objetivas e subjetivas dos adolescentes ficava impossibilitado, e suas histórias estavam subordinadas à interpretação dos diferentes *"técnicos"* que o avaliavam, tornando o circuito do *"complexo tutelar"* minucioso e cansativo (principalmente

⁷⁶ Não há constatação desta informação, mas pode-se considerar que certamente eram pouquíssimas as psicólogas na instituição. Trassi (2006) menciona seus projetos na mesma época, e que contavam com a presença de psicólogas.

para o adolescente). Esta metodologia e modo de conceber o desenvolvimento do ser humano são adversos ao proposto por Vigotski que atribui importância ao ambiente, às relações transformadas na realidade concreta para o desenvolvimento psicológico. Apenas na ocasião das discussões em equipe (psiquiatra, pedagoga, assistente social, entre outros), que segundo Marisa eram “rígidas”, as profissionais conseguiam ampliar o leque de informações. Estas discussões de caso tinham papel fundamental, momento no qual o objetivo principal da triagem se realizava: a equipe era responsável por decidir para onde o adolescente seria encaminhado (ou voltavam para suas casas, ou seguiam para outras unidades da instituição).

Mas para Marisa não era tão simples submeter-se às metodologias da FEBEM. **Assim como hoje em dia, a cobrança pela rapidez e agilidade da elaboração dos relatórios era intensa, e gerava alguns conflitos e descontentamentos:**

(...) eu tinha muito relatório...a gente foi aprimorando, eu entrevistava muito o menino. Tinha uma pressão com relação aos resultados, atender muitos meninos, fazer muitos relatórios... e eu nunca fui assim, eu, eu, não conseguia... Porque eu fazia entrevistas mais longas. Ficava com os meninos mais tempo. Então cheguei a ter alguns atritos com o diretor! Imagina, em plena época da ditadura! E o diretor, ele era um ditador, eu detestava ele! E eu falava que ele era um ditador, imagina, eu era louca! Em algumas reuniões eu levava pontapé do psiquiatra por debaixo da mesa para ficar quieta!

Marisa ao longo da narrativa de suas vivências, ratifica o que Roberto da Silva (1998; 2014) afirmou em seus depoimentos e em seus estudos: o quanto a ditadura militar “exacerbou os traços mais negativos de uma experiência, a das instituições totais (...)”(SILVA, 1998, p. 9), onde se faziam “experiências com o eu” (GOFFMAN apud SILVA, 1998, p. 70):

Era um regime fechado, óbvio, a casa era fechada e a estrutura física era de disciplina. Era só isso que se via. Então era assim: o chão brilhava...o menino tinha roupa sempre limpinha, eram quartos individuais (...).

(...) Os meninos, tinham uma postura de muita (agora que tenho esta leitura de postura corporal, né?!) cabeça baixa, “sim senhor!, sim senhora!, não senhor!, não senhora!”, nossa, de muita, de muito, muito submetimento. Mesmo os que não eram, não tinham padrão de serem submetidos, mas era um

submetimento. *Sim senhor!, sim senhora!, mão pra trás!, cabelinho bem curtinho, mas não era raspado*⁷⁷. (...)

(...) *Era um **trabalho** muito bem feito (referindo-se as discussões em equipe psicossocial), mas **era asséptico, de uma rigidez**, e era um momento de fechamento. Estou falando estruturalmente o que acontecia...a gente não ia para o pátio, nem dava as caras! **O objetivo era ficar na salinha, e entrevistar menino!** Era isto! E tinha que fazer bastante...e tinha que fazer muitos, muitos!...(grifos da pesquisadora)*

Através destas palavras, carregadas de significados sobre o que representava aquela instituição, e dos sentidos que o trabalho apresentava naquele contexto, apreende-se que já não eram somente os “meninos” os reprimidos, mas também a psicóloga estava aprisionada:

(...)...*agora me veio a imagem...eu me lembro, que um dia eu estava na UT-3, e eu via o mundo cinza...**eu via o mundo cinza, eu não tinha alegria.** Eu via o mundo cinza, eu não via alegria, eu me sentia...eu era muito triste, porque eu convivía diariamente com aquilo. Por mais que a **gente** fosse elaborando, é, **digerindo as nossas angústias**, né, a gente conversava muito, a gente conversava muito entre a equipe (...).*

(...) ***Havia um jeito de trabalhar que a gente não concordava, com as violências todas, as pequenas, as cotidianas,** quando o menino chegava, toda aquela coisa da uniformização, do comportamento, da mão pra trás, se despojando da identidade dele completamente...do silêncio...era um silêncio...o dia todo, entendeu?! (...)(grifos da pesquisadora)*

Durante a conversa, permeada por sentimentos de tristeza, Marisa lembra-se que embora se sentisse a sós, não o estava. Além dela e de cada um de seus 25 adolescentes atendidos individualmente, havia mais vidas naquele lugar. Aos poucos faz referência às/aos demais colegas de trabalho, não apenas àquelas confinadas em suas salas, em suas idéias e teorias, mas também aos demais inspetores e/ou monitores com quem trabalhava. Para a psicóloga o silêncio imperava⁷⁸ embora nem todas/os compactuassem com as

⁷⁷ Há décadas os adolescentes internados nos centros de atendimento inicial e provisório (principalmente nestes dois) têm seus cabelos raspados, ao invés de cortados, conforme relata Marisa.

⁷⁸ Marlene Guirado (2009) durante cinco anos foi supervisora de um projeto de educação e psicologia, denominado “Fique-Vivo!” (1998-2006), parceria entre a USP, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e a FEBEM-SP. Em seu artigo

violências. Isto porque, durante o dia, tudo parecia perfeito, mas à noite “as coisas aconteciam”. Os adolescentes eram agredidos, e para esconderem as marcas colocavam-nos em duchas geladas. No atendimento das psicólogas e assistentes sociais, com medo de receberem novas reprimendas por parte dos agressores, tais adolescentes inventavam alguma desculpa como queda da cama ou acidentes durante exercícios esportivos (estas justificativas se repetem ainda hoje). Houve certa ocasião em que devido à saída de duas psicólogas, uma amiga do diretor foi contratada para substituí-las. Esta profissional era conivente às práticas opressoras, gerando uma cisão na equipe psicossocial. Os adolescentes verbalizavam estas ambigüidades e expressavam inconformismo. Mas Marisa e as demais profissionais mantiveram oposição contra a violência. Todas elas, juntamente a outras/os trabalhadores tinham como uma das estratégias encontros após o expediente:

a gente saía da unidade, ia na casa de alguém e ficava falando, conversando...falando, falando, falando, falando...era um jeito de expurgar eu acho. A gente só falava da FEBEM, só falava da FEBEM, porque a FEBEM, porque isto, porque aquilo!...E é isto, eu esqueci de te falar, que não eram todos os inspetores que concordavam com aquilo não, muitos não...que eram aqueles que tinham uma formação um pouquinho mais, que eram quase educadores, só não tiveram a chance de serem monitores professores. Então tinham uma outra visão da educação, que não somente da disciplina, da violência da agressão, entendeu, que era da conversa, uma outra coisa.

Na concepção de Marisa, esta era uma tática espontânea que os trabalhadores encontraram para não adoecer. O não-dito poderia ser revelado somente do lado de fora, e tudo ficava meio confuso quando se procurava

denominado “FIQUE VIVO! na FEBEM-SP: a violência no limite da ética no exercício da psicologia” faz relato e análise de como foi a experiência, da inserção de profissionais externos, principalmente psicólogas (das quais era a supervisora) ao contexto de uma instituição total das dimensões da FEBEM. Sua equipe também vivenciou este “silêncio” institucional a qual se refere a psicóloga Marisa. Guirado faz uma análise ainda muito atual sobre este pacto que se constitui como elemento de destaque - não somente do trabalho dos agentes institucionais, mas que também permeia as relações entre os próprios adolescentes, e, finalmente entre todos estes. É característico do modus operandi desta instituição: “uma das coisas que se aprendeu com tudo isso foi que um código discursivo fechado é recorrente. Em todos os níveis institucionais e entre todos eles, não só com uma finalidade visível de exclusão de alguns ou de alguns grupos, como por exemplo, psicólogos, estagiários, pessoal do Fique Vivo!, ou funcionários contra os internos. É no e pelo manejo do discurso, dos rituais, dos lugares ungidos **pela força que as relações de poder** se exercem com veemência cênica, disposição de corpos, imposição de vozes de comando, sentidos arbitrários, estritamente ligados aos grupos em questão” (GUIRADO, 2009, p. 353).

entender se estes muros de concreto seriam os únicos responsáveis pelo “cale-se”. Tratava-se de uma confissão coletiva, onde as dores eram divididas, não era exatamente um enfrentamento. Até hoje, esta forma de desabafo se faz presente como uma maneira de lidar com o sofrimento, diluí-lo, e é o que se vive em muitas reuniões informais promovidas pelos próprios funcionários. Às vezes se repete em certos momentos nas reuniões sindicais, no grupo de trabalho psicossocial e nos encontros do CRP.

Lia Freitas, relata em seu depoimento a Liane dos Santos, em 1989, experiência muito próxima a de Marisa. Embora residissem e trabalhassem em estados diferentes, ambas vivenciaram e se questionaram sobre as ambigüidades institucionais que atingiam diretamente suas atividades no atendimento aos adolescentes e crianças institucionalizadas. Tanto na FEBEM-SP, quanto na FEBEM-RS, a depender da unidade onde estivessem alocadas, fatores como as relações interpessoais e o método de trabalho (distanciamento e complexificação entre trabalho prescrito e o realizado) poderiam ser motivo de angústia e sofrimento das equipes:

Senti também que havia ali um clima de grande insatisfação por parte dos funcionários, bem como uma espécie de caos generalizado. Parecia-me que as atividades com as crianças não tinham outra finalidade além de ocupar o tempo existente entre uma e outra marca do cartão de ponto (FREITAS e SANTOS, 1989, p. 39).

Em relação ao sofrimento dos adolescentes, advindo das violências infringidas pelo corpo funcional, Marisa refere que quando um adolescente trazia em atendimento fato equivalente, procurava, assim como outras profissionais, orientar os familiares a denunciarem ao Juiz. E este colaborava (chega a citar seu nome), tornando-se parceiro das famílias e das profissionais, sempre em prontidão para acolher as sugestões “técnicas” e proteger os internos.

Traziam também como aliada uma jornalista (cita o nome e refere que não eram todos os jornais que tinham profissionais com esta disposição), que segundo Marisa era de “*família tradicional*”, “*sensível*”, militante e conseguia circular entre os poderosos. Sempre que um funcionário exercia práticas violentas, avisavam-na, e com prontidão e cuidado a denuncia chegava aos

dirigentes da FEBEM e da Secretaria responsável. Marisa disse não se lembrar se estes agressores eram processados ou advertidos, muito menos demitidos. E endossa que este foi o modo que encontraram para atingirem o diretor, legítimo representante da violência de estado:

*Nossa...isto era...uma impotência terrível. E a forma da gente lidar com esta impotência, **era esse movimento para trazer a tona, para comunicar...**acho que era isto que nos manteve durante o tempo todo, né?! E havia uma união grande, principalmente, não da equipe toda, mas eu acho que 80% da equipe tinha uma união, uma coisa que...contra o inimigo, que era representado, que era o sistema, né, que era a ditadura, mas que era representado naquele homem, naquele diretor...e que a gente sabia que não podia bater de frente. A gente sabia que a gente não podia, **mas encontramos estratégias de lidar, de coibir um pouco o grau, o nível de violência.** (grifos da pesquisadora)*

Mesmo com a existência de um grupo que representava a maioria dentro da unidade de triagem, a psicóloga assume a impossibilidade de derrubarem o tirano, o tirano estado, o tirano ditadura (SAWAIA, 2009). As providências eram paliativas. Não havia como impedir definitivamente as violências, se não através de uma **transformação coletiva**, providenciada por toda a sociedade brasileira, e elas/eles estavam ali, numa resistência solitária, restritas/os à indignação:

*Na UT-3 era **cinza**, porque a gente também estava confinado, entendeu, um pensamento rígido, uma rigidez, seguir aquelas normas...por mais que a gente tentasse infringir aquelas normas, buscar estratégias, buscar alternativas, mas era um momento de muito fechamento de muito sofrimento. Porque não tinha...não tinha eficácia. **O que não nos adoeceu, eu fiquei pensando hoje, eu acho que era o fato do trabalho ser multidisciplinar, onde a gente discutia, brigava, ria...** eu acho que era um trabalho multidisciplinar, era reunião, era uma parte da equipe que era contra aquele, **então a gente achava que tava fazendo alguma coisa, se a gente não tivesse ali seria pior ainda**, entendeu, e como os inspetores sabiam que a gente era contra a postura deles...de alguma forma eles sabiam, pela nossa postura, pelas nossas falas, pelos nossos olhares, pelos nossos gestos... **Então eles sabiam que nós, a gente não falava abertamente, mas eles sabiam que nós éramos opositores da forma como eles conduziam o trabalho.***

Ainda que diante de todas estas dificuldades e violências, Marisa refere que não tinha necessidade de afastar-se deste trabalho, pois trazia uma

“vontade férrea” para agir mesmo “sem saber como”. Definiu-se um **“camicase”**:

*(...) eu acho que a gente se realimentava, **tinha uma potência, mas a gente não perdia a potência de uma certa forma, porque sempre dava um jeito para a que a verdade viesse à tona, entendeu?!***

Aqui fica manifesto que a profissional reencontrava sentido em seu trabalho quando juntamente a sua equipe (e não sozinha) os segredos da instituição eram revelados e poderes e autoridades colocados em cheque. As contradições eram expostas e a linha de resistência se fortificava, mesmo que temporariamente através da esperança. **O exercício da superação era o motor.** Durante a conversa, Marisa indicou que a atuação profissional num ambiente mediado pela violência suscitava-lhe sentimentos extremamente conflitantes que arriscavam superar-se: fazia-se importante o posicionamento e o desvelamento das violências por parte das equipes (motivação), mas nem sempre eram suficientes para que as mudanças fossem definitivas (impotência).

E foi somente após 4 anos na UT-3 que Marisa recebeu de um amigo convite de transferência para uma unidade educacional, a UE-22, localizada no Complexo Raposo Tavares. Inicialmente, achou que seria uma troca inútil, pois o diretor também era truculento. Mas não se sentia cômoda na situação em que se encontrava e resolveu ousar. O tal diretor logo foi substituído, por um outro, com formação em Sociologia, que era *“politizado”*, conversava com os inspetores a respeito das violências e mostrava a importância do respeito aos *“técnicos”*. Marisa o considerava excelente. Explicou que no final dos anos 70, iniciava-se *“novos tempos”*, novos funcionários e especialistas foram contratados, para implementação de um novo projeto. Este tinha caráter predominantemente educativo. A unidade para a qual fora designada atendida adolescentes autores de ato infracional de graduação *“leve”*, muitos provenientes de outros municípios, de outros costumes. O muro era baixo, a unidade era aberta, embora se tratasse de privação de liberdade. Não existiam pavilhões, os quartos eram compartilhados, todos os funcionários, desde a cozinha até a administração estavam imbuídos da educação. Os adolescentes

eram denominados “alunos”. A equipe era dividida em mini-equipes, cada uma responsável por cerca de 25 casos:

Eram outros profissionais na Raposo, que foram selecionados após minha turma, com outra cabeça, com uma visão de trabalho de psicologia institucional, comunitária, não havia testes, nada! Era contato direto com os meninos, em todas as situações da unidade, havia incentivo para isso, era um projeto político, havia um grupo grande, que colocou pra gente outro projeto educacional, foi bárbaro! (...)

Portanto, a atuação das psicólogas expandiu-se, numa proposta que pretendia tornar possível a práxis profissional:

O errado era ficar na sala! Na sala somente para fazer uma entrevista. Atendia individualmente também, mas podia ser com a assistente social, com família, com inspetor, no pátio, na sala de aula...(...)

*(...) Embora fosse técnica, não era para ficar somente no papel, **tinha liberdade total para fazer o que queria**, tinha formação em psicodrama, fazia role playing com os meninos! A gente também tinha cursos de reciclagem, participamos de um curso com mexicano sobre sexualidade (...).*

(...) Os relatórios eram encaminhamentos, ou para inserção no mercado de trabalho, relatório para empresas, mas enfim...(...)

A oportunidade para desenvolver os projetos que considerava importantes, sem boicotes ou censura, desprendidos da burocracia, numa perspectiva de respeito aos Direitos Humanos, trouxe-lhe talvez pela primeira vez **alegria** ao trabalho. Não existiam mais segredos para serem desvelados e combatidos, falava-se abertamente nas reuniões, que ocorriam várias vezes por semana. Tinham como objetivo o compartilhamento de conhecimentos e vivências junto aos adolescentes. O que não quer dizer que os problemas tenham sido extintos, mas eram enfrentados por todos: equipe e adolescentes/alunos. Por exemplo: toda sexta-feira discutiam caso a caso a ida dos adolescentes para suas casas. Nem todos estavam aptos para tal, mas os engajados obtinham a liberação. O retorno ocorria nas noites de domingo, embora alguns não fossem pontuais. Outros utilizavam entorpecentes e se apresentavam alterados. Às segundas-feiras a equipe psicossocial sempre “*tinha que dar conta do que havia acontecido no domingo*”. Mas sabia que era seu papel “*dissolver as tensões*”.

Ao participar de num novo projeto, com novas propostas e possibilidade de ampla atuação, Marisa alcançava cotidianamente a efetivação de seu trabalho. Não estava mais desconectada e restrita a fragmentos da individualidade de cada adolescente, mas **compunha o todo** que aquela unidade educacional representava. Estava integrada à equipe e aos “alunos”:

*Na sexta-feira era algo **bárbaro!** Fazíamos as reuniões, parabenizávamos a eles, e após 15h a gente ia para o pátio jogar vôlei com os meninos, inclusive o diretor, todos misturados, com roupa própria. Não havia funções burocráticas, o projeto era outro, educativo, na realidade a UT-3 era instituição total, fechada, a unidade educacional era outra coisa.(...)*

(...)toda a minha base de Psicologia institucional, ta aí nestes anos.

*(...) eram novos ares, era um entusiasmo, uma alegria! Foi um **momento muito criativo**, da equipe toda!*

Após cerca de 4 anos, o diretor mudou-se para outro país. Foi substituído por uma diretora com formação em Serviço Social. Embora Marisa a julgasse “boa profissional”, não conseguia se identificar com esta nova maneira de trabalhar:

*(...) aquele entusiasmo inicial, já foi diminuindo. Já não tinha a mesma força que o outro diretor tinha, força intelectual, força mental, talvez ela tenha sido um pouco envolvida pelos inspetores, foi mudando o quadro. **Foi havendo esfacelamento**. Houve mudança de governo⁷⁹ e as pessoas foram murchando, saindo...*

Estas lembranças, relacionadas às mudanças na unidade educacional onde estava lotada, mostravam-se confusas para a psicóloga. Não encontrava palavras para narrar exatamente o que ocorreu, mas os sentimentos e as emoções que lhe marcaram eram evidentes:

Neste momento de abertura chegaram até a FEBEM as novas concepções da psicologia, mas depois eu sai...isto foi em 84 e eu saí no início de 85...e enquanto eu estava lá, não mudou totalmente a forma de atendimento ao menino...e a concepção de trabalho, permanecia a mesma...Mas eu não detecto o que

⁷⁹ Governadores de São Paulo na virada nas décadas de 1970 e de 1980: Paulo Egydio Martins (março-1975 a março-1979); Paulo Maluf (março-1979 a maio-1982); José Maria Marin (maio-1982 a março-1983); André Franco Montoro (março-1983 a março-1987).

foi...algo que aconteceu em caráter político, porque foi perdendo brilho, as pessoas foram entristecendo, porque era de alegria, de prazer...eu não sei exatamente o que foi...

O esfacelamento da equipe, da proposta educacional, a descontinuidade do trabalho, comum, mas não eficaz para quem atua nas políticas públicas, finalmente minaram suas energias e fizeram com que se questionasse quanto a sua competência profissional, quanto ao seu papel de psicóloga. Esgotaram-se as estratégias, e Marisa pediu demissão:

*Porque chegou um momento, que era isto que eu estava te falando...eu estava exaurida, eu vi que a equipe toda foi se dissolvendo, foi saindo, diretor que era legal saiu, então ele falou assim: você será a última para fechar a luz...aí eu fui vendo que estava **exaurida**, que eu precisava fazer outra coisa, **porque eu tinha perdido**, chegou um momento **que eu me via tão técnica que minha identidade enquanto psicóloga se perdeu...**e quando eu saí me perguntava: **nossa, como é ser psicóloga?***

A instituição aos poucos voltava a impedir a realização de seu trabalho segundo a “maneira⁸⁰” que acreditava que deveria acontecer, ou seja, de acordo com as diretrizes e metodologias de sua profissão e dos Direitos Humanos (trabalho impedido). Nos últimos 4 anos procurava utilizar-se de referências da Psicologia Institucional, Comunitária, do Psicodrama e dos Grupos Operativos de Pichon-Rivière, compondo possibilidades para a práxis profissional (dialecticidade entre teoria X prática). No entanto, de repente, tudo parecia se perder. Seu trabalho desprovia-se de sentido, pois para a nova equipe já não tinha o mesmo significado. Foi tomada novamente pela impotência. Estava confusa e insegura quanto ao valor e a transformação social e individual (direcionada aos adolescentes em suas singularidades) provenientes de seu trabalho:

*De tão envolvida, sem eu saber, porque eu fazia trabalho psicológico, **mas não era um trabalho de Psicologia tradicional, era uma outra Psicologia**, era uma Psicologia institucional...depois eu tive clareza disto. **Mas eu achava que era técnica, entendeu, que não era psicóloga mais.** E eu fazia Psicologia, eu trabalhava com grupos, eu era muito mais*

⁸⁰ Valores pessoais, a afetividade e a subjetividade também compunham esta “maneira” como Marisa constituía-se psicóloga.

*assim, entendeu, não era aquela coisa individual...Aí eu precisei de um tempo, que eu e lembro, **eu estava muito esvaziada**, muito exaurida, então precisei de um tempo para me reciclar, aí fui fazer outras coisas, fui para o campo da **arte**. Fui fazer **dança**, fui **cantar**...trabalhei vários anos com **antiguidade** no MASP, e aí quando eu tô no MASP quando as pessoas perguntavam e eu dizia que era psicóloga, as pessoas diziam: ah, você vai voltar! Ah, não sei, não sei...*

Importante salientar que a psicóloga somente compreendeu a importância e as dimensões subjetivas e objetivas de seu trabalho na FEBEM alguns anos depois. Uma destas oportunidades foi juntamente a pesquisadora, que também vivenciou processos semelhantes. Durante a conversa, ambas trocaram idéias, sentimentos, impressões além de utilizarem como referência passagens do livro “Fogo no Pavilhão” (1987), já mencionado anteriormente. Ao final do diálogo, ficou evidente a importância do trabalho em equipe no processo de fortalecimento do poder de agir. Ele dá certamente uma das pistas mais importantes referentes às estratégias de enfrentamento numa instituição total. É tão significativo e eficaz, que estará presente nas outras conversas e reuniões trazidas para esta pesquisa.

Pesquisadora: Acha que a falta da equipe influenciou?

Marisa: Eu acho...porque era uma alegria!...

(Pesquisadora narra suas experiências...sobre como se sentia uma “máquina de fazer relatórios” e que por conta disto, tinha que deixar para trás o atendimento aos adolescentes, no último centro em que trabalhou. Assim como Marisa, este foi um dos fatores que levou a questionar-se quanto a sua capacidade profissional, a não sentir-se psicóloga em alguns momentos).

*Marisa: Se eu tivesse ficado na UT-3 seria como máquina...mas eu quero saber o que aconteceu, a mudança da equipe influenciou, porque era uma alegria, era uma coisa...acabava ia todo mundo almoçar! Mas quando começaram a ir embora, fui perdendo a energia, **fiquei nove meses parada para resgatar a psicologia**...pela minha história, não é à toa que eu fui para as artes, que eu trabalho com o corpo...*

As vivências de Marisa enquanto psicóloga da antiga FEBEM oscilaram entre extremos, dependendo principalmente da estrutura política e econômica do país, da ideologia do povo (da elite) brasileiro, e de como estes se propunham a intervir no que era denominado “o problema do menor”. As

políticas públicas da “menoridade” ainda eram na época comandadas por setores militares, apesar de que, conforme a própria Marisa relata, estavam em uma fase de “abertura” política, de luta dos movimentos sociais/intelectuais em direção a aproximação gradual e calorosa da democracia.

Ainda hoje, mesmo com a existência de legislações bem específicas sobre as medidas socioeducativas⁸¹ não há como todos os centros de atendimento funcionarem de modo homogêneo. Cada qual, localizado em diferentes regiões do país e do estado, com culturas, climas, economias, geografias diferentes, entre outros aspectos, terão suas especificidades, dentro de uma totalidade que é o Brasil e a socioeducação no país. Sempre serão constituídos pelas inúmeras contradições colocadas nesta e em outras pesquisas, e pelos embates e enfrentamentos de seus trabalhadores, adolescentes e suas respectivas famílias. Entretanto, estes centros, seus instituídos e instituintes necessitam ininterruptamente agir em direção a efetivação dos valores e princípios éticos dos Direitos Humanos e de todas as demais legislações que norteiam a socioeducação. Caso contrário, sempre haverá exorbitância e inconstância na dinâmica dos diferentes centros: alguns, imergidos na violência, com colaboração dos funcionários e seus gestores (“cadeia na mão dos funça”, “mão prá trás e coco baixo”⁸²); outros, “as cadeias dominadas”, onde prevalece a “lei do crime”, das facções⁸³, a permissividade (e

⁸¹ Principalmente com as Leis nº 12594/12 e com a implementação da Escola Nacional de Socioeducação

⁸² No Estado de São Paulo “cadeia na mão dos funça”, “mão prá trás e coco baixo” significa centro de atendimento com metodologias e normas rígidas de convívio e de comportamento, onde os adolescentes podem não ter voz ativa. Alguns centros se esforçam para evitar violência física ou verbal por parte dos funcionários ou dos adolescentes. Mas empregam sistemática onde os adolescentes devem andar sempre em fila, com as mãos para trás e a cabeça baixa, cumprimentando mecanicamente “com licença senhor, com licença senhora”, o que também é um ato de violência (docilização do corpo).

⁸³ Fabio Mallart Moreira (2011) realizou excelente pesquisa etnográfica (numa época onde pesquisas etnográficas ainda eram autorizadas pela entidade) pois tinha acesso ao cotidiano institucional enquanto trabalhava (2004-2009) como professor de jornalismo e artes-fotografia em diversas unidades. Consideram-se também excepcionais oficinas de fotografia dentro da instituição, que permitia a circulação de Fabio por todos espaços das unidades, testemunhando e documentando junto aos adolescentes a vida presente numa instituição fechada por muros e pactos. Ele refere que seu trabalho gerava certa desconfiança por parte dos agentes socioeducativos e gestores, chegou a ser questionado por uma funcionária do setor pedagógico: **“De que lado o senhor está, hein, professor?”**. Enfim, nesta pesquisa Fabio conseguiu documentar e analisar como ocorre a formação de lideranças em cada unidade. Foi

impotência) por parte dos seus trabalhadores e a violência por parte os adolescentes; e um terceiro grupo, que se esforça para manter-se isento destas violências, e que conseguem implementar parte da proposta, centros classificados vulgarmente como “meio termo”, considerados por seus funcionários “local tranquilo” para se trabalhar. Por maior que seja o esforço ou o embate, as violências sempre estarão presentes, uma vez que se trata de uma instituição de aprisionamento, e isto por si só já é uma violência.

Podemos considerar que a experiência singular de Marisa certamente transformou os adolescentes a quem se dedicava. Assim como todo o conjunto de pessoas que se mantiveram nos mesmos projetos que ela. Por outro lado, igualmente foi afetada por todas as pessoas e situações que vivenciou. Fazendo um “zoom” nesta história toda, verifica-se que todos estes fatores constituíram quem a psicóloga que é hoje, com conflitos e resistências importantes para serem expostos e analisados.

Em contrapartida, não é surpreendente que dentro da mesma instituição, a FEBEM, em épocas e unidades muito próximas, Trassi (2006), tenha tido experiências tão semelhantes e ao mesmo tempo tão diferentes de Marisa. É muito provável que tenham se cruzado em alguns momentos na instituição. Em seu livro “Adolescência Violência: desperdício de vidas” (2006), fruto de sua pesquisa de Doutorado, faz uma extensa recuperação das políticas públicas brasileiras e da história das instituições do Estado de São Paulo. Possui muita experiência no trabalho voltado para a infância e juventude. Na FEBEM pode trabalhar em 3 momentos distintos, (em um outro supervisionou estágio) e reconhece que tinha uma posição privilegiada:

de poder realizar uma interlocução produtiva e gratificante **entre o fazer e o pensar** a partir da inserção como trabalhadora na universidade, no atendimento direto de

justamente neste período que os adolescentes da FEBEM tiveram contato com os integrantes da facção PCC – Primeiro Comando da Capital: é prática do governo do Estado de São Paulo a transferência (em massa ou em pequenos grupos) de adolescentes maiores de 18 anos da FEBEM ou Fundação CASA para penitenciárias, como se esta fosse uma estratégia eficaz de educação. Assim, os valores, códigos e hierarquia desta facção foram instalados dentro da FEBEM (na época estava em vias de mudar seu nome para Fundação CASA) e em muitos aspectos determinam seu modus operandi.

adolescentes, na supervisão de equipes profissionais e projetos na área e a participação em uma rede cada vez mais ampliada de instituições envolvidas com os temas da infância e juventude (TRASSI, 2006, p.30).

A sua primeira inserção na instituição ocorreu na ocasião da inauguração do que refere ser “a primeira unidade destinada a menores infratores da FEBEM na cidade de São Paulo”, em 1977, a denominada UE-15 “Unidade Educacional Desembargador Theodomiro Dias”. Localizada no Complexo Tatuapé, atendia 120 adolescentes de 14 a 18 anos, provenientes da UT-3 ou UT-4. Como se tratava da “nova FEBEM”, havia um reordenamento no fluxo de “recepção-triagem-unidades educacionais”, sendo que todas estas deveriam atender em conformidade à “Política Nacional de Bem-Estar do Menor” (que segundo Trassi (2006) continha preceitos da Declaração dos Direitos da Criança). A autora destaca que o projeto da UE-15 foi elaborado por “técnicos competentes” e tinha entre seus supervisores a assistente social Maria Inês Bierrenbach e do pedagogo Padre Julio Lancelloti. Era uma “experiência piloto”, que pretendia “romper com o modelo de instituição total”. O objetivo principal era “favorecer o desenvolvimento do menor (...) para a sua reintegração social”. Tinham como foco a educação e o trabalho multidisciplinar, com integração das diversas áreas, sendo que todos deveriam colaborar para o desenvolvimento de um ambiente terapêutico (seguindo as idéias e experiências de Winnicott), inclusive a população era chamada a ser co-terapeuta. Outro objetivo que se destacava na vasta documentação presente em seu livro era o de **“minimizar os feitos prejudiciais da institucionalização”**. Vale observar que o encarregado técnico desta unidade trabalhava de maneira muito semelhante ao do diretor descrito por Marisa (na ocasião da UE-22). Para todas as problemáticas encontradas havia estratégias traçadas com embasamento científico e assim executadas. Após cerca de 2 anos, o projeto não suportou a descontinuação e o descompromisso político, o clima de autoritarismo não era favorável:

(...)a equipe de trabalhadores comprometida com o projeto original de atendimento da UE-15 não resiste à ausência de retaguarda política institucional e os setores mais reacionários assumem o cotidiano da instituição (TRASSI, 2006, p. 89).

Trassi desvincula-se da FEBEM e parte para outros projetos. A psicóloga Marisa desliga-se da UT-3 e vai para a UE-22, vivenciar a sua melhor fase dentro da instituição. Ambas tiveram experiências opostas no mesmo período, e no mesmo Complexo. É provável que parte da equipe que Trassi compunha tenha sido transferida para a UE-22.

Em 1985, a Trassi volta a assumir novo projeto na instituição, desta vez a UE-20, que recebeu jovens provenientes do presídio de Sorocaba. Como atendia aqueles considerados “portadores de periculosidade social” entre 18 e 21 anos, a unidade tinha espaço físico bastante fechado, sem janela ou iluminação natural. O pressuposto geral do trabalho estava baseado em 3 dimensões – política, educacional e terapêutica, tendo como base as referências da FEBEM “o adolescente deve ser o sujeito da história” (TRASSI, 2006). Também desenvolveu projeto na Unidade Terapêutica, com uma “equipe de excelente nível técnico” (Ibid.). Refere que nesta época já podiam ousar bem mais nos projetos e nas ações, trilhando o caminho do ECA. Por vezes sofriam boicotes de outros funcionários ou gestores que não acreditavam no projeto, inclusive Trassi (2006, p. 29) aponta que “muitas rebeliões eram fabricadas por setores de trabalhadores resistentes às práticas do “pessoal dos direitos humanos”. Na época era presidente da instituição Maria Inês Bierrenbach. Quando a conjuntura política novamente não colaborou, “ano eleitoral e uso da instituição com finalidades “eleitoreiras”, Trassi e a equipe da Presidência deixam a instituição. Na ocasião, Marisa já havia pedido demissão.

Trassi continuou em suas aulas e supervisões dentro da universidade, assim como em outros projetos do CEDECA, da Liberdade Assistida, da AMAR – Associação de Mães de Adolescentes em Risco. Chegou a realizar duas curtas supervisões na Unidade Educacional 18 do Complexo Imigrantes. Após grande rebelião neste complexo e do Tatuapé, os adolescentes foram transferidos para o Cadeião de Pinheiros e posteriormente para o presídio de Franco da Rocha. Seus alunos não tiveram como continuar o estágio devido às situações de violência:

os alunos continuaram o estágio por um curto período, interrompido pela situação de violência a que estavam

submetidos os adolescentes e que exigia um posicionamento de nenhuma conivência com a violência (TRASSI, 2006, p. 31).

Pela terceira vez seu trabalho teve que ser interrompido, o que também não deixa de caracterizar descontinuidade de atendimento em uma política pública. Sua equipe tinha que se posicionar e de certa forma proteger-se. Mas dentro destes cadeiões muita gente continuou a trabalhar, inclusive psicólogas e assistentes sociais. Eram verdadeiros “caldeirões”.

Por fim, a Trassi envolveu-se em 2005 na seleção de educadores para a substituição dos 1751 funcionários demitidos (alguns presos) todos no mesmo dia: acreditava que se tratava de uma situação de enfrentamento de setores do governo contra “trabalhadores envolvidos com práticas de maus-tratos e tortura” (TRASSI, 2006, P33). Mas seriam todos estes trabalhadores torturadores? Muita gente do operacional ou ainda funcionárias grávidas, afastados, inclusive um funcionário morto, foram demitidos. Logo a Justiça começou a reverter estas demissões, e conforme mencionado no capítulo II a intenção primeira da instituição e do governo era na verdade se livrar dos trabalhadores (que aprenderam com seus gestores e com o governo a atuar sob a égide da da violência, ranços da ditadura militar). Trassi (2006) acredita que tenha sido “iludida” nesta ação, o que certamente aconteceu, pois havia muitos interesses por detrás desta demissão em massa (um deles era poupar os governantes de possíveis sentenças em processos que corriam na Corte Interamericana de Direitos Humanos).

No trabalho de Trassi, fica evidente a importância da constante **integração entre teoria-prática**, pois ela mesma se considera privilegiada em poder atuar e pesquisar concomitantemente, em prol da construção da práxis profissional. Marisa também o fez, porém, como trabalhou durante 10 anos seguidos na instituição, seu desgaste foi consideravelmente maior do que o de Trassi, que permaneceu no máximo por 2 anos seguidos no convívio diário dentro da instituição. Nos registros e pesquisa da mesma, devido ao caráter documental e científico, não são expressas com minúcias suas afetações e emoções, no entanto, ela compartilha a impotência perante a descontinuidade das políticas além das suas **estratégias e enfrentamentos**. Através de sua

pesquisa é possível ainda conferir como estas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes evoluíram no decorrer de 5 décadas. Elas são constituídas por este movimento de avanços e retrocessos, lutas e contradições, sendo que as psicólogas têm importante papel nesta construção.

5.2 O lugar que ocupamos e o que queremos ocupar

Através dos depoimentos de Marisa e de Trassi (2006) em seu livro, foi possível conhecer como o trabalho das psicólogas começou na recém inaugurada FEBEM e caminhou em direção à promulgação do ECA em 1990 e posteriormente para a passagem do milênio. Portanto, no Estado de São Paulo pode-se considerar muito provável que há mais de 35 anos as psicólogas já estavam inseridas no contexto das políticas públicas voltadas para a “questão da minoridade”/“reeducação de infratores”, ou seja, para as atuais denominadas medidas socioeducativas.

No entanto, o debate acerca do trabalho das psicólogas nas políticas públicas ganhou mesmo notoriedade na ocasião da instituição do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005⁸⁴, quando o número de psicólogas que assumiram postos em cargos públicos aumentou significadamente em exigência ao Sistema. Segundo os dados organizados na pesquisa de Lima (2014), a inserção das profissionais no setor público já alcança 40% dos profissionais assalariados. Sendo que não há estatísticas para o número total de psicólogas que atendem adolescentes em conflito com a lei, seja em medidas socioeducativas de meio aberto, semi-aberto ou privação de liberdade. No Estado de São Paulo, atualmente são cerca de 530 profissionais concursadas (e/ou contratadas por parceiros) que atuam exclusivamente na semiliberdade e na internação. Com a municipalização a Liberdade Assistida ficou sob a responsabilidade dos CRAS/CREAS ou de Organizações não-governamentais. No caso da internação e semiliberdade,

⁸⁴ Segundo Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo (2014, p. 24): a partir de 2005 houve a tentativa de um reordenamento do sistema socioeducativo pautado na implementação dos dispositivos legais orientadores das ações socioeducativas, as quais destacamos o Estatuto da Criança e do Adolescente - E.C.A., o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

formaram-se algumas parcerias entre Fundação CASA e ONGs – gestão compartilhada com os municípios. Desta forma, muitas psicólogas foram “terceirizadas”, o que colaborou para a existência de diferenças salariais, mais um fator de precarização do trabalho. A alteração na remuneração mensal entre as psicólogas contratadas pelas ONGs parceiras e as concursadas ultrapassa a faixa dos R\$1000,00, para as mesmas atribuições, responsabilidades e carga horária (seis horas diárias e plantões mensais em dias de visita familiar).

**Tabela 4: Quadro profissional. Banda Técnica – Atendimento em meio fechado e semiliberdade.
2014.**

Quadro Profissional - Banda Técnica – Atendimento em Meio fechado e semiliberdade

Cargo	Nº de Profissionais	Proporção de Profissionais por Centro de Atendimento
Diretor	141	0,95 (*)
Encarregado de Área Técnica	119	0,80 (*)
Médico	35	0,29 (**)
Dentista	74	0,61 (**)
Assistente Social	546	3,7
Psicólogo	531	3,6
Enfermeiro	115	0,95 (**)
Auxiliar de Enfermagem	518	4,3 (**)
Agente Educacional	874	5,9
Agente de Apoio Socioeducativo	6.446	43,2
Profissionais de Educação Física	257	2,14
Formação Arte e Cultura e Profissional Básica	421	2,38
Pedagogo	280	1,9
Coordenador Pedagógico	140	1,16
TOTAL	10.497	71,9

Esses cargos referem-se a:

* Diretores e encarregados responsáveis por mais de um centro de atendimento;

** Na Fundação ainda temos cargos nas áreas administrativa, operacional, nutrição e terceirizamos os serviços de transporte, alimentação e vigilância patrimonial.

Fonte: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo, 2014
(p. 83).

Hoje em dia, são realizadas várias pesquisas e discussões sobre a atuação das psicólogas nas políticas públicas, mas elas se concentram, sobretudo, nas áreas da Saúde e da Assistência Social. Já a respeito da

presença de psicólogas nas medidas socioeducativas e especialmente nas medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, começaram a ganhar algum destaque somente em 2006 com a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que veio a dar origem a Lei 12.594 em 2012.

Esta discrição e distanciamento academia-prática repercutem nas formas de valorização X desvalorização das profissionais. Ficou evidente na fala da psicóloga Aline, em ocasião de uma das reuniões sindicais (GT-Psicossocial):

*No congresso vimos que 40% dos psicólogos estão trabalhando nas políticas públicas, e nós desde 1980 nas políticas públicas, **mas sem visibilidade, o que é uma cópia de nossos meninos...**Então apesar de ser **um lugar esvaziado**, é um lugar que nós temos, que a gente tem que pensar muito bem gente, tem...porque nós estamos indo atrasados?*

Desta forma, as atuais psicólogas da Fundação CASA percebem seu trabalho na invisibilidade, identificando-se aos aspectos negativos que a sociedade deposita nos adolescentes que atendem, sem saber exatamente qual lugar ocupam na totalidade das políticas públicas, atualmente tão discutida.

Em entrevista individual, a psicóloga Janaina também deixa em evidência estes sentidos-significados, onde há uma necessidade de se fazer reconhecer perante a invisibilidade. Por isso, acredita que deva ter como estratégia os “*engajamentos de luta*”, que passa a fazer parte deste trabalho/atividade, como condição para que ele “*não caia no vazio*”:

*(...) são engajamentos de luta, do ponto de vista do técnico, da área técnica, é se fazer reconhecer, porque **nós somos invisíveis a todas as entidades, é assim que eu me sinto**, nós somos invisíveis a todas as entidades relacionadas **a área da psi e a área do serviço social**. É muito difícil a gente conseguir apoio e articulação com as entidades, a gente tem se esforçado muito nesse sentido, e parece que **a gente sempre precisa provar que o nosso trabalho existe e funciona dentro da Fundação**, porque eu acho que **há tanto um preconceito com relação aos adolescente lá***

internados, como um preconceito muito grande com os trabalhadores de lá. Então para nós da Fundação CASA parece que o menino não serve pra sociedade e parece também que os trabalhadores não servem pra sociedade e eu vejo isso com muito cuidado e como uma constatação da realidade (...)

Não por acaso, a pesquisa de CAMPOS (1999), um “Estudo das condições de trabalho dos profissionais de nível técnico da FEBEM-SP” que tem como subtítulo “O trabalho que cai no vazio” possui depoimentos que retratam como ocorre este processo de invisibilidade:

É frustrante, porque você sabe que para ter um determinado resultado você tinha que ter seguido determinados procedimentos que foram falhados, então ficou lacunas e de repente o movimento já acontece, aquela dinâmica vai dar um outro resultado, porque faltou determinados itens. Isso é...Aí você já sabe fazer um prognóstico que vai falhar, que vai ter uma reincidência, que esse menino vai voltar. Isso é muito frustrante, porque você fez um monte de coisas, mas faltaram algumas coisas que você sabe que seriam necessárias. E você vê esse menino voltar e você tem que começar tudo de novo. Você tá entendendo? Isso é muito frustrante. **Porque é um trabalho teu que cai no vazio** (grifo de CAMPOS). Isso tudo é que vai acumulando para esse desgaste que ela (dirigindo-se a colega do lado) chegou, por exemplo. De ela pensar ‘até que ponto o meu trabalho adianta para alguma coisa?’ (depoimento de um “técnico” da equipe psicossocial)(CAMPOS, 1999).

Este exemplo ilustra desgastes gerados por vários aspectos que não somente aqueles advindos da falta de estrutura da instituição, ou das condições de trabalho, mas também da forma como o adolescente poderá retomar sua vida após a institucionalização e as condições que sua família terá para recebê-lo. Aqui o profissional tem ciência que sua atuação é composta por diversas atribuições/atividades, sendo atravessada pelas cobranças sociais, judiciais e institucionais. Porém, por haver impedimento oriundo destas inúmeras contradições que atravessam sua atividade, sem estratégias coletivas para o enfrentamento, seu trabalho perde o sentido e o profissional tende a responsabilizar unicamente a si e as suas parceiras pela reincidência.

Por outro lado, nas entrevistas individuais realizadas para esta pesquisa e nos grupos de discussão sobre o trabalho e a profissão (GT's e no CRP), as psicólogas **indicam** muitas vezes que para cada uma das dificuldades existe

um movimento, uma vontade de mudança. Mesmo que solitárias em alguns períodos do trabalho há uma provocação, relacionada ao ato de afetar e ser afetado, que instiga mudança, que se delineia de maneira discreta, porém intensa no cotidiano. Este movimento ocorre principalmente nas singularidades, nas vivências diárias de cada psicóloga, nos encontros e desencontros de afetos e idéias. Já os **enfrentamentos** estão mais presentes nos momentos em que as psicólogas se **posicionam** perante as dificuldades, violações de direitos, cultura da violência ou naturalização da violência. Podem ocorrer individualmente, mas conforme tem se evidenciado no longo da pesquisa, ganham força e potência quando são realizados por grupos ou equipes. É o poder de agir⁸⁵, que realiza o trabalho, trás novos sentidos e significados, possibilitando algumas transformações...

Retomando a colocação de Aline, a respeito do lugar que lhe parece esvaziado, há necessidade que se reflita sobre seus vários aspectos. Embora não tão evidente na superficialidade do cotidiano, **as próprias psicólogas indicam os caminhos**, ao colocarem que existe um lugar, ou lugares que devem ocupar (e os adolescentes também). Está presente em suas vivências, palavras, desejo, motivação, necessidades, de descobertas, de superação. Portanto, inicia-se este percurso de histórias, de aprendizado, de espaços, de lugares e vida, nas pegadas de quem almeja a transformação por meio do trabalho.

A seguir, serão expostos os principais desafios das psicólogas, os bons e maus encontros, as dificuldades, sentidos-significados que atribuem ao trabalho, a articulação entre consciência-atividade, a vontade de agir

⁸⁵ Sawaia (2009, p. 365) em seus estudos sobre Espinosa (um dos filósofos que junto a Marx fortaleceu a Psicologia sócio-histórica de Vigotski) afirma que: O homem é um grau de potência, **uma força interior para se conservar**, perseverar na própria existência, um esforço de resistência, que Espinosa chama de **conatus** e, também, de apetite e de desejo (cupiditas) quando o apetite é consciente. O desejo é a própria essência do homem, é a força que nos leva **ao encontro com algo que sentimos que compõe com a potência de nosso corpo e alma para se conservar** (Espinosa, 1957, Parte III, Prop. IX, Esc.)(...) Daí sua conclusão de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de conservar-se, o que pressupõe passar da condição de escravo ao modo livre, da heteronomia à autonomia. (grifos da pesquisadora)

(potência), os movimentos de busca e os enfrentamentos. Isto através de suas próprias vozes.

5.2.1 Do lugar de onde eu parti...

Emília...

*Quando eu me formei, eu me formei em 98. Eu comecei a trabalhar com clínica, na época era até um consultório perto da faculdade. A supervisão era feita pelos professores que eu tinha me formado. A gente atendia mais adultos e se baseava na psicoterapia breve de orientação psicanalítica. Porque a FMU, onde eu me formei, pelo menos até 98 era de formação psicanalítica então eu comecei a trabalhar psicoterapia breve de orientação psicanalítica. Trabalhei por um tempo, gostava do trabalho, mas não tinha um retorno financeiro e acabei indo pra outras áreas que não tinha nada ver com a Psicologia. Então eu trabalhei em empresa com gerenciamento de risco assim, mas não na minha área... Parei de atuar na Psicologia. Exceto, trabalhei acho que uns dois anos é..com consultório e **ai num dia abri o jornal, tinha lá concurso pra Fundação Casa e ai falei “ah vou tentar né”?! Mas não tinha nenhum ideal, nenhuma filosofia, não sei, abri aquele anuncio de jornal, vi lá e... me inscrevi! Passei, tive uma boa qualificação, e já estou há 11 anos na Fundação... comecei trabalhando com medidas socioeducativas de internação depois pra internação provisória e agora internação novamente. Então passei por essas medidas e cada uma tem a sua peculiaridade...tem a sua diferença e a minha trajetória é basicamente isso internação, internação provisória e agora internação....e ai você se sente assim...você dentro da instituição... Você... vê?!...***

*(...) Então, **eu tive Psicologia social, mas era muito raso.** Minha formação foi na (numa universidade privada), e pelo menos na época a formação era psicanalítica, **então ela te preparava para o consultório.** Era a idéia de que você ia chegar a um lugar onde não haveria interferência, então, nada do que você tinha te preparava pra trabalhar nas condições que eu vivenciei. Não mesmo, eu tive psicologia social, mas eu não sinto que me deu suporte para isso. Pelo menos até 98 quando eu me formei, eu acho que era bem raso a parte da Psicologia social. (grifos da pesquisadora)⁸⁶*

Aline...

Eu entrei em 2001 através de concurso. Tinha feito o concurso um ano antes e eu fui por condições financeiras, eu queria

⁸⁶ Ao longo da pesquisa a pesquisadora grifou as palavras importantes para a compreensão dos sentidos, significados, emoções, atividade, consciência.

atuar na área. Eu me formei desde 92, terminei minha formação em 92, e trabalhei numa escola como Professora de Psicologia do segundo grau, fazia orientação pras classes, fazia orientação de Psicologia, fiquei uns dois, três anos. E aí o meu filho nasceu e paralelamente eu sempre trabalhei com comércio, trabalhava com RH, selecionava pessoas pra loja, gerenciava o RH: seleção, recrutamento, pagamento de folha de uma loja que eu era comerciante, e aí em 2001, é... já tinha tentado fazer um outro concurso, voltado para os cuidados de menores carentes, mas acabei não finalizando, fiz a inscrição e não finalizei. Quando eu entrei, a princípio eu achei que eu ia trabalhar com crianças né?!, mas depois no treinamento nos deparamos: iríamos trabalhar com adolescentes.

Janáina...

Antes de trabalhar na Fundação CASA, eu dava aula como professora no Estado e trabalhava numa ONG como voluntária. Desde sempre, desde a minha adolescência, eu fui envolvida em movimentos sociais, ligadas a Zona Sul de São Paulo. Participei do Fórum da Criança e do Adolescente na Zona Sul na(____)....lá faziam os encontros e depois eu entrei na Fundação em 2000.(...)

*(...)a minha formação era muito clínica, né?! Eu sou formada há 20 anos, então era uma época ainda em que **a gente se formava querendo ter o consultório, ter a clínica**. E eu não tinha ainda é...a perspectiva de trabalhar nas políticas públicas...Eu não, não...E via assim meio 'an passant' os psicólogos em algumas políticas mas ainda não me via nessas políticas. Eu acho que... que **a formação do psicólogo precisa ser questionada, né?!** As disciplinas que eu estudei eram muito voltadas para a área de saúde, as áreas biológicas, as áreas da anatomia, do corpo humano e pouco voltadas as áreas sociais, as áreas de direitos humanos. Eu não me lembro de ter tido uma aula onde a gente discutisse quais as leis eram voltadas a criança e adolescente, quais as leis que eram voltadas aos idosos, quais as leis?! Então era tudo muito, muito ainda da fisiologia, muito da saúde, propriamente do cuidar é... ainda tentando lembrar na minha época, na minha formação a tentativa era ser alguma coisa da área médica, não sei, essa era a impressão que eu tinha, não estava voltado ainda, **a psicologia quando entrou nas políticas públicas ela se tornou outra coisa, uma coisa muito melhor.***

5.2.2 No espaço do trabalho, onde está o meu lugar?

O espaço mais evidente, concreto, por onde se pode iniciar é o espaço institucional, entre-muros, dos complexos, dos centros de atendimento, onde as

psicólogas exercem sua profissão e convivem com outros trabalhadores e adolescentes.

No caso do Estado de São Paulo, cada um destes centros de atendimento possui uma história, foram construídos em épocas diferentes contextos, para as mais variadas finalidades. Após a proposta de descentralização da administração, com abertura para a gestão da sociedade civil, a tendência foi a construção de novos centros por todo o estado, de acordo com modelo T-40, cuja proposta é atender no máximo 40 adolescentes. No entanto, as psicólogas têm colocado que mesmo nestes novos centros ainda não há distribuição de espaço adequada, inclusive devido ao aumento de sua população de adolescentes. O que foi planejado para 40, tem que abarcar 56. Segundo a psicóloga Emilia, alguns ainda atendem mais 14 na internação provisória, perfazendo total de 70 adolescentes.

Na maioria dos centros, no período em que não estão ocupadas com a dinâmica institucional e com as relações, as psicólogas permanecem em salas que compartilham com as assistentes sociais (e talvez com outros profissionais). É onde realizam telefonemas, discussões de caso, fazem relatórios, pesquisas, alimentam portal, guardam os prontuários, seus pertences, dividem um lanchinho, enfim, este é um território muito característico da equipe psicossocial.

No momento dos atendimentos individuais, direcionados às famílias ou aos adolescentes devem ter a sua disposição, salas adequadas, com o indispensável: cadeiras, iluminação, ventilação, além da garantia de sigilo. Algumas realizam trabalho em grupo, o que igualmente exige sala ou espaço minimamente compatível. Na maioria dos centros, um funcionário, agente sociopedagógico (ou relacionado à segurança), acompanha o adolescente até o local de atendimento, e aguarda nas proximidades, a fim de que seja garantida a “segurança” de todos no centro ou evitar a fuga do adolescente⁸⁷. No decorrer da pesquisa fica certo que, apesar da necessidade de atendimentos

⁸⁷ É comum esta logística nos centros de atendimento, embora não seja regra. Muitas vezes os profissionais da educação ou do psicossocial realizam seu trabalho sem a “vigilância” de outros funcionários.

individuais, a presença da psicóloga (em sua práxis profissional) é importante em muitos momentos do cotidiano, sendo sua intervenção também voltada para estas relações:

(...) a atuação do psicólogo, independente de sua filiação teórica e do uso de técnicas específicas, se situa no contexto da intervenção institucional – **portanto, não se restringe a elaboração de pareceres técnicos e busca, por meio de sua atuação, na dinâmica institucional, garantir o direito à dignidade**, considerando as peculiaridades da adolescência e da privação de liberdade. (CFP, 2010, p. 26).

As contribuições do psicólogo, nesse âmbito, se situam **desde o planejamento** do projeto técnico da unidade e/ou do diagnóstico institucional com vistas à elaboração, avaliação redefinição do projeto (...)(CFP, 2010, p. 29).

As primeiras experiências...

Emilia...Onde me colocaram não era meu lugar...nem dos “meninos”...

*Ah, foi bem difícil, porque eu entrei deveria ter uns 25, 26 anos, lá pra 26, e por mais que eu tivesse trabalhado com Psicologia clínica, foi mais no começo da minha formação. Então eu acredito que **eu era bem crua e eu era nova...então eu me lembro que no começo, na primeira semana eu chorava todo dia quando eu ia pra casa, né?!...***

*Quando eu comecei a trabalhar foi num ambiente muito insalubre, era um galpão, literalmente um galpão, **não era um centro constituído**, era um galpão porque na época houve o fechamento de () e literalmente teve um galpão...**galpão no sentido literalmente da palavra, paredes construídas com teto de zinco, 300 meninos**⁸⁸.*

E era o mesmo espaço, pra você ter uma ideia: no mesmo espaço em que os meninos comiam eram jogados os colchões. Durante o dia tiravam os colchões, aí colocavam as mesinhas de plástico pra fazer as atividades pedagógicas, ali se faziam os atendimentos...num galpão então o atendimento como é que era: mesinhas de plástico, minha colega ali, sabe uma coisa gente, o que é isso?! Fiquei assim então pra mim era uma situação né?! Eu falava: “gente!”. Então, imagina 300 meninos confinados, num galpão, que era final do ano dezembro, com aquele calor tanto que você chegava 10, 11 horas da manhã você chegava já banhada de suor! Então os meninos, o cheiro, você imagina só no mesmo ambiente, comer, dormir, enfim...

⁸⁸ Emilia se refere a um dos “cadeiões” mencionados por TRASSI (2006), similares aos centros de concentração nazistas e às senzalas reservadas aos escravos brasileiros.

Esta experiência, fortemente marcada pela insalubridade, desorganização, física e emocional, contrapõe-se à proposta pelos Conselhos de Psicologia, tanto em relação à violação de Direitos, quanto à colaboração das psicólogas no cotidiano institucional:

As experiências socioeducativas, se sustentam, em padrão de convivência institucional que exige a organização do cotidiano, das regras e rotinas, dos modos produtivos de ocupação do tempo (atividades educacionais, terapêuticas, culturais, de lazer, esporte) em um ambiente físico de salubridade e onde as necessidades referentes ao sono, à alimentação, à higiene, à saúde e à escolarização estejam garantidas.

Isso se viabilizará se o psicólogo tiver clareza de que deve intervir em situações pontuais, contingentes do cotidiano, nos diferentes locais de permanência e trânsito do adolescente na unidade, e em situações de atividades previamente propostas, situações específicas, como as reuniões gerais com os adolescentes, encontros intersetoriais, grupos focais, grupos de reflexão, atendimentos individuais (CFP, 2010, p. 30).

Esta diferença, aqui apresentada ao extremo, entre o trabalho prescrito e o real da atividade, mas uma vez, assim como Marisa, levou ao a psicóloga Emilia ao sofrimento. O sofrimento de impotência da trabalhadora X o sofrimento ético-político dos adolescentes. Mas este sofrimento por vezes se alternava com motivos⁸⁹ para mudar as circunstâncias. Emilia não sabe dizer de exatamente de onde vinha este sentimento. Ao mesmo tempo em que perseverava na própria existência poderia ceder à naturalização/conformismo perante todo aquele caos. Mas continuou. Mesmo solitária, sem estratégias ou enfrentamentos, fez uma escolha, levando em conta ideais obtidos de sua profissão e valores próprios que a fizeram suportar por mais um tempo (cerca de três meses) até que todos foram transferidos para uma nova unidade:

Eu sentia uma impotência eu acho que o choro era da impotência de você vê aquela situação de não poder fazer nada e o que aconteceu também...teve um tumulto também no final do ano...pelo que a gente viu na época os funcionários queriam fazer hora extra, então meio que, ahã, vamos dizer assim, ahã...incitaram os meninos...(...) houve bagunça, tumulto,

⁸⁹ SAWAIA (2009, p. 368) explica que para Vigotski: a motivação é a base afetivo-volitiva da consciência e do pensamento, e, portanto, contém o último porquê de nossas atividades e ideias: "O pensamento não nasce de si mesmo, nem de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência, que abarca nossas inclinações e nossas necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções" (Vigotski, 1993a, p.343 apud SAWAIA, 2009, p. 368).

*aquela coisa e...E aí foram aprovadas as horas extras. Mas os meninos apanharam, ah, enfim, **nossa foi eu não sei como que eu aguentei! Mas eu segui em frente, não sei te dizer assim o que me motivou**, uma vez que eu tinha...**eu tentava fazer o meu melhor, dentro da minha inexperiência...eu acho que eu tinha um pouco aquilo assim...ah eu vou ajudar, vou dar o meu melhor, você acha, você podia achar que podia fazer a diferença em alguma coisa, de alguma forma. Acho que talvez no começo teve isso, de você tentar dar o seu melhor de você tentar humanizar dentro do possível daquelas condições precárias**, mas não foi muito tempo assim também não, acho que foram dois ou três meses, e aí depois foi aberta a unidade normal, então aí que foi um trabalho até bacana (...).*

Mas tinha a certeza de que se de algum modo tivessem preparo emocional, suporte, experiência e conhecimentos ela e sua equipe teriam enfrentado a situação mais fortalecidos, munidos de referências legais e teóricas:

*O que eu sinto é que assim: o que eu vejo de algumas colegas, quando elas entraram, às vezes elas já entravam em uma equipe (formada), estavam engajadas. Então diante disso você tinha um repasse de conhecimento, de apoio, de experiências, eu acho que a dificuldade da minha equipe era que todos eram novos do concurso entendeu? Nesta época era o UI⁹⁰, então na UI era todo do mundo era de concurso recém ingressado na Fundação. Então eu acho que faltou um pouco assim da **malícia**, no sentido de você já conhecer, da experiência mesmo. O grupo era até unido, mas eu acho que faltou muito assim, uma **malícia** mesmo, uma experiência, lógico que os gestores até tentavam, mas a gente naquela realidade ia muito pelo “acerto e erro”, no...**no valor pessoal** ...é...então eu acho que faltou sim uma capacitação ou o repasse da experiência, e o fato de ser todo mundo jovem...eu acho que prejudicou....eu sinto falta disso.*

Aline...O espaço onde começamos e os lugares que ocupamos...

A experiência de **Emília** contrapõe-se à de **Aline**. Através de sua narrativa, sempre em 1ª pessoa do plural, esta psicóloga procurou mostrar que muito pouco esteve sozinha. Desde o início buscou em seus encontros ter aliados, parcerias fiéis, formou alianças. Ao longo de seu trajeto, e desta pesquisa, dos exemplos de outras psicólogas e do que foi observado nas reuniões, esta forma de se relacionar passou de autoproteção a estratégia de

⁹⁰ Unidade de Internação.

enfrentamento⁹¹. Assim como aconteceu com Marisa (e mais tarde para Aline), o trabalho fazia-lhe sentido e era transformador quando colaborativo e tinha a liberdade para atuar de acordo com sua ética e os princípios de sua profissão:

*A principio para quem chegava **parecia uma escola estadual né?!**, eu achava assim, e as pessoas comentavam “nossa isso aqui nem parece uma unidade de internação, parece uma unidade de... é uma escola!”. Trabalhávamos com os primários, então tinha a possibilidade de fazer muitos encaminhamentos, tentamos desenvolver vários trabalhos e o diretor deixava. Se a gente tivesse a ideia a gente poderia colocar em pratica! (...)*

E teve a oportunidade de participar de treinamento durante uma semana, em período integral, junto a outros funcionários de outras funções. O conteúdo era transmitido através de dinâmicas de grupo, e discussões sobre o ECA. Puderam compreender a diferença entre criança, adolescente e o significado negativo do termo “menor”. Entregaram-lhes um livro do ECA e achou o treinamento proveitoso. Foi encaminhada para uma unidade localizada no Complexo Tatuapé, para atender adolescentes de 14 a 16 anos, definida por ela como “uma unidade tranquila”. Numa “**unidade tranquila**” é possível realizar um “**bom trabalho**”, “**um trabalho produtivo**”:

Aí em 2002 eu fiz um curso de especialização que eu achava que precisava de mais subsidio pra trabalhar, e fiz coordenação de grupos aí implantei lá, a gente começou a desenvolver trabalho em grupo com os meninos e lá tinha toda uma avaliação, uma... Um pré PIA, que não era muito PIA...Os coordenadores e os agentes de pátio já davam uma nota pros meninos enquanto que eles estavam durante a semana. Em cima disso a gente criou um critério onde os meninos que tinham nota ruim eram inseridos no trabalho em grupo. Este projeto se desenvolveu durante uns dois anos, inclusive tinha uma colega que começou a desenvolver um trabalho com grupos de família e reuniões familiares...(...)

*(...) E aí nessa época a gente já tinha por volta de 60 meninos e conseguia **encaminhar** pra rua, pra trabalhos...Os meninos que precisavam de psicoterapia a gente já encaminhava quase 20% da unidade pra fora. Os encaminhamentos eram*

⁹¹Sawaia (2009, p. 366) explica que para Espinosa: A potência de conservação é também poder de ser afetado, o que significa que ela, apesar de ser irreprimível, varia de intensidade, a depender das intersubjetividades que me constituem, isto é, das afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente sofrem nos bons ou maus encontros do passado, do presente e do futuro”. Sendo assim, quando as pessoas se fortalecem nos bons encontros, e se unem através de sua potência, conseguem manifestar-se perante a servidão, através do planejamento e da realização de suas ações.

realizados para a USP, pra PUC e alguns outros a Casa do Adolescente, então a gente tinha essa possibilidade de encaminhar os nossos jovens.

(...) Paralelamente a isso eu fazia também o trabalho de relatórios e de formações, e esse (último) trabalho era um trabalho extra. Eu acho que tinha cerca de 25 casos por semana, mas as minhas colegas antigas a V. e a Y. me ajudavam muito, tiravam dúvidas quanto aos relatórios, o que deveria relatar... e aí, eu fui praticando e lendo bastante, eu tenho mania de papel, fui vendo alguns treinamentos na Fundação sobre relatório, guardei alguns documentos e fui lendo isso. Então, desenvolvíamos uma agenda semanal dos meninos, intercalando os atendimentos semanais com minha dupla assistente social.

(...) Ajudava a fazer assistência uma vez por mês com um grupo de funcionários. E eu fiquei até 2006, fora isso a gente também participou de outro trabalho em grupo tentando reunir os psicólogos do antigo Tatuapé.

A sua dedicação aos estudos, relacionados à atuação na Fundação começaram justamente por conta desta diferença, entre o trabalho na indústria e o trabalho numa instituição total:

*Porque eu vim do comercio, vim da indústria, **onde as coisas aconteciam. Na Fundação as coisas demoravam mais pra acontecer**, então eu fui buscar treinamento. Eu queria ir pra essa área mais social então eu fui fazer coordenação de grupo para me desenvolver, eu acho que a principio não me sentia preparada e aí eu fui buscar qualificação fora da Fundação.*

E quando não havia espaço adequado, a equipe se mobilizava, tornando o trabalho criativo:

*Então, essa coisa de espaço eu acho que, é... **Eu vivo brigando, essa coisa de ter um espaço apropriado pro atendimento. Nessa unidade a gente criou uma sala de atendimento**, então a gente pegou um sofá, o pessoal, é... Minha encarregada técnica arrumou uma verba e colocou, forrou o sofá, forrou as cortinas e a gente colocou uma estante, os meninos faziam muito trabalho de origami e outros trabalhos como cestaria. **E a gente colocou nessa estante alguns trabalhos desses jovens nessa sala de atendimento**. Então nessa unidade tinha espaço pro atendimento, tanto individual como em grupo. **E foi criada a partir de uma conversa**. A gente tinha também reuniões semanais, toda segunda-feira e tinha também reuniões com as famílias.*

Através das palavras de Aline e de Emília, e de suas manifestações corporais, de entonação, das expressões de suas histórias e emoções

relacionadas à aprendizagem e conhecimento de seu trabalho, compreende-se que a realização de suas atividades foi e ainda é, sobretudo, determinada pela materialidade de suas relações com demais trabalhadores e a realidade concreta. Inicialmente, as condições físicas e humanas que lhes foram oferecidas caracterizaram-se como antagônicas. Mas conforme já discutido, estas discrepâncias no tratamento das crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil há séculos representam uma totalidade heterogênea e adversa. Apesar da existência de legislações que primem pela garantia de direitos em pleno século XXI ainda há um abismo social que colabora para o depósito de seres humanos em lugares degradantes. Em consequência, cada uma destas psicólogas teve sua experiência singular, Emilia mergulhada em uma ambiente de insalubridade e violência e Aline em um espaço possível, criativo, potencializado pelo trabalho em equipe.

Janaina... “*Eu senti uma vontade de questionar (...)*”...

A profissional é uma das líderes do coletivo de psicólogas, assistentes sociais, educadores da instituição, e, conforme já mencionado, desde o início de sua trajetória se mantém questionadora perante as situações de violações e violências (referentes aos adolescentes e aos trabalhadores).

Durante a conversa com a pesquisadora, Janaina não contou toda a sua trajetória no trabalho direito com os adolescentes dentro das unidades e dos centros, inclusive porque não era este o objetivo. Por isso, a conversa priorizou sua trajetória junto a este grupo em busca dos “*engajamentos de luta*”.

Sendo assim, após contar a respeito do lugar de militância de onde partiu, colocou que pouco tempo após ter iniciado seu trabalho na instituição, sentiu necessidade de questionar e procurar modificar a realidade vivida:

depois que eu vim pra Fundação, eu senti uma necessidade de questionar algumas coisas que eu estava vendo no meu cotidiano, muitas delas relacionadas ao aviltamento do trabalho psicológico e comecei a buscar no sindicato informações, comecei a participar das assembleias, das reuniões, e lutar, participar das campanhas salariais e buscar

um espaço para questionar questões relacionadas ao trabalho psicológico e ao trabalho técnico.

5.2.3 Histórias de encontros e desencontros que constroem a profissão no cotidiano

A trajetória destas psicólogas dentro da instituição é longa. O dia a dia é marcado por bons e maus encontros, que não necessariamente ensinam certezas. Muitas contradições podem encobrir as verdades e as coisas parecem caóticas, difíceis de serem compreendidas. Ainda mais em uma instituição cheia de segredos e interdições. De qualquer maneira, é assim que o trabalho se constitui: no planejar e fazer diário, e depois fazer de novo, refazer e transformar...

Emília...na “selva de pedra”...

Após os três meses de permanência no galpão, uma nova unidade terminou de ser construída, e assim, os 300 adolescentes e o corpo funcional foram divididos em duas unidades, com 150 adolescentes cada uma. Não houve capacitação. Com o fluxo de desinternação acontecendo, a partir de então esta unidade seria direcionada aos adolescentes “primários”. Emília tomou novo fôlego, e sentiu que todos estavam muito mais estimulados, inclusive os adolescentes que tiveram um “upgrade”. No entanto, esta unidade não havia sido construída para os 150 adolescentes, Emília acredita que por redução de custos, acrescentaram uma cama em cada quarto, mas o refeitório, o pátio, salas de aula, entre outros espaços haviam sido planejados para 35. E não havia local para atendimento, portanto para estes fins utilizavam o refeitório. Mesmo com estas dificuldades a mudança física lhe foi significativa:

*Porque você **se sente até mais valorizado**, ai você sente minimamente que você tem **dignidade**, que já está trabalhando e olha que não era ainda... Se a gente for ver hoje o que a Fundação preconiza, ainda não é o **ideal** (...)*

Mesmo com certa insegurança, por ser novata na instituição, este novo espaço denominado como uma “casa” pela psicóloga, possibilitou uma “rotina”, perspectivas, finalmente poderia construir algo junto a sua equipe:

(...) Era uma **casa** que por ter primários em sua maioria ajudava a gente a conseguir as desinternações de forma rápida. Então a casa formava rapidamente, isso motivava também os meninos. Foi um trabalho que ficou bom, assim...e eu lembro que na época eu comecei a sentir uma dificuldade de alcançar alguns meninos, fiz até um curso do TAT...

(...) era uma **época boa**...(..)

(...) Porque era tudo novo, a estrutura física era melhor, foi melhor na parte física, ou seja, aí, os meninos já tinham rotina. **Mas hoje, olhando hoje, eu vejo que a gente estava da mesma forma desamparada. No sentido de ah...de ter um norte... Lógico que a gente foi construindo algumas coisas, alguns procedimentos.** Mas embora a gente tivesse a encarregada, lógico que ela tinha o conhecimento, mas eu acho que mesmo assim ainda era pouco. Eu acho que se já tivessem tido pessoas que já trabalhavam na Fundação, que tivessem experiência, teria sido melhor. Mas a encarregada era muito boa, profissional, nos ajudou bastante, ela pra abarcar um centro inteiro novo, com uma equipe inteira nova, eu acho que ela fez o melhor... Mesmo assim, eu acho que era pouco. Foi melhor na parte física, o trabalho depois que foi desenvolvido foi bom, porque a equipe era motivada. É lógico que dentro da equipe tem suas peculiaridades, uns se desdobram mais, outros menos, mas eu acho que **no geral foi feito um bom trabalho.**

Sobre o que é e como é trabalhar em um centro “rígido”...

Havia possibilidade de transferência para unidade em região mais acessível. Embora para uma unidade “verticalizada”, descrita por outros funcionários como uma “selva de pedra”, quase sem espaço ao ar livre. Os adolescentes provenientes de lá verbalizavam que eram agredidos, que não eram respeitados. Então Emília imaginava que aquele seria um “*lugar de tortura*”: “*gente, eu nunca vou trabalhar lá!*”. Mas a facilidade de acesso parecia compensar e foi transferida.

A concepção sobre a **atividade** em centro⁹² fisicamente “*fechado*” e onde a internação é provisória (45 dias antes da sentença) se desenvolve em torno do que Emília significa e sente em relação a como é “*trabalhar em um centro rígido*” onde são exigidas muitas “*adaptações*” (tanto por parte adolescentes quanto por parte das profissionais). Num primeiro momento, a

⁹² A partir da mudança de “FEBEM” para Fundação CASA, as unidades de internação foram denominadas como centros de atendimento, ou simplesmente “centros”.

psicóloga fala sobre os impactos emocionais sofridos por um dos adolescentes atendidos:

*(...) uma coisa que eu percebi talvez por já ter tido a experiência da internação é que na (___) os meninos estão mais sensíveis. Uma das razões que levam os adolescentes a virem para Fundação, um dos motivos é a falta de limite. Seja porque a grande maioria já esta evadida a escola, já está desprovido de uma rotina regular, seja porque enfim, em algum momento ele já se deixou levar pra ir pro meio infracional, então ele já está carente ali de limites, acho que talvez a maioria seja assim. Então quando forçosamente ele vai pra um ambiente em que tem que andar de 'cabeça baixa', pedir 'licença', pedir pra ir ao banheiro, ele é monitorado o tempo todo, aí esse menino fica fragilizado emocionalmente. Porque em relação aos aspectos físicos esse menino ele acaba até ganhando peso, e vai comer na hora certa, vai dormir na hora certa... Tem alguns que chegam abalados por conta de drogadição ou porque tinha uma vida desregrada, mas a parte física ele irá estabilizar, ele vai ganhar um equilíbrio. Por outro lado, o **emocional fica fragilizado**, porque ele estava em um outro ritmo, e de repente tudo aquilo... Então eu percebi é...que é... que esses meninos como eu posso dizer, que apesar de toda essa **frieza da parte física, do atendimento rígido**, alguns meninos, lógico que não são todos, que você consegue alcançar, mas as vezes eles contavam coisas...ah...mas você conseguia **alcançar muito conteúdo interno, por conta desta rigidez**. Quando ele chegava ao atendimento e podia 'tirar a mão pra trás', conversar, sem precisar estar de 'cabeça baixa', ele se sentia compreendido. Então acho que muitos dos meninos às vezes conseguiam se abrir bem. Tanto que eu lembro que uma vez eu troquei uma informação com uma colega é...que ela falou assim "nossa como é que você estava atendendo esse menino na (___) ele te falou tudo isso?" Quando ele chegou na internação lógico, porque ele estava numa disciplina rígida, só que ele foi para **uma unidade onde não tinha disciplina**, então ele chegou lá na unidade e tudo mudou. Aquele menino que tava frágil... aí ela disse que: "nossa, porque eu olho seus registros e ele te falou tais coisas, e você acredita que aqui ele não fala nada, já mudou totalmente!" e tal. E não é que ele mudou é que **ele tava num momento de fragilidade então acabou se abrindo**, acabou trazendo coisas da vida dele, sentimentos, que na internação, se ele vai pra um lugar que, lógico, **onde não tem disciplina onde a coisa não funciona, a dinâmica tá doente**, ele poderá não se abrir...*

A instituição mais uma vez mostra-se extremamente contraditória, com centros de atendimento heterogêneos: ora a permissividade e a omissão, ora a docilização dos corpos e das emoções. No caso deste último centro, pode-se afirmar que não somente o adolescente estava aprisionado, mas a atuação da

psicóloga estava restrita às demandas institucionais e judiciais. A essência do trabalho se perdeu: não há meios de transformação em um ambiente de controle e coação. A atividade estará limitada ao momento exclusivo do atendimento, para amenização momentânea da tristeza e da dor, assim como no caso de Marisa, há mais de 35 anos atrás:

*Assim como estou te falando, mesmo dentro dessa estrutura, às vezes **para o menino a gente acaba sendo uma rota de fuga. Acaba sendo um momento ali de desabafo, e ali dá para você intervir, porque você acaba alcançando esse menino de alguma forma, mesmo que não que lá seja o ideal.***

Houve ainda um outro caso, de uma mãe sentiu a diferença do comportamento de seu filho, encaminhado para um centro “sem disciplina”, onde os adolescentes tinham liderança ativa (conforme hierarquia das facções). Ficou chocada com o fato de que mesmo com a proibição de entrada de chocolates (regras oficiais), seu filho não via empecilhos para que ela os levasse, pois tinha permissão do líder para tal. Segundo Emilia, “esta mãe ficou apavorada” e pediu o retorno do filho ao centro anterior: “Nossa meu filho vai sair pior do que entrou!”...

No decorrer da conversa, Emilia envereda por outras passagens relacionadas ao sofrimento dos adolescentes devido à dureza deste centro e de alguns outros onde trabalhou, nas proximidades, nos mesmos moldes. Narra uma passagem onde o adolescente foi proibido de ir ao banheiro no momento em que chegava ao centro, e as humilhações a que foi submetido por ter evacuado ainda na recepção. E que por conta do isolamento da equipe psicossocial, só foram informados tempos depois sobre o ocorrido:

Então, a gente ficou sabendo né, e fugiu do normal, pra você ver que essa rigidez de para ir ao banheiro, e acontecer uma coisa dessas, isso aí é uma falta de respeito, é falta de dignidade! E lógico que depois se tomou o cuidado para evitar isso. Então se o menino está com problemas de dor de barriga e tal, você avisa: “Olha...” Mas mesmo assim, isso às vezes foge do seu alcance. Porque se o menino não tem nenhum problema, mas dá uma dor de barriga!...Então às vezes você vê, por causa da rigidez também tem muita coisa errada, então não dá pra falar...

E a partir desta experiência, passou a se manter mais atenta, sempre que necessário avisa a segurança, observa os adolescente que não estão bem

de saúde e os que pedem para ir ao banheiro: *“porque se aquele menino pedir para ir ao banheiro, não é porque ele está brincando, é porque tem uma demanda de saúde!”*.

Todavia, analisa que mesmo havendo normas e procedimentos previstos pela instituição baseadas nas ciências da saúde, no ECA e no SINASE, há uma distância entre o saber e o fazer que constitui marcadamente todo trabalho na Fundação:

E o problema é que na Fundação CASA todas as pessoas vão pelo bom senso. Tem um procedimento, mas como o procedimento é rígido, então a gente acaba se valendo do que? Do bom senso de cada um...

Este “bom senso”, está relacionado ao modo como o trabalhador apreende a sua tarefa, a atividade prescrita, como interpreta os ensinamentos, os valores institucionais, e os coloca e pratica.

Assim como todos os demais trabalhadores, aqueles pertencentes às instituições totais possuem responsabilidades e desejam modificar a sociedade em que vivem através de seu trabalho. Mas há contradições que atravessam a história, e o campo superestrutural que determinam as condições em que estas atividades poderão se realizar. Neste caso, as mesmas estarão limitadas a uma metodologia *“rígida”*, proveniente dos moldes militares, impregnada por uma ideologia que elegeu a juventude periférica como *“indigna de vida”* e potencialmente perigosa. **Cada trabalhador trará a marca da subjetividade e da afetividade para as relações, mas caberá a cada um a reflexão sobre quais os limites de suas ações.**

A psicóloga Emilia compreende que a estrutura física do prédio, opressora, e o número de adolescentes ali internados colaboram para que a *“segurança”* seja a prioridade nas estratégias de funcionamento destes centros. Para ela, submetida às inúmeras pressões que atravessam seu trabalho, esta seria a principal justificativa, proveniente de sua experiência em situações de rebelião. Supõe que caso algo semelhante acontecesse naquele local, *“alguém poderia morrer queimado ou asfocado, então o que se preza lá é a segurança, e todo o resto é secundário”*.

A conversa entre a pesquisadora e a psicóloga proporciona momentos de reflexões, e de críticas, e os **aspectos impeditivos ao trabalho** – principalmente relacionados à naturalização da violência - tomam cada vez mais importância, mostrando a dificuldade de se trabalhar em um local de aprisionamento:

O () não é o ideal! O problema que eu vejo na Fundação, são os extremos, esse é o problema... O () é muito rígido, e tem lugares de internação também que não tem rigidez nenhuma, a única diferença é que o adolescente está entre quatro paredes, mas faz o que ele quer...Então eu acho que a disciplina é de todos, ela tem que existir, mas ela tem que ter um limite.

Fato é que a “*estrutura*” imposta encurta as relações no trabalho, tornando-as intrincadas, onde cada atitude deve ser pensada, planejada:

*Então eu fico assim preocupada(...) **Se você vai com jeito, se você tem uma política, um cuidado na tentativa do enfrentamento...***

*(...) eu **creio** que **a melhor forma de você tentar**, é você **ir através do diálogo** ali com muita cautela, tendo todo um cuidado. (...)*

(...) Agora, se for algo fora do comum, eu vou falar com a chefia...

E assim, Emilia percebe que o trabalho em equipe (multiprofissional de todo o centro), é limitado, e a parceria que se realiza com mais frequência é junto aos educadores, com quem psicólogas e assistentes sociais discutem os casos para a elaboração dos PIA's. Em suas palavras, “não é por falta de vontade”, pois muitos agentes (socioeducativos, da segurança) são encaminhados para serviço externo, há número escasso de funcionários.

Aline...escutas para a liberdade...

Durante a conversa entre a pesquisadora e a psicóloga, Aline manteve seu discurso em 1ª pessoa do plural, por mais que as perguntas fossem a respeito de suas vivências. Continuou a destacar suas experiências sempre fazendo referência às equipes, fora ou dentro da instituição: nos estudos e nos projetos que desenvolviam. Aline ininterruptamente se mantém próxima ao conhecimento acadêmico e científico.

Após 5 anos na unidade de primários, terminava sua especialização em grupos e estava envolvida em um projeto de sexualidade. Com a mudança de gestão foi transferida para uma unidade que atendia somente “seguros”, que segundo ela eram os “*segregados dos segregados*”:

havia muitos problemas de meninos relacionados a questão da homossexualidade né... a questão sexual, (...), a () tinha me chamado só pra fazer grupos com os meninos. Muitos problemas de DST, casos de meninos que se travestiam ou eram homossexuais...eles não conseguiam conviver com outros adolescentes nas outras unidades...

Como era o projeto de grupo que desenvolvia neste contexto:

*Ah, na () **era a mais difícil, era desorganizado**, a unidade por si era muito... Eram muitos pequenos grupos né, (...) **esse trabalho também está escrito**, comecei a desenvolver com uma colega que era psicóloga, que fazia educação artística, e juntas começamos, ela com um pouco conhecimento de arte, entrou um pouco de conhecimento do () e a gente mantinha mais assim, com **o objetivo dos meninos se expressarem**. Então é... A gente utilizava sei lá... massinha, uma dinâmica que aprendi no projeto junto com a () massinha de farinha e água. **E os meninos expressavam o que estavam sentindo naquele momento. Mas a unidade estava muito dividida, muitos meninos de vários lugares, estavam mais difíceis**, mas a gente acabou fazendo eu acho que um... A principio a gente estava pensando em passar um filme que era o Sherek, uma maneira de sensibilizar os meninos pro grupo e conseguimos, a gente tinha o objetivo de atender os 60 meninos, mas a gente acabou atendendo só acho que três grupos de 10 meninos, não chegou a 50%, a gente acabou em muita... É... Muita coisa acontecia na unidade, então aquela coisa, pra acontecer o trabalho já não dava, marcava horário, tinha dia e horário, aí tinha algum problema, a sala estava ocupada, os meninos estavam fazendo queixas, aí a gente não conseguia fazer o trabalho, mais difícil.*

E novamente devido à mudança de gestão, **o trabalho foi interrompido**, e Aline foi transferida para uma unidade recém-inaugurada, construída inicialmente para receber adolescentes de outros complexos (no vai e vem das ativações e desativações de unidades). Ou ainda adolescentes reincidentes, além de alguns transferidos porque mantinham “liderança

negativa⁹³. Para a psicóloga, neste contexto, a violência estava presente de outra forma:

*Então, não havia muitos trabalhadores, era uma unidade muito grande, pra muitos meninos. Esses meninos eram retirados das unidades, ditos “**meninos problemas**”, e a gente tinha uma questão da saúde mental, pois muitos tinham um **diagnóstico de antissocial**. Por conta disto **deveriam receber acompanhamento psicológico**⁹⁴, ou **permanecer mais tempo** na Fundação pra depois fazer uma nova avaliação e verificar como estava o funcionamento desse jovem, a dinâmica desse jovem. (...) Na () a gente experimentava o outro lado que eram os meninos sendo os próprios, é...**meninos, com muita rigidez e sendo violentos contra os outros jovens**. E nessa época **essa equipe se posicionava**, “então vamos enfrentar mais essa violência dos meninos contra os meninos por falta de funcionário”, ao invés dos funcionários irem lá e serem violentos com os meninos. A gente **via uma outra fase da violência, mas eu acho que era limitado, era o que a gente podia fazer**.*

Aline construiu seu trabalho ao longo de sua trajetória, em diferentes contextos políticos, no atendimento a variados perfis de adolescentes, no cotidiano das relações e na procura do conhecimento científico. Nesta unidade especificamente, a psicóloga refere que as condições eram precárias, portanto, houve priorização do fortalecimento do trabalho da equipe psicossocial, em suas palavras “*era uma equipe madura*”. A estratégia voltou-se para a **garantia de direitos** por meio dos **atendimentos individuais** e dos **relatórios**:

***Acho que isso foi ampliando minha visão...Lá no primário trabalhava mais com o enfoque de encaminhamentos**, fazia um relatório dizendo “ó então é isso, isso e isso”, encaminha a mãe pra cá, o menino que precisasse de terapia já era encaminhado, já arrumava o encaminhamento e... Na dos meninos segregados eu achava que a gente tinha que **constituir um retorno social**, pois na medida em que eles chegavam, não conseguiam conviver em grupo. Então era importante que valorizassem o grupo social no qual estavam inseridos. E na (unidade de reincidentes) eu acho que não faltava... eu tinha uma visão que lá a gente tinha que **trabalhar a questão de direitos**, pois, quanto aquele menino chegava, naquele momento, muitas coisas não tinham sido vistas na vida dele, então eu achava... Os **relatórios mais bem elaborados**,*

⁹³ O termo “liderança negativa” é comumente utilizado na instituição para designar a postura de alguns adolescentes na instituição, geralmente àqueles “meninos problemas”.

⁹⁴ A psicóloga se refere a atendimento psicológico de cunho clínico e individual.

*mais argumentados né?!, eu acho que o foco era mais esse, o menino. E a gente tinha também pouco recurso, não dava pra trabalhar em grupo, atendimento era um atendimento individual. Lá a gente também já tinha uma sala, mas na (unidade de reincidente) era uma equipe assim, muito madura. Então havia todo um procedimento de trabalho que na (unidade de primários) a gente tentou construir, na (unidade de “seguros”) não tinha, mas que na (unidade de reincidentes) existia todo um procedimento de trabalho, então é... Manter né... sei lá, de quinze em quinze menino faz ligação, a gente controlava, de quinze em quinze menino tinha que fazer ligação. Toda semana a gente atende o menino, **pedimos** também um... Uma sala de atendimento, que nós éramos uma equipe, **150 meninos, e uma equipe de 12 pessoas**, mas uma equipe mais amadurecida e assim, mais fortalecida, então a gente também conseguia bancar um determinado número de meninos, sem exceder, para manter a qualidade e os meninos poderem ir embora. **Então era uma equipe que conseguia negociar mais com a direção, eu acho.***

Era uma época da reorganização na instituição, onde o estado de São Paulo respondia a processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos⁹⁵, os 1751 agentes socioeducativos (agentes de apoio socioeducativos, da área de segurança) haviam sido demitidos, alguns readmitidos, o governador precisava com urgência desativar os Complexos, principalmente o Tatuapé. A equipe de Aline tinha sérias limitações ao desenvolvimento de seu trabalho, mas havia um interesse em comum, o enfrentamento cotidiano direcionado à violação de direitos e a violência de estado.

No mesmo período, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) através do sistema de Conselhos, juntamente à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) organizava-se para realizar um documento para avaliar o “nível de efetivação dos direitos deferidos aos jovens nesta condição, denunciar violações suscitar o debate e propor ações” (FRASSETO, 2006, P. 8). Como resultado foi publicado o Relatório de “Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescente em conflito com a lei” (CFP, 2006), fruto das fiscalizações⁹⁶

⁹⁵ Mencionado no Capítulo II.

⁹⁶ No Estado de São Paulo, a comissão de inspeção dirigiu-se ao Complexo Tatuapé. Não obstante, segundo o próprio documento do CFP (2006) enfrentaram resistências por parte da equipe dirigente: foram obrigados a aguardar por duas horas a permissão para entrada no Complexo, parte da comissão do CRP foi impedida de entrar, permanecendo na Divisão Técnica. Estes membros solicitaram então entrevistar as “técnicas”, mas o pedido também foi

realizadas em simultaneamente, na data de 15.03.2006, em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio das incursões realizadas nas unidades de internação por todo o país. Segundo Frasseto (2006, p. 8), resumidamente foi possível avaliar que:

O formato escolhido, com incursões simultâneas aos centros de internação de praticamente todas as unidades da federação, foi especialmente feliz. Fornece uma leitura comum das diferenças e invariâncias da experiência de privação de liberdade de adolescentes em nível nacional. Ambas, semelhanças e diferenças, são eloqüentes. Como invariância, tem-se a significativa constatação de que o ideal sócioeducativo do regime persiste, de fato, ainda como ideal. O inconsistente delineamento de uma estratégia pedagógica objetivada a inspirar e significar todas as ações concretas dirigidas em face do interno e a dificuldade de compatibilizar garantia de direitos com os reclamos da disciplina, da ordem e da segurança, restam como um desafio ainda intransposto. De outro lado, a comparação entre as realidades locais mostra que o trato absolutamente desumanizante, observado em grandes números e espaços, pode assim não ser e que, onde persiste, pode ser creditado à inconsistência dos investimentos ou à incompetência do gerenciamento alçado à condição de política pública deliberadamente executada ou não executada.

Diante desta realidade, e por conta de alguns adolescentes terem laudos psiquiátricos desfavoráveis (patologização do adolescente em conflito com a lei), Aline e sua equipe engajavam-se nos instrumentos possíveis e previsíveis para aquele momento, que eram os relatórios, atendimentos individuais e intervenções pontuais. Embora houvesse uma demanda coletiva que ia além, em busca de mecanismos próprios de atuação e enfrentamento nas situações de violência e instabilidade institucional⁹⁷:

negado. A conversa foi permitida apenas com as supervisoras que ali se encontravam, igualmente psicólogas.

⁹⁷ Estavam em jogo interesses políticos e governamentais, pois além da exigência de uma resolução para os processos internacionais em trâmite na OEA, o governador Geraldo Alckimin (PSDB) havia renunciado ao posto para concorrer à Presidência da República. Em seu lugar assumiu o Vice Cláudio Lembo (na época do PFL). No mesmo ano (2006) ocorreram mais de 70 rebeliões nos presídios de São Paulo, e segundo a maioria da imprensa (Mães de Maio, 2009; Adorno, 2015), em resposta à transferência de líderes e integrantes do PCC. Além disto, postos e delegacias policiais sofreram atentados, totalizando o assassinato de mais de 50 agentes públicos e 500 civis (Adorno, 2015). Movimentos sociais denominam as execuções dos civis como “Crimes de Maio”, e o Movimento Mães de Maio aponta que a imensa maioria destes mortos “mais de 400 jovens negros, afro-indígena-descendentes e pobres – executados sumariamente pela polícia militar do Estado de São Paulo” (Movimento Mães de Maio, 2009).

*Não tem que acontecer tudo o que o diretor diz, deve haver abertura para a discussão em equipe. **Eu acho que uma equipe fortalecida consegue diminuir muitas questões, inclusive a questão da violência entendeu?** E na () a gente estava sem encarregada técnica e eles queriam que a gente aumentasse o número de adolescentes atendidos por técnicos. A gente atendia vinte e poucos meninos, e eles queriam que aumentássemos para trinta, pois uma colega iria ser encarregada técnica. A gente se posicionou: “não, a colega pode ser a encarregada técnica, mas iremos manter os 25 meninos por dupla, até quando irão ficar prometendo uma pessoa para substituí-la?, ‘ah, não sei o quê’... ah, tudo bem, iremos fazer as ligações, os atendimentos, mas a gente tem que ter uma profissional que substitua esta que saiu”.*

Ainda quando estava nesta unidade, Aline tem a oportunidade de participar de uma capacitação de saúde mental que compunha um projeto de assistência psicológica. Logo em seguida, a Fundação ofereceu um curso de Psicoterapia com abordagem Psicodramática. Foram quase duzentas horas de preparação, e após uma seleção interna, iniciou-se no novo projeto da Psicoterapia Breve Individual dos adolescentes, um trabalho desenvolvido fora das unidades, nos centros de saúde da instituição. Inicialmente Aline e as demais psicólogas **temiam que só pudessem atender as demandas judiciárias**. Mas não foi isto que aconteceu, e ainda hoje são muitos os encaminhamentos realizados pelas outras psicólogas que se encontram nos centros. No interior do estado, o projeto não foi implementado, mas na capital está próximo de seus 10 anos. Aline assume que já está há muito tempo distanciada do trabalho que é realizado dentro dos centros, e que suas parceiras, as psicólogas lotadas nos centros de saúde, por mais que procurem qualificação através do conhecimento científico, se isolam de certa maneira, “talvez como uma forma de defesa”, em razão das violências e da escuta do sofrimento. Assim sendo, lembra-se que não estão isentas de algumas dificuldades que enfrentam no dia a dia (e na verdade são crônicas na instituição):

*(...) a gente precisa a de ter um local apropriado que eu acho que é esse local que falta em muitas unidades, né?! Desde 2006 a gente briga. Onde eu estou, tem um local um pouco mais adequado, e as pessoas estão um pouco mais informadas sobre o enquadre, sobre a necessidade do adolescente receber atendimento toda a semana no mesmo dia e horário.
(...)*

*O projeto da psicoterapia ainda não tem local apropriado em alguns lugares, né?! , em algumas divisões ainda existe dificuldade para ter a sala adequada, ou um lugar que possa oferecer um pouco mais de acolhimento pra esse jovem, ou mesmo escuta, né?! É uma dinâmica diferente, onde o menino irá contar que abusou e o porquê abusou. Como ele irá falar em um lugar onde não pode falar e... Essa atuação dele pode virar um... Pode se tornar um fator que coloque a vida dele em risco, né?! **Como que ele irá contar num lugar onde não se pode falar sobre isso**, onde as pessoas o orientam a não falar sobre o B.O., por conta de que corre risco da vida frente a normas, regras que os meninos acreditam?...*

Não é objetivo desta pesquisa um estudo aprofundado a respeito do projeto da psicoterapia na Fundação CASA, pois se trata de uma atividade com muitas minúcias, de cunho clínico e que tem obtido bons resultados, segundo Aline. Mas merece destaque, pois foi desenvolvido pelas próprias psicólogas, a não somente a partir das demandas médicas e jurídicas, mas sobretudo em razão da necessidade de um espaço diferenciado (dentro da instituição) para a escuta do adolescente:

*Eu acredito hoje que seria mais importante a escuta desse jovem, né?! Mas não tenho como, **intuitivamente eu acho que escutar esses jovens ainda é muito difícil**, porque eles trazem relatos baseados em violências, baseado em carências, um monte de privações, tanto físicas como sociais. Então ouvir isso ainda é difícil e junto à gente consegue alguma outra possibilidade, então **intuitivamente eu acho que o trabalho da psicologia no sistema socioeducativo ainda é algo difícil**. E aí a gente acaba meio que burocratizando um pouco, como uma forma de é... Na psicoterapia o trabalho é mais denso, acontece um trabalho mais forte. Você fica com o menino 45 minutos, e aí quando você esta preparada, esta disposta a ouvir, ele vai te trazendo relatos e esses relatos são permeados de violências e de privações.*

E mesmo propiciando um espaço de acolhimento e escuta ao adolescente, o qual a profissional acredita que trás possibilidades de mudança, percebe que este é um trabalho que contém em si uma outra contradição, geradora de muitas dúvidas e inseguranças, e que sobrevém em relação à Psicologia como um todo, dentro da instituição:

*Sei lá...Fazer psicoterapia na Fundação Casa... **“Como vocês vão fazer psicoterapia em um jovem que está contido?”** Acho que já tem uma critica... **Como iremos trabalhar a questão de liberdade de escolha com um jovem que não tem liberdade?...**de ir ao banheiro na hora que ele quer?!*

Então acho que tem um olhar crítico para a Psicologia dentro da Fundação CASA, eu acho que também a Psicologia faz parte de um todo com os outros funcionários, mas ela também está inserida no... No meio social, onde também não foi bem vista durante muito tempo.

Durante a conversa Aline pôde contar e refletir como seu trabalho se constituiu a partir das atividades realizadas no interior dos centros, e que era voltado para grupos, relatórios, encaminhamentos, relações cotidianas, planejamento, garantias de direito, além do enfrentamento em relação ao judiciário e às violências. E que depois tomou rumo diferente em direção ao trabalho individualizado, da Psicoterapia.

Janaina...entre o "engessamento ético" e a "autonomia"...

Conforme mencionado anteriormente, Janaina não contou especificamente suas histórias, sua trajetória com começo, meio e fim, mas os encontros e desencontros junto aos demais profissionais e sobre como estes se sintetizaram em conhecimento e experiência.

Retomando a questão inicial sobre quais os lugares ocupam as psicólogas, e mais especificamente na instituição, assim como para Emilia e Aline, Janaina percebe que um dos maiores desafios para se conseguir "*um atendimento adequado ao adolescente*" é a precariedade com a qual as profissionais se deparam. A estrutura arquitetônica dos centros não é agradável, inclusive devido ao seu objetivo de aprisionamento, o que ocasiona interferências e deixa as profissionais "*reféns de variáveis negativas*":

*(...) então você sempre faz o atendimento em **locais muito pesados, sempre com muita grade**, ou em lugares que não há ventilação, sem janelas, então o **atendimento psicológico sempre fica refém de variáveis** é... do meio ambiente do trabalho, mas **variáveis que sempre são negativas**, que sempre são insalubres...as variáveis do atendimento psicológico dentro de uma unidade de internação vão desde as mais simples, desde uma dificuldade de trazer o adolescente do ambiente que chamamos de pátio, ou do ambiente onde ele tá fechado, até a sala de atendimento, já é uma dificuldade. Porque tem toda uma contenção, tem todo um procedimento pra retirar o adolescente de um local e passar pra outro local. Então eu acho **que a grande dificuldade dentro do centro de internação é atender! Ter condições mínimas de atendimento, ter liberdade pra atender né?!**, a gente sabe que muitas*

*unidades os psicólogos, não é permitida aos psicólogos fechar a porta pra fazer um atendimento sigiloso, muitas vezes não conseguimos resguardar esse atendimento sigiloso, o que cria resistências no adolescente, cria **bloqueios no adolescente** e... e isso é um desafio, **pra mim o maior desafio da internação é o atendimento psicológico.***

E vai além, pois um ambiente de atendimento adequado não depende somente das condições físicas do prédio, ou da logística da segurança, mas também da **autonomia do adolescente e da psicóloga** para decidirem a necessidade de como e quando o atendimento deve ocorrer. Ela denomina como **“engessamento do trabalho”** esta precarização, a ausência de espaço, de autonomia:

*E para haver o atendimento adequado eu não estou me referindo propriamente as salas, a ter sala fechada, com uma clínica, não, eu não me refiro a isso, eu me refiro a **autonomia** do adolescente poder receber o atendimento ou poder se recusar ao atendimento. Até porque o atendimento não foi ele quem pediu o atendimento psicológico, ele foi internado e dentro da internação uma das **ferramentas na socioeducação é o atendimento psicológico...E ninguém respeita também se o adolescente não quer o atendimento psicológico, ele tem que ter o atendimento psicológico.***

E mesmo com todos os avanços em relação a legislação, as discussões a nível nacional, novos cadernos do CFP, do CRP, o engessamento prevalece, tolhendo sua autonomia, minando a criatividade, dificultando o encontro que entre tantas “grades” pode se tornar aprisionado. Explica:

*Então eu acho que essa **liberdade e ter autonomia** para avaliar o estudo de caso, ver a necessidade do atendimento como uma vez por semana, duas vezes por semana, a semana inteira, de 15 em 15 dias, é... o psicólogo perdeu né, eu acho que quando eu entrei em 2000 nós tínhamos mais essa liberdade, apesar de ter, de termos uma contenção muito maior dentro dos centros, a liberdade, a autonomia do psicólogo era maior também em relação aos atendimentos. Hoje nós perdemos essa autonomia, **é extremamente engessado**, o psicólogo atende num dia X no horário Y, esse horário é sempre inadequado, a gente pega agenda de atendimentos psicológicos que deixam pro atendimento psicológico 10 minutos né?!, 15 minutos, é... você coloca o atendimento psicológico em horários inviáveis, incompatíveis coma atividade que o menino estava fazendo, então ele vem extremamente desgastado porque saiu de uma atividade*

esportiva, queria agora sentar na quadra, relaxar um pouco, ele tem que ir pro atendimento psicológico suado, com roupa de esporte, muitas vezes ele não quer estar...

Em situação análoga a Janaina, Guirado (2009) refere-se ao **“engessamento ético do trabalho”** (p. 354) quando sua equipe de psicólogos teve práticas cerceadas no cotidiano da antiga FEBEM em parte por resistência do corpo funcional e tumultos iminentes. Embora sejam situações e razões diferentes, pois Janaina faz parte do corpo funcional e é concursada e a equipe de Guirado fosse uma equipe externa, é fato que para a autora a presença da Psicologia nesta instituição incomoda. A proposta inicial do grupo de Guirado (2009) era o atendimento individual e psicanalítico aos adolescentes. Porém, mudaram de estratégia quando perceberam que não seria viável o atendimento individual por si só. Como alternativa, permaneciam no convívio com os adolescentes procurando realizar intervenções no cotidiano. Criavam “outras formas de escuta” (ibid.). A equipe de Guirado freqüentemente era alvo de boicotes e provocações, além das ameaças de tumultos, que interferiam na atuação. E ela mesma durante as supervisões questionava se não estariam sendo coniventes com a situação de violência. Todas estas circunstâncias causavam desgaste forçando-lhes ao **“limite de seus sentidos”** (ibid.). **Por isso que Janaina refere que o engessamento não é só uma questão de espaço físico. Mas também de autonomia, de potência.**

Atualmente, está previsto que cada centro deve estabelecer sua rotina, que é planejada com a participação de todos, priorizando as atividades educativas. Não obstante, a psicóloga Janaina deixa evidente que nem sempre isto ocorre. Um planejamento dos horários de atendimentos individuais pode facilitar a rotina e a logística da segurança, entretanto, num local de privação de liberdade, ter atendimentos psicológicos agendados pode não ser o mais importante. Conforme as histórias narradas nesta dissertação e em muitas outras, fica evidente que no cotidiano de uma instituição total **“tudo é forte e definitivo”** (ibid.). Por isso mesmo considera-se que são muitas as intercorrências que exigem atendimentos fora dos horários estipulados, ou simplesmente, são muitos os momentos em que se fazem importantes a presença da psicóloga e da Psicologia.

5.2.4 Tão próximos e tão distantes...a Psicologia na interface com a Justiça

É possível constatar na trajetória desta pesquisa que o trabalho das psicólogas em instituições de medida socioeducativa de internação sofrem inúmeros atravessamentos da área jurídica. Assim como também foi possível compreender que a Psicologia se constituiu por meio desta interface, para responder às suas demandas, nem sempre favoráveis às crianças e adolescentes. No entanto, há 25 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (e posteriormente outras legislações) foi promulgado trazendo consigo o compromisso e obrigatoriedade da implementação do Sistema de Garantias de Direitos. A partir daí todas as práticas relacionadas à infância e juventude tiveram que ser necessariamente questionadas e reformuladas, algumas até mesmo construídas através de políticas públicas.

Neste ínterim, apesar de todas as contradições, há de se considerar que no decorrer destas últimas décadas, mudanças importantes ocorreram em relação às medidas socioeducativas no país, inclusive no estado de São Paulo. Todavia, a relação da Psicologia (presente nas medidas socioeducativas) com o Poder Judiciário parece evoluir muito lentamente.

As problemáticas apresentadas nas reuniões ocorridas no sindicato e no CRP, assim como na conversas individuais com as psicólogas deixam explícitas que o trabalho sofre impedimentos e perde em qualidade devido a tantas exigências.

Aliás, por conta desta relação há uma **marca indelével** no trabalho das psicólogas, que atinge diretamente a sua valorização e visibilidade. Conforme colocado por Aline:

*No histórico (do atendimento à crianças e adolescentes institucionalizados) **exigiram a psicologia**, criaram a Psicologia, criaram o cargo de psicóloga para atender aquilo que o judiciário, que o ECA estava demandando, mas só, sem avanços...**Para cumprir o que estava se pedindo entendeu? E aí o acesso dessa Psicologia a outros lugares é difícil...***

Logo, esta exigência direcionada somente para demandas jurídicas não corresponde à proposta do ECA, do SINASE, da Fundação e do governo do estado, nem mesmo dos Conselhos de Psicologia. Conforme o Plano Decenal de Atendimento (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014) na internação provisória, a equipe de profissionais estará responsável pela elaboração do Diagnóstico Polidimensional caracterizado por:

uma construção de hipóteses sobre o jovem em cumprimento de medida socioeducativa, com base nos diversos saberes (saúde, segurança, pedagógico, psicológico, serviço social e jurídico), objetivando uma **visão integral** desse jovem, **considerando suas peculiaridades e o contexto por ele vivido**, a fim de nortear as intervenções da equipe multiprofissional. Ele permite revelar aspectos que norteiam a trajetória de vida do jovem e sua família, com características e demandas a partir do olhar específico das equipes de referência, em um processo humanizado, baseado na escuta, respeito e empatia, a fim de levantar dados sobre possíveis encaminhamentos e subsidiar a decisão judicial, pois, caso seja aplicada alguma medida socioeducativa, deverá se constituir em requisito básico para elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 37)⁹⁸(grifos da pesquisadora)

Já na internação por tempo indeterminado, o Plano Estadual baseia-se no SINASE (Lei 12594/12) e dirige seus objetivos para organização da medida socioeducativa em torno do **Plano Individual de Atendimento (PIA)**. O PIA substitui os antigos relatórios e pareceres, para tornar-se “instrumento de intervenção” levando em conta o Diagnóstico Polidimensional. Logo, ele será elaborado por toda a equipe de referência de cada adolescente, isto é, por uma equipe multiprofissional formada pelas áreas: Saúde (Psicologia, Enfermagem e Serviço Social), Educação, Segurança, além do adolescente e sua família. Com isto, visa-se a construção de um plano de vida, com metas a serem cumpridas (que também geram ambiguidades), que abrangem tanto o momento da internação como o que virá a ocorrer após a internação. As psicólogas na elaboração do PIA deverão, portanto considerar:

avanços, recuos, alterações e ajustes esperados e necessários, no decorrer deste processo, ressaltando a importância de que as metas do PIA devem ser planejadas,

⁹⁸ Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo, 2014.

tendo em vista a desinternação do jovem e, dentre elas, quais podem ser alcançadas em meio aberto (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 55).

Emília... "quem vai lá dar a cara prá bater"...

De acordo com Emília, para cada uma das medidas socioeducativas haverá uma forma de atuação junto ao Judiciário, posto que em algumas são exigidas a participação em maior número de audiências enquanto em outras serão priorizados os Diagnósticos Polidimensionais e os PIAS.

Sua experiência diz que nos centros de atendimento provisório, a equipe faz o Diagnóstico Polidimensional, mas a Vara da Infância muitas vezes não considera a sugestão, porque prioriza o número de passagens e o delito cometido.

Já em relação aos casos que tem atendido atualmente, em sua maioria as sugestões tem sido acatadas, o que percebe como positivo, pois o trabalho é valorizado e o caso é resolvido com a maior brevidade possível.

Por outro lado, reflete que há fatores que minam a qualidade de seu trabalho. O primeiro deles é o número excessivo de adolescentes internos e suas consequências. Quando há grande volume de relatórios⁹⁹ para elaborarem, o trabalho descaracteriza-se, pois tudo passa a girar em torno dos prazos: os atendimentos, entrevistas com as famílias, intervenções, discussões. O **adolescente perde a centralidade no atendimento e deixa de ser protagonista**, porque não há um acompanhamento efetivo de sua evolução. A psicóloga desabafa: **"a gente está sendo uma fábrica de relatórios!"**. E todo processo de trabalho é reduzido, os conhecimentos, a experiência, os saberes são dispensáveis, pois a prioridade passa a ser "o Juiz", o relatório.

⁹⁹ O aumento da produção de relatórios também pode estar atrelado ao aumento de exigências e determinações judiciais, sem necessariamente haver relação com o aumento do público atendido. No entanto, com maior frequência ocorre em detrimento do crescente número de casos por profissional. O aumento da população de adolescentes é fator de violação de direitos e de precarização do trabalho.

E justamente quem realiza esta mediação entre o adolescente, a instituição e o Poder Judiciário nas audiências, são as psicólogas e as assistentes sociais. Mesmo que os relatórios, a legislação e os projetos socioeducativos visem prioritariamente **a educação**, as cobranças continuam voltadas para os saberes médicos-psicológicos e sociais¹⁰⁰, pois ainda são estas as profissionais requisitados para as audiências:

*o relatório tem importância, até porque **quando tem audiência, quem vai lá dar a cara pra bater é a equipe psicossocial**. É ela quem vai **representar o centro**, o trabalho desenvolvido pelo centro, então, **a gente tem essa importância nesse sentido de mostrar o resultado, de mostrar o relatório**. Mas eu digo, **na dinâmica institucional a gente tem pouco espaço**, e pra fazer isso e a cobrança é muito grande. E o problema é que a gente acaba não tendo condições pra desenvolver um bom trabalho, então eu digo assim, **a gente é até valorizado para apagar incêndios**, resolver problemas. Você acaba tendo que se virar, fazer o seu melhor, como eu que tenho que ir atender num refeitório... Você vai arrumando estratégias, mas a qualidade está comprometida.*

Deste modo, “dando a cara pra bater” as psicólogas estão expostas a uma multiplicidade de pressões advindas das condições impostas pela instituição, somadas e atravessadas às demandas do Juiz, que muitas vezes não conhece qual o papel das profissionais dentro da instituição (e na medida socioeducativa):

*Porque com o Juiz, como eu tô te falando, a gente tem uma relação próxima, **mas o Juiz sempre vai estar na condição de Deus**, né?!, Vai estar num pedestal...Então eu digo, é complicado porque quando é um caso mais tranquilo, que você vai lá e consegue fazer as intervenções, que você conseguiu um resultado é mais fácil, agora se você vai lá com um caso complicado, que nem teve um caso do (Juiz X): ele mandou um ofício onde em um determinado tempo deveria resolver todas as deficiências do desenvolvimento do adolescente. Se ele chegou lá com quinze anos de idade ou dezesseis, não sei, como que se resolvem todas as deficiências em curto espaço de tempo? **Ele colocou isso no ofício, “deficiência”... Impossível gente!** (...)*

¹⁰⁰ Ainda se configuram como “quesitos” de aferição judicial, inclusive no momento da audiência, a “evolução” do adolescente em nos aspectos referentes a dependência química, saúde mental, periculosidade, presença da família e a pobreza.

(...)

*Ele não entende também o trabalho do psicólogo....Pra ele o trabalho do psicólogo é trabalho de psicoterapia (...) **Ele tem a concepção da psicologia mais de trabalho clínico, consultório**, porque para ele todo menino precisa desse acompanhamento. Só que vai ter menino que vai ter demanda ou não, vai ter menino que vai ter maturidade ou não, enfim... Mas pra ele eu acho que a concepção deles é mais o psicólogo clínico não do psicólogo institucional...fora que é o único profissional institucional (refere-se a psicólogas e assistentes sociais) que estão ali sob o poder da caneta, porque a gente sempre vai ter essa barreira. O menino...A gente vai ate onde o menino vai deixar a gente alcançar, só que às vezes as coisas são dificultadas pela caneta!*

Então o PIA (relatório) tem seu objetivo distorcido, pois o alcance das “metas” passa a ser avaliado de modo subjetivo pelo juiz, predominantemente através do discurso do adolescente e das profissionais. Viabiliza-se a naturalização e padronização dos fenômenos, sendo os processos sócio-históricos descartados. São as “formas de controle sutis” incidentes sobre as singularidades (FURTADO e SVARTMAN, 2009). Nesta lógica, quase nada é transformado, apenas o discurso.

Em meio a tantos atravessamentos e captura da subjetividade pelos juízes, Emilia lembra-se que há algum tempo, a Defensoria Pública tem se fortalecido. Agora se tornou praxe a discussão do caso entre equipe psicossocial da Fundação e os defensores, ainda antes da audiência, no prédio da Defensoria que fica na frente do Fórum. Esta nova parceria tem sido muito favorável, pois segundo Emilia, inclusive eles tinham muitas dificuldades.

Aline...”mas é o que a gente pode”...

A psicóloga reconhece que está há muitos anos afastada das tarefas relacionadas diretamente ao Poder Judiciário, mas tem muita experiência e acompanha fielmente todas estas questões através das reuniões, congressos, e das trocas que realiza no cotidiano com outras profissionais.

Ela afirma que há uma “**burocratização do trabalho**”, em razão não somente dos relatórios, mas também devido às exigências de outros documentos (planilhas de atendimento, sistematização detalhada dos

prontuários, alimentação de portal, de fichas de visitas, distribuição de verba para famílias, preenchimento de recibos, entre outros). E estes procedimentos institucionais tiram o foco dos atendimentos grupais e individuais, que deveriam ser prioridade, uma vez que são espaços de **“escuta do sofrimento”**. Logo, as tarefas burocráticas em excesso são objetos de impedimento de um espaço potencial além de facilitarem a perda de sentido do trabalho.

Aline ainda relembra outro fator vivido na unidade de reincidentes, quando na ocasião não dispunham de recursos, e o trabalho principalmente em âmbito educacional estava limitado. Foi quando percebeu que precariedade do atendimento socioeducativo tornou-se motivo de **“penalização”** dos adolescentes:

*(...) Quando eu falo que eu acho que eu fiquei mais voltada para os Direitos, acho que na (unidade) eu acabei... Eu me lembro que teve um dia que assim: a situação era tão precária que o menino precisava ir ao médico, reclamava e não havia o que fazer né?! E aí isto me mobilizava a argumentar mais, porque **os juízes também viam a (unidade) como um lugar em que os meninos tinham que permanecer mais tempo entendeu? E a gente via o sofrimento daqueles jovens, por isso eu focava mais na questão de Direitos: “o que esse menino tem de direito né,?! a não tem nada...”**. Um dia escrevi (no relatório) que o menino jogava xadrez. E aí uma técnica do fórum questionou: “é, mas o menino não está aí pra jogar xadrez!”. E eu falei, “mas é o que a gente pode, é o xadrez que vai diminuir a impulsividade dele, é o xadrez a única atividade que tem como a gente dispor nesse momento!”. Agora, **o menino não pode ficar penalizado por que não tem atividade e continuar na Fundação. Então era essa a questão do argumento né, não tinha... a gente passou, assim eu acho que passa né por essa desorganização sempre, mas teve fatos que aumentou, teve fatos que diminuíram né, então nosso trabalho é limitado né, é limitado sempre. To aqui depois de tantos anos, vendo que a gente tem que mandar os meninos pro CAPS, tem que fazer a questão da rede, a questão do território que quando eu entrei lá na () a gente já fazia isso! Quer dizer né, é um começar sempre!***

Em ambos os casos, Aline aponta para uma série de violação de direitos que segundo Gramkow et al. (2010) colaboram para a **construção dos “adolescentes perigosos”** e da personalidade antissocial¹⁰¹. Mas procurou na

¹⁰¹ Gramkow et al (2010) mencionam em seu artigo “Patologização da adolescência e alianças psi-jurídicas: algumas considerações sobre a internação psiquiátrica involuntária” uma pesquisa realizada pelo Projeto Quixote (2000) onde constataram que os adolescentes

situação estratégias que amenizassem o sofrimento ético-político, posicionando-se contra práticas criminalizantes.

Janaina...”e a gente ainda tem que ficar provando o tempo inteiro a nossa prática”...

A partir de sua experiência, Janaina avalia qual dos dois âmbitos exerce maior pressão e número de exigências sobre a atividade das psicólogas: a instituição ou o Poder Judiciário.

Recentemente, ratificando o que é observado por Emilia (sobre a concepção que os juízes têm sobre a Psicologia na internação), um juiz a questionou em relação ao tipo de atendimento que um adolescente recebia:

*(...) eu tive um juiz recentemente que me questionou porque o atendimento do menino era em grupo. Porque ele como juiz é...queria que o atendimento do menino fosse individual, e foi difícil convencê-lo de que no individual o adolescente não respondia tão bem quanto no atendimento em grupo. Então **a gente tem que ficar o tempo todo provando a nossa pratica, a gente tem 52 ou 53 anos de profissão regulamentada e a gente ainda tem o tempo todo que ficar provando a nossa prática, provando as ferramentas da nossa prática, provando que a nossa profissão é uma ciência, isso é muito desgastante.***

E na avaliação da psicóloga, as mudanças ocorridas no Poder Judiciário de 6, 7 anos para cá, (refere-se às substituições de juízes), não favoreceram o trabalho, e, conseqüentemente, a Garantia de Direitos (mesmo com a presença de uma Defensoria Pública fortalecida). A seu ver, anteriormente, os membros do judiciário (refere-se principalmente aos juízes) possuíam compreensão mais ampla do que são as medidas socioeducativas.

portadores de transtorno antissocial eram justamente aqueles que resistiam e impunham mais respeito dentro da instituição. Isto porque a própria instituição é perversa e possui regras com critérios subjetivos. O “adolescente perigoso” (e/ou potencial liderança negativa dentro da instituição) constitui-se, portanto, num processo de psiquiatrização cujas conseqüências: “impede a leitura dos processos de vulnerabilidade social, despoja o sujeito da possibilidade de construção de laço social e configura uma forma “reciclada” de sustentar a segregação dos mesmos; – adota uma ótica tutelar-correcional em detrimento de uma ética de cuidado e do direito à saúde; – recorre à segregação e torna radical a política punitiva como resposta ao aumento da desigualdade social, da violência e da insegurança em detrimento do investimento em políticas sociais”. Gramkow et al (2010)

No entanto, a psicóloga, pondera. Para além do controle arbitrário do Poder Judiciário, centralizado na figura do juiz, sobre as práticas e saberes psicológicos, está o controle exercido pela instituição. Exemplo disto é a lógica produtivista implementada com gratificação através de “bônus”. Quanto mais relatórios, mais atendimentos, maior o bônus:

*Agora pra eu acho que pra deixá-los mais envergonhados do que nunca, números pra receber bônus, premiação em dinheiro né?!, Números de atendimento, isso é um absurdo, eu vejo isso como um grande retrocesso, **uma desqualificação da profissão e um desmerecimento a um trabalho que é muito importante dentro da Fundação.***

Onde a qualidade do atendimento e do conjunto das atividades e das relações perde sua importância, o adolescente perde novamente a centralidade e o protagonismo. As lógicas punitivistas e produtivista descaracterizam o trabalho como um todo, gerando desgaste:

*E eu acho que dentro da Fundação além de **desgastante**, é um grande **retrocesso**, essa **falta de olhar para o que é o trabalho psicológico, está reduzindo o trabalho psicológico a um trabalho higienista, a um trabalho de conformismo, a um trabalho de números, de números de atendimentos, como se isso que fosse fazer o diferencial.***

Diante das imposições que manipulam o trabalho da psicóloga, reduzindo seu saber/fazer e desprezando a profissão enquanto práxis, mais uma vez o trabalho perde o sentido-significado, caracterizando o engessamento ético.

5.2.5 O trabalho que construímos, os espaços que conquistamos e os lugares que ocupamos

As psicólogas iniciaram suas trajetórias na instituição, trazendo consigo bagagens de conhecimento e motivações. Estiveram em lugares diferentes, compondo espaços possíveis através de bons ou maus encontros. Trabalhar na instituição é fazer parte de um todo que parece caótico e indiferenciado, pois são inúmeras as mediações que o atravessam. É por isso que às vezes é

difícil compreender o que fazem as psicólogas num lugar como este (pois elas mesmas questionam qual seu lugar).

Segundo Sawaia (2009), para Espinosa é nestes encontros que os seres humanos afetam e são afetados, em diferentes níveis de intensidade, inclusive em seus corpos e mentes. Estes não permanecem os mesmos, sofrem modificações “na forma de emoções e sentimentos (*affectus*), e a da experiência da afetação (*affection*), isto é, a do poder de ser afetado” (SAWAIA, 2009, p. 367). Como corpo e alma, razão e emoção são inseparáveis, porque se constituem a si mesmos, o poder de ser afetado está diretamente relacionado ao “poder de agir, pensar e desejar” (ibid.). Sendo assim:

O que aumenta ou diminui a potência de meu corpo para agir aumenta ou diminui a potência de minha alma para pensar. Dessa flutuação depende a minha força vital de resistência, o que equivale à qualidade ética de minha existência (SAWAIA, 2009, p 367).

Os afetos configuram-se como “condição e fundamento para ser e existir” (ibid.). E assim cada qual em sua história irá saber para si o que lhe é bom ou o que é prejudicial, as experiências que lhes são proveitosas ou despotencializadoras: “A capacidade de avaliar a si e ao que está ao seu redor nos leva à condição de pensar e estabelecer o nosso próprio estatuto: quem somos e a quem servimos” (FURTADO, 2011, p. 63).

Durante o percurso deste capítulo, é possível apreender como as psicólogas foram afetadas pelas relações e pela instituição onde trabalham¹⁰² e por todo o sistema que a mantém em movimento e sustenta a sua existência. **Assim como também pensaram, agiram e construíram seu trabalho em circunstâncias quase sempre arbitrárias ao compromisso ético e político de suas profissões.** A seguir as psicólogas fazem seus depoimentos a respeito os sentidos-significados do trabalho e quais posicionamentos e ações individuais ou coletivas têm sido ou não possíveis perante o engessamento ético e as violências que atravessam a socioeducação.

¹⁰² Ou trabalhou no caso de Marisa.

Emilia... “e por mais que você lute, por mais que você faça...não sei...”...

Para Emilia, que trabalha em um centro “rígido”, e com grande circulação de adolescentes, apesar de comporem uma equipe, o trabalho psicossocial não é prioridade, senão somente para a elaboração dos relatórios. A prioridade é mesmo a segurança. Verbaliza:

(...) vamos dizer assim vai: em primeiro lugar é a segurança, depois é a pedagogia, depois é a saúde, e depois é o psicossocial. Eu acho que nós somos uma equipe. Todo mundo tem que ter o seu trabalho, mas no centro () em primeiro lugar é a segurança. Lógico que na (outras medidas socioeducativas em outras unidades) também tem esse foco na segurança, mas eu acho que a gente tinha mais espaço, a gente contribuía mais na construção (...)

Mesmo sentindo-se desvalorizada e preterida, por ter o processo de seu trabalho reduzido, acredita que consiga atingir alguns adolescentes, ainda que somente durante os atendimentos individuais (ou em dupla), onde oferece uma “rota de fuga”, um “desabafo”. Emilia durante a conversa oscila entre seus sentimentos de resistência/comprometimento e desvalorização, pois precisa se manter neste trabalho devido a situação financeira. Em alguns aspectos acredita que a instituição e estas atividades tenham melhorado em seu conjunto, dando como exemplo, o fato de todos os servidores possuírem crachás iguais, sem distinção por hierarquia; ou ainda porque após o SINASE e o PIA (mudança do foco no relatório) todos são chamados à discussão; e ainda por conta das mudanças relacionadas ao sistema de transferência implementado (agora todos aguardam numa fila pela vaga desejada, não está mais nas mãos de somente uma pessoa esta decisão). Mas estes argumentos tornam-se detalhes e, seguindo adiante em seu pensamento e em suas falas, pondera e confessa que se sente “**frustrada**”, com o ritmo intenso de produção de relatórios: “*a gente está muito assim, igual o McDonald’s com os hambúrgueres*”, não sente que seus resultados são satisfatórios, e cobra-se muito, pois é uma pessoa “**organizada**”. Todo este processo para conseguir realizar o trabalho, para ter um espaço, um lugar, gera desgaste:

*E eu acho que **eu estou cansada mesmo...** Assim, eu gosto de trabalhar com os meninos, **o problema não é o atendimento dos meninos, esse é o menor dos males. Mas pra gente conseguir isso, é que nem estou te falando, por***

*conta de eu achar que a equipe psicossocial não é priorizada, a gente tem dificuldade para atender, de local para atender, então o **atendimento em si com o menino eu gosto**, mas todas as demandas pra você conseguir fazer isso... Achar um local... porque muitas vezes eu tenho que atender no refeitório. E é isso, de **você ter que se desdobrar para poder conseguir fazer isso**, o numero de relatórios, cobrança, é só cobrança, então hoje eu estou desmotivada sabe... **Eu não vejo retorno**. O que se prioriza é o trabalho feito independente de como foi feito, **se você faz com qualidade é por conta de você, assim, da sua consciência**. Por exemplo, tem que fazer o relatório sabe, agora você não tem condições pra isso!*

Emilia coloca que há motivações e sentidos no atendimento voltado aos adolescentes, e que esta atividade a deixa potencializada, no entanto, os impedimentos são tantos que acaba se identificando negativamente com os mesmos (Aline e Janaina também verbalizaram isto). Aqui novamente a psicóloga aponta que a distância entre o trabalho prescrito e o realizado deixa-lhe impotente. O seu saber-fazer, seu conhecimento, a práxis profissional são preteridos no sistema socioeducativo:

*Assim, **nós somos como os meninos, nós somos só também um número**, menino é um número, é um Pt.. (prontuário), só que aí quando você esta atendendo, você vai humanizar, você vai ouvir aquele menino. Enfim, só que também somos funcionários, nós somos um RE (registro funcional) também, e o **problema é que se cobra um resultado, se cobra o produto do trabalho**. E eu me **sinto impotente** por não conseguir fazer como eu acho que poderia ter feito, então essa é a minha desmotivação hoje entendeu? E por mais que você lute, por mais que você faça... eu não sei...*

Perante todas estas circunstâncias, dos impedimentos e do sentimento de impotência, se inscreveu no processo para remoção. Deseja ser transferida para um centro onde a população de adolescentes seja bem menor, com uma equipe “*excelente*”, em um prédio com área aberta além de ser próxima a sua residência. Quando fala deste “*sonho*”, desta possibilidade, sorri. Porém, logo se lembra de que não há previsão de quando haverá vaga disponível. Esta falta de perspectivas de mudanças a afetou deixando-a “*desmotivada*” até mesmo para participar dos coletivos, das reuniões em sindicato e no CRP. Emilia esteve presente em outros momentos, como no coletivo em prol das “30 horas”, mas atualmente refere que não sente vontade de participar de nada:

(...) eu não tenho vontade...Que nem, vai ter confraternização, eu não quero fazer confraternização eu não estou no clima de confraternizar nada, eu saio daqui eu quero ir pra minha casa entendeu? Eu não estou... Vai ter uma confraternização ali, eu não vou pra esse lugar porque não estou motivada para participar. Eu sei que isso até iria ajudar, eu sei que é o meu ganha pão, eu tento fazer o meu melhor, mas mesmo assim, é lógico que compromete, eu não quero confraternizar...não quero ajudar agora, eu não quero nada! Entendeu? Eu não quero nada! O trabalho é... É uma coisa, embora a gente trabalhe seis horas, que a gente conseguiu isso, né?!, que ai meu Deus do céu, que dá medo de perder , mas é... E uma parte grande do dia, não são somente as seis horas, você tem que ter o tempo para se deslocar, você tem o tempo pra tal...

(pesquisadora) É, você mora longe...

*(Emilia) É então assim é o que esta...A maior parte do meu dia é em relação ao trabalho, então, lógico que isso acarreta, não tem como! **Eu acho que o trabalho que você desenvolve vai te moldar como pessoa, assim como vai repercutir em outras esferas da sua vida.** Então, como estou nesse momento mais difícil, então eu estou um pouco **intolerante**, um pouco sem paciência, até na minha casa e em tudo.*

Emilia percebe-se como agente de mudanças em seu trabalho e tem consciência de que é através dos enfrentamentos cotidianos e coletivos que conseguirá modificar a sua situação, de suas parceiras e dos adolescentes com quem trabalha. Deseja mudanças, sair da condição em que se encontra, porém, o cansaço cotidiano a faz “resolver os problemas conforme eles aparecem” (FURTADO, 2011, p. 100) isolando-a da coletividade. A atividade não está sendo transformadora, tanto em relação aos adolescentes, quanto a si mesma.

Faz planos para sair da instituição, através de outros concursos, porque acredita que não conseguiria retornar ao mercado de trabalho na iniciativa privada.

*Então, a equipe que eu trabalho hoje, me deixa pensar... Eu já **fui mais engajada**, hoje já não estou tão engajada porque particularmente eu estou desanimada, já participei mais, fui lá nas “30 horas”, **hoje eu estou mais ausente porque eu estou desmotivada.** Confesso que eu me sinto desmotivada, que nem eu estou... Não sei, a minha intenção é até prestar outro concurso, vê... Hoje eu estou desmotivada, estou trabalhando, faço o melhor que posso, porém eu não tenho intenção em continuar na Fundação CASA, é, então eu penso sei lá fazer*

um concurso. Então, de qualquer forma eu já fui mais engajada, hoje eu estou assim... Eu faço o meu melhor, mas eu não estou como eu já fui. E na equipe eu também não vejo ninguém engajado ali..(...)

*(...) **me sinto impotente para mudar e eu acho que tenho que procurar a minha melhor** e minha melhor é fora da Fundação, é o que eu penso hoje. Então eu tenho que me esforçar, eu tenho que ter mais disciplina para prestar um concurso e fazer outra coisa porque também eu só ficar reclamando também não adianta, então é o que eu estou pensando, não sei se isso vai mudar mas é o que eu estou pensando hoje.*

Conforme Emilia colocava seus planos pessoais e as estratégias para resolver a sua situação, através de transferência ou outro concurso, mostrava que neste seu isolamento as responsabilidades recaiam sobre si mesma, o que a despotencializava ainda mais. Afastada do coletivo, praticamente passa a acreditar que poderia modificar a situação sozinha, quando diz que *“me sinto impotente para mudar e eu acho que tenho que procurar a minha melhor”*. E conclui que esta é uma “fase” pela qual está passando, pois não se sente bem aonde está.

Aline...”nunca tive medo de encarar um projeto novo”...

Aline anteriormente colocou a importância da escuta no atendimento ao adolescente, principalmente a que é oferecida na psicoterapia. E é a atividade relacionada a estes aspectos que dão sentido ao seu trabalho, uma vez que para ela, este é a sua principal tarefa, *“criar um espaço de escuta para o sofrimento”*. Num processo de sempre planejar, elaborar, *“tentar compreender”* e através disto o adolescente irá expressar algo que ela acredita ser “necessário trabalhar”: *“Acho que dar conta é isto aí, tentar”*:

Esse trabalho que hoje eu faço é um lugar onde o jovem pode se expressar, só. Eu acho que é isso, né?! Qual o resultado disso ainda não sei, mas é um lugar onde ele se expressa.

E é nestes espaços de escuta, num lugar reservado especialmente para o adolescente, onde se sente realizada, se sente psicóloga: *“às vezes menos, às vezes um pouco mais né?!, mas ‘às vezes, sim...consigo sim.”* Diferentemente das outras psicólogas dos centros, Aline tem a oportunidade de

ter supervisão semanalmente¹⁰³, com abordagem do Psicodrama. Para ela esta é uma excelente estratégia, porque o trabalho fica enriquecido com a teoria (caminho para a práxis profissional). E se o adolescente possui o espaço de escuta reservado a ele, as profissionais deste projeto também:

(...)acho que é um espaço onde a gente pode falar né?!, de várias coisas que acontecem com a gente, a gente também pode se expressar nessa supervisão de quinze em quinze dias, falar desse sofrimento aí, que é às vezes lidar com a dor do outro também.

E lidar com a dor do outro é:

*(...) eu tive aulas do com (___) né?!, então ele falava assim... (...) tem que entrar num elevador, voltado para o vidro, meio que protegido, e ir lá e ver, e voltar de novo, se não a gente acaba... Assim é... **Ver a dor, ouvir, mas também sair**, você, eu acho que...**na Fundação a gente tem várias dores, muitas dores**. Acho que eu não respondi muito bem (risos). Que é um pouco que a gente tenta desenvolver, um dos objetivos da psicoterapia é tentar desenvolver a empatia naqueles jovens, pelo menos um pouco né?!, se colocar no lugar, dele se colocar no lugar da vítima.*

Apesar de não considerar mais o seu trabalho penoso (embora aprecie que já o tenha sido, assim como é o caso de outros trabalhadores da socioeducação), Aline refere-se a como se sente ao trabalhar com o sofrimento ético-político: que deve proteger-se para “*ver a dor, ouvir, mas também sair*”, e que é possível este movimento, porque está fortalecida pela supervisão e pela teoria. No entanto, não quer dizer que não seja afetada por esta escuta, pois ao final, reconhece que escutar a violência reproduzida dentro da instituição pode ser mais difícil do que escutar a violência anterior à internação, pode ser “*penoso*”:

*Quando (...) você chega de manhã e vai atender a um jovem, aí o jovem chega e sua orelha está machucada, aí você vai falar e ele fala: “olha o que aconteceu comigo”... e aí você vai lá fazer a notificação de violência, você vai avisar... Todo um trâmite que esse impacto de ouvir lá o passado de violência tudo bem, mas **estar ouvindo o presente**, isso acho que é penoso, às vezes também...*

¹⁰³ Em alguns momentos Aline diz que a supervisão é semanal, em outros, quinzenal.

E esta violência, que é vivida no presente, e que não está mais somente no passado do adolescente, é também um fenômeno que constitui o seu trabalho. No entanto, Aline é uma psicóloga que se sente potencializada e consegue se posicionar, tomar todas as providências necessárias para o caso: “(...) *Também não vou me calar, não vou me calar diante a isso (...)*”. E assim a profissional procura realizar os trâmites necessários sempre que se depara com esta realidade.

Ainda a respeito das qualificações, **estudos, pesquisas**, sobre o trabalho das psicólogas, entre outros realizados pelas mesmas, Aline observa que existem várias profissionais que realizam pós-graduação, pesquisas, cursos. Há necessidade de que o conhecimento a respeito do trabalho, do Sistema de Justiça, dos adolescentes, os enfrentamentos e estratégias sejam sistematizados pelas próprias psicólogas e sejam divulgados. No decorrer da conversa, enumerou vários exemplos de profissionais que procuram qualificação ou até mesmo se dedicam a pesquisas/estudos, com um porém: o fazem isoladamente, isto é, estas pesquisas/estudos que são realizadas não reverberam entre o próprio corpo funcional, entre os trabalhadores e os gestores. E não são valorizados mesmo com a existência de um setor específico para isto (Escola de Capacitação). Já os estudos e pesquisas elaborados pela academia, pelos militantes, Conselhos e comissões têm um alcance maior, embora ainda não o ideal.

Portanto, este se torna mais um aspecto que impede a realização de uma práxis profissional, dentre outros enumerados ao longo da dissertação, Desfavorece a realização de um trabalho que leve em conta o seu caráter histórico, as descobertas e teorias, que não permaneça apenas no mundo da aparência e do senso comum. Lane (2008) já havia ressaltado que para a realização da práxis profissional a produção de saberes não deve estar “congelada”, mas em movimento, em prática, fazendo-se instrumento de transformação do mundo pelas ações do ser humano.

Janaina...e a “luta pelas 30 horas”...

Assim como Emilia e Aline, Janaina falou sobre o engessamento ético, as dificuldades e desafios encontrados na prática do trabalho psicossocial na instituição. Entretanto, envolvida nos “*engajamentos de luta*”, ela mostra-se fortalecida em seus encontros e sente o seu trabalho como sendo muito importante, principalmente por seu caráter transformador:

*(...) eu acho que onde a Psicologia entra, e eu não sou maluca, uma otimista sim, louca não...Mas onde a Psicologia entra, onde o trabalho psicológico acontece, você vê mudança, **você vê gente se transformando**, você vê pessoas se qualificando, vê adolescente se compreendendo, né?! O retorno que a gente tem do atendimento psicológico é muito positivo, a gente vê o crescimento, a gente percebe a ‘olhos nus’ o dia a dia do adolescente a partir né?!...**antes do atendimento psicológico e depois do atendimento psicológico**. Não tem como negar é uma influencia muito boa.*

Estas transformações são possíveis até mesmo em situações de violações de direitos, de conflitos, pois serão justamente “os técnicos” (equipe) os responsáveis pela proteção dos adolescentes e pelo enfrentamento à violência. Conta através de sua experiência como sua atividade é produtora de sentidos:

*É porque o nosso trabalho ele é muito, ele é muito digno, ele é muito bonito. Eu já **me vi** atendendo dentro do quarto do adolescente, que de quarto não tem nada, é uma cela com grade, com portas de cadeia, eu já **me vi** atendendo neste ambiente com pouca luz, muito úmido, com cheiro de mofo porque não bate sol, não tem janela e... e me vi fazendo assim é..., **me vi** tirando o adolescente daquele momento difícil por estar de tranca né?!, por estar sendo sancionado por uma...por ter violado, ter tido alguma situação indisciplinar, **eu me vi, fazendo um atendimento muito bom... Vejo que a Psicologia ela tem um trabalho muito, muito bacana nas questões de violência, o quanto o grupo da Psicologia, o grupo técnico consegue evitar violências** dentro dos centros de internação, o quanto ele consegue **proteger** o adolescente de violência física, de violência verbal, de todo tipo de violência, que é próprio de um local que foi feito pra controlar as pessoas. A internação é um local, e isto a gente tem que lembrar sempre, é um local de controle... e a gente, já **vi** muito né?!, eu acho **que o trabalho técnico ele é importantíssimo no sentido de diminuir a violência** dentro dos centros, e não diminuir só a violência do funcionário contra o adolescente, mas do adolescente contra o funcionário, do adolescente*

*contra o mundo, do adolescente contra si mesmo. A gente tem muitos casos de jovens que tentam se suicidar, de jovens que tem problemas da saúde mental, e que são colocados dentro da Fundação, num ambiente que não é adequado a adolescentes com transtorno psíquico, então a gente faz um trabalho extremamente **desgastante**...coibindo toda essa violência, a violência da própria instituição, a violência é... parece que os nossos gestores são treinados também para serem agressivos, para serem violentos, para serem assediadores né?!, e a gente faz um trabalho belíssimo, tentando a diminuição de toda essa violência, mesmo estando no local de privação de liberdade.*

Na medida em que Janaina se “vê” e se reconhece como uma “trabalhadora” agente de mudanças, mesmo em um local de privação de liberdade, ela se apropria de sua história, reconhece sua importância, a importância de sua profissão. Resiste e procura superar as pressões e o desgaste e caminha em direção ao processo de fortalecimento no e do coletivo:

A vida da consciência tem sua base sobre o modo como efetivamente nos engajamos nas atividades sociais de transformação e apropriação do mundo. Essa forma de atividade coletiva produz sentidos e projetos compartilhados (FURTADO, 2009, p. 89).

A aproximação mais estreita de Janaina com os sindicatos não se deu de forma abrupta (ou a sua constituição enquanto sindicalista, que está atrelada à sua constituição enquanto psicóloga), pois ao longo de sua trajetória ela sempre se fortaleceu nas equipes e nos coletivos. Foi através da militância em prol da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais que ela (sem estar sozinha) começou a compreender como era possível conquistar o benefício. Em 2010 as assistentes sociais haviam conseguido a redução da jornada para 30 horas sem redução do salário¹⁰⁴, e isto interferiu diretamente nas relações e na organização do trabalho das equipes psicossociais da Fundação. Muito embora esta pauta já estivesse presente de maneira discreta há mais de 15 anos, haja vista o estudo encomendado pelo SITRAEMFA e realizado por Campos em 1999. Janaina estava mesmo muito motivada para o enfrentamento:

¹⁰⁴ Por meio da Lei federal 12.317/2010.

*(...) no final de 2010 eu entrei de cabeça nessa pauta porque a considero importantíssima, principalmente pra quem trabalha nas unidades de internação, nos centros de atendimento socioeducativo, que são lugares bastante de bastante pressão, onde o trabalho da socioeducação acontece realmente. E fui percebendo que era importante, a gente ter uma redução nessa carga de trabalho, a gente tem muito trabalho burocrático na Fundação e isso toma muito tempo do técnico, além das próprias intervenções psicológicas sem o devido respaldo, sem supervisão de caso, apenas na discussão com a equipe psicossocial, se torna extremamente angustiante e muitas vezes solitária. As demandas são de todas as origens sociais e o trabalho da Psicologia é extremamente desgastante, tanto do ponto de vista da questão burocrática, mas também do ponto de vista psíquico. Aí eu acho que foi aí, **diante desse cotidiano que muito, que é de muita pressão de muita delicadeza, de muita angustia, de muita violência, porque eu acho que há tudo isso numa unidade de internação...e diante de tantas forças emocionais que se vive nesse cotidiano eu sentia a necessidade mesmo de questionar o aviltamento do trabalho, o engessamento do trabalho, as faltas de condições pra acontecer o trabalho técnico, a própria internação em si inviabiliza muitas vezes o atendimento, eu acho que tudo isso foi mexendo comigo e eu falei “eu preciso me fortalecer, buscar ajuda contatar o sindicato”, ver o que é possível fazer.***

A experiência da mobilização pela pauta das 30 horas é levada para os demais trabalhadores da instituição, e para além de seus muros, passando a ter um significado maior para o grupo de psicólogas, que equipara o enfrentamento a uma “luta”.

Furtado (2011) explica (baseado em Mézáros e González Rey) que as experiências de classe ocorrem quanto em determinado momento histórico as classes dominadas se apropriam de uma consciência coletiva conseguindo superar os obstáculos da consciência individual. Pois, como esta é “reificada pelo campo superestrutural” (ibid.) mantém os trabalhadores como reprodutores das relações de produção. Todavia, quando um movimento de trabalhadores, tendo as mesmas motivações, conseguem compreender os mecanismos que as tornam dominados, se apropriam “de uma consciência coletiva de caráter transformador” estarão dispostos a questionar o capital, o

empregador, o Estado, através de greves, movimentos, enfrentamentos: **“movimentos desta ordem mobilizam fortemente quem participa e quem não participa”** (FURTADO, 2011, p. 93). Assim, as condições concretas devem favorecer os sentidos-significados, as afetações, a disponibilidade subjetiva. Mas para que a ação, o enfrentamento, a mudança ocorram, as pessoas, os trabalhadores devem estar juntos, num momento onde se configura “uma dimensão subjetiva da realidade favorável a mudança, e as pessoas percebem que estão dispostas a superar todos os limites” (FURTADO, 2011, p. 93).

E Janaina contou como foi que descobriram juntas as estratégias para tornar o enfrentamento potente e eficaz. Uma *“luta”* que partiu das *“emoções”* e dos *“sentimentos”*, e que alimentou a *“razão”*, gerou *“argumentos”* e ação. Como enfatizado por Vigotski em *Psicologia Pedagógica* (2010, p. 39):¹⁰⁵ “Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento”. E nas palavras de Janaina:

*A luta das 30 horas pra mim foi uma luta genuína da classe trabalhadora, ao iniciar essa luta, os psicólogos da Fundação CASA não tinham o apoio de ninguém, nem do sindicato. Eu lembro que na época a gente bateu na porta do sindicato e ela não foi aberta, foi muito difícil convencer o sindicato de que a nossa luta era justa e que ele tinha que comprar essa luta com a gente. Nós tivemos esforços de um pequeno grupo de psicólogos que trabalhavam no (), e esse pequeno grupo foi fazendo uma articulação muito grande com vários atores da psicologia, com o sindicato dos psicólogos, com a AASPTJ-SP (Associação dos Psicólogos e dos Assistentes Sociais do Tribunal de Justiça), com deputados, e a gente foi mesmo desbravando essa pauta. A gente queria a pauta, queria muito a redução, mas a gente também não sabia muito como isso era possível **e foi um grande aprendizado pra esse grupo de trabalhadores que foi descobrindo argumentos, que foi descobrindo porque a necessidade, é... que foi provando a necessidade, saiu da emoção, dos sentimentos e foi pra razão. Nós conseguimos provar a necessidade das 30 horas, a gente conseguiu convencer os sindicatos, algumas entidades, e principalmente os psicólogos da Fundação a travarem essa luta.***

Janaina coloca que uma das maiores contradições neste enfrentamento não foi a do esforço dispensado para conseguir apoio de setores e autoridades

¹⁰⁵ Trecho já citado no corpo teórico desta dissertação.

de fora e de dentro da Fundação, mas sim, convencer as próprias psicólogas sobre a importância da “luta”. Esta dificuldade refere-se ao mencionado logo acima, isto é, à consciência individual, onde a liberdade individual de escolher participar ou não está regulada também pela posição que o sujeito ocupa no mundo capitalista (FURTADO, 2011, p. 91). Isto é, não é tão simples decidir participar do coletivo, ou convencer alguém a participar. Como a sociedade capitalista valoriza o individualismo, o livre-arbítrio, a meritocracia, cada qual fica mergulhado em sua cotidianidade, acreditando que talvez seja possível resolver sozinho os problemas de seu trabalho. Janaina discorre sobre como ocorreu este processo que embora tenha proporcionado “um grande prazer” foi “muito difícil” e “muito importante”:

Convencer os próprios profissionais, isso foi uma das coisas mais difíceis, apesar de todo mundo querer e saber da importância da redução da jornada de trabalho, **é sair da sua pseudo zona de conforto, ir pra luta, fazer uma exposição pública, enfrentar o patrão, ir pras mobilizações, pros atos públicos, discutir isso dentro das unidades...ser mal visto por fazer essa discussão diante, ser mal visto pelos seus gestores, por fazer essa discussão, por abrir essa discussão...Esse é o trabalho mais difícil, chamar os trabalhadores da Psicologia ao sindicato foi muito difícil, o trabalhador da Psicologia ainda não se vê como um trabalhador, psicólogo se vê como uma pessoa com uma profissão status quo é... distanciada da classe trabalhadora. Então desmistificar isso, desconstruir essa ideia do status quo, mostrar que as nossas necessidades eram trabalhistas, de trabalhadores, de classes trabalhadoras, fez muita gente, assim, acho que até perder a autoestima de status de técnico dentro da Fundação e teve um tempo pros psicólogos elaborarem isso, não foi uma coisa simples não...recebemos muitos ataques, é tipo: como nós, nós, outros psicólogos, estamos aí é... arrastando cartazes no meio da rua? Era tudo muito novo pra um grupo que não tinha, não se via como trabalhador, por outro lado, **ver as pessoas adquirindo essa consciência e sabendo que você fez parte do processo dessa consciência coletiva é um grande prazer, deu muito trabalho, né?! Lembra-se que a gente ficou 2 anos e meio todo final de semana fazendo ato publico, quer seja presencial quer seja pelas redes sociais...correndo atrás dos Deputados, correndo atrás do próprio governador, literalmente nós corremos atrás do governador pra ele nos atender. O bacana do nosso movimento é que ele alcançou um volume tão grande que o próprio governador abriu uma pequena reunião com um grupo que na época se intitulava “Comissão 30 horas”, um grupo de psicólogos, um pequeno grupo de psicólogos e assistentes sociais que estavam imbuídos dessa conquista e chegamos até ter uma conversa****

*com o governador, **foi um momento muito marcante**, que ele apontou também um olhar pra essa categoria...era uma categoria que já estava bem mobilizada dentro dos centros, dentro das unidades, dentro de toda Fundação, dos UAISAS, da sede, tudo. Toda a Psicologia da Fundação ficou mobilizada por essa luta e foi uma conquista assim de muita luta, nós merecemos essa conquista, a gente lutou muito por ela, a gente não parou um minuto durante dois anos e meio (...).*

Aos 06 de julho de 2012, foi publicada no Diário Oficial a portaria que reduziu a carga horária semanal das psicólogas da Fundação para 30 horas. Desde então, Janaina e as demais profissionais vêm melhoras significativas no desenvolvimento do trabalho, e na “*qualidade de vida*”. Ela ressalta o desgaste que as profissionais viviam dentro de uma instituição fechada por 9 horas diárias, e que este fator não contribuía para a qualidade do atendimento e das relações. Acrescenta-se a isto o stress de quem vive na metrópole de São Paulo: o tempo de trabalho não se restringia somente às nove horas, mas também ao gasto no percurso, no trânsito. Janaina ainda observa que com este benefício as psicólogas, juntamente às assistentes sociais tem um período maior do dia para dedicarem-se às suas famílias, aos seus filhos, à sua qualificação profissional. De modo algum a redução de carga horária semanal prejudicou o trabalho, e destaca dentre os fatores já elencados nesta dissertação que isto ocorre principalmente “por conta da falta de recursos humanos” e das “super lotações dos centros”. Nem sempre respeitada, a lógica de 20 adolescentes por psicóloga e assistente social é a mais adequada, uma das condições para que ocorra atendimento de qualidade.

Janaina refere que o empenho do coletivo das “30 horas” foi reconhecido e que por isso recebeu convite para atuar junto ao sindicato dos trabalhadores da instituição. Além deste, também se envolveu e mostra-se atuante junto ao Sindicato dos Psicólogos do Estado.

Agora como psicóloga e sindicalista, sente-se “*extremamente cobrada e com uma responsabilidade imensa*”, pois há poucas possibilidades de diálogo com o governo do estado:

*(...) então o sindicalismo no funcionalismo público tá bem difícil, e se tratando da Fundação se torna ainda mais, para se fazer entender e se fazer compreender. Por ser **uma atividade***

única é... realizada dentro de experiências, de equipes, então quem está de fora não consegue visualizar é... o quanto é sofrido o nosso cotidiano, e nesse sentido o sindicalista é a tábua de proteção e salvação do trabalhador. Então todas as questões e muito além das questões trabalhistas são trazidas ao sindicato e realmente é uma pressão muito grande pra cima dos sindicalistas. As demandas são imensas do ponto de vista individual de cada trabalhador e, também, do ponto de vista coletivo, a gente tem uma forma de violação que é o assédio moral que já se tornou é... uma coisa horrível, uma praxe da instituição e ele atinge aos diversos trabalhadores da área, e causam sequelas muito profundas...e combater o assédio moral numa instituição total, uma instituição fechada, é um trabalho para poucos, porque fica tudo muito velado, a violência e o assédio moral são palpáveis, todo mundo sabe, todo mundo vê, mas ninguém consegue provar.

Conforme explanado nos procedimentos, atualmente, as psicólogas juntamente às parceiras assistentes sociais tem se organizado no coletivo do Grupo de Trabalho Psicossocial que ocorre mensalmente no sindicato majoritário. E também nas reuniões mensais do CRP “Fundação CASA: diálogos e desafios”. Segundo Janaina, é importante que as profissionais compareçam em ambas as reuniões, pois há mais de 10 anos um pequeno grupo de psicólogas e assistentes sociais vem tentando abertura para o diálogo, principalmente com CRP e com o CRESS. Ela acredita que este esforço se dê em razão das profissionais não terem visibilidade tal como ocorre com os adolescentes. No entanto, observa-se que o número de participantes que forma o novo coletivo tem sido menor do que formou o coletivo das “30 horas”. Mesmo passados alguns anos, ainda é um desafio provocar a participação destas profissionais nestes espaços. Para a sindicalista, uma das causas desta discreta participação ocorre por conta da “despolitização”: “não é porque você passou num campus que você abriu totalmente sua cabeça, né?!”. Outra razão seria em virtude da profissão ter ainda uma faceta “elitizada”, de “status”, onde as psicólogas permanecem em parte desvinculadas “das lutas de classe dos trabalhadores”.

Apesar das psicólogas não estarem mais tão atuantes quanto na experiência da pauta de redução de jornada de trabalho, ou na “lutas pelas 30 horas”, este enfrentamento destacou-se como um marco na história das trabalhadoras da Fundação. Em primeira instância pode parecer que após a

conquista do benefício cada qual retornou as suas atividades e acabou se distanciando das causas coletivas. Referente às singularidades, isto não deixou de acontecer, pois segundo Furtado (2011, p. 94) “a consciência social caminha até um determinado patamar que permite que cada indivíduo considere, do ponto de vista do sentido pessoal, que a tarefa está cumprida”. Não obstante, volta-se a afirmar que o enfrentamento não deixou de ser legítimo, pois um “novo repertório” passa a compor:

a memória coletiva e o campo de significados construídos pela experiência das massas, e que irão constituir o ser social e um novo repertório pessoal que redefine o sujeito da ação (FURTADO. 2011, p. 94).

Ainda segundo o autor, este processo de **enfrentamento**, que é tanto disparador quanto disparado por emoções, possibilita “experiências concretas de autopercepção” e de “esclarecimento”. Pode ser rápido ou demorado, ter diversas intensidades e tornar-se a luta de um povo por liberdade. Furtado (2011) explica que para Mézáros é por meio dos enfrentamentos que advém a desfragmentação da consciência, que se equipara ao:

nível de esclarecimento obtido no processo coletivo sobre o exercício do poder de uma classe sobre a outra, suas formas de enfrentamento (atividade concreta de realização da luta de classes ou segmentos submetidos a algum tipo de submissão) e o reconhecimento coletivo de um novo patamar de relação (FURTADO, 2011, p. 95)

Por fim, a experiência de enfrentamento das psicólogas e de todos os demais trabalhadores, em todas as suas intensidades e transformações sempre serão apropriadas pelo repertório da humanidade (ibid.). Assim como também as psicólogas se apropriam das experiências de outros grupos, aprendem, questionam, planejam e modificam suas próprias histórias, suas trajetórias, as dos adolescentes. Muito embora ainda não pareça, por se encontrarem em uma instituição que pretende educar quando aprisiona. Numa sociedade que exclui para incluir, e que acredita que estes adolescentes não são responsabilizados, desconhecendo a socioeducação e suas contradições. Nas palavras da psicóloga Aline, é assim que o trabalho torna-se “ **um começar sempre**”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A singularidade de cada uma das trajetórias narradas nesta dissertação trás consigo a história de muitos outros tempos – determinações sociais - que remontam percursos de resistência dos povos oprimidos, institucionalizados, escravizados e dizimados: o povo negro e indígena. Hoje o povo – criança – jovem - trabalhador, periférico, excluído e criminalizado, ainda alvo de um sistema que se pretende garantista, embora funcione sob a lógica punitivista.

A Psicologia se forjou nas contradições desta sociedade de classes, atendendo a demandas da educação, da indústria, da Justiça, entre outras interfaces. Teorias foram importadas, outras se fizeram aqui, em meio a formação do país. Isto ficou evidente nos capítulos II, III e através do raciocínio de Antunes (2012). E pode também ser constatado na vivacidade do depoimento e na pesquisa de Roberto da Silva (1998;2014). Porém, esta construção não se deu linearmente, sempre houve um tensionamento, ou seja, contra uma determinação hegemônica há um movimento de resistência, de enfrentamento, e o mesmo ocorre em relação à Psicologia presente nas medidas socioeducativas, nos centros de internação.

Trabalhar no contexto de aprisionamento de adolescentes é colocar constantemente à prova o “limite de seus sentidos” (GUIRADO, 2009), quando se tem como primazia o atendimento voltado para o sofrimento ético-político, “para a dor de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2010, p. 106).

É deparar-se com uma estrutura que parece caótica e ao mesmo tempo homogênea, atravessada por contradições oriundas de múltiplas determinações materiais, sociais e ideológicas, que entram em confronto aos princípios da profissão, dos Direitos Humanos, de seus valores e de suas crenças. É **ver-se**¹⁰⁶ dentro de uma **instituição real**, concreta, envolta a muros, grades, e segredos. Aonde ainda se fazem presentes práticas oriundas da ditadura militar, porque é amparada pelos interesses de classes e pelo

¹⁰⁶ Modo como Janaina se referia ao seu trabalho.

Estado capitalista que visam calar os trabalhadores pertencentes à massa excedente de mão de obra¹⁰⁷.

Na instituição real, os muros são muitos e podem ser altos, caracterizando impedimentos ao trabalho, das mais diversas dimensões.

As trajetórias das psicólogas mostraram quando se faz possível a elaboração de estratégias perante a estes desafios, e como o trabalho se constitui neste embate que se processa entre a atividade prescrita e a atividade real. Trouxeram questionamentos, que igualmente se reproduzem, no cotidiano, nas reuniões, nos tribunais e nas universidades.

Através do depoimento de Marisa e do livro de Trassi (2006), confirmou-se que há décadas, ainda na oficialização da FEBEM, instituição que daria lugar à Fundação CASA, já se pretendia um “novo projeto”, uma “nova política pública”, mesmo sob o predomínio do Código de Menores. O objetivo era organizar e executar a institucionalização de crianças e adolescentes, separando os infratores dos “carentes e abandonados”, em diferentes unidades, por idade, e de acordo com a situação processual. No entanto, Marisa e Trassi seguiram diferentes caminhos. Trassi, teve a oportunidade de construir projetos, formar equipes, de acordo com o que se prescrevia para efetivação da práxis profissional. Já Marisa foi inserida em uma unidade de triagem onde seu trabalho estava limitado às demandas jurídicas, onde não tinha autonomia, estava aprisionado, sem sentido, cinza, envolto a segredos, com estratégias limitadas, que pouco as faziam avançar. Marisa sentiu-se realizada e valorizada somente quando transferida, oportunidade na qual pode participar de todo processo de planejamento e execução de um projeto educativo, compondo uma equipe compromissada, engajada nos Direitos Humanos, num momento de reabertura política do país. Então seu trabalho foi

¹⁰⁷ Interessante complementar este raciocínio com o de Malvasi (2012, p. 163), que resume de certa forma as contradições do capítulo III: O sistema socioeducativo é o modelo organizativo do Estado brasileiro para adolescentes “vulneráveis”. A caracterização do “adolescente em conflito com a lei” tem como um de seus elementos basilares a análise do território de onde ele vem. O sistema socioeducativo não é universal; ele atinge segmentos particulares da população juvenil considerada problemática ou indesejável. O discurso militante da área da “infância e adolescência” mantém – entretanto - o ideal de “universalidade”, assim como a luta pelo caráter “educativo” do sistema.

“bárbaro”, “criativo” e cheio de “alegria”. Não obstante, em ambos os casos, ficou evidente a descontinuidade dos projetos, por motivos políticos e de gestão.

Se formos analisar os sentidos e significados, as dificuldades e os desafios de Marisa e das outras três psicólogas que a sucederam (entre dez a vinte e cinco anos após a implementação do ECA), fica notável que apesar de todos os avanços relacionados à prescrição do trabalho (Leis, diretrizes, teorias, entre outros) a atividade ainda não se realiza de acordo com o esperado, com o desejado.

Para melhor compreender a amplitude que o trabalho pode tomar, entre a atividade prescrita e a real, podemos afirmar que o trabalho se constitui em diferentes interfaces, que se articulam e compõe o todo: com a saúde, o social, a educação e com a Justiça. Não foi possível detalhá-los, mas a atividade desenvolve-se em relação a estes âmbitos.

O trabalho perde o sentido diante dos impeditivos da instituição real e dos maus encontros, que as despotencializam, gerando sofrimento. Estão diretamente relacionados à violação de direitos e ao modus operandi da instituição, que se sustenta através da naturalização e reprodução da violência. É no embate a estas situações que as profissionais se sentem mais solitárias, principalmente quando não estiverem em uma equipe posicionada, disposta a agir por meio de estratégias contra a violência, através de notificações e articulações junto à própria instituição e a outros órgãos, tais como os conselhos e o Poder Judiciário.

Os outros fatores que limitam uma prática compromissada advêm, portanto, em maior ou menor grau, do desdobramento destas violações, somadas às pressões da instituição e do Judiciário, caracterizando-se como verdadeiros **desafios**: arquitetura opressora; ambiente insalubre; espaço inadequado para atendimento individual e em grupo; falta ou planejamento ineficaz da rotina e das atividades, sem participação de toda a equipe; “burocracia” relacionada a documentações, arquivos; atividade reduzida ao momento do atendimento; caracterização extremamente heterogênea dos

centros; imposição de uma rotina voltada para a “segurança” X ausência de disciplina, de rotina organizada; predominância do senso comum no trabalho da equipe; ausência de recursos humanos (número de funcionários abaixo do necessário); ausência de treinamento e qualificação; equipe sem experiência; superlotação; gestão monopolizadora; transferências (da profissional e dos adolescentes); descontinuidade dos projetos, das políticas públicas; invisibilidade de estudos, qualificações e pesquisas realizados pelas psicólogas; teoria e práticas desvinculadas; demandas judiciais (autoritarismo, captura da subjetividade, desconhecimento acerca da Psicologia, entre outros); descaracterização do PIA; priorização do relatório e dos aspectos burocráticos em detrimento do atendimento ao adolescente; penalização dos adolescentes; patologização da adolescência; fragilização do adolescente; práticas criminalizantes e lógica punitivista e produtivista. A pesquisa conseguiu reunir estes fatores, no entanto, conforme exposto no decorrer da pesquisa, eles se confundem e se fundem ao cotidiano, formando um “complexo de fenômenos” (KOSIK, 1976, p. 10) difíceis de serem compreendidos na imediaticidade. Daí a importância da participação das profissionais e demais trabalhadores na realização de constantes discussões, estudos e pesquisas que abarquem as contradições, que são inúmeras e parecem não ter fim.

Diante do exposto, pode-se afirmar resumidamente que o “engessamento ético” do trabalho, interfere na autonomia da relação psicóloga X adolescente, fazendo com que o trabalho das profissionais sofra assujeitamentos, ao mesmo tempo em que o adolescente perde a centralidade no atendimento deixando de ser protagonista. O encontro perde potencialidade.

E por estas razões também que as psicólogas colocam que necessitam “provar o tempo todo” o seu trabalho, mesmo sem haver motivação e/ou disposição para tal. O sofrimento despotencializa ações, posicionamentos e a elaboração de estratégias, e foi denominado pelas psicólogas como sentimentos de impotência, solidão, frustração, angústia, desvalorização, desmotivação, desamparo, cansaço e impaciência. O lugar das psicólogas fica esvaziado, e o trabalho sem visibilidade.

Mas estes sentimentos não são estanques, pois as profissionais afetam e são afetadas nas relações, afecções estas que são “memorizadas no corpo e na mente” (SAWAIA, 2010, p. 115), sentem-se provocadas, pensam, questionam e resistem. Há ocasiões em que trabalham isoladamente, mas há outras onde é possível “*tentar*”, posicionar-se, fortalecer-se, mobilizar-se junto à equipe, traçar estratégias. É o momento na qual se apropriam de seus instrumentos de trabalho, recriando-os, transformando-os em meios de realização, em ações compromissadas com o adolescente¹⁰⁸. As principais estratégias apontadas pelas profissionais em suas trajetórias perante os desafios foram: disponibilidade para o diálogo com equipe, corpo funcional, gestores; trabalho em equipe com vistas ao protagonismo e à proteção do adolescente; a elaboração de relatórios (PIA) voltados para a garantia de Direitos; atendimentos em grupos às famílias e aos adolescentes; encaminhamentos dos adolescentes e família para rede de saúde e socioassistencial; escutas para o sofrimento; supervisão dos casos; busca de qualificação e aperfeiçoamento profissional; viabilização da teoria na prática (embora ainda não a práxis profissional emancipatória); parcerias com universidade, com a rede de saúde e socioassistencial; parceria com Poder Judiciário, com a Defensoria Pública; formação de coletivos das profissionais e reuniões no CRP e nos sindicatos. Sendo que a principal estratégia, que favorece a maioria das outras no cotidiano, que mostrou ser verdadeiramente potencializadora é o trabalho em equipe. Nas quatro trajetórias e nas reuniões, esta possibilidade mostrou ser a mais significativa, e ela não se dá ao acaso, não ocorre através de coincidências, mas sim quando há

o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político. Segundo Espinosa, a ética só aparece no homem quando ele percebe que o que maior bem faz para o seu ser é um outro ser humano (SAWAIA, 2010, p. 115).

¹⁰⁸ Yves Clot (2010, p.18) explica que: Em tensão com o sentido, a economia dos meios permitida pela renovação das técnicas é, dessa maneira, a segunda força motriz da disponibilidade da ação ou, dito por outras palavras, do desenvolvimento do poder de agir. É ela que torna outros objetivos efetivamente realizáveis, e por um custo menor, confirmando que a eficácia dinâmica do trabalho bem feito não consiste em realizar a ilusória adequação entre o fim e os meios; nem sequer conseguir apenas o que havia previsto. Ela consiste também em imaginar outra coisa com os meios que se tornam disponíveis.

Isto é, o poder de agir viabiliza-se quando existe uma “vontade comum a todos” (Ibid.), na possibilidade de realizar-se junto aos outros, em prol de um objetivo comum, que é a execução da medida socioeducativa de internação sob uma perspectiva crítica, tensionadora, que não negue as implicações políticas, sociais e afetivas. Tanto Sawaia (2009; 2010) quanto Clot (2010) defendem esta perspectiva de transformação, baseando-se nas idéias de Vigotski e Espinosa.

Ainda nesta lógica, o trabalho em equipe, ao fortalecer o grupo, beneficia também cada um de seus sujeitos¹⁰⁹, se formos levar em conta um importante apontamento realizado por Burali (2014) em sua tese, quando se refere aos trabalhadores do CAPS. Assim como estes, os trabalhadores e trabalhadoras de instituições fechadas e/ou totais fazem “uso de si”¹¹⁰ ou uso da própria subjetividade como matéria prima¹¹¹ para a realização de seu trabalho (BURALLI, 2014, p. 234).

O trabalho tem sentido então, quando as psicólogas, mesmo diante de arbitrariedades (pois é praticamente impossível se livrar delas) conseguem alcançar uma qualidade mínima de organização, munindo-se do poder de agir, para bem desempenhar um trabalho de compromisso ético-político. É nestas oportunidades que *se sentem “psicólogas”*, desempenham um *“um bom trabalho”*, *“trabalho digno”*, *“belíssimo”*, *“produtivo”*, criativo, mobilizador, posicionado, afetivo e emocionado.

Mas e os espaços e os lugares? Realmente, são muitos os espaços que as psicólogas, juntamente as suas parceiras, assistentes sociais devem ocupar (e isto serve a outros/as trabalhadores/as também). Para além das grades e dos muros, a militância, os enfrentamentos, devem ocorrer e ocorrem em outros lugares, que aos poucos são conquistados, com *“sacrifício”* e *“luta”*. Não são todas que estão dispostas, há algumas que resistem, outras que desistem

¹⁰⁹ Em relação a este aspecto Clot (2010, p. 24) coloca que: A transformação coletiva do trabalho real dos sujeitos me dá a impressão de ser o que há de mais produtivo para as construções subjetivas.

¹¹⁰ Na utilização do termo “uso de si” Burali (2014) faz alusão a Schwartz (2000).

¹¹¹ Burali (2014) faz alusão a Scarcelli (1998).

e voltam. Todavia, há um movimento, um coletivo que se apropria de forma mais intensa da construção de uma práxis coletiva ou “psicossocial” (SAWAIA, 2010) na pretensão de sempre tornar o trabalho menos sofrido e mais valorizado.

Sim, as psicólogas e os demais trabalhadores da instituição são tão invisíveis quanto os adolescentes. E isto continuará enquanto os mesmos forem tratados pela sociedade como “menores”, “indignos”, “vagabundos”, e “indesejados”. Enquanto estiverem colados as suas infrações e forem reduzidos a elas, não lhes será reservada a execução de medida socioeducativa de internação “justa e digna”, se é que é possível a existência de instituições de aprisionamento “humanizadas”. A internação terá predominantemente caráter punitivo. Conseqüentemente, o trabalho exigirá sempre desafios diários e enfrentamentos coletivos em defesa dos Direitos Humanos. A garantia de um trabalho transformador está aí então, dentro de seus **limites**, mas firmado no compromisso ético-político, que procura questionar o seu lugar, seus espaços, o lugar do adolescente. Um trabalho que se esforça para a produção de bons encontros, e que evita a reprodução de práticas opressoras e perversas.

As reuniões realizadas no CRP e nos sindicatos tem deste modo fundamental importância, uma vez que apoiam estes esforços e “alargam o campo de ação” (SAWAIA, 2010, p. 117). Também neste aspecto as idéias de Sawaia, convergem com as de Clot (2010, p. 118): “De fato, pode-se considerar, atualmente, que as transformações só conseguirão manter-se, de forma duradoura, pela ação dos próprios coletivos de trabalho”. Entretanto, o autor chama a atenção para o cuidado de não se delegar a um “especialista” tais mudanças. No caso, se remete a uma “expertise externa”, tal como um analista do trabalho, mas podemos transpor este papel para os Conselheiros, líderes sindicalistas, pesquisadores acadêmicos. Nestes espaços, há possibilidade de partilha, formam-se parcerias fundamentais, há reduplicação do poder de agir, e a resignificação do trabalho, desde que as profissionais continuem como protagonistas das mudanças pretendidas. Se as conquistas e decisões forem externas, sem implicação das trabalhadoras, poderão surtir

como imposições, cobranças, documentos vazios. Assim como acontece muitas vezes com o trabalho no interior dos centros, quando não há formação de alianças, quando o adolescente perde a centralidade no atendimento socioeducativo.

Enfim...

Não é possível narrar, “traduzir”, analisar em apenas uma dissertação o que poderíamos denominar como o “mundo do trabalho na Fundação CASA”. São muitas histórias e vivências, houve aqui apenas a tentativa de trazê-las ao conhecimento através da trajetória de quatro psicólogas, tendo ciência de que estas histórias sintetizam por sua vez milhares de outras, ou carregam consigo o conjunto de todas elas.

Posso afirmar que estas histórias também me representam na medida em que durante uma década de minha vida me constitui enquanto psicóloga no exercício desta atividade. Mesmo me desligando oficialmente da instituição, há mais de dois anos continuo fortemente ligada a ela e a todas/os trabalhadoras e adolescentes, porque são muitas as lembranças, porque me deixei afetar por todas as suas contradições, pelos bons e maus encontros... Acredito que de alguma maneira meu trabalho junto a minhas/meus parceiras/os tenha transformado algo no caminho. Além disto, desde o desligamento, estive embrenhada nesta pesquisa, continuei a participar dos coletivos, aliás, novos se formaram e sempre estive próxima. Por isso foi possível a observação, a participação e a continuidade da partilha de experiências e de conhecimento. Ver o poder de agir acontecer ou se esvanecer, em movimento, estando eu do lado de fora, ao mesmo tempo em que de dentro. Um novo exercício com novos desafios.

Houve ainda as “entrevistas” individuais. Longas e boas conversas – bons encontros, e, como dito acima, um verdadeiro exercício dialógico. Onde cada palavra, cada silêncio, cada entonação teve seu valor, é perceptível como este momento provocou as profissionais e as fizeram resignificar o trabalho.

Já a experiência singular e solitária de elaboração desta pesquisa, foi duplamente desafiadora: percorrer novamente todos os caminhos que

construíram a pesquisa até aqui, as dúvidas e incertezas. Reescrever as trajetórias, rever materiais de reunião, gravações, depoimentos, mesmo aqueles registrados em livros, foi como reviver muitas histórias, tão intensas e “*tão delicadas*”, como diria Janaina.

Esta pesquisa deve se encerrar aqui, pois se concebe como um recorte, uma fotografia, tempos capturados no espaço de dois anos e pouco, havendo todo o antes e o depois. As histórias que a compõe não de continuar vividas no cotidiano das/os trabalhadoras/os, dos adolescentes, de suas famílias. Nas equipes, nos coletivos, agora estão expressas até mesmo nas redes sociais. Após o exercício acadêmico, de escrita, de leitura da pesquisa, ou de discussão, aos poucos se retorna a imediatividade da vida. Devemo-nos atentar que para manutenção de um trabalho crítico, posicionado, são necessários constantes tensionamentos. Daí a importância de que outros estudos sejam executados e compartilhados, principalmente pelas profissionais.

Amor, trabalho e sabedoria são as fontes de nossa vida.

Deviam também governá-la.

Wilhelm Reich

REFERÊNCIAS

ADORNO, Luis. Crimes de Maio completam 9 anos; 564 pessoas morreram. **Ponte**: Direitos Humanos, justiça, segurança pública. 12/05/2015. Disponível em: <http://ponte.org/crimes-de-maio-completam-9-anos-564-pessoas-morreram/>. Acesso em nov/2015.

AGUIAR, Wanda M. J. Reflexões a partir da Psicologia Sócio-histórica sobre a categoria consciência. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 125-142, julho/ 2000.

AGUIAR, Wanda M. J. OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, nº 26 (2), p. 222-245, 2006.

ALCÂNTARA, Carolina Moreira de Alcântara. **Sofrimento psíquico grave de adolescentes em privação de liberdade**: um estudo exploratório. Brasília, DF ,2010. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ANTUNES, Mitsuko. A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**, nº32 (espec.), 2012, 44-65.

ARANTES, Ester. De “criança infeliz” a “menor irregular”: vicissitudes na arte de governar a infância. **Mnemosine**, Vol. 1, nº0, 2004.

ARANTES, Ester. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, F. RIZZINI, I. (Orgs) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2009.

BATISTA, Vera M. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Revista EPOS**, vol. 1, nº1, abril/2010. Disponível em: <http://revistaepos.org/arquivos/01/verabatista.pdf>. Acessado em junho/2015.

BATISTA, Vera M. **Introdução crítica a criminologia brasileira**. Rio de Janeiro, Revan, 2011.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo, Cosac Naif, 2013.

BOCK, Ana M. **Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia**. São Paulo, Cortez, 1999.

BOCK, Ana M. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 24, n 62, p. 26-43, 2004.

BOCK, Ana M. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira**

de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Vol. 11, nº 1, p. 63-76, 2007.

BOCK, Ana M. GONÇALVES, Maria G. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, Ana M. GONÇALVES, Maria G. **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo, Cortez, 2009.

BOCK, Ana M. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva em Psicologia. In: BOCK, Ana M. B. GONÇALVES, Maria G. FURTADO, Odair. **Psicologia Sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo, EDUC Cortez, 2011.

BRASIL. **Código de Menores de 1927**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acessado em 25/11/2013.

BRASIL. **Código de Menores de 1979**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acessado em 30/05/2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF, CONANDA, 2006.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Lei nº 12594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **SINASE**: Levantamento anual dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRETAN, Maria Emilia A. N. **Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional**: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC (1990-2006). Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BURALI, Maria Aparecida. **O trabalhador da saúde mental**: contradições e paradoxos no cotidiano de trabalho em um CAPS. São Paulo, 2014. Tese

(Doutorado) – Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAMARGO, M. LANE, Silvia. Contribuição de Vygotski para o estudo das emoções. In: LANE, S. T. M., SAWAIA, B. (Orgs.) **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAMPOS, Wilson. **Estudo das condições de trabalho dos profissionais de nível técnico da FEBEM-SP**: O trabalho que cai no vazio. Relatório final. DIESAT. Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho. São Paulo, 1999.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**, Petrópolis, Vozes, 2007.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte, Fabrefactum, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Programa de Justiça ao jovem**. Acompanhamento de jovens e adolescentes. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/programa-justica-ao-jovem>. Acesso em junho/2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Inspeção nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei**. Relatório das visitas realizadas simultaneamente em 22 estados brasileiros e no distrito Federal no dia 15 de março de 2006. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (Orgs.). 2006

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. CREPOP. Brasília, DF, 2010.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio e janeiro, Graal, 1980, p. 91 a 152.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **A Ideologia Alemã [1845-1846]**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FALEIROS, Eva. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil colônia e no império. In: PILOTTI, F. RIZZINI, I. (Orgs) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F. RIZZINI, I. (Orgs) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2009.

FERRÉZ. Nada nosso, tudo nosso. 25/01/2014. **Carta Capital**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/tudo-nosso-nada-nosso-2794.html>. Acessado em 25/01/2014.

FIGUEIREDO, Cyntia. A questão do menor: uma proposta democrática. In: BIERRENBACH, M. I. *et al.* (Orgs.) **Fogo no pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

FRASSETO, Flavio. Apresentação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) (Orgs.). **Inspeção nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei.** Relatório das visitas realizadas simultaneamente em 22 estados brasileiros e no distrito Federal no dia 15 de março de 2006. 2006.

FREITAS, Lia. SANTOS, Liane. Na FEBEM é assim? A gente só aprende na porrada? Depoimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 9, nº3, Brasília, 1989. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000300011. Acessado em 20.01.2015.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE. Superintendência de Saúde. **Bases de apoio técnico para a Psicologia na Fundação CASA.** São Paulo, 2012.

FURTADO, Odair. Trabalho e alienação. In: BOCK, Ana M. GONÇALVES, Maria G. **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica.** São Paulo, Cortez, 2009.

FURTADO, Odair. SVARTMAN, Bernardo. **Trabalho e Solidariedade.** São Paulo, Cortez, 2011.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas.** São Paulo, Cortez, 2010.

GONÇALVES, Maria da Graça M. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: Bock, A. M. B. *et al.* **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** São Paulo, Cortez, 2011.

GONZALEZ REY, L. F. El lugar de las emociones en la constitución social de lo psíquico: El aporte de Vigotski. **Educación & Sociedad**, ano XXI, nº 70, abril/2000.

GONZALEZ REY, L. F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.** São Paulo, Pioneira Thompson Learning, 2005.

GONZALEZ REY, L. F. Prefácio. In: In: BOCK, Ana M. GONÇALVES, Maria G. **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica.** São Paulo, Cortez, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo.** Fundação CASA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 2014. Disponível em:

<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/826.pdf>. Acessado em fevereiro/2015.

GRAMKOW, Gabriela. MATSUMOTO, Adriana. VICENTIN, Maria C. **Patologização da adolescência e alianças psi-jurídicas**: algumas considerações sobre a internação psiquiátrica involuntária. **Boletim do Instituto de Saúde – BIS**. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Vol. 12, nº 3, dez/2010, p. 268 a 272. Disponível em http://portal.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/bis/pdfs/bis_v12_3.pdf. Acesso em novembro 2015.

GRAMKOW, Gabriela. MATSUMOTO, Adriana E. Criminalização da adolescência: os “novos” perigosos e a redução da idade de imputabilidade penal. **Boletim IBCCRIM**, n. 271, junho, 2015. Disponível em https://www.ibccrim.org.br/boletim_editorial/312-271-Junho2015. Acessado em agosto/2015.

GUIRADO, Marlene. FIQUE VIVO! na FEBEM-SP: a violência no limite da ética no exercício da psicologia. Dossiê "Psicologia, Violência e o Debate entre Saberes". **Temas em Psicologia**, Vol. 17, nº 2, 2009, 351 – 357.

HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1977. Disponível em: <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Heller,%20Agnes/Sociologia%20e%20la%20vida%20cotidiana%20parte1.pdf>.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LANE, Silvia. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: CODO, W. LANE, S. (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984 a.

LANE, Silvia. Consciência/alienação: a ideologia a nível individual. In: CODO, W. LANE, S. (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984 b.

LANE, Silvia. **O que é psicologia social**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

LANE, Silvia. Psicologia Social: Teoria e Prática. In: RIVERO, N. (Org.) **Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações**. Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=120>. Acessado em 25/08/2015.

LEITE, M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: Freitas, M. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1997.

LEMOS, Ronaldo. **Funk ostentação virou música de protesto**. 30/12/2013. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2013/12/1389977-funk-ostentacao-virou-musica-de-protesto.shtml>. Acessado em 30/01/2014.

LIMA, Vinicius. **Psicologia da pobreza e pobreza da psicologia**: estudo sobre o trabalho de psicólogas (os) na política pública de assistência social. Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós -Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014.

LUKÁCS, György. Prefácio. In: HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

MACEDO, Severine C. Prefácio. In: WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência 2013**: homicídios e juventude. Brasília, 2013.

MAGIOLINO, Lavínia L. S. **Emoções Humanas e significação numa perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano**: um estudo teórico da obra de Vigotski. Tese (Doutorado). Campinas, UNICAMP, 2010.

MAIOR, Jorge. Prefácio. In: SILVA, G. (Org.) **Desmilitarização da polícia e da política**: uma resposta que virá das ruas. Uberlândia, Pueblo, 2015.

MALVASI, Paulo A. TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo, Cortez, 2010.

MALVASI, Paulo A. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas em violência em São Paulo. São Paulo, USP, 2012. 288. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em saúde pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, José P. **Bastidores da construção do ECA, que chega aos 25 anos sob sério risco de descaracterização**. Disponível em: <http://agenciasn.com.br/arquivos/3916>. Acesso em: junho/2015.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista [1848]. In: Paulo Netto, J. (Org.) **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. [1851-1852]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/brumario.pdf>. Acessado em maio/2015.

MATSUMOTO, Adriana E. Crise estrutural do capital e a gestão penal e militarizada da miséria. In: SILVA, G. (Org.) **Desmilitarização da polícia e da política**: uma resposta que virá das ruas. Uberlândia, Pueblo, 2015b.

MOREIRA, Fabio M. **Cadeias dominadas**: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos. São Paulo: USP, 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. [blog na Internet]. Ato político cultural na estréia do filme “Salve geral”. [citado em 28.09.2009]. Disponível em: <http://maesdemaio.blogspot.com.br/search?updated-min=2009-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2010-01-01T00:00:00-02:00&max-results=3>

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: Carvalho, M^a do Carmo; Netto, José Paulo (ORGS). **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2000.

O CONTADOR de histórias (filme). Direção: Luiz Villaça. Produção: Denise Fraga e Francisco Ramalho Jr. Ramalho Filmes, Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. MARTINS, S. SILVA, N. **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, Vozes, 2005.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Fábio Pereira. **Rolezinho na Biblioteca, no Museu, na USP...** Rolezinho da Cultura e da Educação. 14/01/2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/brasil-no-mundo/2014/01/14/rolezinho-na-biblioteca-no-museu-na-usp-rolezinho-da-cultura-e-da-educacao/>. Acessado em 30/01/2014.

RIZZINI, Irma. RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: PILOTTI, F. RIZZINI, I. (Orgs) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2009 a.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, F. RIZZINI, I. (Orgs) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2009b.

SADER, Emir. Democracia é coisa de gente grande? In: BIERRENBACH, M. I. *et al.* (Orgs.) **Fogo no pavilhão**: uma proposta de liberdade para o menor. Brasiliense, São Paulo, 1987.

SANTOS, Jean F. dos. **A Experiência da Participação em Conselhos de Políticas Públicas**: Uma análise psicossocial. São Paulo: PUC-SP, 2015. 166p. Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós -Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015.

SAVIANI, Demerval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: Lombardi, J. C et al. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, Editora Autores Associados HISTEDBR, 2005.

SAWAIA, Bader B. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, S. SAWAIA, B. (Orgs.) Novas veredas da Psicologia Social, São Paulo, EDUC, 2006.

SAWAIA, Bader B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, Vol. 21, Nº3. 2009.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B. (Org.) **As artimanhas da inclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

SAWAIA, Bader B. **A emoção como locus de produção do conhecimento** – Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. In: III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural. Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/br2000/cult4.htm>. Acesso em: setembro/2014.

SILVA, José F. VANNUCHI, Paulo. Apresentação. In: **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo –SINASE**. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF, CONANDA, 2006.

SILVA, Renato. O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, vol.18, nº.4, out./dez. 2011, p. 1111-1130.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. Ática, São Paulo, 1998.

SILVA, Roberto da. Depoimento. I Seminário da Socioeducação/SITRAEMFA. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, 20/09/2014.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-violência: desperdício de vidas**. São Paulo, Cortez, 2006.

TRUFFI, Renan. Fundação Casa sob suspeita. **Carta Capital**. 26/09/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/819/o-crime-do-desperdicio-5976.html>. Acesso em out/2015.

VICENTIN, Maria Cristina G. **A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei**. São Paulo, Hucitec, 2005.

VIGOTSKI, Lev. O significado histórico da crise da Psicologia. In: VIGOTSKI, L. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, WTF Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, Lev. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo, WTF Martins Fontes, 2010.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, F. RIZZINI, I. (Orgs) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência 2011**: os jovens no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari; Brasília, DF, Ministério da Justiça, 2011.

WAISELFISZ, Julio Jacobo: **Mapa da violência 2013**: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO Brasil, 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência 2014**: Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro, FLACSO Brasil, 2014

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Revan, 2015.

ZANELLA, Andréa. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 127-135, 2004.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
_____ estou sendo convidado/a a participar de um estudo denominado “*Encontro aprisionado: desafios do trabalho das psicólogas junto à adolescência encarcerada*” cujo objetivo e justificativa são: analisar e sintetizar os sentidos e significados do trabalho para as psicólogas da medida socioeducativa de internação.

A participação no referido estudo será discorrer e refletir sobre a execução do meu trabalho através de entrevista individual com gravação de áudio e vídeo quando realizado em grupo.

Fui informado de que, posso esperar alguns benefícios resultantes da pesquisa, tais como: maior conhecimento científico sobre a matéria em questão, possibilidade de reflexão sobre a prática executada e reconhecimento do trabalho desenvolvido. Sendo que a pesquisa será divulgada no meio acadêmico-científico para contribuições às políticas públicas e reflexões sobre a psicologia.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome, unidade de trabalho, ou outro elemento que possa me identificar isoladamente será mantido em sigilo, tendo a pesquisadora se comprometido a evitar ou reduzir o máximo possível qualquer reconhecimento individual direto ou indireto.

Também fui orientado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer qualquer prejuízo.

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri através da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestrado em Psicologia Social, orientador Odair Furtado, e com ela poderei manter contato pelos telefones (___).

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências.

Enfim, fui orientado quanto ao teor do todo aqui mencionado e compreendi a natureza e o objetivo do já referido estudo. Desta forma, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Voluntário/a da pesquisa

RG

CPF

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri

Pesquisadora

RG

CPF

_____, _____, de _____, 201_.